

MARCOS ANTONIO DA SILVA

CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA:
Mudanças Internas e Política Externa nos anos 90



MARCOS ANTONIO DA SILVA

CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA:
Mudanças Internas e Política Externa nos anos 90



2012

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

972.91064 Silva, Marcos Antonio da.

S586c

Cuba e a eterna guerra fria : mudanças internas e política externa nos anos 90 / Marcos Antonio da Silva. – Dourados :

Ed. UFGD, 2012.

284 p.

Possui referências.

ISBN: 978-85-8147-015-3

1. Cuba – História. 2. Cuba – Relações internacionais. 3. Política cubana. 3. Socialismo. I. Título.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Anália, pelo amor e compreensão. À minha esposa, Lucimara, pelo carinho e apoio. Ao meu filho, João Vitor, pelo sorriso e alegria. Ao meu pai, Otaviano e minha tia, Marineli, in memoriam, pela vida compartilhada. Àqueles que mantêm viva a chama da justiça e da esperança, de um mundo justo e solidário.



Sumário

Introdução	15
Capítulo 1: CUBA: REVOLUÇÃO E POLÍTICA EXTERNA	23
1.1. POLÍTICA EXTERNA: Uma introdução necessária	
1.2. A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO: A utopia subsidiada	
1.3. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA: Entre a revolução e o socialismo	
Capítulo 2: CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA	95
2.1. A GUERRA-FRIA E O CONFLITO INTERSISTÊMICO	
2.2. A HEGEMONIA AMERICANA E A UNIMULTIPOLARIDADE	
2.3. CUBA E A URSS: Entre a dependência e o caos econômico	
Capítulo 3: CUBA E O PERÍODO ESPECIAL EM TEMPO DE PAZ: CONTINUIDADES E RUPTURAS	159
3.1. AS MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS	
3.2. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS	
3.3 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL	
Capítulo 4: CUBA: ENTRE O ISOLAMENTO E A INTEGRAÇÃO	211
4.1. ISOLAMENTO OU INSERÇÃO: A redefinição do setor externo cubano	
4.2. ISOLAMENTO OU INSERÇÃO: A redefinição da política externa cubana	
Conclusão	269
Bibliografia	275



AGRADECIMENTOS

Apesar de expressar as ideias de um indivíduo, a realização de uma pesquisa depende da colaboração de uma série de pessoas conhecidas e anônimas. Estas são responsáveis pelos méritos. Ao autor cabe o privilégio da escuta e do apoio e somente este deve ser responsabilizado pelas lacunas do texto, por não ter desenvolvido adequadamente o trabalho, ou por não realizar todas as mudanças apontadas por aqueles que o ajudaram.

Ao analisar um tema instigante e polêmico caminhamos sobre o fio da navalha, da realidade e da idealização, e esperamos ter conseguido superar este dilema.

Agradeço ao meu orientador, Rafael Villa, pela paciência, compreensão, apoio e ensinamentos. Este trabalho não poderia ser realizado sem a sua imprescindível contribuição. Em grande medida é o responsável pelos méritos existentes; as lacunas são resultados, apenas, de minha teimosia. Gostaria de transmitir todo o carinho e admiração, acadêmica e humana, que tenho por ele.

Aos professores, pesquisadores e funcionários do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) e do Centro de Estudos da América (CEA) em Havana, meus profundos agradecimentos.

Aos meus colegas e amigos das instituições onde trabalhei durante a realização deste trabalho (Faculdade Internacional de Curitiba, Universidade Positivo e Faculdades do Brasil) e posteriormente (Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD), pela convivência, companheirismo e pelo estímulo intelectual.

À minha grande família. Os familiares que me deram a graça da vida e a possibilidade de compreender o mundo, Anália, minha mãe, e

Maria, minha irmã. À minha esposa, Lucimara e meu filho, João Vitor, que alegam minha vida, compreenderam a ausência e apoiaram, em todos os sentidos, a realização deste trabalho com suas presenças encantadoras. Aos meus amigos,

Aos meus amigos Agustinho, Eduardo (Duda), Alécio e Guillermo, em nome de tantos outros, cuja amizade me ajuda a compreender o significado da vida e da palavra companheiro.

A tantos outros que me apoiaram.

“É na adversidade que os grandes espíritos se revelam”

William Shakespeare, Coriolando

“Para onde vão as ideias rejeitadas, os projetos esquecidos. As crenças arruinadas?

A árvore está imóvel, permanece parada no seu banho de luz. Mas ontem mesmo ela se agitava com todas as suas folhas, ramos e galbos, até mesmo seu potente tronco, cor de pedra e quase pedra. Onde está sua agitação, seu entusiasmo, suas torções de braços e mãos?”

Paul Valéry, Poésie perdue

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx, O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEC Associação dos Estados do Caribe
AJR Associação da Juventude Revolucionária
ANAP Associação Nacional de Agricultores Pequenos
ANPP Assembleia Nacional do Poder Popular
CAME Conselho de Ajuda Mútua Econômica
CAN Comunidade Andina
CARICOM Comunidade Econômica do Caribe
CC Comitê Central
CDR Comitê de Defesa da Revolução
CEA Centro de Estudos Americanos
CEE Comunidade Econômica Europeia
CEE Centro de Estudos Europeus
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
COMECON Organização de Cooperação Econômica do Leste Europeu
CTC Confederação dos Trabalhadores Cubanos
DH Direitos Humanos
DR Diretório Revolucionário
ELN Exército de Libertação Nacional
EUA Estados Unidos da América
ENEC Encontro Nacional Eclesial Cubano
FAR Forças Armadas Revolucionárias
FARC Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FAO Fundo das Nações Unidas para a Alimentação
FEU Federação dos Estudantes Cubanos
FMC Federação das Mulheres Cubanas
FMI Fundo Monetário Internacional
INRA Instituto Nacional da Reforma Agrária
ISRI Instituto Superior de Relações Internacionais
MAE Mercado Agropecuário Estatal
MEP Ministério da Economia e Planificação
MERCOSUL Mercado Comum do Sul
MINCEX Ministério do Comércio Exterior
MINREX Ministério das Relações Exteriores
MINTUR Ministério do Turismo
MPLA Movimento para Libertação de Angola
MNOA Movimento dos países Não Alinhados

M-26 Movimento 26 de Julho
NEP Nova Política Econômica
OACE Organismos da Administração Central do Estado
OEA Organização dos Estados Americanos
OLAS Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONG Organização Não-Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OMS Organização Mundial da Saúde
ORI Organizações Revolucionárias Integradas
OSPAAAL Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTC Organização de Turismo do Caribe
PC Partido Comunista
PCC Partido Comunista de Cuba
PCUS Partido Comunista da União Soviética
PSG Produto Social Global
PSP Partido Socialista Popular
PURS Partido Unido da Revolução Socialista
PRC Partido Revolucionário Cubano
RDA República Democrática da Alemanha
RFA República Federal da Alemanha
SELA Sistema Econômico Latino-americano
UBCP Unidades Básicas de Produção Cooperativa
UE União Europeia
UJC União de Jovens Comunistas
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Cuba possui uma história singular na América Latina. Lugar em que ocorreu o descobrimento do continente e início do processo de colonização e um dos últimos países a se tornar independente, apenas no final do século XIX. Foi durante o século XX que o país teve uma trajetória intensa e conflituosa. Tal singularidade pode ser percebida no protagonismo do país em duas ações. Ao realizar uma revolução nacionalista, que logo se tornou socialista, o país foi o único da América Latina a conseguir consolidar um regime socialista, tornando-se peça importante no sistema internacional durante a Guerra Fria, enquanto a região era marginalizada na política internacional. Como consequência, e esta é outra singularidade, o país entrou em conflito com a maior potência do planeta e, apesar de sofrer um embargo que já dura mais de quarenta anos, é o único país cujas relações conflituosas com os EUA não conduziram a derrocada ou a mudança de governo, como ocorreu em inúmeros países da região.

Além disto, a longevidade do regime cubano se transformou de certa forma, num paradoxo frente às circunstâncias de extrema dificuldade econômica, a perda de apoio internacional, a crescente pressão por parte do governo norte-americano e da oposição cubana contra Castro, nos EUA e na Europa – que agora, sem o apoio soviético e com limitados recursos, necessitou se adaptar ao novo contexto internacional.

Quando visitou Cuba no início dos anos 60, Jean Paul Sartre criou uma metáfora para descrever o desenvolvimento do processo revolucionário. Utilizando-se de uma imagem comum ao Caribe, o filósofo dizia que um furacão havia passado pela ilha, apontando com isso os processos de transformação da velha ordem capitalista e de instauração da sociedade

socialista, que revolucionava todos os aspectos da vida social: da educação à política, da economia à cultura, da posse pela terra ao lazer, da saúde ao esporte e assim por diante. De imediato, houve uma ampla identificação entre a esquerda mundial e o furacão cubano que por diversos motivos se tornou uma nova referência na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como aponta Emir Sader, inúmeros aspectos da Revolução e da construção do socialismo em Cuba cativaram a esquerda: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória (SADER, 1991, p. 23).

Nos anos 90, o país enfrentou um novo (e inesperado) furacão. A queda do Muro de Berlim e a derrocada do socialismo real no Leste Europeu provocaram uma reviravolta no processo de construção do socialismo cubano. De forma abrupta, o país perdeu contato com um mercado que representava cerca de 85% de seu comércio exterior. Esgotaram-se as fontes de financiamento e os benefícios em preços e subsídios fornecidos por tal bloco. Cessaram as fontes de fornecimento de petróleo. O resultado foi o quase colapso econômico e o aumento dos problemas sociais. Grande parte das atividades foi paralisada; a produção econômica em todos os setores caiu enormemente; os transportes foram paralisados e o nível de vida decresceu. Porém, contra todos os prognósticos negativos o regime

conseguiu sobreviver devido, basicamente, a três causas, nem sempre percebidas pelos analistas: as condições de vida e acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, são melhores que nos demais países latino-americanos; a revolução possuía também um caráter nacionalista, de afirmação da soberania nacional que remetia à guerra pela independência e aos ideais de José Martí; e finalmente, que o socialismo cubano se diferenciava dos outros regimes do Leste Europeu, possuindo diferentes formas de legitimação e já havia iniciado um processo de retificação, desde meados dos anos 80.

Junto aos problemas internos surgiram novos desafios no cenário internacional. Primeiro, como desenvolver uma inserção soberana num contexto de crise do Estado-Nação e de consolidação da hegemonia americana, a unipolaridade da nova ordem internacional, com o reforço do embargo econômico e a possível inserção do país no chamado “Eixo do Mal”, como definido por G. Bush. Aliado a isto, o fim do bloco soviético representou não só o fim da proteção militar, mas também, e principalmente, da ajuda econômica que garantia a sobrevivência da ilha, obrigando o país a redefinir seus parceiros comerciais e a enfrentar a dura e competitiva realidade do sistema econômico mundial. Ainda o questionamento da comunidade internacional em relação ao regime, suas práticas políticas, o tratamento dos direitos humanos e uma série de questões tornaram cada vez mais difícil o retorno de Cuba à comunidade internacional. Como apontava o título de uma obra, isolamento ou reinserção, este o grande desafio, em política externa, enfrentado pela ilha ao longo da última década e que analisaremos no decorrer deste trabalho.

O fim dos países socialistas, com os quais o país teve uma relação de alta intensidade, produz uma situação inusitada. Por um lado, a nova ordem internacional que se redefinia, com a preponderância americana, e a intensificação do embargo e bloqueio à ilha parecia apontar para o aumento das dificuldades e tensões e para o esgotamento do modelo cubano;

por outro lado, o rompimento involuntário com a comunidade socialista ampliava a possibilidade de novos parceiros e certo retorno à América Latina, com o desenvolvimento de laços intensos com as novas democracias que emergiram na região entre a década de 1980 e 1990. Desta forma, o novo cenário apresentava-se como um misto de desafios e oportunidades, que poderiam contribuir para a sobrevivência ou o esgotamento do regime e requeria de Cuba uma cuidadosa estratégia para que a primeira fosse alcançada.

A importância de Cuba e seu destino para a América Latina é evidente. Durante pelo menos meio século, a ilha provocou manifestações pró e contra como nenhum país latino havia conseguido antes. De certa forma, o destino da ilha está ligado ao destino dos demais países latino-americanos. Os avanços sociais, principalmente em saúde e educação, são reconhecidos por diversos organismos internacionais (ONU, UNESCO, ...) e a colocam em situação privilegiada quando comparados com os demais latino-americanos, mesmo aqueles mais desenvolvidos e com melhores condições.

Este estudo se justifica por várias razões. Em primeiro lugar, apesar da importância simbólica ou real, o que de fato acontece com o país, as transformações e a emergência de uma nova sociedade cubana, continuam sendo ignorados ou não recebem o tratamento adequado nos meios acadêmicos brasileiros. Ao longo desta década apareceram alguns estudos, mas não foi realizado no país um esforço científico profundo para compreender o que ocorreu na ilha e que tipo de sociedade está surgindo.

Além do quase silêncio acadêmico muitas das publicações, notícias e análises que se fazem sobre a situação do país ou sobre suas perspectivas em geral possuem um caráter ideológico, de esquerda ou de direita, deixando de analisar objetivamente a realidade cubana. Os críticos ou os favoráveis não conseguem perceber de forma mais completa o que acontece na ilha, e silenciam ou enfatizam demais apenas os aspectos favoráveis a sua argumentação.

As transformações em Cuba se referem à tentativa de adaptação a um mundo diferente daquele em que foi gestada: um mundo globalizado. A tentativa de compreender como o país procura combinar soberania nacional, que é um dos principais elementos da Revolução, e inserção no mundo globalizado pode lançar luzes sobre como os demais países latino-americanos, também subdesenvolvidos, poderiam se integrar neste processo sem a dissolução do tecido social. Da mesma forma, inúmeras questões relacionadas à tentativa de construção de uma ordem socialista continuam em aberto, principalmente a necessidade de identificação do tipo de socialismo que está emergindo na ilha, como este se combina (e em que medida isto afeta a legitimidade) com valores de mercado, e em que medida Cuba representa (e de que forma) a necessidade de se discutir propostas alternativas ao mundo liberal.

Afinal, quais as dificuldades enfrentadas pela ilha nos anos 90 e quais as estratégias adotadas para superá-las? Quais os elementos definidores da política externa cubana neste período e como compreender sua relação com determinados países da região? Estamos diante da emergência de uma nova diplomacia, em que o internacionalismo proletário foi substituído por uma “diplomacia social”? É a busca de resposta a estas questões, entre outras, que orienta o desenvolvimento do presente trabalho.

O objetivo geral aqui é analisar a redefinição dos laços internacionais e a reinserção cubana no novo contexto internacional, a partir de suas demandas internas e da busca por novos parceiros para suprir tal demanda. Diante disto, temos como objetivos específicos: analisar as características do novo contexto internacional; analisar as principais mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram ao longo da década, procurando compreender que tipo de regime e sociedade está emergindo no país; a partir das necessidades econômicas compreender como se deu a integração do país ao mundo globalizado em busca de sua sobrevivência; e, finalmente, compreender o desenvolvimento da política externa cubana no novo contexto internacional.

A hipótese central do trabalho é que a lógica da sobrevivência, devido à queda do bloco soviético, orientou a política interna e externa do país nos anos 90; tal lógica gerou um processo de reestruturação econômica e política no âmbito doméstico, alterando relativamente sua estrutura social e, principalmente, foi determinante para o desenvolvimento de novas estratégias em sua política externa promovendo uma redefinição da inserção internacional do país. Sendo assim, procuramos demonstrar que a liderança cubana foi parcialmente eficaz na garantia de sobrevivência, porém não conseguindo superar definitivamente os problemas que atingiram o país, o que significa no cenário internacional a manutenção de tensões e rupturas, derivadas, em grande medida, das críticas a sua estrutura política.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. O capítulo 1 procura analisar o desenvolvimento interno do processo revolucionário cubano para, em seguida, compreender o desenvolvimento da política externa revolucionária, entre os anos 60 e 80, analisando os princípios, diretrizes e ações da política externa cubana e discutindo a estratégia de “exportação da revolução” e os efeitos nesta política da aproximação com a URSS e os países socialistas. Analisa também o relacionamento cubano com a América Latina entre os anos 60 e 70 e com os principais fenômenos do contexto internacional da Guerra Fria, como a participação cubana no Movimento dos Países Não-Alinhados. O capítulo 2 trata do fim da Guerra Fria e do novo contexto internacional que emerge nos anos 90, procurando analisar as mudanças ocorridas no cenário internacional nos anos 90. Inicialmente discute-se o fim da Guerra Fria, com ênfase nas análises da derrocada da URSS e nos impactos para o sistema internacional do fim desta superpotência. Em seguida, discute a nova ordem internacional considerando a nova configuração de poder – a unipolaridade – e a hegemonia americana e seus efeitos. Finalmente, o capítulo discute os impactos da queda do socialismo real em Cuba, destacando os efeitos econômicos e os índices do chamado “período especial em tempo de paz”. O capítulo

3 trata do contexto interno cubano nos anos 90 analisando as razões de sobrevivência do regime cubano num contexto adverso e de crescente questionamento da legitimidade do mesmo. De início, procuramos apontar os elementos fundamentais que possibilitaram a Cuba e sua liderança a manutenção do poder. Em seguida, discute a estratégia adotada e as modificações introduzidas na esfera institucional, econômica e social e suas consequências. Finalmente, o capítulo 4 discute a política externa cubana nos anos 90, considerando a redefinição de seu objetivo fundamental, expressa na redefinição do interesse nacional do país e analisa os objetivos, os princípios e as estratégias adotadas para a superação do isolamento a que o país foi submetido, bem como a utilização desta política como suporte às mudanças internas que o país promoveu. Ainda, procura analisar os resultados desta nova estratégia, considerando os seus limites e possibilidades, e apontar uma resposta ao dilema fundamental enfrentado pelo país no pós-Guerra Fria: como Cuba solucionou a dicotomia isolamento ou reinserção?



Capítulo 1:

CUBA: REVOLUÇÃO E POLÍTICA EXTERNA

Este capítulo procura discutir a emergência e a institucionalização do processo revolucionário cubano e a política externa implementada ao longo da revolução até o fim do bloco soviético. Para tanto, analisa o desenvolvimento e as principais ações ocorridas depois da queda de Fulgêncio Batista e a construção do socialismo no país. Além disto, pretende compreender o desenvolvimento de sua política externa, a partir dos anos 60 até o fim dos anos 80, discutindo os princípios que a nortearam, desde a tentativa de “exportação da revolução” até a aproximação com a URSS e os países socialistas, procurando romper o isolamento a que se viu submetida, principalmente em relação à América Latina.

Na história da Cuba pré-revolucionária três elementos, entre outros, se destacam e nos ajudam a compreender a radicalidade de tal processo. Em primeiro lugar, a presença de um nacionalismo latente¹, derivado das guerras de Independência do século XIX², marcadas pelo anticolonialismo

1 Para uma análise do nacionalismo cubano ver, entre outros, *Cuba: do semicolonialismo ao socialismo* de Julio Le Riverend (1990, p. 59-71) e México e *Cuba: Revolução, Nacionalismo e Política Externa*, de Werner Altmann (UNISINOS, 2001, p. 20-54).

2 Cuba foi a última das colônias hispânicas a obter sua independência no século XIX, após a realização de duas guerras contra a coroa espanhola: a primeira, entre 1868 e 1878, teve como líderes Carlos M. Céspedes e Antonio Maceo; a segunda, realizada entre 1895 e 1898, liderada por Máximo Gomes e José Martí, terminou com a intervenção americana e a conquista de uma “independência tutelada” (SADER, 2001).

e anti-imperialismo, desenvolvidos na obra martiana³, porém suplantados pela emergência de uma soberania tutelada, definida na Emenda Platt presente na Constituição de 1902, que possibilitava ao governo americano interferir na ilha quando seus interesses estivessem em risco.

Sendo assim, o segundo aspecto é a presença predominante dos interesses americanos na definição da política e da economia cubana, através de movimentos anexionistas e da percepção de que Cuba era uma fronteira natural do país, como aponta Bandeira (1998). Tal presença tornaria o país uma virtual neocolônia americana, possibilitando a realização de inúmeras intervenções na primeira metade do século XX e, principalmente, estabelecendo uma ligação de dependência econômica que relembra as relações monopolísticas coloniais. Para se ter uma ideia, segundo López Segrera:

A independência de Cuba do domínio espanhol em 1902 representou a passagem do colonialismo espanhol para o neocolonialismo norte-americano. A ilha continuou a ser, essencialmente, uma plantação açucareira. Os assim chamados tratados de reciprocidade comercial com os EUA especializaram ainda mais o país como produtor de açúcar, lhe impedindo o desenvolvimento industrial. O mercado interno estava saturado de produtos manufaturados estadunidenses com preferências tarifárias em troca das que eram concedidas ao açúcar cubano. **Este modelo neocolonial aprofundou o subdesenvolvimento e a dependência da sociedade cubana.** A situação encontrada pela revolução ao chegar ao poder em janeiro de 1959 era a seguinte: o comércio exterior estava sob controle dos EUA, que fornecia 75% das importações e adquiria 66% das exportações cubanas; as reservas de divisas haviam di-

3 Dois exemplos emblemáticos da ação martiana neste sentido estão presentes na última carta escrita por Martí antes de morrer, na qual afirmava: “Vivi em el monstruo y le conozco las entrañas: -y mi honda es la de Davi” e a declaração de que sua luta era para impedir que os EUA, anexassem as Antilhas bem como “la anexión de los pueblos de nuestra América al Norte revuelta y brutal que los desprecia” (MARTÍ, 1992, citado por BANDEIRA, 1998, p. 31).

minuído de U\$ 513.9 milhões em 1952 para U\$ 84.5 milhões em 1958; os principais setores da economia- 100% da produção de níquel e 50% da produção açucareira- estavam em mãos de capitais norte-americanos, que usufruíam das melhores terras e de quase todas as minas; 90% dos serviços públicos de eletricidade e telefonia eram de propriedade estadunidense, bem como 50% das estradas de ferro e 23% das indústrias não-açucareira; o capital norte-americano, cuja estratégia investidora tendia a reforçar a deformação estrutural da economia, somava U\$ 1.1 bilhão que geravam rendimentos anuais de cerca de U\$ 100 milhões (LÓPEZ SEGRERA, 1993, p. 27-28).

Esta relação, portanto, fortalecendo os laços entre ambos os países, acentuava o caráter monoprodutor e dependente da economia cubana, gerando a percepção de que “sem cota não há país”, e certamente significa uma influência relativa destes interesses na política cubana. Mesmo considerando que havia correntes políticas para quem tal relação trazia benefícios para o país, havia setores descontentes que apontavam para os efeitos limitadores destes laços⁴ (SADER, 2001; BANDEIRA, 1998; COGGIOLA, 1998).

Finalmente, o sistema político cubano na primeira metade do século XX foi marcado, além da ingerência americana, pela instabilidade, pela corrupção e por regimes autoritários. Neste sentido, é emblemática a ocorrência de intervenções americanas (1902, 1906, 1928 e 1952), a ocorrência de dois golpes militares liderados por Batista (1932 e 1952) e o suicídio, ao vivo em um programa de rádio, de Eduardo Chibás, candidato favorito nas eleições de 1952 em repúdio à corrupção. Em suma, havia um ambiente favorável, condições objetivas para a emergência de um proces-

4 Ver os artigos “Antecedentes históricos de uma revolução anunciada”, de Eliane Anconi, “Cuba Livre?” de Tadeu Medeiros Nunes e “Cuba e EUA: uma história de hostilidades” de Maria Rita Guercio e Dorisney de Carvalho, entre outros, em *Revolução Cubana: história e problemas atuais*, organizado por Osvaldo Coggiola, São Paulo: Xamã, 1998.

so revolucionário que pudesse aliar a afirmação da soberania com justiça social, entendida como melhoria da condição de vida de grande parte da população, o que, sem dúvida, contribuiu para a vitória revolucionária de 1959.

A emergência da revolução marcou o início de uma nova etapa na vida do país, moldada pelo contexto internacional da época, que foi descrita de forma precisa na metáfora utilizada por Jean Paul Sartre⁵, no início dos anos 60, o qual, utilizando uma imagem comum ao Caribe, afirmava que um furacão havia passado pela ilha, apontando com isso os processos de transformação da velha ordem capitalista e de instauração da sociedade socialista. Esta revolucionava todos os aspectos da vida social: da educação à política, da economia à cultura, da posse pela terra ao lazer, da saúde ao esporte e assim por diante⁶. Mas quais eram efetivamente estas mudanças e como elas determinaram uma nova inserção internacional do país, alterando sua política externa, diante dos conflitos, limites e possibilidades que se apresentavam no cenário internacional?

É o que procuraremos responder a seguir, analisando os desdobramentos internos e a construção do socialismo cubano e, em seguida, o desenvolvimento de sua política externa delimitada por estes ideais. Mas antes convém definir os conceitos e os parâmetros que orientam a análise de política externa cubana.

5 Segundo Sartre: “A revolução é remédio em dose cavalár: uma sociedade quebra os próprios ossos a marteladas, arrasa estruturas, convulsiona instituições, transforma o regime de propriedade e redistribui seus bens, orienta a produção segundo outros princípios, buscando aumentar-lhe, o mais depressa possível, o índice de crescimento, e no instante mesmo da mais radical destruição procura reconstruir, procura dar a si mesma, com enxertos de ossos, um novo esqueleto. O remédio é drástico. Frequentemente é preciso impô-lo pela violência” (SARTRE, 1988, p. 21).

6 Ver Jean Paul Sartre, *Furacão sobre Cuba*, 5ª edição, Editora do Autor, 1998.

1.1. Política Externa: Uma Introdução Necessária

Como aponta Altemani (2005), a definição de política externa é problemática, pois muitas vezes é confundida como correspondente ou sinônimo de relações internacionais. Isto ocorre porque na tradição mais influente desta disciplina, a anglo-saxã, principalmente nos EUA estes termos são considerados equivalentes. Desta forma, também Arenal (1990) assinala que

Maiores dificuldades oferecem as denominações política exterior e política internacional, utilizada com frequência, sobretudo nos Estados Unidos, como sinônimos de relações internacionais. Por política exterior deve-se entender o estudo da forma como um Estado conduz suas relações com outros estados, se projeta para o exterior, isto é, refere-se a formulação, implementação e avaliação das opções externas, desde o interior de um Estado, vistas desde a perspectiva do Estado, sem atender à sociedade internacional como tal. Em nenhum caso cabe, pois, utilizar esta denominação como sinônimo das relações internacionais, pois estas referem-se a um objeto muito mais amplo (ARENAL, 1990, p. 21).

Sendo assim, podemos apontar que a política externa se refere a um dos elementos de política internacional, sendo mais delimitada e específica aquela e na qual o papel do Estado é preponderante. A ação estatal, determinada pelos conflitos e interesses condicionantes desta ação é fundamental para a compreensão da formulação e execução da política externa. No caso de Cuba, com um governo altamente centralizado e marcado pela necessidade de unidade, que se estende às diversas organizações sociais, o Estado foi e pode ser considerado como o ator preponderante na integração do país ao sistema internacional.

A preponderância do Estado, mesmo no contexto de globalização política, apesar do aumento de importância dos outros atores internacionais, ainda é apontada pelos analistas e operadores da política externa, como mostra Lafer (2000):

Apesar da multiplicidade de novos atores na cena internacional e do seu funcionamento em redes que são um dado da governança do espaço mundial, o Estado permanece como uma indispensável instância pública de intermediação. Instância interna de intermediação das instituições do Estado com a sociedade civil e instância externa de intermediação com o mundo, em função das especificidades que caracterizam os países e que explicam as distintas visões sobre as modalidades de sua inserção no sistema internacional (LAFER, 2000, p.7).

Para Wilhelmy (1988), a política externa se refere ao conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados, utilizando-se de diversos mecanismos e estratégias para alcançar os fins almejados. Além disto, o autor enfatiza o caráter dinâmico de tal ação, apontando que os estados combinam diferentes variáveis, e de diversas formas, através de um processo de reavaliação, que apesar de certas linhas de continuidades, promove, quando necessário, algumas rupturas. Neste sentido, afirma que:

a política exterior projeta para outros estados aspectos relevantes da política interna de um estado. Em segundo lugar, a política exterior contém as reações estatais às condições (estruturas e processos) prevalentes no sistema internacional, transmitindo algumas delas aos agentes políticos internos (WILHELMY, 1988,p.149).

Podemos destacar que apesar de independentes, há uma inter-relação dinâmica entre as duas esferas de atuação estatal, que se influenciam e se complementam mutuamente, o que conduz a alterações e mudanças diante do novo quadro interno ou internacional.

Russel (1990) amplia este conceito apontando que a política externa é uma área particular da ação dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis: a político-diplomática, a militar estratégica e a econômica. A interação entre elas, definindo a política externa adotada

pela nação, projeta-se no âmbito externo ante uma ampla gama de atores e instituições governamentais e não-governamentais, tanto no plano bilateral como no multilateral⁷. É o que aponta também Lafer (1987) ao afirmar que

a harmonização das necessidades internas com as possibilidades externas, ou seja, a proposta de inserção de um país no mundo, se faz em três significativos campos atuação: o campo estratégico-militar, que traduz o que um país significa, ou pode significar, para outros como aliado, protetor ou inimigo em termos de riscos de guerra e desejos de paz; o campo das relações econômicas, que explicita a importância efetiva ou potencial de um país para outros como mercado; e, o campo dos valores, que revela a importância de um país enquanto modelo mais ou menos a fim de vida em sociedade (LAFER, 1987, p.73-74).

Isto implica numa maior complexidade da política externa, bem como a compreensão dos distintos contextos em que esta se desenvolve, como elemento importante para a compreensão de sua dinâmica, na medida em que determina seus condicionantes e possibilidades dentro do contexto no qual se desenvolve.

Como aponta Altemani, não há, entre os analistas, discordância de que o sistema internacional afeta o comportamento dos Estados. Segundo ele “No caso da América Latina, por exemplo, as diferentes análises vem especialmente demonstrando a sensibilidade e a vulnerabilidade da região às variáveis externas” (ALTEMANI, 2005, p. 8). Também Celso Lafer aponta que

toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar o quadro interno de um país, com seu contexto externo. É por isso que, na análise da política externa de

7 Citado por Altemani (2005).

um Estado convém, analiticamente, levar em conta duas dimensões distintas, porém complementares. A primeira diz respeito às normas de funcionamento da ordem mundial num dado momento. A segunda trata de esclarecer as modalidades específicas de inserção de um estado na dinâmica de funcionamento do sistema internacional (LAFER, 1984).

Desta forma, podemos notar que a política externa é condicionada por uma interação entre os fatores internos e externos, imprescindível para entender o caso cubano e a redefinição de sua política externa nos anos 90, considerando as alterações no contexto internacional e seus profundos impactos no país, bem como as demandas internas.

Podemos destacar ainda que a implementação da política externa se desenvolveu através da combinação de elementos estruturais e conjunturais. O primeiro se refere à distribuição de poder no sistema internacional e os elementos definidores da Ordem Internacional, que variam conforme o contexto histórico⁸.

Como apontaremos no capítulo seguinte, e como observado por inúmeros estudiosos, o fim da Guerra Fria significou uma redefinição da ordem internacional, alterando estruturalmente o sistema internacional, gerando uma nova ordem mundial, com a emergência da hegemonia americana e o advento da unimultipolaridade (NYE, 2002). Além disto, os aspectos conjunturais representam também fatores de pressão e/ou constrangimentos que condicionam a política externa de um país; neste sentido, a análise que desenvolvemos considera que as demandas internas, econômicas, políticas e sociais, contribuíram para a redefinição da inserção

8 A Ordem Internacional, segundo a abordagem realista baseada no conceito de equilíbrio de poder, tem variado nos últimos dois séculos e pode ser compreendida da seguinte forma: Multipolar, típica do século XIX; Bipolar, típica do século XX com a Guerra Fria e Unimultipolar, do período pós Guerra Fria (PECEQUILLO, 2004, p. 125-126). .

cubana. Vale ainda ressaltar que devido ao caráter dependente de Cuba (inicialmente dos EUA e posteriormente da URSS), tais fatores são acentuados, como aponta Moura (1980)

A política externa de um país, simultaneamente, ao sistema de poder em que se situa, bem como as conjunturas políticas, interna e externa (a saber, o processo imediato de decisões no centro hegemônico, bem como nos países dependentes). Essa hipótese, por um lado, acentua a necessidade de conjugar as determinações estruturais, que delimitam o campo de ação dos agentes decisores, com as determinações conjunturais, dadas pela decisão e ação dos policy-makers; por outro lado, repele a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo das decisões do centro hegemônico e nega também que se possa entendê-la mediante o exame exclusivo das decisões no país subordinado (MOURA, 1980).

Outro elemento fundamental para a compreensão da política externa, e do caso cubano em particular, refere-se ao processo decisório, ou seja, a compreensão de como se dá a tomada de decisões nesta área. Conforme aponta Altemani (2005), seguindo os passos de Arenal (1990), tal processo possui, genericamente, os seguintes elementos. Em primeiro lugar, esta compreensão deriva da análise do Estado e do sistema internacional. Em segundo lugar, estima-se que os indivíduos e os órgãos que têm essa responsabilidade atuam considerando o próprio sistema político nacional, com todas as suas forças e fatores, como o sistema internacional. Ainda, a percepção desempenha um papel importante, no sentido de que o modo como é percebida a realidade com suas oportunidades e riscos, e não tal como ela é, determina, em grande medida, a decisão. Finalmente, há uma tendência a se considerar o processo de tomada de decisão como algo racional, em que os atores procuram maximizar as oportunidades e minimizar os riscos.

A partir destas considerações podemos identificar três correntes distintas sobre tal processo. A primeira, denominada de clássica, baseia-se

no comportamento de um ator racional unitário, que considera de modo unificado e racional os meios necessários para alcançar os objetivos previamente determinados. A segunda, que enfatiza o processo organizacional, considera que a política externa é resultado da interação entre diversas organizações governamentais coordenadas por seus líderes, sendo portanto fruto de um processo determinado pelo poder e capacidade de influência de cada órgão. Finalmente, a terceira, a política burocrática, considera que a tomada de decisão não é fruto da convergência entre as diferentes agências estatais, mas, pelo contrário, da intensa concorrência entre elas, apontando que cada uma possui diferentes percepções e prioridades, agindo conforme seus interesses específicos (ALTEMANI, 2005, p. 19).

Finalmente, para uma compreensão adequada do processo decisório na política externa deve-se considerar a distinção entre formulação e implementação desta. Tal distinção é importante, não apenas para avaliar adequadamente a atuação estatal e governamental, mas porque considera o meio e os objetivos que se impõem a tal política; isto ocorre devido à constatação de que o meio em que a política externa é formulada equivale ao meio em que a própria política interna é concebida, sendo que o meio em que é implementada difere, pelo menos relativamente, da implementação da política interna.

No caso de Cuba, deve-se considerar que o Sistema Internacional é imprescindível, pela configuração de poder neste sistema, devido à sua proximidade, o relacionamento conflituoso com uma grande potência mundial e a sua inserção no contexto regional específico, o sistema interamericano⁹, considerando também seus condicionantes e suas possibilidades.

9 Para uma análise mais específica do contexto regional ver, entre outros, Luis F. Ayerbe, *Os EUA e América Latina: a construção da hegemonia* (2002) e Moniz Bandeira *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina* (1998).

Sugerimos que para se compreender adequadamente o desenvolvimento da política externa cubana deve-se considerar em primeiro lugar a dinâmica entre política externa e política interna e suas implicações, levando em conta os desafios domésticos e as possibilidades e limites determinados pelo contexto internacional. Além disto, deve-se considerar o processo de definição, elaboração e implementação dos objetivos da política externa que, combinados com a dinâmica interna do processo revolucionário, fornecem um quadro apropriado do desenvolvimento desta no período posterior a 1959. Assim, analisamos a seguir o processo de construção do socialismo cubano, considerando os principais aspectos domésticos, e, em seguida, procuramos apontar os princípios e características que orientaram a política externa cubana até o fim do bloco socialista e a emergência da nova internacional.

1.2. A Construção do Socialismo: A Utopia Subsidiada¹⁰

Apesar de possuir raízes nas lutas do século XIX, a conquista do poder por Fidel e os revolucionários bem como as ações que desenvolveram tem como referência imediata o contexto cubano dos anos 50. Neste se destaca a implantação de uma Ditadura, por parte do general Fulgêncio Batista, que, segundo Ayerbe (2004), incorporava os elementos que mencionamos anteriormente, reforçando a ligação com os EUA, e desenvolvia um regime em que se viam ausentes a liberdade e a melhoria das condições de vida da população.

A revolta contra este regime de força envolveu a luta de diversos grupos políticos¹¹, entre os quais se destacou o Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, que havia pertencido ao Partido Ortodoxo

10 Este termo foi utilizado por Alfonso (1998).

11 Para uma análise sucinta deste período ver o artigo “O processo revolucionário 1953-1959”, de Odir Alonso Júnior (COGGIOLA, 1998).

Cubano, e que realiza sua primeira grande ação com o ataque ao quartel de Moncada na cidade de Santiago de Cuba, em 1953, do qual resulta sua prisão. Tal evento é importante, pois ao defender-se perante o tribunal que havia de condená-lo, Fidel irá desenvolver o documento “A história me absolverá” (1986), que define os parâmetros para a luta insurrecional posterior. Ele define o regime de Batista da seguinte forma:

Era uma vez uma república. Tinha sua constituição, suas leis, suas liberdades; presidente, congresso, tribunais; todo mundo podia se reunir, organizar-se, falar e escrever com inteira liberdade. O governo não satisfazia o povo, mas o povo podia mudá-lo e só faltavam uns dias para que o fizesse. Existia uma opinião pública respeitada e acatada, e todos os problemas coletivos eram discutidos livremente. Havia partidos políticos, horas de propaganda pelo rádio, debates na televisão, atos públicos, e no povo palpitava o entusiasmo. (...) Pobre povo! Uma manhã a cidadania despertou estremecida; nas sombras da noite os espectros do passado tinham se conjurado enquanto ela dormia, e agora a tinham agarrada pelas mãos, pelos pés e pescoço. Aquelas garras eram conhecidas, aquelas gargantas, aquelas foices de morte, aquelas botas... Não, não era um pesadelo; tratava-se da triste e terrível realidade: um homem chamado Fulgêncio Batista acabava de cometer o crime que ninguém esperava...¹² (CASTRO, 1986, p. 8).

Além disto, o autor denunciava os problemas sociais e estabelecia as medidas que seriam executadas por este movimento. Em relação aos problemas, denunciava entre outros, a condição de vida dos camponeses, a distribuição desigual das terras com mais da metade nas mãos de estrangeiros, os problemas de habitação e dos aluguéis, o desemprego que chegava a um milhão de pessoas no período da entressafra, numa população de cinco milhões de habitantes.

12 Citado por Sader (2001, p. 26).

Diante deste quadro, o que propunha era uma melhoria das condições de vida, com um caráter destacadamente nacionalista e não pela via socialista¹³, que pode ser observado pelas medidas que o movimento deveria tomar, caso alcançasse o poder: o reestabelecimento da Constituição de 1940; a posse de terras pelos colonos que nelas trabalhavam e a indenização dos proprietários; o direito de participar em 30% dos lucros das empresas para os operários; o direito de participar em 55% nos rendimentos da cana de açúcar; e o confisco dos bens dos envolvidos em corrupção. Em suma, considerando o contexto histórico, tratava-se de um programa eminentemente nacionalista e reformista, sem a radicalização do período posterior.

Em 1955, os revoltosos são anistiados e muitos deles se deslocam para o México para dar continuidade à luta contra a ditadura. Depois de um período de organização e treinamento, retornam e travam uma luta revolucionária que se estende até a derrubada de Batista, em 1959. Nesta etapa, é preciso destacar que inúmeros grupos realizavam a oposição ao regime de Batista, sendo que os principais eram: o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário. Além disto, a liderança de Fidel Castro se acentuou devido ao caráter moderado de suas posições e declarações, em que predominavam propostas relacionadas com melhorias das condições de vida e posturas nacionalistas.

Quando se trata de analisar o regime adotado em Cuba pós-59, algo que chama a atenção é a necessidade de compreender a natureza do socia-

13 Apesar de não existir consenso sobre o desenvolvimento da concepção socialista em Fidel, podemos apontar duas tendências: a primeira aponta que se tratou de uma estratégia para garantir o apoio dos moderados na luta contra Batista, mas que o líder cubano já possuía concepções marxista-leninistas desde o ataque ao Quartel de Moncada; a segunda aponta que tal concepção foi desenvolvida ao longo da luta revolucionária e se consolidou no início dos anos 60, diante da aproximação com a URSS. Pelas fontes históricas, pelos testemunhos e pelo desenvolvimento do processo revolucionários acreditamos ser mais viável a segunda opção.

lismo adotado no país. As análises produzidas nos anos iniciais, entre elas de Sartre e Florestan Fernandes¹⁴ entre outros, e reafirmadas por Ernesto Guevara e pelo clássico de Régis Debray, “Revolução na Revolução”, são marcadas pelo extremo otimismo em relação à construção do socialismo no país e procuram destacar os elementos inovadores do socialismo cubano, entre eles, a intensa mobilização popular, a construção de um aparato administrativo, a importância da liderança de Fidel Castro e sua percepção e capacidade de agir politicamente, a crença de que Cuba poderia representar o primeiro passo no movimento revolucionário mais amplo e profundo no Terceiro Mundo, principalmente na África e na América Latina, e, não menos importante, a percepção de que Cuba poderia construir um socialismo *sui generis*, sem os desvios e os equívocos do socialismo soviético. Esta visão também era reforçada pela ação da liderança cubana, destacadamente de Fidel Castro e de Ernesto Guevara, na tentativa de combinar justiça social com superação do subdesenvolvimento, através da ênfase na consciência e vontade coletivas, na construção de um poder popular baseado na intensa mobilização através de inúmeras manifestações que marcaram os primeiros anos da década de 60 e que, de certa forma, persistem até os dias atuais, mobilizando milhares de cidadãos cubanos diante de certas causas e projetos, como a defesa da revolução e suas realizações.

Apesar disto, pode-se compreender que tal postura foi marcada pelo extremo otimismo e voluntarismo, e também por certa dose de ingenuidade já que o contexto internacional e as condições internas dificultavam, ou melhor, impossibilitavam em sua plenitude a realização de tal projeto. De um lado, internamente, as dificuldades econômicas e a extrema dependência do país, alicerçadas pela sua história em que um país, primeiro a Espanha e depois os EUA, ocupou o papel de principal parceiro

14 Ver Florestan Fernandes, *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Ed. TAQ, 1979.

e mercado essencial para o seu principal produto, o açúcar, impuseram barreiras que não poderiam ser superadas apenas com boa vontade e projetos voluntariosos.

Além disto, os rumos do conflito cubano-americano, com a radicalização interna e a imposição de um embargo econômico que dura até hoje, limitaram profundamente a capacidade de autonomia e inovação da experiência cubana. Soma-se a isto o contexto internacional da década de 60, fortemente determinado pela Guerra Fria, pela ausência de outros pólos de poder e pelo conflito sino-soviético para se constatar que tal projeto, construir um socialismo *sui generis*, não poderia se realizar em sua plenitude e que a possibilidade de sobrevivência do regime cubano só poderia se desenvolver na medida em que seus laços com a grande potência socialista fossem aprofundados. Isto garantiria o apoio militar e econômico para enfrentar a potência vizinha e inimiga, mas ao custo da importação de certas estruturas e vícios e da diminuição da autonomia e da originalidade do projeto em construção. Esta tensão esteve presente desde o início da construção do socialismo cubano e determinou os rumos da revolução, seus limites e potencialidades.

Tal tensão, sua amplitude e significado, foi argutamente captada pela definição de Alfonso (1998) que denomina este período de “utopia subsidiada”. Segundo ele, a realização dos dois objetivos básicos da revolução socialista cubana, a nivelção e a mobilidade social, acabaram mostrando a contradição e os limites do projeto cubano. O primeiro teve como ponto de partida o radicalismo dos anos 60, levando a virtual liquidação dos setores burgueses e de boa parte da classe média através do predomínio de formas sociais e estatais de propriedade dos meios de produção, muitas vezes através da incorporação acrítica dos mecanismos adotados nos países do socialismo real¹⁵. Aliado a isto se desenvolveu o segundo objeti-

15 Entre eles podemos destacar a aceitação da divisão internacional proposta pela

vo, marcado pela mobilidade ascendente das maiorias, principalmente nos anos 70, apoiado em programas estatais de provisão de empregos e de serviços sociais que alcançavam a maioria absoluta da população.

Tais objetivos foram se desenvolvendo com base em duas categorias sociais, que impediam o auto-reconhecimento das identidades setoriais mesmo quando as condições objetivas conduziam a uma diferenciação, fundadas nos conceitos de povo e vanguarda. No primeiro, reconhecia-se a grande maioria da sociedade que atuava como o veículo sociopolítico de transformação social e de defesa nacional; no segundo, estavam os grupos organizados no seio do Partido Comunista Cubano, que orientavam e conduziam as transformações. Tal distinção, segundo Alfonso (1998), toma como base o modelo leninista de organização e sua consequência mais imediata é a reprodução dos vícios e das contradições do socialismo real, principalmente no que se refere à concentração de poder.

Isto significa que a classe política revolucionária exerceu o poder em condições quase monopolistas em pelo menos três dimensões. Em primeiro lugar, na atribuição de recursos por meio de uma planificação centralizada, aprofundada nos anos 70, que garantiu um crescimento extensivo com recursos relativamente abundantes, apoiados pelos subsídios soviéticos, mas com base em uma produção pouco exigente, uma distribuição equitativa e um consumo subsidiado. Em segundo lugar, a adoção do modelo leninista de organização política foi constituída por um sólido mecanismo de controle político, não só em relação à repressão das tendências antissistema, mas principalmente em relação à mobilização e à socialização de valores e condutas políticas. Finalmente, a produção de uma ideologia crível e legitimadora, operando como um paradigma teleológico,

CAME e a manutenção de uma economia agrário-exportadora; a perseguição a membros de seitas religiosas; a adoção do planejamento centralizado em condições adversas e o modelo leninista de partido, entre outros.

que gerava unidade e certeza enfatizando a relação entre o existente, o melhor e o possível, bem como enfatizando valores da cultura nacional como os princípios éticos da política, o patriotismo, o internacionalismo e a equidade social, entre outros, que podiam ser facilmente compreendidos pelo cidadão comum (ALFONSO, 1998, p. 130).

O resultado foi que:

Entretanto, este esquema continha sérias contradições originadas dos seus propósitos declarados de socialização do poder e a sua apropriação paulatina por uma camada burocrática emergente durante os anos 60 e definitivamente consolidada na década seguinte, à sombra do chamado processo de institucionalização. Em termos sistêmicos, a consolidação do estamento burocrático só pode ser conseguida a partir da extensão de relações clientelistas-paternalistas, da detenção do processo de socialização do poder e, por conseguinte, do congelamento do desenvolvimento socialista do projeto. A história ocupou-se em mostrar tanto as virtudes quanto os inconvenientes deste tipo de ordenamento de regulação socio-política (ALFONSO, 1998, p. 131).

Desta forma, tal estratégia política foi eficaz ao promover uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis, facilitando a mobilização, promovendo uma cultura política solidária e permitindo o êxito parcial no enfrentamento de um inimigo externo poderoso, porém manteve o caráter dependente da economia cubana e, mais importante, contribuiu para a sua obsolescência, principalmente quando a mobilidade e a alta qualificação começaram a se chocar com a rigidez dos mecanismos de controle socio-políticos contribuindo, segundo o autor, para produzir certas disfunções e para a emergência do mercado, nos anos 90 como ator destacado de remodelação de recursos e distribuição do magro excedente e das relações de poder.

Outra análise que reforça as dificuldades da construção do socialismo cubano é desenvolvida por Bandeira (1996). Para ele, o traço marcante deste, que se torna evidente com o desaparecimento do bloco soviético,

é a construção de um socialismo dependente que mostrou sua face, de forma dramática, nas dificuldades econômicas enfrentadas no início dos anos 90 e na emergência de mecanismos de mercado para a superação das mesmas. Segundo ele, o desaparecimento do bloco socialista aliado à manutenção do embargo americano são razões importantes, mas não suficientes, para explicar as dificuldades que o país atravessou. Isto deve ser complementado pela natureza e a forma como foi implementado o socialismo no país, pois

... ao pretenderem mudar o modo de produção capitalista e saltar para o socialismo sem modificar a estrutura predominantemente agroexportadora do país e o padrão de sua inserção no mercado mundial, que se assentava na troca de commodities por manufaturas. O projeto de industrialização, acalentado nos primeiros anos da revolução por Ernesto Che Guevara, frustrou-se na medida em que Cuba se integrou a comunidade econômica do Bloco Socialista, subordinando-se a divisão internacional do trabalho que o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (COMECON), sob a direção da URSS, planejava e estabelecia. Assim, o governo revolucionário, ao entrar em conflito com os EUA naquele contexto da Guerra Fria e da bipolaridade internacional de poderes, apenas transferiu a dependência econômica de Cuba, de tipo neocolonial, dos EUA para a URSS, da qual continuou como simples fornecedora de açúcar. *A grande contradição de Fidel Castro, ao defender a independência nacional de Cuba, foi deixar que a Revolução enveredasse pelo caminho do socialismo dependente* (BANDEIRA, 1996, p. 3, grifo nosso).

Desta forma, o socialismo dependente adotado em Cuba propiciou os recursos de curto e médio prazo para a sobrevivência econômica e militar do país e a constituição de um aparato político-econômico que internamente adotou, em grande medida, o modelo soviético e no limite conduziu o país a uma nova dependência, de tipo neocolonial, que pode ser constatada quando se analisa a amplitude e a profundidade do comér-

cio exterior com a URSS¹⁶ e o quase colapso que o país enfrentou no início da década passada com o desaparecimento desta, tornando visíveis suas contradições.

O processo revolucionário em Cuba é complexo e abrangente, as medidas socializantes adotadas pelo país atingiram todos os campos de atuação humana e alteraram profundamente o quadro socioeconômico da ilha. Estas transformações também acabaram determinando os limites e as possibilidades de Cuba se reinserir no mundo após a derrocada do socialismo real. Para compreender adequadamente tal quadro é preciso analisar o processo de construção do socialismo cubano ao longo das últimas três décadas e as escolhas realizadas pelos seus dirigentes, buscando analisar as feições de tal experiência.

Com a vitória revolucionária de 1959, uma nova fase se inicia na história do país. Para além da mitologia criada ou desenvolvida para explicar o que ocorreu no país, é possível compreender objetivamente as mudanças introduzidas pela nova elite no poder.

Desde então, é possível identificar quatro fases diferentes da revolução cubana¹⁷. A primeira, que podemos chamar de transição revolucionária, se estende de 1959 a 1962, procura iniciar o processo de mudanças com a participação de diversos segmentos da política cubana; a segunda, denominada de radical ou de socialista revolucionária, se estende de 1962 a 1970, é a da construção do socialismo; a terceira, denominada de institucionalização socialista, se estende de 1970 a 1989, e é marcada pela afirmação da estrutura socialista e consolidação do poder governamental, pelo

16 Como apontaremos e analisaremos no próximo capítulo.

17 Não há um consenso entre os historiadores sobre tais fases. Alguns como Sartre e Florestan, apontam para duas fases: a transição revolucionária e a construção do socialismo; outros como Sader e Ayerbe, em que concorda Domingues, apontam para três fases: transição, construção do socialismo e institucionalização. Neste sentido, ver também Riverend, *Cuba: do semicolonialismo ao socialismo* (1990).

fortalecimento da relação com a URSS e pelo programa de “Retificação dos erros”, a partir de 1985. Finalmente, o “período especial em tempos de paz”, que se estende de 1990 até hoje, caracterizado por reformas e mudanças constitucionais, políticas e econômicas para garantir a sobrevivência depois da queda do bloco soviético¹⁸ (BANDEIRA, 1996; SADER, 2001; DOMINGUEZ, 1998; *RIVEREND, 1990*; AYERBE, 2004).

A etapa da transição revolucionária (1959-1962) pode ser caracterizada por um período inicial marcado pela moderação, principalmente a nível governamental, que, a partir de 61, é substituída pela radicalização ideológica e política. A compreensão deste período combina a análise da ação cubana em relação a três dimensões fundamentais: as mudanças internas e a tensão entre moderação e radicalismo, a relação crítica com os EUA e, finalmente, a aproximação com a URSS.

Em relação ao primeiro aspecto, as mudanças internas, destaca-se um descompasso entre o governo formal, liderado inicialmente por Manuel Urrutia¹⁹ e, em seguida, por Osvaldo Dorticós e o poder real, encarnado por Fidel Castro e outros líderes revolucionários. Para o primeiro, tratava-se de levar a cabo um programa de moralização e desenvolver um programa moderado, tendo como eixo uma ampla coalizão política. Dentro desta perspectiva é que se pode compreender a adoção do programa descrito no texto de “A história me absolverá” e a implementação de uma série de medidas como a redução do preço dos aluguéis, livros e eletricidade, a liberação do uso público das praias e ações de confisco de bens

18 Esta etapa será analisada especificamente e de forma mais aprofundada no capítulo 3, devido às implicações para o desenvolvimento deste estudo.

19 Advogado e jurista, havia participado do julgamento de Fidel Castro no ataque ao quartel de Moncada. Era considerado moderado e íntegro, daí a escolha de Fidel, para conduzir a transição do país depois da derrota de Batista. Foi apontado como presidente ainda na luta revolucionária, em 1958. Governou até meados dos anos 60, quando renunciou e se exilou em Miami.

de corrupção. No entanto, estas medidas ainda não eram suficientes para apagar o ímpeto revolucionário, e sob elas se desenvolvia outra estratégia²⁰.

Um dos primeiros sinais do radicalismo que se desenvolveria posteriormente refere-se ao julgamento e a execução de cerca de 400 pessoas que haviam sido colaboradores e executores de crimes no governo Batista, gerando críticas de parte da opinião pública internacional²¹.

Além disto, o poder político parecia se deslocar cada vez mais para instituições com a predominância dos setores mais radicais, como ocorreu com o INRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) que elaborou as leis promulgadas neste setor e pouco a pouco passou a elaborar as principais medidas na área econômica por concentrar os principais quadros econômicos revolucionários do país. Também temos a criação e a consolidação de inúmeras instituições de massas, que terão um papel decisivo no desenvolvimento posterior da Revolução, entre elas podemos destacar: a Federação das Mulheres Cubanas (FMC), a Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), e o próprio desenvolvimento do partido revolucionário, denominado inicialmente de

20 Como aponta Tad Szulc, entre outros, desde o início de fevereiro de 1959 se reuniam secretamente numa casa próxima de Havana, numa praia denominada Tamará, Fidel, Che e outras lideranças revolucionárias com membros do PSP, o partido comunista de Cuba. Neste local foi redigida a Lei de Reforma Agrária e se tomaram decisões fundamentais deste período.

21 Segundo Szulc, Fidel reconhece que o número correto é de cerca de 550 pessoas, fuziladas entre 1959 e 1960, quando esta prática deixou de existir. Aponta também que não foi um banho de sangue como ocorreu em outras revoluções tradicionais (México, Rússia e China) ou processos latinoamericanos (Venezuela em 1952 e República Dominicana em 1961). Para ele, tais críticas derivavam principalmente de uma interpretação diferente sobre a justiça. No caso cubano, a base era o código napoleônico e a ênfase na justiça moral, enquanto que para a imprensa e o governo norte-americanos a base legal era dada pelo direito consuetudinário e a ênfase era nos aspectos jurídicos e procedimentais do processo (SZULC, 1987, p. 567-569).

Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), depois Organização Revolucionária Integrada (ORI), até chegar à sua denominação atual Partido Comunista de Cuba (PCC). Finalmente, o processo de radicalização se torna visível nas medidas e leis promulgadas pelo governo, entre elas se pode destacar uma segunda lei de Reforma Agrária²², a Lei de Propriedade e o processo de nacionalização de aproximadamente 380 empresas do setor bancário, elétrico, telefônico e de transportes, entre outros, de origem americana, principalmente, canadense ou *européia*, acentuando a tensão das relações cubano-americanas (SZULC, 1987; AYERBE, 2004; SADER, 2001).

Até os anos 60, os EUA haviam ocupado um papel central nas relações externas cubanas, tendo um papel predominante na economia e determinante na política interna, desenvolvendo relações intensas com a ilha. Para qualquer processo de transformação política, seria preciso levar em consideração a postura que o governo americano iria desenvolver. É consensual que, apesar de alguns membros do grupo revolucionário apontarem para a inevitabilidade do conflito e a incompatibilidade entre os interesses americanos e dos países latinos, durante o processo revolucionário não se encontram de forma explícita nenhum discurso ou documento que remetesse à tensão e ao rompimento posteriores. Então como explicar o conflito que se consolida neste período entre os países e que gerou um dos embargos econômicos mais longos e profundos da história contemporânea?

A explicação é difícil e complexa, mas podemos destacar alguns elementos. Em primeiro lugar, e objetivamente, estão as medidas adotadas

22 Segundo Nuñez Jimenez, geógrafo e líder cubano, “Durante dois meses participamos de reuniões que varavam as noites em Tarará, onde Che Guevara estava recuperando sua saúde. Fidel Castro fazia questão de saber cada item que escrevíamos no novo texto da lei de reforma agrária, a peça central da legislação revolucionária, sugerindo idéias e modificações” (citado por SZULC, 1987, p. 559).

pelo novo governo que atingiram os interesses americanos e a reação do governo americano diante de tais medidas, principalmente as referentes à reforma agrária, as desapropriações e as nacionalizações em diversos setores que feriram os interesses dos capitais no país. Tais medidas, tomadas ao longo de 1959 e 1962, foram elevando as tensões entre os dois países e foram sintetizadas de maneira resumida e arguta por Ayerbe (2004, p. 62-63) da seguinte forma: pressões para restringir a venda de combustíveis que obrigaram o país a recorrer ao petróleo soviético o que levou companhias americanas como a Texaco e outras como a Esso e a Shell a se recusarem a refinar tal petróleo; a redução da cota de importação do açúcar em 95%; a nacionalização, em agosto e outubro de 1959, de propriedades e empresas privadas nacionais; o rompimento de relações diplomáticas, em janeiro de 1961; o bombardeio, em abril de 1961, de quartéis e aeroportos cubanos por aviões dos EUA; a proclamação do caráter socialista da revolução, no mesmo mês; a invasão da Baía dos Porcos, apoiada e financiada pelos EUA; a expulsão de Cuba da OEA, em janeiro de 1962; o decreto do bloqueio econômico, com a proibição de importações de produtos cubanos ou outros importados através do país, em março de 1962; e a instalação e a crise dos mísseis, em outubro do mesmo ano, que levou o mundo à beira de um conflito nuclear.

A agudização que se processou neste período é, portanto, fruto das medidas adotadas pelo governo que, em grande medida, afetavam os interesses americanos e, por outro, da estratégia cada vez mais clara do governo americano de eliminar Fidel Castro e as lideranças revolucionárias (BANDEIRA, 1998; SZULC, 1987).

Em relação ao primeiro aspecto, Dominguez (1998) aponta que a viagem de Fidel aos EUA, acompanhado pelos ministros da Fazenda e da economia e o presidente do Banco Central, em abril de 1959, representou o prazo limite para as definições de posições. Neste sentido, a recusa cubana em solicitar ajuda, explicitada pelo próprio Fidel Castro, significou uma resposta negativa e enfática, na percepção americana, às questões que

incomodavam este governo, e que são apontadas pelo autor da seguinte forma:

El nuevo gobierno de Cuba quería una relación estrecha con los Estados Unidos? Estaba la revolución decidida a que Cuba fuese um país abierto y provechoso para las empresas multinacionais? Podrían sus líderes llevar a cabo una revolución auténtica y radical con el apoyo de la United Fruit Company, la Coca-Cola, el Chase Manhattan Bank o la Standart Oil? Aceptaria Fidel Castro la austeridad económica que predicaba el Fondo Monetário Internacional, abrazaría a Richard Nixon, vicepresidente dos Estados Unidos, y proclamaría la amistad entre ambos ante las puertas de la base naval de Guantánamo? (DOMINGUEZ, 1998, p.186).

Provavelmente a respostas a estas e outras questões pertinentes, significavam a impossibilidade de atender as demandas revolucionárias e aumentariam a incompreensão e o conflito entre as partes envolvidas. Desta forma o autor concluiu que

Asi pues, un reducido número de líderes revolucionários llegó a la conclusión, adelantándose mucho al resto de la ciudadanía, de que era imposible llevar a término una revolución em Cuba um sin grave enfrentamiento con Estados Unidos. Una revolución requeriría que se cumplieran las promesas de efectuar extensas reformas agrárias y probablemente una nueva y transcendental intervención del Estado en las empresas de servicios públicos, la minería, la industria azucarera y tal vez en otros setores industriales. Dada la importância de las inversiones estadounidenses en tales sectores, así como la hostilidad que el estatismo despertaba en este país, la revolución en el país entrañaría inevitablemente un enfrentamiento en el exterior (DOMINGUEZ, 1998, p. 187).

Em suma, o nacionalismo presente na revolução cubana tornava improvável um desfecho consensual, apontando para a inevitabilidade do conflito, que foi dinamizado pelo contexto histórico, a Guerra Fria, e a tradição de interferência americana na ilha.

Sendo assim, como apontam Bandeira (1996) e Sader (2001), entre outros, o conflito, apesar de inevitável, foi antecipado e amplificado pela postura tradicional americana diante da América Latina²³. Neste sentido, os autores procuram enfatizar a concepção e as inúmeras intervenções realizadas pelo país ao longo da primeira metade do século XX, principalmente aquela que estava viva na memória das lideranças do movimento, a principal delas a intervenção na Guatemala em 1954 que havia derrubado o governo nacionalista de Jacob Arbenz²⁴. Havia uma desconfiança inicial, plenamente justificada, em relação às atitudes americanas que foram se confirmando com a adoção das medidas iniciais contribuindo para a aceleração e a agudização do conflito entre os países. Neste sentido, Sader aponta que

O apoio do governo Eisenhower as forças contra-revolucionárias foi claro desde as primeiras semanas de triunfo dos barbudos em Havana e se supunha que o precedente da experiência guatemalteca, de que “Che” Guevara tinha participado, se repetiria em Cuba. Embora as medidas do novo governo não tivessem um cunho tão radical, sua consistência e firmeza diferenciavam-nas dos programas que os sucessivos governos saídos de eleições fraudulentas, golpes militares ou por interferência dos norte-americanos se acostumavam a abandonar rapidamente uma vez chegados ao poder (SADER, 2001, p. 61).

23 Para uma análise sintética da política americana ver Ayerbe (2004), especialmente o capítulo 2, e Ayerbe (2002), *Os Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. Para um relato minucioso ver o excelente livro de Luis S. Salazar “Madre América- un siglo de violencia y dolor (1898-1998) (2006).

24 Para uma análise desta intervenção, e do papel do governo americano, ver Bandeira (1996) e Rivas (1990), entre outros. Segundo este, “A conspiração que derrubou Arbenz teve um ativo apoio interno, sem dúvida, mas sua força veio do exterior, e foi a Agência Central de Inteligência, CIA, hoje já se conhecem os detalhes, que programou a derrubada de Arbenz e a levou a cabo. Não foi a “invasão” mercenária o decisivo, mas a deserção dos altos chefes do exército, com os quais tudo fora combinado por Peurifoy, embaixador americano” (RIVAS, 1990, p. 38-39).

A agudização do conflito, ainda sem o pleno apoio soviético, teve seu ponto culminante em abril de 1961. Neste período, poucos dias antes da invasão da Baía dos Porcos, apoiada pelos EUA, diante do velório das vítimas dos bombardeios que antecederam a invasão, finalmente foi proclamado o caráter socialista da revolução²⁵, novo sinal de radicalização, definida por Fidel Castro da seguinte forma:

Porque o que os imperialistas não podem nos perdoar é que estejamos aqui, o que os imperialistas não podem nos perdoar é a dignidade, a inteireza, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário do povo de Cuba. É isso o que não podem nos perdoar, que estejamos aqui sob seu nariz, e que tenhamos feito uma revolução socialista debaixo do próprio nariz dos EUA (SADER, 2001, p. 63).

Isto significava o estabelecimento do conteúdo socialista das mudanças implementadas pelo governo revolucionário e a constituição de uma aliança estratégica com os países socialistas com o fortalecimento dos laços com a URSS que poderia fornecer, a partir de então, os recursos básicos que o país necessitava para romper os laços com os EUA e sobreviver.

Como aponta Dominguez (1998), se para fazer uma revolução radical em Cuba era necessário uma ruptura com os EUA, a defesa desta ante um ataque americano somente seria possível com o apoio soviético. Tal apoio foi se fortalecendo na medida em que o governo soviético ocupava

25 Como observa Hobsbawn: “No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia social-revolucionária daqueles que tinham probabilidade de fazer insurreições armadas de guerrilha até o anticomunismo apaixonado dos EUA na década de 1950 do senador McCarthy, que automaticamente inclinava os rebeldes latinos antiimperialistas a olhar Marx com mais bondade. A Guerra Fria global fez o resto. Se o novo regime antagonizasse os EUA, o que era quase certo que faria, quando nada ameaçando os investimentos americanos, podia contar com a garantia e apoio do maior antagonista dos EUA” (HOBSBAWN, 1985, p. 427).

o espaço deixado pela ação americana, no sentido de absorver os produtos cubanos e estreitar os laços diplomático-militares.

Durante a luta revolucionária (1956-1959) não houve nenhum contato formal e nenhum apoio soviético, apesar da simpatia que o país usufruía de lideranças fundamentais como Raul Castro e Ernesto Che Guevara (SADER, 2001; SZULC, 1987). O início desta relação parece ter ocorrido em outubro de 1959, com a visita de um correspondente soviético da agência TASS, disfarce comum na Guerra Fria para espões e emissários especiais da liderança soviética, chamado Aleksandr Alexeiev, que iniciou o debate sobre o reestabelecimento de relações diplomáticas e apontou a simpatia da liderança soviética pelo processo que ocorria na ilha. As relações foram formalmente restabelecidas no início de 1960, após uma exposição que mostrava o avanço soviético em diversos campos, e que, segundo Fidel Castro, poderia amenizar a visão extremamente negativa que o país possuía.

A partir daí as relações cubano-soviéticas foram melhorando na medida em que se agudizava o conflito com os EUA. Como aponta Dominguez (1998), já em julho de 1960, o primeiro-ministro soviético Nikita Krushev declarou que os mísseis soviéticos estavam dispostos a defender Cuba “em sentido figurado”. Logo em seguida, firmou-se o primeiro acordo militar oficial entre os países, depois que a URSS prometera defender Cuba com todos os meios.

O *clímax* de tal relação triangular conflitiva ocorreu em outubro de 1962, na denominada “Crise dos Mísseis” que colocou o mundo diante da possibilidade real do conflito nuclear. Para a URSS, a possibilidade de instalar mísseis em Cuba tornara-se uma grande ação política e militar, contribuindo para o equilíbrio e o fortalecimento do poder de dissuasão deste país tornando-o uma ameaça real, e próxima, aos EUA²⁶. Para os cubanos,

26 Para uma compreensão da perspectiva soviética ver “As fitas da glasnost”, memó-

tratava-se de eliminar, ou ao menos limitar profundamente, a possibilidade de ataque americano ao país, consolidando definitivamente o caminho revolucionário. Porém, para os americanos tal ação mudava, negativamente, o equilíbrio nuclear e ameaçava a segurança do país de forma perigosa. Durante alguns dias o mundo esteve efetivamente próximo de um confronto e várias ações, de parte a parte, pareciam alimentar o conflito²⁷.

A crise terminou depois de tensas negociações entre as duas superpotências²⁸, quando a URSS recuou e resolveu retirar os mísseis de Cuba, diante da promessa americana de não invadir Cuba e de retirar posteriormente mísseis estacionados na Turquia. Tal acordo foi realizado sem a consulta às lideranças cubanas, o que gerou um conflito passageiro na relação entre os países. De qualquer forma, apesar de não existir oficialmente nenhuma promessa americana de não invadir Cuba, a partir deste momento um “entendimento” governaria as relações entre as superpotências e Cuba não sofreria uma intervenção direta americana. Além disto, tal evento significou o fim da influência norte-americana e abriu caminho para a consolidação do regime que pôde, finalmente, dedicar-se aos desafios internos sob a proteção soviética. Com isto, inaugura-se a etapa da consolidação da Revolução (1962-1970).

Neste período destacam-se diversas mudanças no plano interno. Em primeiro lugar, ocorre a derrota definitiva dos grupos que ainda luta-

rias de N. Krushev.

27 Dois eventos significativos foram a derrubada de um avião americano e a decretação da quarentena por parte deste governo (BANDEIRA, 1998).

28 Segundo Chomsky, citado por Ayerbe (2004), “um sujeito chamado Arkhipov salvou o mundo, disse Thomas Blanton, do arquivo de segurança nacional em Washington, que ajudara na organização do evento. Ele se refere a Vasili Arkhipov, um oficial da marinha soviética que, a bordo de um submarino, barrou a ordem de lançar torpedos nucleares em 27 de outubro, no momento mais tenso da crise, quando os submarinos estavam sendo atacados por destróieres americanos. Era de se esperar uma reação devastadora, detonando uma guerra de grandes proporções” (AYERBE, 2004, p. 50).

vam contra o regime. Entre 1960 e 1965, desenvolveu-se um forte conflito entre os setores da oposição e o governo²⁹. Como aponta Ayerbe (2004), o primeiro destes conflitos ocorreu sob a liderança de Hubert Matos que atuava como chefe militar de Camaguey e que, ao denunciar a infiltração comunista no país, preparava uma rebelião que foi rapidamente desarticulada. Também surgiram conflitos na Serra de Escambray, na província de Sancti Spiritus, e na província de Las Villas, dirigidas por grupos que haviam rompido com o governo discordando do radicalismo e do caminho socialista, como alguns membros do Diretório Revolucionário e do PRC ligado ao ex-presidente Prio Socarrás; porém, tiveram pouca influência, não realizando nenhum ato importante e agindo de forma muito localizada. Os conflitos mais importantes ocorrem na província de Matanzas, entre março e abril de 1963, e o grupo comandado por Eloy Gutierrez Menoyo, que havia participado da luta revolucionária, que voltou ao país em 1965, vindo da República Dominicana, e em seguida, foi capturado pelas forças do governo encerrando os conflitos³⁰. O resultado principal do conflito foi a eliminação das bases internas de sustentação de uma oposição ao regime, ou seja, ocorreu um processo de exportação da oposição que, a partir de então, passará a atuar nos EUA, o que trará consequências

29 Apesar de Domínguez denominar este conflito de uma guerra civil, corroboramos a análise de Ayerbe e Sader de que se tratava de uma questão entre governo e oposição, devido à sua localização específica, a limitação de ações, ao reduzido número de mortos e, principalmente, ao fato de que em momento algum chegaram a ameaçar de fato o poder cubano. O que pode dar um caráter diferente a tal conflito é o fato de que por muitos anos ele foi negado, em sua extensão, pelo governo cubano.

30 Segundo Szulc: “Pelos cálculos de Fidel e de Fernandez, os guerrilheiros podem ter chegado a um total de 5000 homens num dado momento. Em uma única operação, por exemplo, quinhentos rebeldes foram capturados. Eles formavam um grupo heterogêneo: pequenos proprietários de terras que temiam a reforma agrária, ex-soldados de Batista, participantes descontentes do Exército Rebelde e simples aventureiros. Grande parte dos combatentes neste período diziam estar lutando em nome do anti-comunismo” (1987, p. 624-625).

importantes para a unidade interna e a relação entre os países. Além disso, a principal tarefa passou a ser a gestão da economia, cuja decadência poderia trazer novos riscos ao regime (DOMINGUEZ, 1998; AYERBE, 2004).

Outro fato significativo foi o desenvolvimento dos instrumentos institucionais de apoio e consolidação do regime. Neste sentido, observa-se por um lado a criação e o desenvolvimento do partido que conduziria as mudanças e, por outro, das organizações que deveriam estabelecer a ligação do governo com as massas. Já em 1961, foram criadas as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI) através da unificação do Movimento 26 de Julho, do Diretório Revolucionário e do antigo partido comunista o PSP. Tal fusão gerou o primeiro grande conflito interno quando Aníbal Escalante, membro do PSP, acabou privilegiando membros conhecidos e estimulando uma organização que representava os seus interesses, em detrimento de pessoas novas e de uma organização mais flexível. Isto levou a um choque com lideranças do Movimento 26 de Julho e a intervenção de Fidel que acusou Escalante de “sectarismo”; derrotado, este acabou se exilando na Tchecoslováquia, o que tornou possível a reformulação da ORI, com a entrada de pessoas jovens e a limitação de seus poderes (DOMINGUEZ, 1998; SADER, 2001). Finalmente, houve a mudança da ORI para Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), em 1963, e para Partido Comunista Cubano (PCC), em 1965, indicando a que ponto a radicalização e a consolidação do regime haviam chegado.

Quanto às organizações de massas, seu processo de consolidação ocorreu à medida que cresciam a intensidade dos conflitos internos e externos e foram adquirindo um papel cada vez mais relevantes que perdurou nas décadas seguintes. Já em 1959, diante da intervenção de Fidel, o candidato comunista vence as eleições na Federação dos Estudantes Cubanos (FEU) que passarão a adotar um discurso marxista-leninista e se tornarão fonte de recrutamento de lideranças juvenis para a seção jovem

do PCC. Também na Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC), membros ligados ao governo logo alcançam o poder, fazendo com que a organização passe a atuar em sintonia com os desejos e desafios lançados pela liderança política, servindo para incentivar o apoio dos trabalhadores às medidas governamentais que foram, e são, vistas como medidas que defendem os interesses dos trabalhadores.

Em agosto de 1960, fundou-se a Federação das Mulheres Cubanas (FMC), cujo objetivo era incrementar o apoio ao governo, contribuindo na organização das mulheres e no desenvolvimento de suas demandas procurando promover a igualdade da mulher na sociedade. Ainda neste período se organizam os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), em todos os bairros, os edifícios e, inicialmente, em todos os grandes centros de trabalho que deveriam colaborar com o aparato de segurança, ajudando a identificar inimigos e dismantelar sabotadores – e posteriormente opositores e que continuam desempenhando papel vital de apoio na defesa do regime³¹. Além destas, surgiram e se desenvolveram várias outras organizações de massas como a Associação da Juventude Revolucionária (AJR), que depois se transformou na União de Jovens Comunistas (UJC), para organizar e mobilizar a juventude em prol dos ideais revolucionários e a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) para organizar os agricultores em prol da reforma agrária e do cooperativismo, promovendo os interesses do governo no campo (DOMINGUEZ, 1998; SADER, 2001; AYERBE, 2004).

Porém, o grande desafio deste período foi, como assinalamos anteriormente, a gestão da economia. Apesar de não existirem indicadores precisos é possível compreender as dificuldades que o país atravessou observando alguns dados e as medidas tomadas pelo governo. Neste sentido,

31 Segundo Ayerbe (2004) existem atualmente (2004) cerca de 125.459 comitês que abrangem 92,5% da população, ou seja, quase 8 milhões de membros.

sem esgotar a complexidade do tema, procuramos discutir três aspectos que consideramos essenciais para a compreensão da economia neste período e seu impacto no desenvolvimento da Revolução.

Inicialmente, é preciso analisar as decisões implementadas a partir do principal formulador econômico do país no período, Ernesto Che Guevara. Apesar de complexo, o debate sobre a participação deste na economia cubana do período pode ser compreendido a partir de dois níveis: um no plano teórico, que tratava de discutir o processo de transição e construção do socialismo num país capitalista e dependente; outro, prático em relação às ações e medidas adotados pelo Che na frente do INRA, do Banco Central e do ministério da Indústria.

Em relação ao primeiro aspecto, podemos observar que a estratégia defendida por Guevara partia do princípio de que a parte da economia que era propriedade do Estado formava uma só unidade. Desta forma, o dinheiro, os preços e o crédito deviam desaparecer entre elas, devendo ser utilizados apenas em relação com os consumidores e no comércio internacional. Podia-se eliminar a lei da oferta e da procura, capitalista, e avançar rapidamente para o comunismo. Para que isto ocorresse era necessário, na visão do ministro, desenvolver um processo de planificação central, transformando as empresas em ramos dos ministérios centrais. Sendo assim, todo o financiamento deveria ser feito através de um orçamento central por meio de subvenções não reembolsáveis; assim, as compras e vendas entre as empresas estatais seriam simplesmente transações contábeis e o Estado cobriria todos os déficits entre elas. Desta forma, o dinheiro seria uma unidade de conta, porém, não seria utilizado para medir a rentabilidade. Para completar o raciocínio, seria preciso eliminar pouco a pouco os incentivos materiais dos trabalhadores, incentivando a consciência e o trabalho voluntário. Com isto, o Estado aplicaria os recursos de acordo com a planificação e fixaria os preços para efeitos contábeis. Isto poderia

compensar as deficiências estruturais do país com a mobilização de recursos humanos identificados com a revolução³².

Como aponta Ayerbe (2004), Guevara propõe construir uma ética socialista que pudesse estimular o desenvolvimento, tendo como base a solidariedade e o pertencimento a uma comunidade e seus objetivos, servindo de instrumento o trabalho voluntário. É neste sentido que se pode compreender o texto de Guevara, publicado num semanário uruguaio em que afirma:

A mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista; enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, conseqüentemente, na consciência. Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material, há de se criar o homem novo. (Neste sentido) o trabalho deve adquirir uma condição nova: a mercadoria-homem cessa de existir e se instala um sistema que outorga uma cota pelo cumprimento do dever social. (...) O homem começa a liberar seu pensamento do fato irritante que supunha a necessidade de satisfazer suas necessidades animais mediante o trabalho. Começa a ver-se retratado na sua obra e a compreender sua magnitude humana através do objeto criado, do trabalho realizado. Isso já não implica deixar uma parte do seu ser em forma de força de trabalho vendida, que não lhe pertence mais, mas significa uma emanção de si mesmo, um aporte à vida comum em que se reflete; o cumprimento do seu dever social. (citado por AYERBE, 2004, p. 69)

Para procurar tornar tal concepção realidade, Guevara irá assumir o controle de áreas fundamentais da economia, aplicando nelas o Sistema

32 Para uma compreensão mais aprofundada destas ideias e do papel desempenhado por Ernesto Che Guevara ver, entre outros, Luis Bernardo Pericás, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, Ed. Xamã, 2004; Carlos Tablada Perez, *El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara*, Casa de Las Américas, 1987; Fernando Martinez Heredia, *El Che y el Socialismo*, Dialectica, 1992; e Geronimo Alvarez Batista, *Che: una nueva batalla*, Pablo de la Torriente, 1994.

Orçamentário de Financiamento, como apontamos anteriormente, pois segundo ele:

Negamos a possibilidade do uso consciente da lei do valor, baseado na não-existência de um mercado livre que expresse automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (embora, na prática, não ocorra assim no nosso país) (citado por AYERBE, 2004, p. 70).

Havia, no entanto, outro grupo vinculado ao ex-PSP e que se fundamentava nas ideias de economistas marxistas como Charles Bettelheim, que defendia um sistema baseado no cálculo econômico, menos centralizado, que outorgava maior autonomia às empresas e apontava para a necessidade da busca de rentabilidade por meio do estímulo econômico a produtividade do trabalho, valorizando, desta forma, tanto a adoção de mecanismos contábeis de fato como o incentivo material através da diferenciação e benefícios salariais³³. Além disto, apontava que a parte da economia cubana que pertencia ao Estado não constituía uma única unidade econômica e por isso as transferências entre as empresas tinham consequências importantes na aplicação dos recursos e deveriam ser controladas e contabilizadas. Sendo assim, era preciso dinheiro e créditos para manter controle sobre a produção e avaliar os resultados econômicos destas, devendo gerar seus próprios fundos para novos investimentos, para a manutenção e para a inovação. Destacavam ainda que os incentivos materiais para o trabalho eram essenciais para manter a produtividade e a qualidade, assim como reduzir os custos, exigindo desta forma maior autonomia econômica para cada empresa (AYERBE, 2004; DOMINGUEZ, 1998).

33 Para uma análise destas posições ver o artigo “O debate econômico dos anos 60”, de Vinicius Bandeira, In: *Revolução Cubana: história e problemas atuais*, organizado por Osvaldo Coggiola, Ed. Xamã, 1998.

A saída de Guevara do ministério e a assinatura de acordo com a URSS favoreceram os defensores do cálculo econômico, porém não se abandonou completamente a concepção sobre a centralização da propriedade nas mãos do Estado. Ainda em 1963, o governo promulga uma segunda Lei de Reforma Agrária, expropriando os proprietários médios, e atinge seu apogeu na primavera de 1968 quando o Estado assume grande parte das atividades econômicas da ilha, em diversos setores a totalidade. Isto pode ser constatado percentualmente, quando se observa os seguintes dados:

Tabela 1.1.

Setores	1961	1963	1968
Agricultura	37	70	70
Indústria	85	95	100
Construção	80	98	100
Transporte	92	95	100
Comércio	52	75	100
Sistema bancário	100	100	100
Educação	100	100	100

Fonte: Rodríguez, 1980, p. 168, citado por AYERBE, 2004, p. 73.

A criação de inúmeros ministérios e a formulação de um plano de desenvolvimento, apesar da ajuda soviética, foram limitados pela ausência de pessoal qualificado, de estudos estatísticos mais precisos e pelo voluntarismo na gestão econômica. Desta forma, como aponta Domínguez (1998), os planos centralizados correspondentes a 1962 até 1965 careciam de bases reais, visualizando um crescimento espetacular que não ocorreu³⁴ e, a partir de 1965, com a saída de Guevara, só houve planificação por

34 Para se ter ideia disto, basta observar os dados e as perspectivas de crescimento apontados por Guevara na Conferência de Punta Del Este.

setores, mas de forma limitada e com poucos esforços para conciliar os conflitos que surgiam entre eles. Sendo assim, a planificação e as medidas acabaram gerando uma queda na economia, comprovada pela implementação do racionamento e a adoção da “cartilha de racionamento”, que quase foi suspensa durante os anos 80, mas que persiste até hoje.

Além disto, e principalmente, a produção de açúcar, apesar dos esforços, cai de 6,8 milhões de toneladas em 1961, para 4,8 em 1962 e para 3,8 em 1963, em consequência das medidas adotadas para a diversificação econômica. A estratégia do governo, a partir do acordo firmado com a URSS, em 1964 que garantia a compra e preços bilaterais estáveis e melhores considerando o mercado internacional, foi realizar a diversificação sem abandonar a produção, e a dependência, em relação ao açúcar. Desta forma, procurava-se incrementar a produção deste até que em 1970 o governo adotou como meta a incrível marca de 10 milhões de toneladas.

Apesar da oposição de alguns técnicos e administradores, o país se lançou a ela procurando demonstrar que poderia fazer sua própria história apesar das dificuldades. O resultado foi que se produziram 8.5 milhões, 15% a menos do que havia sido proposto e os esforços concentrados nesta atividade acabaram trazendo graves prejuízos a outros setores e gerando importantes distorções: a produção pecuária e silvícola caiu, assim como 68% dos produtos agrícolas e mais de 70% dos produtos industriais, inclusive no setor pesqueiro, que havia melhorado até então. Fidel Castro assumiu os erros e propôs sua renúncia que, apesar de não ser aceita, produziu o objetivo almejado modificando a estratégia de desenvolvimento econômico, conduzindo o país a uma nova fase, política e economicamente, denominada de institucionalização revolucionária (1970-1985).

Para os estudiosos do período destacam-se nesta fase, que abrange os anos 70 e parte dos anos 80, os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, o processo de consolidação e institucionalização das organizações e a normatização do poder revolucionário. Sendo assim, os organismos citados anteriormente (CTC, UJC, FMC, CDR, entre outros) transformam-se em canais oficiais de participação popular, procurando estabelecer a relação

entre o governo e as massas, seguindo de certa forma seus congêneres do Leste Europeu e contribuindo para a dinâmica de apoio das massas ao governo instituído e suas medidas.

Com a realização do I Congresso do PCC, em 1975, e a aprovação, por referendo nacional, da nova Constituição em 1976, consolida-se o arcabouço formal e institucional do poder revolucionário. Esta Constituição define em parâmetros similares aos dos países do Leste Europeu a organização da sociedade, apontando, explicitamente, a sua natureza socialista, com o PCC como a vanguarda da classe operária e força dirigente do país, adotando as mesmas estruturas e divisão do modelo socialista, enfatizando a centralidade da propriedade estatal e, finalmente, destacando o papel do planejamento centralizado na organização econômica. Ainda, como aponta Sader (2001), tal processo formalizou uma hierarquia de poder, tanto no Estado como no Partido e no Exército, para os combatentes do período revolucionário em que se destacavam cinco nomes: Fidel Castro, Raul Castro, Juan Almeida, Ramiro Valdés e Guilherme Garcia Frias. Finalmente, aprovando a experiência do estado de Matanzas, convocaram-se, em 1976, eleições para a constituição de Assembleia do Poder Popular organizadas a nível local, provincial e nacional, desde então, com o intuito de estabelecer as diretrizes e organizar os governos.

Mas as maiores mudanças ocorreram no plano econômico. A adoção do planejamento centralizado com base em planos quinquenais possibilitou uma maior organização econômica e seu crescimento, que neste período pode ser comparado ao dos países mais avançados durante grande parte dos anos 70. Apenas entre 1978 e 1980 a economia não cresceu adequadamente e surgiu a terceira recessão, que culminou com a repentina emigração do início dos anos 80. A elaboração dos planos levou em consideração a dificuldade de se atingir a autossuficiência, num país de economia primário-exportadora, e o desenvolvimento de uma nova concepção em relação à industrialização que tornou uma prioridade, mas voltada à mecanização agrícola e a produção de maquinaria e implementos industriais integrados à planificação econômica da CAME (Conselho Econômi-

co de Ajuda Mútua). Ou seja, o país ingressava na comunidade socialista liderada pela URSS com suas possibilidades e limitações (SADER, 2001; DOMINGUEZ, 1998).

A integração de Cuba à CAME ocorre a partir de 1972, mas só se efetiva plenamente com a Constituição de 1976. Tal integração significava a adoção de ações coordenadas das políticas econômicas dos países membros, através de uma distribuição da produção, mantendo certo grau de especialização, e a formulação de metas e objetivos através dos planos quinquenais. Como aponta Sader (2001), Cuba assumiu encargos referentes ao abastecimento de açúcar, produtos cítricos e fumo, posteriormente também níquel, e, em troca, recebia os produtos industriais e agrícolas, especialmente da URSS, podia contar com a garantia de abastecimento de petróleo e o fornecimento de material bélico, necessário à sua defesa e utilizados no apoio aos conflitos em que o país se envolveu de solidariedade ao Terceiro Mundo (América e África, destacadamente). Vale ressaltar que, como aponta Fernandes e Pla, citados por Ayerbe:

A progressiva incorporação de Cuba às atividades conjuntas da CAME se realiza dentro dos marcos do Programa Complexo de Aprofundamento e Aperfeiçoamento da colaboração e integração econômica socialistas. O Programa Complexo constitui o plano-diretor do desenvolvimento a longo prazo da atividade econômica e técnico-científica dos países membros do CAME (AYERBE, 2004, p. 77).

Desta forma, Cuba abandona o projeto de autossuficiência, retomando sua dependência secular de um mercado e de seu principal produto, o açúcar, conduzindo inicialmente a um relativo sucesso econômico nos anos 70, que por seu caráter artificial, demonstrou ser um equívoco a longo prazo, com o rompimento desta relação nos anos 90.

Este sucesso relativo pode ser compreendido quando se analisa o desenvolvimento econômico cubano ao longo do período. Como apontam

Ayerbe (2004) e a CEPAL (2000), entre outros, Cuba teve um crescimento espetacular; o PSG – Produto Social Global - crescimento econômico ocorre a taxas de 4,1% entre 1962 e 1970, de 12% entre 1970 e 1974 e a 6,7% entre 1975 e 1985. A indústria passa a representar 41% da economia em 1974, contra 25% antes de 1959. Na agricultura, ocorre um avanço da mecanização que atinge 96%, incluindo a produção semi mecanizada, gerando um crescimento no setor de 40% entre 1962 e 1974. Nos setores de energia, transporte e comunicação a taxa de crescimento foi de 8,4%.

Tais modificações podem ser observadas na seguinte tabela:

Tabela 1.2.

PRODUTOS	1958	1974
Geladeiras	Não produzia	42.000
Rádios	Não produzia	24.000
Televisores	Não produzia	20.000
Fogões Domésticos	Não produzia	145.000
Ônibus	Não produzia	1.249

Fontes: Rodriguez – 1980, Quadro 6; citado por AYERBE, 2004, p. 83.

Estes avanços logo se fizeram sentir nos indicadores sociais que, apenas para exemplificar, tiveram a seguinte evolução: erradica-se o desemprego e o analfabetismo³⁵; a escolaridade infantil atinge 100% entre 6 e 12 anos, crescendo também em todos os níveis de ensino; na saúde, a mortalidade infantil cai de 60 por mil nascimentos – antes de 59 – para cerca de 28,9 em 1974, e a expectativa de vida eleva-se de menos de 55 para 70 anos (AYERBE, 2004). Da mesma forma, estas melhores condições econômicas contribuíram, aliadas à inserção na estrutura educacional

35 Já em 1961, depois de uma intensa mobilização e campanha de alfabetização, o país havia sido declarado “território livre de analfabetismo”. Tal campanha foi aprovada pela ONU, tornando-se referência para os países subdesenvolvidos.

e da massificação, para o desenvolvimento do país no campo cultural e esportivo fazendo de Cuba uma potência e referência em certas áreas neste período para os países subdesenvolvidos (dança, teatro, cinema, música clássica, atletismo, ginástica, entre outros). Além disto, o país construiu uma das sociedades mais igualitárias do mundo, evitando a concentração de renda e seus efeitos.

Apesar deste desenvolvimento econômico e social ao longo dos anos 70, a década seguinte se mostrou problemática para o país. A manutenção da especialização na produção de açúcar e a dependência da relação com a URSS e os demais países socialistas, que concentravam mais de 80% do comércio externo cubano, geraram impactos na produtividade, no financiamento e na qualidade do desenvolvimento cubano. E mais, devido à deterioração dos termos de intercâmbio, preços principalmente, o país acabou contraindo uma dívida externa razoável e sofreu, embora em menor medida, os efeitos da chamada “crise da dívida”, no início dos anos 80 que atingiu grande parte da América Latina.

Devido aos impasses de renegociação, o país declarou a moratória da dívida, o que levou ao corte de qualquer empréstimo e à dificuldade de financiamento de suas importações, o que se agrava com o fim do bloco soviético. Porém, os problemas principais estavam relacionados com a organização interna, na economia e na política.

No III congresso do PCC, em 1986, Fidel Castro destacou a falta de uma planificação nacional efetiva para o desenvolvimento econômico adequado do país, apontando para os problemas gerados pela gestão baseada no cálculo econômico e nos incentivos materiais, afirmando que tal sistema fomentava os gastos ao invés de regulá-los. Além disto, destacava o esgotamento do modelo de planejamento centralizado, importado da URSS, que adotado e aplicado passivamente deixava de considerar as características e condições específicas do país, atingindo a iniciativa e a criatividade que haviam existindo nos anos iniciais e acentuando os problemas econômicos que eram cada vez mais evidentes.

Para tentar superar tal dilema, adotou-se o “Processo de retificação de erros”, um conjunto de medidas que diminuía a margem de autonomia das empresas e revalorizava os estímulos morais e o trabalho voluntário, retomando parte das ideias desenvolvidas por Guevara nos anos 60. Desta forma, procurava-se abandonar os mecanismos de mercado, para melhorar a eficiência e a produtividade, criticando os chefes das empresas estatais que se orientavam pelo sistema anterior e procurando diminuir os espaços orientados pela lógica do cálculo econômico através, entre outras medidas, do fechamento dos mercados de agricultores que haviam sido legalizados em 1980.

Sendo assim, o país procurava trilhar um caminho diferente do adotado pelos países do Leste Europeu, principalmente da URSS, que optaram pelo caminho das reformas, econômicas e políticas, adotando mecanismos de mercado para superar o estancamento econômico e criar um sistema mais transparente, sintetizado na propostas do então secretário-geral do PCUS, Mikail Gorbachov, de “Glasnost” e “Perestroika”. No entanto, quando o processo começava a se consolidar, as mudanças no Leste Europeu e o fim do bloco soviético obrigaram sua interrupção e a adoção de medidas que garantissem, basicamente, a sobrevivência econômica do país, inaugurando-se o período oficialmente designado de “Período Especial em tempos de Paz”, o qual analisaremos posteriormente.

1.3. A Política Externa Cubana: Entre a Revolução e o Socialismo

Desde o início, o governo cubano procurou formular uma política externa que pudesse defender os seus interesses. A compreensão adequada de tal política é resultado da análise de dois eixos fundamentais: de um lado, era fruto da dinâmica entre *revolução e política formal*; de outro, da dinâmica entre isolamento e integração.

No primeiro caso procura-se destacar, principalmente nos anos 60 e final dos anos 70, o compromisso da liderança cubana em apoiar ou fomentar revoluções para a emergência de regimes favoráveis à sua causa e para diminuir a pressão do governo norte-americano sobre a Revolução Cubana. Esta postura, mesmo que às vezes tenha se constituído numa política informal e de organismos não estatais (o serviço secreto, organizações de solidariedade, entre outros), foi executada pelas lideranças que procuraram influenciar a onda revolucionária que atingiu a América Latina, destacadamente, mas também a África ao longo do período³⁶.

Tratava-se de projetar o exemplo e as possibilidades de mudanças profundas na estrutura socioeconômica que Cuba implementava e, no limite, construir uma rede que pudesse, na versão oficial combater o imperialismo americano nestas regiões. Tal ação foi predominante nos primeiros anos da revolução e sua oficialização encontra-se nas declarações de Havana e na constituição da OSPAAL (Organização de solidariedade dos povos da Ásia, África e América Latina) e da OLAS (Organização de solidariedade da América Latina).

Tal política, porém, sofreu duros reveses. Em primeiro lugar, a própria derrota da aplicação da estratégia revolucionária cubana, formulada pela teoria do foquismo de Guevara e amplamente divulgada por Regis Debray³⁷, demonstrou a dificuldade de se exportar um modelo de revolu-

36 Como observa Hobsbawm: “Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude- os mais velhos mal tinham passado dos trinta-, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária” (1995, p. 427).

37 Tal teoria pregava, a partir dos ensinamentos da revolução cubana condensadas em um texto de Ernesto Guevara “A guerra de guerrilhas”, que um foco guerrilheiro poderia vencer o exército regular dos países e realizar a revolução socialista, tornando-se

ção conduzindo a aplicação inadequada de estratégias que careciam de elementos objetivos e subjetivos para reproduzir a vitória revolucionária. O caso emblemático neste sentido foi a derrota e a morte do próprio Guevara, na Bolívia em 1967, que representou um duro golpe e, de certa forma, encerrou o primeiro ciclo revolucionário na América Latina inaugurado pela revolução cubana. Nos anos 60, os principais problemas enfrentados pela política exterior do país estiveram relacionados aos fracassos na tentativa de expansão da onda revolucionária na América Latina, o que minou a estratégia mais abrangente de fomentar a revolução, por meio da luta armada, em toda a região e ampliou as ditaduras militares ou fortaleceu as tiranias dinásticas (Haiti, Nicarágua, entre outros), contribuindo para o isolamento do país (DOMINGUEZ, 1998).

Desta forma, tornou-se mais evidente o conflito entre esta estratégia revolucionária, e a necessidade de combiná-la com a execução de uma política externa formal, onde predominam os elementos de autodeterminação e de negociação dos conflitos, em que emergem os interesses econômicos e comerciais, necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do país.

Ocorre então uma tensão entre os objetivos e os compromissos revolucionários e a necessidade de agir conforme os interesses estatais mais amplos. A combinação destes dois aspectos nem sempre ocorreu de forma tranquila. Sendo assim, apontamos que esta dicotomia é fundamental para a compreensão da dinâmica da política externa de Cuba até a der-

o núcleo do futuro exército revolucionário. Partindo da premissa que “Entre outras coisas, Cuba mostrou mais uma vez, em primeiro lugar, que a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado burguês” (DEBRAY, 1982, p. 7). As três teses conclusivas do autor eram: “I- O decisivo para o futuro é a abertura de focos militares, e não “focos políticos”; II- Sem luta armada não há vanguarda definida; III- É patente que na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva, o resto é secundário” (DEBRAY, 1982, p. 96-102).

roçada do bloco soviético, mas insuficiente, já que marginaliza os aspectos formais de tal política e não consegue captar em sua plenitude os esforços realizados por sua liderança para superar o isolamento conduzido pelos EUA. Desta forma, torna-se necessário complementá-la pela dinâmica relacionada ao binômio isolamento ou integração.

Tal dicotomia aponta para a necessidade de se considerar a política externa do país tendo como grande desafio romper o isolamento que o conflito com os EUA e a adoção de mudanças estruturais internas gerou. Sendo assim, desde o seu início, passando pela expulsão da OEA em 1962, e pela aproximação intensa, mas não suficiente para as lideranças, com o bloco soviético o regime cubano procurou desenvolver uma política externa que promovesse a integração do país com a comunidade internacional. É neste sentido que se pode compreender a prioridade dada à América Latina, a necessidade de manutenção de relações formais com os países da região, principalmente com México e Canadá, e posteriormente, com o fim do ciclo militar e o retorno à normalidade democrática, o reestabelecimento de laços com Brasil, Argentina, e a maioria dos outros países da região. Além desta busca de integração regional, a manutenção dos laços com diversos países da Europa (França, Itália, e mesmo a Espanha de Franco) e dos laços com o Japão, e a inserção no Movimento dos países não alinhados, demonstram a importância desta dicotomia para a compreensão do desenvolvimento desta política. Finalmente, tal dicotomia, mais do que a anterior, adquiriu uma perenidade, no sentido de que parece incorporada à lógica da política externa cubana mesmo depois da queda do bloco soviético, como analisaremos no capítulo 4.

A principal prioridade desta política externa era o desenvolvimento de recursos econômicos, políticos e ideológicos, que pudessem garantir a sobrevivência da revolução e do regime. Para isto, o país desenvolveu uma política global e ativista. Isto significa dizer que formalmente o país procurou ampliar seus laços diplomáticos e se inserir em organismos multi-

laterais, procurando tornar-se um ator global, apesar dos limites impostos pela sua condição de uma ilha caribenha, pelas dificuldades econômicas e pelo conflito com uma superpotência e a relação dependente com a outra.

Apesar de não existir um consenso entre os estudiosos, consideramos adequada a periodização da política externa cubana desenvolvida por Segrera (1988). Para o autor, é possível identificar seis períodos distintos na política externa do país, aos quais poderíamos agregar um sétimo que se inicia com a queda do bloco soviético. Os dois primeiros períodos antecedem a revolução cubana e se caracterizam pelas lutas pela independência, denominada de política externa armada (1896-1902)³⁸, cujo objetivo central foi garantir a soberania do país e seu reconhecimento pela comunidade internacional. O segundo período se refere à política externa de Cuba Neocolonial, em que se destaca a limitação do processo de independência econômica do país, como já destacamos anteriormente, e as consequências da hegemonia americana, gerando uma postura em que o país praticamente não teve uma política autônoma, adotando como suas as diretrizes que orientavam a postura americana.

Para Segrera, assim como inúmeros autores, a adoção de uma política autônoma e independente ocorre com a emergência do processo revolucionário. Neste sentido, o autor destaca o advento de quatro novas etapas. A primeira etapa, que denomina de início de uma política externa ativa e independente (1959-1962), é caracterizada pela organização administrativa, pelo estabelecimento dos princípios que orientarão a postura cubana e pela tentativa de promover a revolução e, paradoxalmente, evitar

38 Para uma análise da inserção cubana na etapa colonial e no período de luta pela independência ver o livro *Cuba en lo internacional*, do estudioso cubano Miguel Destéfano Pisani (Havana, 1988). Apesar da linguagem jurídica o autor procura apontar a emergência de uma política externa independente e os fundamentos que orientaram tal ação, destacando a influência do pensamento anticolonial e anti-imperialista que levou a tal postura.

seu isolamento, enfatizando a inserção na comunidade americana. A segunda, denominada de etapa do isolamento (1962-1970), caracteriza-se pelo rompimento dos laços diplomáticos com a maioria dos países latino-americanos, com a expulsão do país da OEA, e a tentativa de estabelecer laços mais sólidos em outros continentes e com a comunidade socialista, destacadamente a URSS. A terceira, denominada de socialismo institucional (1970-1979), caracteriza-se pela aproximação e integração cada vez mais intensa com a CAME, inserindo o país na divisão econômica internacional do bloco socialista, pela atuação no movimento dos países não alinhados, procurando convergir os interesses do país com este grupo e pelo envolvimento, cada vez mais profundo, com o continente africano. Finalmente, o autor identifica uma quarta etapa, denominada de consolidação revolucionária (1979-1988), em que procura destacar a consolidação das relações externas do país, o fortalecimento dos laços com a comunidade latino-americana, seja com governos revolucionários (Nicarágua), seja com governos civis e democráticos (Brasil e Argentina, entre outros), representando a construção de um *modus vivendi* com os governos que permitiu ao país ampliar seus laços.

Embora a análise do autor se interrompa nesta etapa, podemos identificar claramente uma sétima, pós-soviética, a partir do início dos anos 90, ganhando contornos mais nítidos ao longo desta década em que se destacam a redefinição do interesse nacional e a necessidade de romper o isolamento político-diplomático-econômico, fazendo emergir uma política mais pragmática, com base nos interesses econômicos e comerciais³⁹.

Desde o princípio, os líderes cubanos procuraram utilizar a diplomacia como meio de obter os recursos para a transformação social e econômica do país. Para atingir este objetivo, Cuba construiu um serviço

39 Esta etapa será analisada de forma mais aprofundada no último capítulo deste trabalho.

externo grande e capacitado, experto em diplomacia, economia internacional e assuntos militares. O desenvolvimento de tal estrutura e sua capacidade para agir conforme os objetivos traçados pela liderança revolucionária constituiu-se numa tarefa em que se destacou o chanceler cubano Raul Roa⁴⁰. A estrutura herdada do regime anterior, assim como de muitos países da América Latina de então, era embrionária e retratava uma situação de marginalização da política externa, que para alguns era determinada pela embaixada americana, e segundo Roa era anacrônica, inadequada e burocrática com o pessoal técnico de pouca qualificação, porém necessária em certos aspectos (BELLO, 1999, p. 47).

A tarefa de Roa se desenvolveu em três aspectos. Primeiro, à frente da delegação cubana nos fóruns internacionais procurou defender os interesses da revolução e apontar e criticar as ações que visavam isolar o país, destacando sua atuação na OEA, enquanto o país era membro daquela instituição, e na ONU, entre outras (BELLO, 1999)⁴¹. Além disto, procurou estruturar o Ministério das Relações Exteriores (MINREX) do país, que assumiu em junho de 1959, apontando a necessidade de que este refletisse os interesses revolucionários. Neste sentido, o próprio chanceler apontava, numa plenária do ministério em 1963, que

40 Raul Roa era jurista, professor universitário e havia participado das lutas universitárias e políticas desde os anos 30, sendo um opositor ao regime de Batista. Escreveu o livro *Historia de las doctrinas sociales*, um clássico cubano na área de ciências sociais (BELLO, 1999). Por sua atuação em defesa da revolução cubana no cenário internacional recebeu a denominação de “chanceler da dignidade”. Foi também vice-presidente e presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular.

41 Em sua resposta às críticas internacionais da promulgação da lei de reforma agrária Roa afirma, mostrando a modificação de comportamento da chancelaria cubana, que “Las leyes de Cuba son leyes de Cuba, y no se discuten com los gobiernos extranjeros. Son made in Cuba. Esperamos que así há de comprenderlo el vecino del norte, y que comprenda también que por un elemental respecto a nosotros mismos, no podemos hacer leyes para cubanos y leyes para norteamericanos” (BELLO, 1999, p. 35)

Un ministerio de relaciones exteriores de vanguardia implica, por tanto, que sus organos, mecanismos, actividades, funciones, y enlaces se desenvuelvan planificadamente com unidad, coherencia y fluidez. Implica que sea efectivamente el órgano ejecutor de la política exterior trazada por la dirección nacional Del Partido Unido de la Revolución Socialista y el gobierno revolucionário. Implica que este ministerio coopere en la elaboración de la política con aportaciones positivas (...) Um ministerio de relaciones exteriores de vanguardia implica, em suma ser modelo en la organización, en el trabajo, en la creación, en la superación, en la calidad, en el ahorro, en el trabajo voluntário y en la defensa (BELLO, 1999, p. 43-44).

Finalmente, foi necessário criar uma estrutura adequada aos novos desafios e interesses que emergiram com a revolução. Sendo assim, Roa aproveitou uma parte do pessoal técnico existente, que se comprometeu em atuar em prol dos interesses revolucionários e promoveu uma completa reestruturação do ministério, trocando sua denominação que remontava aos tempos de influência norte-americana, normatizando os comportamentos e, acima de tudo, criando uma estrutura que pudesse conciliar os interesses cubanos com o conhecimento da política internacional⁴² e o desenvolvimento de um comportamento adequado a estes objetivos.

Os documentos básicos para compreensão de tal política são: a **I e a II Declaração de Havana**, que retrata em grande medida a atuação da política externa cubana nos anos 60; e os documentos referentes ao período da institucionalização em que se destaca a **Constituição de 76 e as resoluções referentes à política internacional do I e II Congresso do PCC**.

42 Entre elas, deve-se destacar a criação da Revista de Política Internacional, que apresentava artigos, entrevistas, declarações e documentos importantes sobre a política externa do país, editada até os anos 70 e retomada no final dos anos 90; e, posteriormente, a criação do Instituto de Relações Internacionais (ISRI) com o oferecimento de complementação acadêmica, voltada para a área de relações internacionais, através de cursos.

Condizente com o contexto de radicalização do período, a I Declaração de Havana foi uma resposta à condenação da interferência de outras potências (leia-se URSS) nas questões americanas⁴³, tendo como consequência o desenvolvimento de um clima favorável para que os EUA pudessem adotar medidas de embargo econômico e comercial contra o país na VII Reunião de Consulta dos ministros de Relações Exteriores, realizada na Costa Rica em 1960, agudizando o conflito no interior do sistema americano e contribuindo para a posterior expulsão de Cuba da entidade. A resposta do governo cubano foi a I Declaração de Havana em que Fidel Castro critica o documento e os seus signatários, rechaçando que o apoio soviético e chinês pudesse por em perigo a paz e a segurança no Hemisfério. Neste sentido, Fidel afirmava que “el único culpable de que esta revolución esté teniendo lugar en Cuba es el imperialismo yankee” (citado por BANDEIRA, 1998, p. 243).

Em seguida, adotando o tom plebiscitário de muitas decisões daquele período, o líder cubano assinala em oito breves capítulos as críticas à decisão da OEA, propondo as novas posturas da política cubana, interna e externa, e solicita a aprovação dos presentes⁴⁴. Sendo assim, a tal declaração procurava criticar e denunciar a interferência norte-americana no continente, apontando que tal ação, além de favorecer certos setores criava

43 O único país que votou contra foi o México. A delegação cubana se retirou antes da votação e em sua despedida Roa afirmou: “La razón fundamental que nos mueve a ello es que, no obstante, todas las declaraciones y postulaciones que aquí se han hecho, en el sentido de que Cuba podía tener en el seno de la OEA, a la cual pertenece, protección y apoyo contra las agresiones de otro Estado americano, las denuncias presentadas por mi delegación no han tenido aquí eco, resonancia ni acogida alguna. Conmigo se va mi pueblo, y con él todos los pueblos de América Latina!” (GARCIA Luiz, 2000, p. 47).

44 Tal declaração foi promulgada na Praça da Revolução num ato com mais de um milhão de pessoas e finalizava da seguinte forma: “la asamblea general nacional del pueblo de Cuba resuelve: que esta Declaración sea conocida con el nombre de “Declaración de la Habana” (GARCIA, 2000, p. 52).

as condições para os problemas econômicos e sociais que os países viviam e, finalmente, procurava demonstrar a atitude firme, e radical, da atuação cubana em prol de mudanças nesta estrutura afirmando que “aquí está hoy Cuba para ratificar, ante América Latina y ante el mundo, como un compromiso histórico, su lema irrenunciable: Patria o Muerte!!” (GARCIA LUIZ, 2000, p.52). Desta forma, o documento assinala, como aponta Bandeira (1998, p. 244), o aumento do compromisso da URSS com os rumos da revolução, inserida no conflito Leste-Oeste, mas acima de tudo, a sua radicalização e a intensificação do apoio a movimentos revolucionários, apelando para os povos da América Latina contra os seus governantes e contrapondo ao “hipócrita pan-americanismo” o latinoamericanismo de José Martí e Benito Juárez.

A Segunda Declaração de Havana surgiu na esteira da expulsão de Cuba da OEA, em 1962, lançada num ato público que contou com a participação de milhares de cubanos e de várias personalidades de outros países⁴⁵ (GARCIA LUIZ, 2000; BANDEIRA, 1998). Neste texto, delineia-se de forma explícita o princípio básico que orientou a política externa do país nesta década. Trata-se de um apelo exaltado, vigoroso e radical à revolução, em que Fidel Castro afirma que “El deber de todo revolucionario es hacer la revolución. Se sabe que en América Latina y en el mundo la revolución vencerá, pero no es propio de revolucionarios sentarse en la puerta de su casa para ver pasar el cadáver del imperialismo” (GARCIA LUIZ, 2000, p.91).

O documento também fornecia os elementos que possibilitaram a estratégia vitoriosa adotada pela revolução cubana e incitava a revolução armada, afirmando que o campesinato e não o proletariado teria um papel

45 Entre eles, pela importância que tiveram na onda revolucionária posterior ou na condução de governos simpáticos a causa cubana, pode-se destacar a presença de Lázaro Cárdenas, Salvador Allende, Francisco Julião e Viviam Trias (BANDEIRA, 1998, p. 373).

de destaque na maioria dos países do continente, contrariando a visão comunista tradicional. Em suma, tratava-se de declarar o apoio inequívoco, e para alguns, voluntarista, do governo cubano com os projetos de ruptura revolucionária no continente, fornecendo quando possível apoio material, distanciando-se da postura de uma parte da esquerda do continente, o que acabou contribuindo para o reforço da aura revolucionária do país, com seus atrativos e limites⁴⁶.

A declaração de política internacional do I Congresso do PCC⁴⁷ e a Constituição de Cuba de 1976 afirmaram os princípios que, retomando as raízes históricas do internacionalismo cubano, demonstraram a consolidação e a institucionalização do processo socialista. Dentre os aspectos que nos fornecem uma visão dos princípios da política externa cubana o artigo 12 da Constituição é fundamental, pois aponta:

Artículo 12. La República de Cuba hace suyos los principios del **internacionalismo proletário y de la solidaridad combativa de los pueblos**, y a- condena al imperialismo, promotor y sósten de todas las manifestaciones fascistas, colonialistas, neocolonialistas y racistas (...); b- condena la intervención imperialista, directa o indi-

46 No caso brasileiro tal apoio significou treinamento, armas, recursos materiais e projetos de instalação de guerrilhas. Apesar de pouco estudado este fenômeno, duas análises se destacam: a de Denise Rollemberg, baseado na história oral e documental, publicado com o nome: “O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro”, Ed. Mauad, 2001; e o clássico de Jacob Gorender sobre o período “Combate nas Trevas”, Ed. Ática, 1987.

47 Entre outras coisas, e reafirmando o que destacaremos a seguir, o documento aponta que: “El internacionalismo proletário constituye la esencia y el punto de partida de la política internacional del Partido Comunista de Cuba”; e destaca os princípios que orientam tal postura reproduzindo o que foi consolidado na Constituição do país: apoio as lutas de libertação nacional, unidade com os países socialistas, combate ao imperialismo, coexistência pacífica, relações com países independente do regime, respeito as normas do Direito internacional, entre outros. (PLATAFORMA PROGRAMÁTICA DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. POLÍTICA INTERNACIONAL. Citado por PCUS, 1982, p 33-35)

recta, en los asuntos internos o externos de cualquier Estado (...); c- reconoce la legitimidad de las guerras de liberación nacional, así como la resistencia armada a la agresión y a la conquista, y considera su **derecho y su deber internacionalista** ayudar al agredido y a los pueblos que luchan por liberación; (...) e- trabaja por la paz digna y duradera, asentada en el respecto a la independencia y soberanía de los pueblos y al derecho de éstos a la autodeterminación; (...) g- **aspira a integrarse con los países de América Latina y del Caribe**, liberados de dominaciones externas y opresiones internas, en una gran comunidad de pueblos hermanos por la tradición histórica y la lucha común contra el imperialismo (...) de progreso nacional y social; i- mantiene **relaciones amistosas con los países** que, teniendo su régimen **político, social y económico diferente**, respetan su soberanía, observan las normas de convivencia entre los Estados y adoptan una actitud recíproca con nuestro país; j- **determina su afiliación a organismos internacionales y su participación en conferencias y reuniones de este carácter**, teniendo en cuenta los intereses de la paz y el socialismo, de la liberación de los pueblos, (...)”(CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA de CUBA, 1976, citado por PCUS, 1982, p 37-39).

Neste documento, percebe-se claramente a condenação do imperialismo e das intervenções em diferentes partes do mundo ao reafirmar uma série de princípios que deveriam orientar a política externa do país: a afirmação dos princípios do internacionalismo proletário e socialista, que orientaram o apoio do país aos movimentos guerrilheiros ou a governos de inspiração socialista; da coexistência pacífica, mesmo com regimes diferentes, afirmando que ao país interessava a manutenção da paz e a solução negociada dos conflitos; do direito à independência, ou seja, de autodeterminação dos povos, reconhecendo e reafirmando o apoio aos povos que promoviam lutas de Libertação Nacional; a solidariedade com os países socialistas e o aprofundamento da integração com eles. Além destes, dois princípios consagrados merecem destaque. Em primeiro lugar, o reconhecimento dos princípios que orientaram a convivência entre os estados no século XX, ou seja, da autodeterminação, da igualdade jurídica e o respeito às normas e tratados internacionais.

Ainda, destacava-se a importância e a ligação histórica, cultural e política com a América Latina, afirmando que a política externa do país aspirava a uma integração efetiva com os países da região, num momento em que Cuba encontra-se relativamente isolada⁴⁸. Certamente, a combinação entre esses princípios constitucionais gerava tensões, principalmente quando era preciso combiná-los com a promoção da revolução ou com os interesses mais pragmáticos, a *realpolitik*.

Desta forma, o país procurava, retomando a dicotomia inicial, conciliar o estabelecimento de relações formais com diferentes governos, com a adoção de uma estratégia que, principalmente nos anos 60, incentivava o desenvolvimento da revolução, o que certamente gerava inúmeras tensões. Tal prioridade consistia em ampliar a influência com movimentos revolucionários de caráter internacional, tanto os que estavam organizados em partidos comunistas ou não.

Isto porque os líderes cubanos acreditavam que haviam conduzido uma autêntica revolução ao poder, e diferente dos países do Leste Europeu, a instauração do socialismo não fora consequência da ocupação do país por forças armadas soviéticas. Tal revolução não havia sido conduzida pelo antigo partido comunista. Desta forma, acreditavam que possuíam uma melhor percepção de como as revoluções podiam ocorrer no Terceiro Mundo e evoluir para o marxismo-leninismo; assim podiam dar uma contribuição aos soviéticos de como apoiar as revoluções na segunda metade do século XX (DOMINGUEZ, 1998). Tal percepção pode ser confirmada na análise de Gleijeses que aponta:

48 Da mesma forma, o II congresso do PCC reafirma os princípios apontados anteriormente destacando que: “El congreso subraya que el objetivo esencial de la política internacional de Cuba ha sido y es contribuir a la causa del socialismo, de la liberación de los pueblos, del progreso y la paz” (RESOLUCION SOBRE LA POLITICA INTERNACIONAL DEL II CONGRESO DEL PCC, citado por PCUS, 1982, p 99-121).

Los líderes cubanos estaban convencidos de que su país tenía una empatía especial con el Tercero Mundo- más Allá de las fronteras de América Latina- y un papel especial que desempeñar en su nombre. Los soviéticos y sus aliados de Europa oriental eran blancos y, desde una perspectiva tercermundista, ricos; los chinos padecían del orgullo de gran potencia y no podían adaptarse a las culturas africanas y latinoamericanas. En cambio, Cuba era mestiza, pobre, estaba amenazada por un enemigo poderoso y culturalmente era latinoamericana y africana. Por tanto, era un híbrido especial: un país socialista con una sensibilidad tercermundista (GLEIJESES, 2003, p. 113).

Para a liderança, não interessava apenas a influência, mas também o fomento real das revoluções, pois desta forma, o futuro seria mais seguro num mundo em que houvessem numerosos governos revolucionários, amigos e anti-imperialistas. Por outro lado, as revoluções geravam a vanguarda histórica e o futuro iria pertencer a quem analisasse corretamente e atuasse com consequência. O dever do revolucionário, como afirmaram Fidel Castro e Guevara, era fazer a revolução; porém era difícil conciliar esta postura com a necessidade de manter relações diplomáticas com o maior número possível de governos.

Mesmo assim, deve-se destacar que a relação com a URSS era o elemento central que tornava possível o desenvolvimento das prioridades do país.

Para que se compreenda como tal política foi possível, é necessário retomar os argumentos de Chaves (1990)⁴⁹. Para o autor, existe certo consenso, que considera que “Cuba não é um satélite dos soviéticos. Tem capacidade de ação independente a partir de interesses objetivos próprios; porém está limitada, em última instância, pela dependência econômica e

49 Não existe nenhum balanço exaustivo sobre esta relação, apesar disto vale a pena destacar, entre os estudos parciais, as obras de Sader (2001), Bandeira (1998), Domínguez (1998), Ayerbe (2004), Pérez (1990), Hernández (1989), Ruano (1989), Cepal (2000), entre outros.

militar da URSS” (CHÁVES, 1990, p. 153). Ao contrário dos discursos governamentais, o país possuía certo grau de autonomia, na elaboração e na execução de sua política externa, afirmando desta forma os seus próprios interesses. Isto fica evidente quando se observa a ação de Cuba em relação a alguns temas, e a diferença de sua postura com a que era adotada pelos soviéticos. O caso emblemático aqui é o envolvimento de Cuba, tanto no sentido de fomentar como o de apoio concreto aos movimentos guerrilheiros e revolucionários na América Latina e na África. Ainda, a participação e as posições adotadas por Cuba no interior do MNOA.

Deve-se também levar em conta a atitude diferenciada adotada durante a crise dos mísseis, as discrepâncias comerciais, principalmente no interior da CAME, entre os dois países; e finalmente, as diferenças de política interna que se evidenciaram nos anos 80, em que a URSS opta por um processo de reformas, tendo como base a Perestroika, e Cuba adota a política de retificação de erros que, como apontamos anteriormente, procurava eliminar ou diminuir a influência dos mecanismos de mercado (CHÁVES, 1990, p. 155). Ou seja, podemos compreender que a relação cubana-soviética era determinada pela inter-relação de interesses, em que a esta interessava estender sua influência e poder em diferentes partes do globo; enquanto que a Cuba tal relação era importante pois significava, além da proteção militar, ajuda econômica que permitia o seu desenvolvimento e a possibilidade de apoiar materialmente os movimentos revolucionários no Terceiro Mundo.

Esta inter-relação de interesses faz com que, segundo Cháves, a atuação externa cubana tenha como outra característica fundamental o fato de que “Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas, graças ao apoio material e ao interesse soviético em desenvolver esta política” (CHÁVES, 1990, p. 157). Desta forma, pode-se destacar que apesar de não possuir os recursos necessários, principalmente os que Nye (2002) denomina de “hard

power”⁵⁰ e do esgotamento no final dos anos 80 dos aspectos ligados ao “soft power”⁵¹, para se tornar uma potência grande ou média, o país obteve uma atuação externa que pode ser considerada ativista e global, como um ator importante no cenário internacional, agindo em diferentes e distantes regiões do planeta como ator relevante, assim como nos fóruns internacionais e, em casos e momentos específicos, participando de eventos decisivos na América Latina (BANDEIRA, 1998; DOMINGUEZ, 1998).

Ao considerar estas relações, convém destacar que, devido ao conflito sino-soviético, os laços com a República Popular da China também se desgastaram na segunda metade dos anos 60. Apesar de numerosas semelhanças de perspectiva e política entre os líderes dos dois países e da ajuda econômica considerável com que a China contribuiu nos primeiros anos desta década, as relações se deterioraram quando os líderes chineses exigiram apoio total neste conflito e exerceram pressões sobre o pessoal militar e o partido cubano. Quando a economia dos dois países começou a sofrer problemas se intensificou o conflito comercial, e ainda que as relações comerciais nunca se romperam por completo, foram muito reduzidas no período seguinte, até a dissolução do bloco soviético (DOMINGUEZ, 1998).

50 Este conceito foi desenvolvido por Nye (2002) e se relaciona: “A capacidade de obter resultados desejados freqüentemente vem associada a posse de certos recursos, por isso é comum simplificar a definição de poder como a posse de quantidades relativamente grandes de elementos tais como a população, território, recursos naturais, vigor econômico, força militar e estabilidade política (NYE, 2002, p. 30). Em suma, o poder duro está associado aos fatores natural e demográfico. No entanto, como demonstra o autor, tal conceito já não é mais suficiente para a definição de potência devido ao desenvolvimento tecnológico e econômico, o que torna necessário a agregação do soft power.

51 Para Nye, o conceito se refere “Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais (...) É a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva a aquiescência e a imitação” (NYE, 2002, p. 36-37). Em suma, está ligado aos fatores econômico, tecnológico e ideológico.

Um aspecto fundamental da ajuda soviética era o apoio militar. Além da proteção frente aos EUA, tal apoio converteu o país numa das principais potências militares da América Latina, considerando a qualidade do equipamento, o treinamento e a capacidade de intervenção em conflitos múltiplos e de diferentes naturezas (guerras convencionais, operações especiais, guerra de guerrilhas, etc). Como aponta Dominguez (1998), não havia na região forças armadas capazes de igualar a habilidade, a experiência e a complexidade técnica do exército revolucionário cubano e de suas forças aéreas. Isto só foi possível porque a proteção soviética se realizava através do fornecimento gratuito, ou a preços baixos, de armas soviéticas, o que possibilitou a modernização e o desenvolvimento de equipamentos disponíveis, atingindo seu auge no início dos anos 80.

Tal cooperação foi aprimorada quando o governo cubano decidiu atender ao pedido de ajuda do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na guerra civil que se instalou no país em 1975-1976, enviando cerca de 40 mil soldados e tornando vitoriosa a causa deste movimento⁵². Também em outros países africanos ocorreu a presença de forças cubanas. A consequência disto é que as vitórias cubanas não poderiam ser possíveis sem o apoio soviético, da mesma forma que as vitórias e a ampliação da influência soviética no continente não seriam possíveis sem as forças cubanas.

A partir de meados dos anos 60, o governo cubano forjou uma política externa independente que, algumas vezes, se confrontava relativa-

52 Para uma análise da importância e das motivações da presença cubana em Angola sob a ótica da liderança cubana ver, entre outros, a declaração de Fidel Castro “Angola conto y contara con nuestra ayuda en su marcha hacia el socialismo” e “Nuestra política no puede ser jamas la de promover conflictos entre los pueblos de África” e de Juan Almeida Bosque “Cuba reitera su respaldo decidido al derecho de Namibia de ser independiente” (citado por PCUS, 1982, p. 209-255).

mente com os interesses soviéticos. Cuba apoiou vigorosamente os movimentos revolucionários em muitos países latino-americanos e na África. Prestou ajuda material a revolucionários na maioria dos países centro-americanos e andinos, aos que lutaram contra o império português na África e também a governos revolucionários amigos como o do Congo, da Argélia e do Vietnã do norte.

Em janeiro de 1966, Cuba foi anfitriã de uma conferência Tricontinental, a partir da qual se fundaram a Organização para a Solidariedade com os Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAL) e a Organização de Solidariedade Latino-americana (OLAS). Com base em Havana e pessoal cubano, ambas prestaram apoio a movimentos revolucionários e se fundamentavam na crítica a grupos que não recorriam à luta armada para alcançar a vitória revolucionária, como os partidos comunistas, mesmo que estes seguissem a orientação de Moscou. Neste sentido, destaca-se o conflito com o Partido Comunista da Venezuela, quando este propôs o abandono da luta guerrilheira e a reintegração a política formal em 1967.

Tal política, porém, provocou conflitos, ainda que temporários, nas relações cubano-soviéticas. Além do conflito provocado pelo papel dos partidos comunistas próximos de Moscou no apoio (ou não) da luta armada; líderes cubanos, especialmente Guevara enquanto ministro criticaram a URSS por seu comportamento de superpotência e a miserável ajuda que prestava à revolução cubana.

Segundo ele, os produtos soviéticos e do Leste Europeu eram trastes velhos. Neste sentido, a liderança cubana procurava enfatizar que havia recolhido a bandeira da revolução, abandonada pela URSS. Da mesma forma, na crise dos mísseis em 1962, a liderança cubana, Fidel Castro especialmente, ficou furiosa por não ter sido consultada para o acordo que se seguiu entre as duas potências. Ainda nos anos 60, quando ocorreu o problema do sectarismo, com Aníbal Escalante, e a tentativa de hegemonia dos antigos quadros comunistas nas organizações revolucionárias,

a URSS diminuiu o ritmo de entrega de produtos ao país, agravando o racionamento, e retirou inúmeros técnicos deteriorando as relações, o que só foi superado pelo apoio público, e original, dado por Fidel Castro à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, e sua visita posterior a URSS (SZULC, 1987; BANDEIRA, 1998).

Convém destacar que tal relação acabou mantendo a extrema dependência da economia cubana o que, no longo prazo, mostrou-se extremamente problemática, emergindo de forma intensa com a derrocada do bloco soviético que atingiu profundamente a economia do país, gerando problemas graves em todos os setores econômicos e ameaçando, inclusive, sua própria sobrevivência⁵³.

Desde o início, como se pode observar nos documentos citados acima, a América Latina constituiu o eixo central da estratégia revolucionária e da política externa do país; alternando momentos de maior envolvimento, como em grande parte dos anos 60, e situações em que predominou o isolamento, como a dificuldade de se estabelecer laços diplomáticos com os governos do continente. Tal situação se desenvolveu devido à combinação de três fatores: a estratégia cubana de promoção da revolução gerava descontentamento e desconfiança dos governos envolvidos; a expulsão da OEA (Organização dos Estados Americanos), aliada às pressões do governo americano, dificultava o estabelecimento de laços formais e consistentes; e, finalmente, a emergência de governos autoritários, a maioria claramente contrário ao exemplo e as transformações que ocorriam no país, contribuíram para isolar a ação cubana na América Latina.

Mesmo assim, pode-se considerar que a liderança cubana compreendia que o destino de sua Revolução estava relacionado ao aprofundamento dos laços e a integração com a região, atuando de diferentes formas para a promoção destes objetivos. Segundo Salazar, “los métodos y los

53 Discutiremos os impactos, políticos e econômicos, da queda do bloco soviético no próximo capítulo.

médios para construir esse común destino latinoamericano se han ajustado a los desarrollos específicos de la situación continental y marcado, por conseguinte, diferentes etapas y momentos en su realización concreta” (SALAZAR, 1986, p.145). Desta forma, podemos afirmar que os laços culturais, históricos, econômicos, e, em certos casos, políticos, fizeram com que a América Latina ocupasse um lugar privilegiado na elaboração da política externa do país, mesmo quando o contexto imediato dificultava o desenvolvimento destas relações (SEGRERA, 1990; BANDEIRA, 1998; SALAZAR, 1986).

Como aponta Chaves (1990), pode-se destacar que o país promoveu uma política de promoção da revolução e de mudanças sociais na área, o que em muitos casos levou à instabilidade política na região. Tal política foi extremamente dinâmica, modificando-se ao longo do tempo suas formas e vias de execução. A alteração é outro aspecto, ocorreu em função da necessidade de sobrevivência da revolução e do cumprimento de determinados objetivos que variam ao longo do período; adaptando-se às condições de coexistência com os EUA, ora distanciando-se, ora procurando formas de aproximação, e com os demais governos da região, mesmo aqueles que não possuem governos revolucionários, dentro da tensão dicotômica apontada inicialmente.

E, finalmente, caracteriza-se pela percepção de que os conflitos regionais, que foram intensos entre os anos 60 e 80, estão inseridos numa complexa situação em que predominavam a erosão da hegemonia americana neste período, a manutenção e o aprofundamento dos problemas econômicos e sociais e a própria atuação do país, no fomento e apoio a movimentos revolucionários, que ampliaram a projeção externa de Cuba (CHÁVES, 1991, p. 160-165). Desta forma, a atuação cubana, apesar de intensificar e tornar mais conflitiva as relações interamericanas, possibilitou que o país atingisse parcialmente seus objetivos, tornando-se um ator relevante e consolidando seu processo internamente, mesmo que não al-

cançasse o intuito de promover e ampliar a constituição de governos revolucionários.

Tais relações podem ser periodizadas da seguinte forma, como apontam Segrera (1988) e Salazar (1986). A primeira etapa (1959-1962), denominada de emergência, caracteriza-se pela ampliação e aprofundamento dos laços com países americanos, pela atitude crítica em relação às ditaduras continentais (de Trujillo na República Dominicana, de Somoza na Nicarágua e de Duvalier no Haiti) e pela utilização dos organismos multilaterais regionais para denunciar as agressões sofridas pelo país e a defesa das mudanças estruturais que começavam a ocorrer.

A segunda etapa (1962-1970), denominada de isolamento, é caracterizada pelo rompimento das relações diplomáticas com a maioria absoluta dos países da região, sendo o México a única exceção; pela tentativa de expansão do ciclo revolucionário, com a ampliação dos laços com movimentos guerrilheiros e a promoção destas, em que se destacam a organização de conferências para o desenvolvimento de tal estratégia, como a Tricontinental e a reformulação de estratégias com a ascensão de militares nacionalistas no Peru e Panamá.

A terceira etapa (1970-79), denominada de vínculos limitados, é marcada pelo recrudescimento da luta revolucionária e, por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos específicos com governos que simpatizavam com o processo cubano, destacadamente o Chile no início da década. Além disto, como resposta a uma proposição apresentada na OEA, em 1974, começa a ocorrer uma lenta deterioração do embargo americano com a retomada de relações comerciais com alguns países da região que culminará nas revoluções da Nicarágua e Granada; e vale também ressaltar a participação cubana na constituição do Sistema Econômico Latino-americano (SELA).

Finalmente, a última etapa (1979-1988) apontada pelos autores denomina-se ascensão e consolidação das relações e caracteriza-se pela

retomada dos laços diplomáticos com os países que passavam por um processo de redemocratização, principalmente os do Cone Sul, e pela participação cubana na revolução nicaraguense e no apoio aos movimentos revolucionários envolvidos em outros conflitos da América Central.

A estas etapas, poderia se agregar uma quinta, a partir da queda do bloco soviético, em que predominam os esforços de inserção e integração do país na comunidade latino-americana, através do aprofundamento econômico e comercial com os países da região. Tal etapa será analisada de maneira aprofundada posteriormente.

Ainda, considerando a análise de Salazar (1986) é necessário ressaltar que, apesar de dinâmica, a política externa cubana desenvolvida para a região permite identificar linhas de continuidade, demonstrando a centralidade desta nos interesses do país. Entre os elementos que nos permitem identificar tal continuidade, podemos identificar: a contraposição entre panamericanismo e latino-americanismo que permite visualizar referências, estratégias e projetos diferenciados de integração da região; a busca por um desenvolvimento autônomo e autossustentável para enfrentar, na visão cubana, a hegemonia americana na região; a modificação das relações de dependência e dominação; a necessidade de eliminação de traços coloniais presentes na relação com os países desenvolvidos e na situação particular de alguns países; a condenação a qualquer intervenção estrangeira nos assuntos internos americanos; a intenção de manter relações de mútuo respeito com países latino-americanos, mesmo quando estes não possuam uma orientação socialista; a crítica às ditaduras militares que existiram no continente, entre os anos 60 e 80; a busca de soluções negociadas dos conflitos interamericanos (SALAZAR, 1986, p. 166-177).

Estas linhas de continuidade indicam a importância da região no desenrolar da política externa cubana que, mesmo dinâmica, procurava desenvolver uma estratégia que incentivava mudanças. Por outro lado, a combinação destes aspectos com os objetivos mais imediatos da revolu-

ção acabou gerando inúmeras tensões e problemas para que as relações entre Cuba e os demais países efetivamente se consolidassem.

No início dos anos 70, Cuba se esforçou constantemente para melhorar suas relações com a maioria dos governos e procurou manter boas relações com o maior número de governos possíveis de todo o mundo⁵⁴. Esta política implementava o esforço cubano de livrar-se do isolamento que o governo norte-americano pretendia impor ao país, oferecia a possibilidade de aprimorar as relações com países que não eram comunistas.

As relações com Europa Ocidental e Japão melhoraram assim que a economia cubana conseguiu se recuperar das crises e dos problemas dos anos 60. Em 1975, levantaram-se as sanções políticas e econômicas coletivas interamericanas, e vários países latinos cultivaram relações comerciais com a ilha. O comércio mexicano e o argentino adquiriram importância nos anos seguintes; e inclusive, a relação com os EUA começou a melhorar, com o estabelecimento de conversações bilaterais durante o governo Ford, em 1975, que foram fortalecidas em 1977, durante o governo Carter. Estas conversações culminaram em modestos acordos bilaterais e a instauração de seções de interesses diplomáticos de cada país na capital do outro. Ainda que estes procedimentos tenham sido duradouros, as relações começaram a deteriorar de novo com a entrada de Cuba na guerra etíope-somali, em 1978, e com a ascensão de Reagan que procurou retomar a hegemonia americana, dando início à segunda Guerra Fria.

As relações com a África e a Ásia se desenvolveram ao longo dos anos 60 e melhoraram na década seguinte. Entre os fatores que contri-

54 Neste sentido, como aponta Dominguez (1998), o governo cubano desenvolveu uma postura pragmática mantendo relações com o governo espanhol, que apesar de lógicas do ponto de vista cultural e histórico, foram tensas, pois o país estava sob a ditadura de Franco.

buíram para esta aproximação destacam-se a influência africana em Cuba, que gerava uma identificação entre os povos e suas lutas, e a coincidência dos processos que representavam a busca de autonomia e inserção no cenário internacional. Isto tornou viável o aprofundamento das relações e o desenvolvimento de elementos comuns na política externa de Cuba e dos países africanos por convergirem na denúncia da política neocolonial desenvolvida pelas potências europeias e os EUA, bem como do regime do *apartheid* adotado na África do Sul. Desta forma, o decidido apoio cubano às lutas de libertação nacional e ao processo de independência e organização dos estados africanos fortaleceram os laços entre as duas regiões. Como aponta Gleijeses:

Al comienzo de los años sesenta, los líderes cubanos vieron similitudes entre la revolución argelina contra el dominio colonial francés y su propia lucha contra Fulgencio Batista y contra los EUA. En diciembre de 1961, un barco cubano llevó a Casablanca un cargamento de armas para los rebeldes argelinos y regresó a La Habana con soldados heridos y niños de campamentos de refugiados (GLEIJESES, 2003, p. 100).

A participação cubana no continente começa nos anos 60, orientada para governos democráticos ou de orientação socialista em que se destacam Argélia, Gana, Marrocos, Congo⁵⁵, Tanzânia e Mali, entre outros; até atingir o seu auge, no final dos anos 70 e início dos 80, com a atuação cubana em Angola, Etiópia e Moçambique, principalmente.

Tal ação se desenvolveu em dois planos distintos. No primeiro, estavam as ações de colaboração e ajuda militar de apoio a movimentos nacionalistas ou socialistas. Segundo Segre (1988), a presença militar

55 A importância da participação cubana no Congo pode ser captada na seguinte observação de Ernesto Guevara “Nuestro parecer era que el problema del Congo (Zaire) era un problema de todo el mundo” (Citado por GLEIJESES, 2003, p. 101).

cubana foi sempre posterior a esforços para a solução negociada dos conflitos, sua participação era fruto de um pedido formal e aprovação dos governos dos países em questão e o país jamais representou uma ameaça aos vizinhos dos países em que suas tropas atuavam. Neste sentido, também Bandeira (1998) destaca que o envolvimento em Angola ocorreu a pedido de Agostinho Neto, dirigente do MPLA e se iniciou com o treinamento de rebeldes, ainda nos anos 60⁵⁶; assim como no caso da Etiópia e Moçambique. Da mesma forma, este autor ressalta que “de qualquer forma, Cuba desempenhou, na África, um papel construtivo, inclusive favorecendo soluções diplomáticas para algumas questões, entre as quais o conflito entre Angola e o Zaire⁵⁷, e os casos da Rodésia (Zimbábue) e Namíbia” (BANDEIRA, 1998, p. 599).

Além do campo militar, a ajuda cubana também esteve relacionada ao trabalho civil. Por um lado, o país acolheu inúmeros estudantes dos países africanos – segundo Lópes Segrera, cerca de 15 mil africanos realizaram seus estudos no país nas mais diversas áreas; por outro, o país enviou para o trabalho civil em áreas como saúde, educação, construção civil, agricultura e transportes inúmeros técnicos para atuarem e incentivarem o desenvolvimento dos países africanos⁵⁸.

56 A ligação com o MPLA e Agostinho Neto começou em 1965 quando Ernesto Guevara teve um encontro com o dirigente angolano e outros líderes do movimento. Porém se reduziu no início dos anos 70 devido às dificuldades de envio de material e homens e ao desenvolvimento próprio da luta pela independência do país. Com a instalação da Guerra Civil, em 1975, foi solicitado novamente o apoio cubano e o país se envolveu profundamente no conflito angolano (GLEIJESES, 2003, p. 106).

57 Para uma análise da participação cubana no processo de pacificação entre os dois países ver o livro *La paz de Cuito Cuanavale – documentos de un proceso*, de Blanca Zabala, Havana, 1989.

58 Para um relato destas ações e as atividades desenvolvidas ver, além dos autores já citados, o livro “Cubanos na África”, de Neiva Moreira e Beatriz Bissio, Ed.Global, 1979.

Dois outros aspectos chamam a atenção na presença cubana na África. A enorme quantidade de pessoas que participaram destas missões, civis ou militares, que, apesar da incerteza em relação a números, é apontada em cerca de 250 mil cubanos por Lópes Segrera (1978) e em cerca de 110 mil por Bandeira (1998). Independente do número exato, os dois ressaltam uma participação considerável⁵⁹. O segundo aspecto refere-se aos benefícios gerados por tais ações. Mesmo sendo resultado dos princípios adotados pelo governo cubano e coerentes com os princípios ideológicos da revolução, segundo Bandeira (1998), em 1977, no auge do envolvimento cubano, geraram divisas no valor de U\$ 100 milhões, representando cerca de 6% do valor das commodities exportadas para os países do Ocidente⁶⁰.

Existem diversas explicações para o envolvimento cubano na África. Como aponta Gleijeses, há interpretações que assinalam que tais ações foram motivadas pelo desejo pessoal de Fidel Castro de auto engrandecimento, mas este certamente não foi o fator determinante. Os dois fatores fundamentais foram a autodefesa e o idealismo. Depois de procurar um *modus vivendi* com os EUA, a liderança cubana chegou a uma conclusão muito clara: para se proteger dos EUA, a melhor defesa seria contra atacar, porém através dos espaços gerados no Terceiro Mundo. Neste sentido, podemos observar que:

...Castro consideraba que la supervivencia de la revolución dependía “del surgimiento de otras Cubas”, pues pensaba que EUA se vería obligado en última instancia a aceptar a Cuba cuando tuviera

59 Raul Castro, irmão de Fidel Castro e segundo na hierarquia cubana, aponta para cerca de 400 mil cubanos que viveram o trabalho solidário, militar ou civil, com outros países. Deve-se considerar que também incorpora os cubanos que atuaram na América Latina, em diferentes períodos.

60 Segundo Bandeira (1998), apenas um contrato com a Líbia era de cerca de U\$ 25 milhões e havia outro similar com Angola no mesmo período.

que hacer frente simultaneamente a vários otros gobiernos revolucionários. Y cuando Che Guevara fue a África en diciembre de 1964, los analistas de inteligência de EUA, recalcaron este elemento de autodefensa (GLEIJESES, 2003, p. 109).

O segundo fator foi o idealismo que condicionou a política externa cubana neste período, ou seja, o sentido de missão revolucionária, personificado no internacionalismo proletário. Na África os riscos eram menores, não provocavam diretamente os EUA e o país não atuava contra governos legais, como na América Latina, pois o país contribuía para movimentos contra o regime colonial ou governos pré-estabelecidos. Desta forma, podia continuar desenvolvendo a estratégia de promoção da revolução, sem maiores danos. Tal postura, muitas vezes, entrou em confronto com a *realpolitik*, no sentido de que podia gerar tensões com os aliados soviéticos, aumentar a ruptura com os EUA e criar novos inimigos, além de significar um importante aporte de recursos de que o país tanto necessitava (GLEIJESES, 2003, p. 114-116)⁶¹.

O reconhecimento explícito do papel desempenhado por Cuba, além do seu caráter construtivo, como já assinalamos, nos conflitos africanos pode ser percebido pela declaração de Nelson Mandela que, visitando o país como presidente da África do Sul, afirmou

Venimos aquí con el sentimiento de la gran deuda que hemos contraído con el pueblo de Cuba; qué otro país tiene una história de

61 Como aponta o autor, citando duas fontes bem distintas. Para os russos, “tal como lo dijo un alto funcionario soviético- Anatoly Dobrynin, ex-embaixador soviético - en sus memorias, los cubanos enviaron sus tropas por iniciativa propia y sin consultarnos”; afirmação esta que é reafirmada por Henry Kissinger, que em suas memórias declara que “no podíamos imaginar que actuara en forma tan provocadora tan lejos de su país a no ser que Moscú lo presionara a pagarle el apoyo militar y económico. Las pruebas hoy disponibles indican que fue lo opuesto” (GLEIJESES, 2003, p. 113-114). Do mesmo modo, Sulzic afirma que: “Contrariamente a crença generalizada, foi ideia de Fidel Castro- e não dos russos – o engajamento de tropas cubanas na guerra civil em Angola, de forma totalmente aberta” (SZULC, 1987, p. 752).

mayor altruísmo que la que Cuba puso de manifiesto en sus relaciones com África? (citado por GLEIJESES, 2003, p. 119)

Outra estratégia adotada para atingir os objetivos do país foi a participação em fóruns internacionais, principalmente naqueles em que havia convergência com outras nações. É neste sentido que se pode compreender a importância dada pelo país à participação no Movimento dos Países Não-Alinhados, cujo ingresso se dá já em 1961, e o papel que o país desempenhou no interior deste movimento nas décadas de 70 e 80. Apesar da aliança com a URSS, o país se tornou um líder ativo do movimento, sediando uma conferência deste movimento, em 1979, e assumindo a direção⁶².

A adesão cubana deve ser compreendida levando-se em consideração a combinação de inúmeros fatores. De uma perspectiva mais imediata e pragmática, significava para a diplomacia do país a execução de uma política externa independente, almejada pelos líderes revolucionários, em que ocorria uma coincidência de princípios fortalecidos pelos laços históricos, étnicos e culturais, além de contribuir para a superação do isolamento do país e o desenvolvimento de laços de solidariedade recíproca com diversas nações (SEGRERA, 1988). Ainda, podemos destacar que aspectos e objetivos semelhantes favoreceram a participação do país como a coincidência cronológica dos processos de construção e consolidação da organização e revolução, a identificação com os demais membros e suas características

62 As conferências realizadas por este movimento até o início de sua decadência e a perda de capacidade política foram: Belgrado (1961), Cairo (1964), Lusaka (1970), Argel (1973), Colombo (1976), Havana (1979), Nova Délhi (1983) e Harare (1986). O número de países que participaram destes encontros foi crescente, passando de 25 na primeira conferência para 101 na última. Cuba foi o único país da América Latina que participou plenamente desde o início do movimento.

(independência recente, economia dependente, subdesenvolvimento, ...) e a criação de um sistema internacional mais justo e solidário, entre outros⁶³.

Tal participação, intensa na década de 70 e 80, não significa a ausência de tensões e conflitos. De parte da liderança cubana, apontava-se que o movimento não era tão revolucionário e criticava-se a dificuldade de que as propostas e resoluções se transformassem em ações concretas. Ainda, o papel de protagonista desempenhado pelo país foi seriamente abalado quando, no final da década de 70, Cuba recusou-se a condenar a invasão soviética no Afeganistão, criticada pelo movimento. De qualquer forma, o país se beneficiou do impacto, mais simbólico, que representou a emergência de tal movimento e sua influência, relativa mas considerável, para as relações internacionais, destacadamente no seio da ONU.

A mais importante das ações de apoio em matéria de política exterior ocorreu na colaboração dada, a partir de 1977, aos sandinistas na Nicarágua. Milhares de civis e militares foram enviados para dar apoio à consolidação da primeira revolução que se registrava na América Latina, depois da revolução cubana (DOMINGUEZ, 1998; SADER, 2001; BANDEIRA, 1998)⁶⁴. Também em Granada, vários cubanos trabalhavam para o governo quando as tropas americanas invadiram o país, em outubro de 1983, e apesar de em grande medida serem reservistas e estarem mal armados, enfrentaram-nas até serem derrotados.

63 Como aponta Carlos Rafael Rodriguez, uma importante liderança cubana, “Nuestra cohesión, el perfeccionamiento y la flexibilidad de los órganos permanentes del Movimiento, la capacidad de vincularnos a los que compartem con nosotros iguales o similares objetivos, harán posible que aumente la Victoria de los pueblos y que nos acerquemos día a día a la realización de los nobles propósitos proclamados”, no discurso “Es la calidad del movimiento de no alienacion y no el número lo que debe importarnos” (citado por PCUS, 1982, p 279-286)

64 Como aponta Szulc: “Os cubanos haviam treinados os sandinistas em campos militares de Pinar del Río e na Ilha da Juventude, e foi Fidel quem tomou para si, em 1978, a incumbência de unir facções rivais entre os rebeldes nicaraguenses. “Se não houver união entre vocês, Cuba não fornecerá armas para o ano de sua ofensiva final”, disse-lhes numa reunião em Havana” (SZULC, 1987, p. 763).

Apesar destas dificuldades, Cuba conseguiu atingir as prioridades mais fundamentais. O regime revolucionário sobreviveu, o que constitui por si só um feito notável. A pauta da política externa dava prioridade às boas relações com a URSS, apesar de, paradoxalmente, e as vezes de forma tensa, destacar a promoção das revoluções.

O governo cubano dificilmente poderia se manter no poder sem o apoio soviético, que havia aumentado no final dos anos 60. Um acordo importante, firmado em dezembro de 1972, prolongou, até 1986, o prazo para o pagamento de créditos concedidos ao governo do país. Somente entre 60 e 74, os subsídios soviéticos para cobrir os déficits da balança comercial foram de aproximadamente U\$ 4 bilhões. Ainda no final dos anos 70, os soviéticos incrementaram o apoio ao açúcar cubano e ao níquel que compravam do país, bem como subvencionavam o petróleo que o país importava, permitindo a geração de excedentes e sua posterior exportação. Estas medidas reforçaram os laços comerciais entre os países, aumentando o peso destas até abranger a maioria do comércio exterior cubano, chegando a 80%, incluindo os demais países socialistas.

A revolução cubana, que ocorreu numa pequena ilha do Caribe, pouco a pouco foi se convertendo em um dos assuntos centrais da política internacional.

A política externa cubana conseguiu de forma eficaz assegurar a sobrevivência do regime revolucionário e obter os recursos de que necessitava da URSS. Além disto, influenciou muitos governos africanos e latino-americanos, sem contudo conseguir aprofundar a onda revolucionária, do início dos anos 60, e instaurar governos revolucionários duradouros na América Latina. Seus líderes chamaram a atenção do mundo; sua política externa era observada com atenção por grande parte dos países do mundo e seu povo poderia ser encontrado em todos os continentes. O cenário da revolução cubana se tornou um fato universal porque suas preocupações e sua política afetavam amigos e inimigos seus em muitos países (DOMINGUEZ, 1998).

Apesar de eficaz, para romper o isolamento, ao menos parcialmente, e garantir a sobrevivência e a consolidação do regime cubano, além de ampliar a capacidade do país de participação na política internacional, as mudanças, de certa forma, inesperadas do contexto em que tais políticas (interna e externa) foram gestadas não eram tão perenes como acreditavam suas lideranças.

Sendo assim, o principal baluarte, o apoio soviético, que contribuiu para o dinamismo e a importância desta, transformou-se em sua principal debilidade quando se modifica o cenário internacional, no início dos anos 90, com a derrocada do bloco soviético. Desta forma, emergiram as contradições e se ampliaram os desafios, internos e externos, para o desenvolvimento dos interesses do país. Cuba e seu processo tiveram que se adaptar às novas circunstâncias, promovendo uma redefinição de seus interesses nacionais e modificando suas estruturas internas e sua política externa para sobreviver aos novos desafios. Os próximos capítulos procuram analisar os impactos e as modificações internas que o país realizou para se adaptar a esta nova ordem internacional, e compreender como o país se inseriu neste contexto, superando o isolamento e garantindo a sobrevivência.



Capítulo 2:

CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA

É consensual a percepção de que o sistema internacional sofreu alterações profundas no final do século passado que alteraram a configuração geopolítica, as estruturas de poder e os processos sociais, políticos e econômicos no interior e entre os Estados. Uma das principais razões destas alterações foi o fim da Guerra Fria, que havia determinado uma configuração de poder no sistema internacional liderado por duas superpotências. Neste sentido, vale lembrar que o próprio campo das relações internacionais se desenvolveu “à sombra da guerra”, para utilizarmos uma expressão clássica. A I Guerra Mundial deu impulso e autonomia à disciplina, ou seja, propiciou o próprio nascimento da área de relações internacionais como disciplina acadêmica, como aponta a obra de E. Carr (2ª edição, 2001).

A II Guerra Mundial e seus desdobramentos propiciaram a consolidação da hegemonia do realismo, como corpo teórico explicativo predominante e ainda influente, gerando inúmeros trabalhos clássicos de H. Morgenthau, “A política entre as nações” (2000) e o de R. Aron “Paz e guerra entre as nações” (2ª edição, 2001), entre outros. O fim da Guerra Fria, aliado ao avanço da globalização, suscita novas questões teóricas e pode propiciar um novo desenvolvimento desta disciplina. Desta forma, considerando a magnitude e a profundidade que estas mudanças provocam, este capítulo procura compreender as alterações na ordem internacional, analisando a queda do bloco soviético e o fim da Guerra Fria, o nascimento da hegemonia americana e a ordem unimultipolar e, finalmen-

te, os impactos e os desafios que estas mudanças impuseram à Revolução Cubana.

Também vale ressaltar que a lógica desenvolvida durante a Guerra Fria parece orientar o tratamento e análise da questão cubana, bem como interfere em sua política doméstica e na relação com o mundo, em geral, e com os EUA, em particular. Emblemático neste sentido é o mesmo título utilizado por autores, de posturas diferentes, em relação ao processo cubano “Cuba e a eterna guerra fria”⁶⁵ que aponta para a continuidade de certos padrões do período. O artigo de Sader procura questionar o tratamento dado a Cuba na imprensa brasileira diante do silêncio perante os êxitos do país na educação, nos indicadores sociais, no apoio aos países mais pobres e nas competições esportivas e a ênfase dada ao regime autoritário e aos direitos humanos. Assim, o autor afirma que se mantém a lógica da Guerra Fria no tratamento da questão cubana no país.

Por outro lado, Domínguez procura destacar como a persistência desta lógica permite ocultar certos avanços nas relações bilaterais, combate ao tráfico de drogas e imigração principalmente, que permite às elites políticas de ambas as nações capitalizarem apoios, uma em nome do embargo e outra em nome do nacionalismo. Desta forma, destacamos que a questão cubana ainda está, essencialmente, relacionada à Guerra Fria e à lógica que esta impôs às relações internacionais e ao desenvolvimento de análises políticas; o que, apesar de indicar a existência de certa continuidade, facilmente observável em seus aspectos políticos e econômicos, dificulta o desenvolvimento adequado de fenômenos políticos e econômicos que ocorreram no país ao longo dos anos 90 e torna imprescindível, neste caso, um estudo sobre a política externa desenvolvida pelo país, para com-

65 Os artigos são de Emir Sader “Cuba e a eterna guerra fria”, publicado na *Folha de São Paulo*, 2003; e o outro de Jorge Domínguez, publicado na revista *Foreign Affairs* - em espanhol-, em 2001.

preender as rupturas e continuidades desta diante do novo ordenamento do cenário internacional, e analisar em que medida foram eficazes para a superação dos desafios enfrentados ao longo da década. Daí a necessidade de aprofundarmos a análise deste período, para a compreensão da estratégia adotada por Cuba para se reinserir no sistema internacional que sucedeu a Guerra Fria.

A Guerra Fria e o conflito intersistêmico

A singularidade da queda do bloco soviético pode ser percebida quando se constata que tal fenômeno ocorreu de uma forma imprevista, sem uma guerra interestatal, apesar dos diversos momentos em que isto pareceu inevitável; na consideração de que tudo se processou num espaço curto de tempo; na ausência de uma liderança ou de vanguardas políticas organizadas que impulsionassem ou dirigissem tais eventos; na ausência de derramamento de sangue, mesmo estando envolvido um dos exércitos e aparelho de segurança mais poderosos do planeta; e, finalmente, na constatação de que não se tinha pretensão de criar algo novo, política ou ideologicamente, o que Habermas denominou de “revolução conformativa”.

De qualquer forma, podemos observar que o fim da Guerra Fria está na raiz das grandes transformações do sistema internacional no final do século XX. Tal evento representa a mais profunda transformação das relações internacionais desde a II Guerra Mundial, em termos de poder e interdependência, e encerra um século em que o capitalismo foi confrontado com um sistema alternativo⁶⁶. Diante disto, diversas questões emergem: como compreender tal período e as razões de seu encerramento;

66 Para um balanço interessante deste aspecto, ver, entre outros, Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX (1914- 1991)*, Ed. Companhia das Letras, 1995.

como analisar o fim do bloco socialista, ou seja, quais as causas fundamentais da queda do bloco soviético e da URSS em particular; e, mais importante, qual o impacto deste processo e como ele determinou certos traços da nova ordem mundial que emerge dos escombros da Guerra Fria.

Um balanço inicial sobre o fim da Guerra Fria foi realizado, ainda em 1992, pela revista *Diplomatic History* (1992). O volume apresentava um debate com diversos estudiosos sobre as mudanças que se processavam na esfera internacional e suas consequências⁶⁷. Apesar de refletir perspectivas muito variadas sobre o tema, a análise nos permite apontar algumas conclusões. Em primeiro lugar, que a Guerra Fria estabeleceu uma relação perversa entre as grandes potências, impondo uma lógica marcada pela supressão dos direitos civis e do reforço do poder de Estado nos dois campos, servindo como álibi para o controle do público interno. Além disto, como aponta Gerson Moura (1993), tal conflito pode ser visto como produto da arrogância do poder dos Estados fortes, em detrimento do interesse coletivo tornando-se um álibi destas superpotências para ignorar as raízes locais dos problemas econômicos, políticos, culturais atribuindo-os à potência adversária e para interferir em nações e Estados mais fracos e impor sua vontade⁶⁸.

67 Participaram do debate: Arthur Schlesinger Jr, "Lessons from de Old War"; Alexei Filitov, "Victory in the postwar era: despite the cold war or because of it?"; Walter LaFeber, "An End to which cold war?"; John Mueller, "Quiet catclysm: some afterthoughts about word war III"; Robert Jervis, "A usable past for the future"; Noam Chomsky, "A view from below"; entre outros.

68 Como aponta Hobsbawn: "Muito mais óbvias foram as consequências políticas da Guerra Fria. Quase de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois "campos" marcadamente divididos. (...) Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa- exceto os três principais Estados Aliados- dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-48. No ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados da política. (...) O controle direto soviético estendeu-se a toda Europa Oriental,..." (HOBSBAWN, 1995, p. 235)

Ainda é possível constatar que as diferentes perspectivas sobre a natureza do conflito, sua dinâmica e suas consequências nos ajudam a compreender seus desdobramentos. De um lado, se situam os que privilegiavam o confronto Leste-Oeste como o eixo básico de organização do sistema internacional no pós-guerra, para quem seu final deve ser comemorado, pois afastaria o mundo do perigo de uma guerra nuclear e asseguraria um novo ordenamento ao sistema internacional, analisando o sistema internacional ainda sobre a lógica inaugurada pela Guerra Fria. De outro, estão os que veem o sistema internacional dividido entre os “have powers” e os “not have powers”, para quem o fim do conflito não permitiria tanto júbilo, pois o padrão de relações assimétricas entre o centro e a periferia não se modificou, recusando a lógica da Guerra Fria, o que nos ajuda a compreender parte da catástrofe econômica que atingiu o Terceiro Mundo. O que vale ressaltar, considerando uma ou outra perspectiva, é que os impactos foram profundos e reordenaram não apenas a configuração de poder, como todo o sistema internacional.

Como aponta Halliday (1994), apesar do termo Guerra Fria⁶⁹ não ser submetido à análise teórica específica e aprofundada na área de relações internacionais, diversas correntes se debruçaram sobre o fenômeno e procuraram elaborar um mapa explicativo. O realismo procurava apontar que o conflito existente neste período era inerente ao sistema internacional, derivado de sua anarquia, reproduzindo um fenômeno histórico e estrutural das relações internacionais e que se diferenciava de outros arranjos apenas pela possibilidade de força maior, a existência de armas nucleares.

69 Para uma primeira aproximação com o conceito ver, entre outros, o texto “Introdução a história da segunda guerra fria (1979-1989)”, de Carlos F. Domínguez Ávila publicado em *Cena Internacional*, ano 5, nº 3, junho de 2001. Neste texto, o autor aponta uma possível periodização do conflito: a) Primeira Guerra Fria (1947-1953); b) Antagonismo Oscilatório (1953-1969); c) Detente (1969-1979); d) Segunda Guerra Fria (1979-1989).

A corrente internalista apontava que não havia uma disputa, mas que o conflito servia como um mecanismo de controle da população pela elite dominante em ambos os estados, através da supressão dos direitos civis e do reforço do poder de Estado e seus aparatos, principalmente de segurança e militar. A corrente da percepção errônea via o conflito como um engano, um exagero de diferenças ideológicas e um conflito internacional resultante de percepções históricas e individuais equivocadas. E finalmente, a abordagem intersistêmica, para a qual a Guerra Fria era uma guerra entre dois sistemas sociais rivais, em que cada um desejava prevalecer sobre o outro e que só poderia terminar com a vitória de um lado. Esta visão é interessante, pois nos permite captar os profundos impactos que o seu fim propiciou, um novo ordenamento de poder, e mesmo a constatação de certa continuidade na atual ordem internacional, principalmente os desafios da relação Norte-Sul. Sendo assim, é preciso aprofundar a visão desenvolvida por tal modelo explicativo.

Para Halliday (1998), a rapidez das mudanças e a ausência de um conflito militar internacional que pudesse explicar o desaparecimento do mundo bipolar nos conduz à análise do *conflito intersistêmico*, considerando os custos e o único resultado possível, como o grande responsável por estas mudanças, pois efetivamente interfere nos fatores domésticos.

O conceito de conflito intersistêmico, que nos permite captar os impactos profundos do fim da Guerra Fria, está fundamentado nos seguintes elementos. Em primeiro lugar, constata a heterogeneidade socioeconômica do “Leste” e do “Oeste”, isto é, das sociedades comunistas e capitalistas; enfatizando as diferenças econômicas e políticas dentro de cada Estado, em termos fundamentais e constitutivos que não podiam ser conciliados. O segundo elemento refere-se à influência determinante das diferenças apontadas anteriormente no desenvolvimento da política externa e das relações internacionais, que nos conduzem aos determinantes domésticos relevantes e nas diferenças entre cada lado. O terceiro elemen-

to aponta para uma dinâmica internacionalista e, na verdade, universalista dentro de cada bloco e sistema, isto é, cada bloco é levado não somente a proteger seu próprio estado e economia e a maximizar sua vantagem no equilíbrio de poder, mas também a dominar o mundo para minar, e abolir, o sistema alternativo. O quarto elemento aponta que o conflito intersistêmico opera em múltiplas dimensões, não apenas nas relações interestatais, envolvendo a interação socioeconômica através de ações de outras entidades que não o estado/governo como os empreendimentos financeiros e industriais e a interação ideológica e do efeito demonstrativo, como ocorreu na relação entre as duas Alemanhas (RDA-RFA).

O último elemento aponta que a heterogeneidade do sistema socioeconômico interno implica em heterogeneidade das relações internacionais, concebidas em termos de objetivos amplos e de mecanismos de internacionalização, o que não implica necessariamente em utilização de instrumentos, convenções e procedimentos operacionais diferentes, mas na percepção de que as causas, os mecanismos de integração e hierarquias e os mecanismos de competição com o outro eram assimétricos, como demonstram as diferenças entre EUA e URSS no que se refere ao grau de controle político e no equilíbrio relativo de poder econômico e militar na composição da influência americana e soviética (HALLIDAY, 1999, p. 198-201).

Portanto, a noção de *conflito intersistêmico* se refere a

um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade – militar, política, e econômica – são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais (HALLIDAY, 1999, p.186).

Isto significa que o embate pode ser compreendido em termos de universalidade, ou seja, da disputa entre valores que deveriam organizar toda a sociedade internacional, em torno do capitalismo ou socialismo,

o que não aparece na ideia de equilíbrio de poder ou em outras análises sobre a Guerra Fria, complementando o padrão tradicional de compreensão das relações internacionais que enfatiza a disputa de poder entre os estados, que apesar de necessário é insuficiente para o entendimento deste período das relações internacionais. Tal elemento é fundamental para que se compreenda os contornos da nova ordem mundial, fundada nos valores defendidos por um dos lados, em que ganham destaque questões relacionadas à democracia, à liberdade, à livre iniciativa, à afirmação do mercado e propriedade privada como fator de desenvolvimento econômico, entre outros. Também porque nos mostra que os fundamentos da estabilidade não podem ser dados apenas por estruturas homogêneas, o Estado-Nação, mas que aquela pode surgir da heterogeneidade no sistema.

O desenvolvimento deste tipo específico de conflito internacional se estrutura a partir de três proposições básicas:

a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Desta forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não percebido pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado e, não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados. Do lado soviético, a necessidade de uma revolução mundial, ainda sob Lênin, ou a teoria dos dois campos de Stalin e a da “correlação de forças” de Brejnev. Do lado ocidental, o desenvolvimento da teoria de disputa entre dois mundos, o livre e o comunista, que atingiu políticos e militares (HALLIDAY, 1999, p. 205).

Neste sentido, a elaboração da política de contenção apresentada por George Kennan é o grande exemplo. Para ele, a contenção do avanço

soviético, na Europa e no Terceiro Mundo, era a precondição para a derubada do comunismo, que poderia ser alcançado pela força do exemplo e pela confusão do idealismo revolucionário, através de uma estratégia de longo prazo e paciente⁷⁰ que

Na realidade as possibilidades para a política americana não são de nenhuma forma limitadas em manter a posição e esperar pelo melhor. É inteiramente possível para os EUA influenciar, por suas ações, os desenvolvimentos internos dentro da Rússia e através do movimento comunista internacional, pelo qual a política russa é amplamente determinada. Isto não é somente uma questão da modesta medida da atividade internacional que este governo pode conduzir na União Soviética e nos outros lugares, embora isto também seja importante. Pelo contrário, é uma questão da medida em que os EUA podem criar entre as pessoas do mundo em geral, a impressão de um país que sabe o que quer, que está lidando com sucesso com os problemas de sua vida interna e com as responsabilidades de um poder mundial, e que tem uma vitalidade espiritual capaz de sustentar-se entre as principais correntes ideológicas do tempo. (...) Assim, a decisão residirá em larga medida neste próprio país. A questão das relações soviético-americanas é, em essência, um teste de valor geral dos EUA como uma nação entre as nações. *Para evitar a destruição, os EUA precisam somente estar à altura de suas próprias melhores tradições e provarem-se dignos de preservação como uma grande nação* (POLÍTICA EXTERNA, 2004, p. 85)⁷¹.

Portanto, vale destacar que tal noção nos permite uma melhor compreensão da situação cubana no pós-Guerra Fria, em que se destacam o

70 Como aponta Hobsbawn: “A peculiaridade da guerra fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da II Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência” (1995, p.224).

71 Citado por Halliday, 1999, p. 210.

isolamento internacional, a perda da aura revolucionária que havia aproximado inúmeras gerações do exemplo cubano com o questionamento da legitimidade do sistema adotado no país e, finalmente, a estratégia adotada pelo governo americano de reforçar o embargo para levar à derrocada do regime, ao invés de incentivar uma transição negociada.

O conflito Leste-Oeste não pode, então, ser compreendido *apenas* como o conflito gerador do equilíbrio de poder, ou equilíbrio do terror para utilizarmos os termos da Guerra Fria, em que a homogeneidade das estruturas define os termos da competição e da estabilidade internacional, mas deve incorporar a noção de heterogeneidade. Com isto, procuramos afirmar que tal embate surgiu e se desenvolveu pelo confronto de dois sistemas socioeconômicos distintos, capitalismo e comunismo. Tal distinção nos aponta que os valores e os objetivos defendidos por cada lado foram determinantes para o desenvolvimento de sua política externa e para a estruturação das relações internacionais. E tal conflito implicou numa dinâmica internacionalista e universalista dentro de cada bloco, não apenas pelo equilíbrio de poder, mas pela universalização de seu modo de vida, ou seja, o domínio do planeta. E, finalmente, o mesmo se desenvolveu em múltiplas dimensões, não apenas nas relações interestatais, abrangendo a ação de outras entidades e a interação ideológica como instrumentos de universalização de seus ideais (HALLIDAY, 1999, p. 198).

Quando visto desta forma, também se amplia a explicação sobre as razões efetivas do esgotamento e colapso da URSS e seu bloco. Os fatores tradicionalmente apontados nos permitem compreender uma parte importante desta queda, mas devem ser complementados por outros, que julgamos fundamentais: a perda da crença, primeiro na população e em seguida na própria liderança, da superioridade do modelo soviético e a dinâmica interna do processo de construção do socialismo neste país.

Quanto aos fatores tradicionais, a primeira explicação se refere aos custos da corrida armamentista. O processo que se inicia nos anos 40,

determinado pela primazia qualitativa norte-americana, com exceção de poucos períodos, principalmente nos anos 50, em áreas específicas. Isto representou um ônus que atingiu cerca de 25% do PIB soviético, enquanto que o gasto americano representou algo entre 5% a 10%. Este dado, no entanto, mascara um aspecto primordial, o PIB soviético sempre foi menor que o americano, o que significa dizer que a concentração de recursos teve um impacto muito maior nesta sociedade. Ou seja, o peso fundamental deste fator refere-se à eficiência da alocação de tais recursos e nos mecanismos de interlocução com o setor civil, que foram ignorados pela liderança soviética, tornando onerosa a corrida armamentista, mas não a ponto de provocar seu colapso.

O segundo fator relaciona-se às pressões econômicas. Neste sentido, vale destacar que a interação comercial com o mundo capitalista, que se aprofunda a partir dos anos 60, teve como efeito o fortalecimento do sistema soviético no curto prazo, que pode ser demonstrado pelos altos preços do petróleo, produto exportado a partir da exploração na Sibéria, e as importações de trigo que ofuscaram o fracasso na agricultura; porém, no longo prazo os efeitos foram inibidores, já que como destacamos anteriormente, as mudanças necessárias foram adiadas diante dos benefícios imediatos. Isto também se refere às questões tecnológicas, em que a URSS desenvolveu uma política de cópia e apropriação, não de desenvolvimento e inovação de tecnologias. Vale ressaltar que, mesmo não inovando e tendo um acesso parcial às novidades tecnológicas do ocidente, o grande vácuo se deu na utilização apropriada das tecnologias disponíveis, representadas pela baixa interação entre os setores civil e militar, pela falta de incentivo à inovação, pela utilização de métodos ineficientes e tradicionais e, consequentemente, pelo uso limitado da tecnologia de informação. Como aponta Halliday:

os mesmos fatores que diminuíram a importância do impacto comercial e tecnológico ocidental serviram para diminuir o impacto

de sua retirada: o sistema político e econômico centralizado poderia absorver os choques, assim como poderia inibir a difusão de novas tecnologias. (HALLIDAY, 1999, p.155).

O terceiro fator considerado foi o custo do apoio econômico e militar aos aliados, principalmente do Terceiro Mundo. No entanto, é preciso ressaltar que neste caso, os custos maiores foram no campo diplomático, as transferências seguiam um outro padrão, os soviéticos se beneficiavam de certos produtos e, finalmente, a erosão começou pelos aliados tradicionais, na Europa Oriental, e não pelo Terceiro Mundo onde o custo do investimento soviético aparentemente era maior. Neste sentido, é ilustrativo o apoio fornecido a Cuba que, apesar de elevado para os padrões cubanos, não pode ser apontado como razão direta do colapso soviético. Pelo contrário, sua ausência quase levou ao colapso da economia cubana, mostrando neste caso a importância da ajuda recebida, e mesmo assim o regime cubano não teve o mesmo destino que os demais do bloco socialista soviético (HALLIDAY, 1999, p. 153-163).

Ou seja, estes fatores (corrida armamentista, movimento pela democracia e esgotamento econômico) podem ser considerados importantes, mas não podem ser apontados como fundamentais; pois de outra forma, como explicar que o sistema entrou em colapso na ausência das formas mais evidentes de ameaça? Não foi derrotado na guerra; e, a despeito dos problemas econômicos, ele foi capaz de atingir níveis de bem-estar aos quais a população não estava acostumada.

A este conjunto de fatores deve-se agregar o advento de um processo que se torna evidente nos anos 80, quando atinge a liderança do país que é a perda na crença e na capacidade do regime socialista superar, competitivamente, o capitalismo na maioria das áreas e de constituir-se num modo superior de produção e organização social e política. Isto acontece a partir do contato mais intenso com o Ocidente, devido à superação do isolamento físico – falta de comunicação, interferência no rádio, ausência

de viagens – e psicológica – isto é nosso – de que as coisas, apesar de tudo, eram melhores sob o socialismo. Internamente, esta desconfiança em relação à superioridade do regime já havia atingido parcelas significativas da população, principalmente os setores médios, desde o fim da era Kruschov, como aponta Kagarlitsky (1993)⁷².

Sendo assim, segundo Halliday (1999), no caso da liderança, o exemplo de Gorbachev parece ser emblemático: bastaram cinco minutos num supermercado canadense de médio porte para a questão ficar clara; e seus discursos pós-85, ao enfatizarem a comparação com indicadores ocidentais apontam os limites da sociedade socialista soviética⁷³. Uma vez desencadeado o processo, não foi possível controlá-lo ou retroceder. Até que ponto era inevitável? Até que ponto poderia ter outro desfecho? Isto não importa, o fundamental é que as alterações do sistema internacional provocaram o nascimento de outra ordem, determinada pelo lado vencedor⁷⁴.

72 Neste sentido aponta Hobsbawn: “Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. (...) Quando os líderes soviéticos na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis, ...) em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema, cavaram suas próprias covas. O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a deténée” (HOBBSBAWN, 1995, p. 247-248) .

73 Segundo Kagarlitsky, “No início dos anos 80, o Estado soviético, segundo uma comparação perspicaz de Bulat Okudzhava, fazia lembrar o Império Romano na era de seu colapso. A crise de controle desmoralizou os círculos dominantes e minou a fé na viabilidade do sistema ainda mais do que a redução do crescimento da economia e a crescente insatisfação do povo” (KAGARLITSKY, 1993, p. 44)

74 Neste sentido vale destacar a tese do “declínio americano”, lançada no final dos anos 70 por P. Kennedy (Ascensão e Queda das grandes potências); ou as análises mais recentes de, entre outros, G. Arrighi que apontam para um declínio relativo do poder americano e o deslocamento do eixo da economia mundial para o Sudeste Asiático.

A ênfase nos limites e consequências impostos pelo conflito inter-sistêmico não invalida a importância da análise dos fatores domésticos, relacionados à natureza e às características do socialismo soviético como o outro lado deste colapso. Com isto, queremos afirmar que o processo de construção do socialismo soviético, com suas particularidades, desafios e dinâmicas nos permitem captar melhor as opções e o destino final desta experiência. O que sugerimos, portanto, é a combinação dos desafios da política internacional, o *conflito intersistêmico*, que demandaram um esforço para universalizar a experiência socialista com os dilemas da política interna, o cenário doméstico, que envolve os percalços da construção do socialismo que durante muito tempo foi orientado e limitado pela “construção do socialismo em um só país”. Estes, obviamente, se combinam e nos ajudam a entender as razões e os impactos das mudanças.

Sem a pretensão de esgotar o tema que é tratado por vasta literatura, procuramos demonstrar alguns elementos de ordem interna que levaram ao colapso soviético. Neste sentido, é estimulante a análise desenvolvida pelo professor russo Maidanik (1998) que, apesar de sintética, assinala três momentos cruciais, denominados de as “três mortes do socialismo russo”, para a compreensão da experiência soviética e sua falência.

Partindo da constatação de que a “Idade de Ouro” do socialismo soviético ocorreu durante os anos de 1922 a 1927, em que estiveram presentes os ideais de uma sociedade socialista, apesar do contexto internacional desfavorável, o autor procura demonstrar que neste período ocorreram os mais importantes avanços na construção da sociedade socialista. No campo econômico, houve o aumento da produção e melhoria do nível de vida, ampliaram-se as conquistas sociais dos trabalhadores, desenvolveu-se o pluralismo na cultura, houve um florescimento da ciência e a melhoria das relações étnicas, entre outros elementos. Mas foram se acumulando contradições no campo da política que serão fatais ao desenvolvimento posterior. Neste sentido, o sacrifício da democracia política pluralista, na sociedade e no partido, o aumento do aparelho de Estado, aliado às características particulares do estado russo herdado dos tempos

do czarismo, com a consequente expansão do burocratismo geraram uma lógica da revolução invertida.

Tal lógica começa a ganhar contornos mais nítidos em 1928 com a adoção de uma industrialização forçada, em prejuízo da NEP (Nova Política Econômica); o monopólio do sistema supercentralizado, onipresente e onipotente; a guerra de extermínio contra os camponeses e a pequena propriedade; o fim definitivo da democracia interna no partido e na sociedade; a abolição das conquistas e instituições socialistas; e o aumento da repressão, do subsistema do medo. Desta forma, estava aberto o caminho para a Primeira Morte da Revolução, reforçada pelo advento do Stalinismo, baseado nos órgãos de repressão internos e na utilização de elementos específicos para a manutenção do poder⁷⁵. Isto só foi possível devido a fatores nacionais que paradoxalmente haviam impulsionado a revolução, como a ausência de estruturas políticas pluralistas na história do país, a inércia da sociedade, a ameaça da guerra e do fascismo e o medo da restauração. Este quadro só foi se agravando entre 1947 e 1953, sob o manto do stalinismo⁷⁶.

Com a morte de Stalin e a ascensão de Krushev, inicia-se um período de grandes esperanças, mas que não conseguiu reformar o sistema. Tal período, apesar da denúncia dos crimes do stalinismo – culto à perso-

75 Como aponta Trotsky, um dos grandes líderes da Revolução Russa exilado e morto por agentes stalinistas, denominando este período como o Termidor soviético: “A pobreza e o atraso cultural das massas foram mais uma vez incorporados na figura sinistra do supervisor com um grande bastão nas mãos. De servil da sociedade, a burocracia, que era objeto de tantas pragas e lamentações, havia-se tornado novamente sua senhora. Durante este processo, a burocracia sofreu um tamanho grau de alheamento social e moral em relação as massas que ela não mais podia lhes permitir qualquer leve controle sobre suas ações ou seus rendimentos ” (TROTSKY, 1988, p. 127).

76 Para uma análise deste processo ver, entre outros, a coleção organizada por Eric Hobsbawn *História do Marxismo* (Paz e Terra, 1987), especialmente o volume 2, e o capítulo 1 “Os herdeiros do totalitarismo” do livro *A desintegração do Monólito*, de Boris Kagarlitsky (UNESP, 1993).

nalidade, liberalização cultural e política, entre outros – manteve intactos os fundamentos do sistema herdado ao manter o poder e a propriedade nas mãos da burocracia, ao continuar apoiando e promovendo o desenvolvimento econômico centralizado e vertical e se caracterizar pela ausência da democracia, da participação no processo decisório e evitar o pluralismo, mesmo no âmbito das alternativas socialistas. Em suma, manteve uma sociedade do Estado Total, que se mostrou funcional e compatível com a industrialização forçada, mas que não poderia responder aos novos desafios (MAIDANIK, 1998, p. 25-28).

Os anos 60 representaram o esgotamento da segunda onda reformista – a de Krushev – e evidenciaram o esgotamento do modelo para promover o desenvolvimento e a competitividade, interna e com o mundo capitalista, e as dificuldades começaram a aflorar: queda do crescimento econômico, aumento do preço de produtos essenciais – carne e leite – e fragilidade do desenvolvimento agrícola, explicitado pela seca de 1962. Estes e outros fatores contribuíram para o fracasso do modelo baseado em quantidade – mais pessoas, mais tratores, mais usinas – e na mobilização política, pela consciência ou medo, que irão corroer o sistema. A opção adotada foi prosseguir sem mudar⁷⁷. Isto porque os problemas não eram, ainda, percebidos por toda a sociedade, pela inexistência de mecanismos de desenvolvimento sustentado e pela força e enraizamento da burocracia, que dirige o estado e a sociedade. Ou seja, os interesses em defesa da monopropriedade e do monopoder, alicerçados no PCUS, do comple-

77 O resultado do esgotamento desta onda reformista foi que “Daí em diante, a população e a própria liderança formaram suas opiniões sobre o novo regime, não só com base na sua capacidade de assegurar a independência nacional do país, o poder defensivo e o status de grande potência, ou em sua habilidade para proporcionar a igualdade social prometida pela revolução, como também com base em seu sucesso ao garantir sucessivos incrementos de consumo” (KAGARLITSKY, 1993, p. 38).

xo industrial-militar e da velha burocracia, inviabilizavam mudanças mais profundas.

O resultado não foi apenas a perda de mais uma oportunidade de mudanças, mas o esgotamento de qualquer alternativa que levou o país e o socialismo soviético a uma lenta agonia interna. Os sinais disto são, hoje, evidentes: a queda na crença dos valores socialistas que representaram um aumento da corrupção e o crescimento de privilégios; o fim do crescimento econômico, que foi nulo a partir de 75; o corte nos gastos sociais; o desenvolvimento de benefícios exemplificados no surgimento de uma propriedade pessoal e corporativa, que fornecia aos quadros do partido o acesso aos melhores bens e serviços. Em síntese, o pouco que havia de socialismo desapareceu definitivamente nesta longa agonia e representou o esgotamento das possibilidades de mudanças⁷⁸.

A terceira e última morte se evidencia nos anos 80. Nesta ocorre, de forma catastrófica para o sistema, uma nova e definitiva tentativa de reforma, desde cima. Duas ideias sintetizam o projeto levado a cabo por Gorbachev, a Perestroika e a Glasnost. A primeira se refere à tentativa de reformar e redefinir as prioridades do desenvolvimento econômico e da política industrial soviética em prol do fortalecimento das áreas de ponta e da introdução de limitados mecanismos de mercado que poderiam contribuir para a superação da estagnação e da autonomia do complexo industrial soviético. A segunda se refere às mudanças de gestão política e ideológicas em prol de uma maior transparência que deveriam promover o pluralismo, a democratização e a liberdade. Tratava-se de uma reforma controlada desde cima e que, ao incorporar ou atingir as forças sociais, adquiriu uma dinâmica própria (MAIDANIK, 1998, p. 30-35).

78 Segundo Kagarlitsky: “Durante os anos 70, mudanças de rumo parciais na estrutura da sociedade acumularam-se gradualmente, preparando o caminho para a crise que viria a seguir. Ao final dos anos 80, estas mudanças explodiram em cena. Quantidade havia se tornado qualidade” (KAGARLITSKY, 1993, p. 25).

Por que esta onda reformista falhou? Segundo Maidanik, diversos fatores podem ser apontados. Em primeiro lugar, por subestimar os problemas, maiores e mais profundos do que imaginavam os reformistas. Isto é, tentar reformar o que, efetivamente, era irreformável pelo enraizamento e acumulação dos desafios ao longo da construção do socialismo. Em segundo lugar, pelo método utilizado, a reforma desde cima, que fazia uso do aparelho, do partido, em suma, dos beneficiados, para acabar com os benefícios. Além disto, desenvolvia-se a tendência privatizante no seio da burocracia partidária que, tendo acesso privilegiado a informações e contatos, poderia se apropriar dos espólios⁷⁹. E, finalmente, o desconhecimento da mentalidade das massas que, esgotadas ao longo de décadas de construção do socialismo e aliadas à propaganda e a comparação com o ocidente, desenvolveram valores pró-ocidentais e antissocialistas⁸⁰. Este processo representou, ainda que de forma inesperada e imprevisível, a última e definitiva morte do socialismo soviético⁸¹.

Desta forma, pode-se compreender melhor a extensão e a profundidade das mudanças ocorridas com o fim da Guerra Fria, gerando aná-

79 Como aponta Kagarlitsky: “Durante os anos de domínio de Gorbachev, a sociedade soviética encontrava-se em um estado crônico de crise e colapso. Os círculos dominantes não só aprenderam a viver bem felizes em condições de crise como até começaram a extrair benefícios disso, aproveitando-se da ruína do país, sucateando a propriedade nacional em vendas a estrangeiros, saqueando e privatizando todas as coisas viáveis e de valor que ainda restavam” (KAGARLITSKY, 1993, p. 7)

80 Neste sentido, Kagarlitsky afirma que “O colapso final do comunismo na União Soviética foi precedido pela rápida disseminação da ideologia liberal dentro da velha casta dominante, pela enumeração das vantagens do capitalismo em publicações oficiais comunistas, pela aguda guinada para a direita de personalidades conhecidas na oposição democrática, que há não muito tempo tinham estado proclamado sua devoção aos valores do socialismo ou que haviam até abraçado posições marxistas” (KAGARLITSKY, 1993, p. 15).

81 Tal análise também pode ser encontrada na obra de Daniel Aarão Reis Filho *Uma Revolução perdida* (Editora Perseu Abramo, 1997), que através da abordagem histórica procura demonstrar como o ideário socialista foi sufocado pela burocracia comunista.

lises que apesar de otimistas e exageradas advogavam o fim da História, como pode ser percebido no famoso texto de F. Fukuyama, que mostra a realização desta com o advento de uma sociedade que, econômica e politicamente, alcançava o desenvolvimento final da humanidade. Com isto, destaca-se que não se tratou apenas do nascimento de uma nova ordem no sentido tradicional, a substituição das potências hegemônicas, mas da afirmação de um modo de vida, que tendo como eixo a ação de uma superpotência, procurou estender não apenas seu poder a todo planeta, mas seus valores e instituições econômicas, políticas e sociais. Sendo assim, torna-se ainda mais interessante a análise dos órfãos da Guerra Fria, ou seja, da política externa cubana neste novo cenário internacional. Antes, porém, cabe discutir os contornos do mundo unipolar e a emergência da hegemonia americana e seu impacto para o regime cubano.

2.2 A hegemonia americana e a unimultipolaridade

A sensação inicial com a fragmentação e o desaparecimento do bloco soviético, em geral, e da URSS, em particular, foi marcada por uma euforia, determinada pela possibilidade de se construir um mundo sem o “equilíbrio do terror”, mais pacífico e marcado pela cooperação. Tal sensação era aprofundada pelas mudanças ocorridas em outros setores – economia, comércio, telecomunicações – sintetizadas no conceito de “globalização” que aprofundaram a interdependência entre os países. Além disto, o advento desta nova ordem mundial representava, virtualmente, a vitória final do capitalismo que, liderado pelos EUA, poderia promover uma ordem baseada em valores como democracia, direitos humanos e liberdade⁸².

Como aponta Pecequillo (2000), apesar das inúmeras mudanças ainda não foi criado um termo adequado para a compreensão do novo

82 Conforme as ideias desenvolvidas por F. Fukuyama em *O fim da História e o último homem*, editora Rocco, 1992.

cenário, o que revela a vigência de elementos definidores da ordem internacional, que possuem raízes profundas no período anterior; daí o uso persistente do termo “pós-Guerra Fria” para esta etapa da ordem internacional. Também há a constatação de que a transição é o elemento definidor desta fase das relações internacionais.

O grande desafio teórico imposto por estas modificações diz respeito à compreensão da nova configuração do poder. As formulações clássicas partem do princípio de que os Estados Nacionais, como entidades soberanas e sem nenhuma autoridade acima delas, atuam no sistema internacional para preservar a sua soberania e aumentar o seu poder, num cenário marcado pela anarquia. Desta forma, os Estados estão liberados e destinados a garantir sua sobrevivência em um ambiente hostil, frente a adversários semelhantes e que podem ter capacidades maiores, menores ou iguais. Assim, os conflitos se tornam normais, incorporados à lógica de reprodução e consolidação.

Os Estados buscam o equilíbrio de poder para prevenir o surgimento de um poder único que subjugue os demais, para garantir sua sobrevivência e para preservar sua soberania. Na lógica do equilíbrio, a estabilidade é mantida pela competição entre as unidades de poderes mais ou menos semelhantes que acabam se anulando mutuamente, fazendo com que nenhum Estado esteja satisfeito com seu *status quo*, mas também nenhum se torne proeminente. Desta forma, a competição leva ao equilíbrio entre os principais estados que, perseguindo seus próprios interesses, se autocontrolam. Como isto ocorreu historicamente?

A forma mais conhecida de equilíbrio de poder é a do equilíbrio multipolar, existente no século XIX, após o Congresso de Viena, mantido pela interação de diversas potências com capacidade de poder equivalentes. Neste período, Prússia, Rússia, França, Império Austro-Húngaro e a Grã-Bretanha se destacaram como polos de poder e, através de alianças e acordos entre si, mantinham o equilíbrio do sistema. Tal ordem possibili-

tou a limitação dos conflitos internacionais, principalmente no continente europeu, gerando os cem anos de paz até a emergência da I Guerra Mundial (PECEQUILO, 2004).

Posteriormente, no século XX, desenvolveu-se uma nova forma de equilíbrio, baseado na bipolaridade. No período pós-guerra, EUA e URSS haviam desempenhado o papel de fonte do equilíbrio e de estabilidade do sistema internacional, com os demais estados agindo como satélites, desempenhando um papel secundário e escolhendo com qual dos dois blocos se alinhariam, ou então, de agirem de forma independente, como ocorreu com o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Mas afinal, que tipo de equilíbrio se desenvolve no pós-Guerra Fria? Como compreendê-lo depois do desaparecimento da superpotência?

Para inúmeros analistas, o sistema internacional depois da Guerra Fria é marcado por uma polaridade indefinida, pois estaríamos vivendo um período de transição, em que não se redefiniu adequadamente os principais polos de poder e, outro problema, pela incerteza em relação ao eixo determinante dos conflitos internacionais, que na Guerra Fria era, sem dúvida, a questão ideológica. Sendo assim, ainda não haveria uma nova configuração de poder que pudesse determinar as características desta nova fase nas relações internacionais. Mas esta resposta tem se mostrado insuficiente, pois os conflitos internacionais continuaram a ocorrer e a necessidade de ordem e estabilidade continua orientando o sistema internacional.

Desta forma, ganham destaque as análises que procuram demonstrar o surgimento de uma nova ordem, o que as diferencia é o caráter dado ao novo sistema nascente. Para a compreensão destas análises é preciso inseri-las dentro do contexto histórico dos anos 90 e das diferentes perspectivas que este determinava.

Podemos identificar quatro fases diferentes desta etapa. A primeira, que se desdobra de 1989 a 1991, foi marcada pelo otimismo gerado pela queda do bloco soviético e o suposto desaparecimento desta ideologia, substituída pelos valores universais do liberalismo e da democracia; que,

acompanhada pelo aprofundamento da interdependência e da globalização, parecia apontar para uma nova era de “paz e prosperidade”, em que o conflito seria superado pela cooperação. Isto parecia indicar que os princípios e valores ocidentais seriam a regra do comportamento político, moral e estratégico, indicando o fim da História e a emergência do pensamento único, como apontado, entre outros, na obra de F. Fukuyama. Além disto, a eficiência americana em construir e liderar uma coalizão, a partir das Nações Unidas, para atuar na Guerra do Golfo (1990-1991), parecia indicar a disposição da comunidade internacional de repudiar violações contra as normas existentes e servia para desestimular o conflito como elemento do sistema internacional.

A euforia vivida nos momentos iniciais do pós-Guerra Fria foi captada por um dos mais influentes estrategistas norte-americano, S. Huntington (1992), ainda antes de desenvolver sua polêmica visão sobre o “conflito civilizacional”. Analisando a reação dos EUA às mudanças ocorridas e em busca de uma redefinição dos interesses estratégicos americanos, o autor considerava que as mesmas deveriam ser analisadas sob três dimensões.

Em primeiro lugar, tais mudanças devem ser consideradas como mudanças sistêmicas, na estrutura das políticas interna e externa, que compreendem um declínio do poder militar e o crescimento do poder econômico, como definidor do status de potência e que pode capacitar os estados para o exercício da liderança ou da hegemonia. Estas mudanças estão relacionadas às alterações na economia, marcadas pela ascensão de uma economia globalizada, pelo predomínio de uma economia de mercado, pela limitação e mesmo o enfraquecimento do Estado Nacional em certas áreas e o surgimento de organizações e procedimentos internacionais, que alteraram a fonte de recursos do poder no sistema internacional.

Em segundo lugar, as mudanças na distribuição do poder internacional, marcadas obviamente pelo declínio e colapso soviético, que definiu

uma ordem inicialmente instável, caracterizada pela uni e multipolaridade, devido, entre outros elementos, à ascensão do poder europeu, em geral, pelo crescimento do Japão e sua influência no leste asiático, pela ascensão de potências médias e pelo fortalecimento da opinião pública internacional. Finalmente, Huntington relaciona as mudanças nas relações entre os países, que se tornaram mais voláteis e com maior duplicidade, mais imprevisíveis e instáveis e mais ambivalentes, nas quais alianças permanentes se tornaram menos importantes diante dos interesses imediatos dos países.

Tais transformações deveriam provocar, na visão do autor, uma redefinição dos interesses estratégicos americanos. Tal redefinição deveria se fundamentar no exercício e manutenção do poder americano e, consequentemente, no tema da segurança. Por isto, Huntington propõe uma redefinição da política externa americana alicerçada em três estratégias. Enfrentar, no campo econômico, o desafio japonês, considerando preocupante o avanço deste em certas áreas que poderiam afetar o bem estar norte-americano.

Neste sentido, tratava-se de melhorar os índices econômicos do país, principalmente orçamento, poupança e gastos com pesquisas, bem como investir em educação e treinamento para melhorar a qualidade da mão de obra norte-americana. Em seguida, desenvolver uma estratégia de manutenção do equilíbrio na Eurásia, evitando o aparecimento de novas ameaças através de várias ações: ajudar na estabilidade e desenvolvimento da democracia na ex-URSS e na Europa Central e Oriental, procurando limitar a influência russa nesta região, atuar para que a CEE continuasse voltada para a economia e não ascendesse a uma nova potência internacional e, finalmente, evitar ou limitar a expansão chinesa. Por último, a redefinição das estratégias passava pela proteção de interesses concretos no Terceiro Mundo, onde se destaca uma retração em relação à América Latina em geral, e a priorização de certas áreas devido à interferência em questões domésticas: a América Central, e certos países da América do

Sul, devido à migração e drogas; o Golfo Pérsico, devido ao petróleo e certos países específicos – Israel, Filipinas e Coreia do Sul – diante de ameaças regionais (HUNTINGTON, 1992).

Tal visão, apesar de baseada no realismo, nos parece extremamente otimista em relação à hegemonia americana. Primeiro, por propor estratégias que não levam em consideração a autonomia dos demais estados e os seus interesses específicos e ignorar o desenvolvimento de certas tendências ou fatores que poderiam modificar esta situação inicial. Considerando o caso da Rússia, herdeira da URSS, a democracia cedeu espaço a um regime cada vez mais centralizado e corrupto, marcado por um sovietismo sem ideologia. A China continuou a crescer e a ampliar sua influência. Além disto, por ignorar o advento de novos conflitos, tratados posteriormente pelo autor no conflito civilizacional. E ainda, por ignorar grandes regiões do globo, cujos conflitos ameaçam a estabilidade internacional, seja nos países e repúblicas do ex-bloco soviético, seja nas tragédias humanitárias na África. Finalmente, a pressão advinda do fluxo migratório que colocou em xeque o bem estar do primeiro mundo.

A segunda fase, que vai de 1992 a 1993, é marcada pelo pessimismo, e pela acumulação de tentativas de contestar e transformar a ordem internacional. Neste sentido, a eclosão de conflitos em diferentes lugares do mundo (África, Oriente Médio, Europa...) parecia indicar o renascimento do conflito, sob novas bases, como dado estrutural das relações internacionais. Neste sentido, é que se desenvolve a ideia de choque de civilizações, como hipótese central para a compreensão dos conflitos emergentes. Huntington, o sistematizador desta noção⁸³, defendia a fragmentação do sistema, sustentando que o conflito capitalismo-socialismo, sustentado no elemento ideológico, seria substituído pelas disputas civilizacionais orien-

83 A análise de Huntington se baseia em ideias desenvolvidas por vários intelectuais, entre eles o historiador Arnold Tonybee, que em meados do século passado apontava que o conflito entre civilizações é um dado da história da humanidade.

tadas segundo linhas culturais, étnicas e religiosas, com destaque para o conflito entre o ocidente e o islã (HUNTINGTON, 1996).

A terceira fase, que vai de 1994 a 1997, foi marcada pelo equilíbrio entre pessimismo e otimismo. Isto porque ocorreu a desmistificação das premissas do fim da história, da nova ordem mundial, das interpretações apressadas e parciais do cenário internacional e se retomaram os debates sobre o futuro da estratégia e do poder americano. Neste sentido, tornou-se perceptível que o fim da Guerra Fria provocou o descongelamento da política internacional, eliminando os constrangimentos do alinhamento com as potências, e fazendo emergir, ao lado das ameaças tradicionais, novos focos de tensão e conflito que ameaçavam a ordem internacional como risco de proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo e o crime internacional. Além disto, a possibilidade de homogeneização dos Estados, que poderia ser fonte de estabilidade, chocou-se com as resistências em diversos cantos do planeta ao modelo ocidental-liberal de organização, e ascensão chinesa pareceu afirmar uma via que conciliava socialismo e mercado, reformas econômicas graduais e estrutura política tradicional que recusa os valores hegemônicos (democracia, pluralismo, ...). Também houve a recuperação do debate sobre o papel e a continuidade das instituições políticas, econômicas e de segurança criadas ao longo da Guerra Fria.

A partir de 1998, desenvolve-se uma nova etapa da transição com a consolidação e a permanente expansão americana, com a reafirmação de sua supremacia e a recuperação definitiva de posições e de recursos de poder. É o advento da *"Pax Americana"*, estratégia desenvolvida de forma diferenciada pelos dois últimos governos (Clinton e Bush) e que foi impulsionada pelos atentados de setembro de 2001.

Diante de tal cenário, realiza-se uma reformulação da política externa americana que vinha sendo operada com uso da política de contenção, desenvolvida ao longo da Guerra Fria com base no relatório Kenan. Tal reformulação se materializa na formulação de uma estratégia de engajamento e de expansão (engagement and enlargement) desenvolvida por

Bill Clinton a partir de 1993, que se consolida em seu segundo mandato e adquire um novo formato sob a administração de George W. Bush.

Esta mantém o internacionalismo como prioridade e coloca como objetivos a promoção da democracia e do livre mercado em escala global. Além disto, colocava-se como prioridade a preservação da liderança internacional como a garantia para a estabilidade e expandindo o interesse nacional para as áreas críticas da Europa, Ásia, Oriente Médio, Américas e África. Apesar de ser apontada como intervencionista, idealista e não trazer grandes novidades em relação à postura americana desde a Guerra Fria, tal formulação serviu para a recuperação do poder e confiança americanos que, juntamente com ascensão da economia americana apontaram para a reemergência da hegemonia do país no sistema internacional. Desta forma, consolidou-se o *status* de superpotência restante, sendo um sinal claro de que os EUA ainda se constituíam como “nação indispensável”.

Emblemática é a análise desenvolvida por J. Nye (2002) e o exercício de uma “hegemonia benevolente”, a partir da constatação de que a ordem internacional é marcada pela unimultipolaridade. Para Nye, o mundo pós Guerra-Fria foi marcado por transformações que alteraram o quadro tradicional de equilíbrio de poder. Sendo assim, os desafios apresentados pelo desenvolvimento da informação, pelo processo de globalização que alteraram as relações transnacionais, pela modificação da ideia de soberania e pela existência de sociedades em níveis diferentes de desenvolvimento e industrialização tornam o cenário internacional cada vez mais complexo.

Diante disto, através de um enfoque complexo, o autor desenvolve sua metáfora dos “três níveis de xadrez” para caracterizar a nova ordem. No primeiro nível, o elemento preponderante é o aspecto militar, e nele a unipolaridade americana é incontestável devido à capacidade do país de ativar forças incomparáveis aos demais, apoiadas no grande arsenal bélico e nuclear, numa hegemonia não territorial – bases ao redor do planeta – e em seu poder transnacional. O segundo nível é determinado pela econo-

mia, em que a multipolaridade é determinante devido ao renascimento europeu e à possibilidade de ascensão de outros polos que podem ameaçar a hegemonia americana. No terceiro, do transnacionalismo econômico, o poder estaria disperso e não haveria, segundo o autor, um polo de poder mas também o aspecto multipolar estaria presente. Diante disto, o autor considera extremamente improvável que o poderio americano seja alcançado por eventuais competidores (Europa, China, Japão...) que estariam envolvidos em questões internas e não estariam habilitados a exercer uma diplomacia mundial⁸⁴.

Daí a necessidade do exercício de uma “hegemonia benevolente” fundada numa estratégia baseada nos bens globais públicos procurando conservar o equilíbrio de poder em regiões importantes, promover uma economia internacional aberta, preservar os bens comuns internacionais, manter as normas e as instituições internacionais, contribuir com o desenvolvimento econômico e atuar como fomentador de coalizões e mediador de disputas (NYE, 2002, p. 238).

Neste cenário, a ação americana diante de Cuba é ilustrativa. O país radicaliza suas posições, procurando reforçar o embargo econômico no momento em que Cuba se sentia mais fragilizada para forçar a efetivação de reformas econômicas, em prol do mercado, e políticas, uma transição democrática. Mantendo o padrão da Guerra Fria, o endurecimento americano pode ser compreendido também como resultado da nova posição que a questão cubana adquiria na política americana. O tema cubano passou a ser tratado, cada vez mais, como um assunto da política interna do país, entre outros devido ao peso e à ação dos residentes no país e ao fim

84 No caso da China, para exemplificar, Nye considera que o país só poderá se equiparar aos EUA, mantidas as atuais condições, entre 2056 e 2095, que o país tem inúmeros problemas internos e que a capacidade militar chinesa está distante tecnologicamente da americana, podendo se constituir em um desafiante regional, não global.

da proteção soviética, o governo americano pode tomar inúmeras iniciativas, ao longo dos anos 90 para derrocar o regime cubano.

Mesmo que esta estratégia tenha provocado o efeito contrário, como aponta Jorge Domínguez (2003), as ações americanas fortaleceram o discurso nacionalista do governo aumentando o grau de coesão interno e possibilitaram o apoio da comunidade internacional diante do unilateralismo, e até arrogância de algumas medidas. Entre elas, se destacam a promulgação de duas leis que tiveram forte impacto na relação entre os países.

A primeira das ações, aprovada sob o nome de Emenda Torricelli, havia sido proposta pelo deputado democrata de mesmo nome ainda durante a campanha presidencial, foi aprovada por Bush mas capitalizada por Clinton. Tal emenda ampliou a proibição das companhias americanas de realizar negócios com Cuba, inclusive suas subsidiárias no exterior, proibiu aos barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações comerciais nos EUA e autorizou o presidente do país a aplicar sanções a governos que promovam assistência a Cuba.

A segunda iniciativa, mais ampla e profunda, foi a sanção de Clinton à chamada “Cuban Liberty Act”, em 1996, ou Lei Helms-Burton, apresentada pelos deputados Jessé Helms e Dan Burton que ampliou os alcances do bloqueio e radicalizou as posições devido ao clima ideológico e ao processo eleitoral que estava em curso, mas que irá se tornar uma constante. Tal ato permite aos cidadãos americanos, proprietários de bens expropriados pela revolução a processar empresas estrangeiras que usufruam das propriedades e permite que o governo proíba a entrada no país de empresários e executivos destas empresas. Como aponta Ayerbe, as sanções atingem também as instituições internacionais e os países que recebem ajuda dos EUA, pois afirma:

a- Em todas as instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, ...), os EUA devem votar contra qualquer tipo de empréstimo, ajuda financeira ou emissão para Cuba. Se mesmo nessas

condições é outorgado um crédito a Cuba, os EUA subtrairão a soma correspondente as suas contribuições para a respectiva instituição; b- faz-se mais a estrita proibição de importação de produtos que contenham matérias primas cubana (por exemplo, níquel ou açúcar) de terceiros países; c- as ajudas financeiras dos EUA para os estados sucessores da União Soviética serão reduzidas nas mesmas quantidades em que esses países prestem auxílio a Cuba (AYERBE, 2004, p. 45).

Tal lei recebeu fortes questionamentos da comunidade internacional e seus efeitos foram ineficazes e até contrários aos objetivos almejados. Isto porque, ao estender a jurisdição dos tribunais americanos para fora de suas fronteiras territoriais o ato contradisse as normas básicas do Direito Internacional e poderia criar precedentes perigosos que dificultariam a normatização das relações internacionais. Além disto, como aponta Ayerbe (2004), porque explicita uma postura imperial imune aos argumentos éticos e jurídicos assinalados pela maioria dos países. Finalmente, porque apesar do efeito econômico que é considerável – desde 1959 estimam-se perda de U\$ 60 bilhões – estas sanções têm, segundo Fernandez Tabio (2003, p. 52), conseguido “Fortalecer a unidade nacional da sociedade cubana, em lugar de fragmentá-la e quebrar seu sistema político e social. Estimular um desenvolvimento econômico mais diversificado e independente, que promove uma maior autossustentabilidade e autossuficiência. Estabelecer uma situação internacional de mercado confusa, que aumenta progressivamente os custos de todas as partes e retarda o desenvolvimento das suas relações com toda a sub-região⁸⁵”.

O que procuramos demonstrar é que tais ações se inserem no quadro de redefinição da estratégia americana para o mundo, em geral, e para

85 Vale ressaltar que alguns empresários americanos começam a chamar a atenção para as perdas, que estariam entre U\$ 1 e U\$ 5 bilhões, devido à proibição de estabelecer negócios na ilha (MORRIS, 1998).

Cuba, em particular, de afirmação de sua hegemonia nesta nova ordem internacional.

Neste sentido, é possível identificar uma nova fase, que adquire novos contornos a partir de 2001, em que o exercício de uma hegemonia benevolente cede cada vez mais espaço para o advento de uma “*ambição imperial*”, em que a adoção de uma postura unilateral, o enfraquecimento dos organismos internacionais e a volta ao conflito armado vão redefinindo ao longo da década a natureza do sistema internacional. Tal fato foi argutamente percebido na análise de Ikenberry (2002-2003)⁸⁶ sobre a ação americana neste início de século.

Para este autor, tal postura se desenvolve a partir de uma nova definição sobre o papel global que a superpotência deveria desempenhar na nova ordem, da redefinição da ameaça à segurança destas e das formas de atuação e dos elementos componentes e definidores da força e justiça internacionais desenvolvidos a partir da potência.

Sendo assim, a posição americana, sob a administração Bush, estaria abandonando as estratégias construídas no pós-guerra e desenvolvendo uma postura imperial. Isto porque as estratégias utilizadas neste período giravam em torno de dois eixos fundamentais: de um lado, a estratégia de contenção, coibição e manutenção do equilíbrio internacional, que ao procurar evitar o expansionismo soviético, criou uma estrutura maleável de consultas e acordos para solucionar os conflitos no Ocidente, através do desenvolvimento de instituições, como a OTAN, e de parcerias para a promoção do desenvolvimento, como no Japão e Europa, que reforçaram a esperança na estabilidade e na paz ao desenvolverem uma política

86 Neste mesmo número pode-se destacar o artigo de Condoleezza Rice “Consciência de vulnerabilidade inspirou doutrina”, o documento fundamental de George E. Bush sobre “A estratégia de segurança nacional dos EUA” e o artigo de Carlos E. Lins da Silva “A doutrina Bush foi gerada há dez anos” (POLÍTICA EXTERNA, 2002-2003).

baseada na prudência e no reconhecimento do equilíbrio de poder. Por outro lado, ocorreu o desenvolvimento de uma estratégia de orientação e reforço do liberalismo, pautada por relações políticas institucionais entre democracias de mercado integradas, respaldada pela abertura econômica, cujo tripé era a ênfase nos seguintes elementos: democracia, apoio e desenvolvimento de instituições multilaterais e abertura econômica, desenvolvendo uma política de perfil moderado, marcada pelo multilateralismo, negociação e barganhas.

Estas duas macroestratégias passam a ser questionadas nesta nova fase da hegemonia americana, em que se desenvolve pela primeira vez no pós-Guerra Fria uma nova concepção da inserção internacional do país e se define o seu papel, de forma evidente ou explícita, na nova ordem internacional, a partir da redefinição de seus interesses e dos meios mais eficazes de alcançá-los. Segundo Ikenberry (2002-2003), os elementos definidores da “ambição imperial”, portanto da nova estratégia americana, podem ser sintetizados nos seguintes elementos:

- manutenção da unipolaridade, procurando evitar a emergência de concorrentes ao poder americano e consolidar o caráter permanente de vantagens em relação a estes;
- a afirmação de que ingressamos numa nova era, “A Era do Terror”, o que implica numa nova análise das ameaças globais e dos meios para combater tais ameaças;
- a constatação de que a política de coibição está ultrapassada e de que, neste novo cenário, é necessário o uso da força preventiva e preemptiva para dirimir as ameaças;
- a remodelagem do conceito de soberania, que implica na adoção de uma postura que desconhece a soberania e as fronteiras, assim como as forças ameaçadoras, ou seja, o terrorismo;
- a depreciação geral das normas internacionais, dos tratados e das

parcerias de segurança, que implicam na adoção de uma postura unilateral em prol da defesa dos interesses americanos;

- uma afirmação do papel direto e irrestrito para responder as ameaças globais, que parte da constatação de que as alianças nem sempre são eficientes para responder às demandas da nova ordem internacional;

- abandono das tradições desenvolvidas no pós-guerra, em relação à manutenção da estabilidade do sistema internacional, através de acordos e parcerias.

Em suma, segundo o autor, cada vez mais os EUA optam por uma estratégia, denominada de *"Pax Americana"*, que acentua o exercício do poder em relação ao exercício da força e que aposta nas vantagens comparativas do poderio americano, mas que pode funcionar apenas em médio e curto prazo, de forma relativa, porém em longo prazo tende a se tornar insustentável, entre outras razões por gerar instabilidade ao sistema internacional e incentivar o desenvolvimento de alianças contrárias para a proteção de interesses que poderiam ser atingidos pela ação americana.

Vale ressaltar que tal estratégia é definidora da nova ordem internacional, e se apenas se tornou mundial neste início de século, pode servir como modelo para a compreensão das relações com Cuba, e das iniciativas americanas ao longo dos anos 90, procurando afirmar o modelo americano e, mais do que uma transição negociada, a capitulação incondicional de tal regime. Isto era reforçado pelos sinais emitidos da ilha de colapso econômico, evidente no início dos anos 90, quando muitos apostavam que se tornaria num colapso político, o que não ocorreu. Trata-se, portanto, de analisar quais e como os impactos da queda do bloco soviético, aliados à ação americana, atingiram a economia, a política e a sociedade cubana e refletir em que medida os meios adotados se mostraram eficazes ou não.

A seguir, trataremos da primeira questão, ou seja, dos efeitos do fim do socialismo real e da agudização do embargo americano.

2.3. Cuba e a URSS: entre a dependência e o caos econômico

Quando se analisa a relação de Cuba com a URSS, a primeira discussão que se impõe é a compreensão da natureza de relações que se estabeleceram e a ausência ou o grau de autonomia que gozava o país. Isto porque, como se sabe, a análise clássica sobre o equilíbrio de poder nos diversos momentos históricos aponta que a ordem bipolar que orientava a Guerra Fria era mais rígida. Ou seja, a divisão do mundo em dois blocos limitava as possibilidades de inserção autônoma das nações ao restringir o leque das alianças e determinar a ação das superpotências, fazendo com que a perda de um aliado obrigasse a uma ação para evitar a supremacia do rival. Sendo assim, haveria a constituição de dois blocos, liderados pelas grandes potências, o que transformaria os demais aliados em meros satélites da vontade hegemônica⁸⁷. Se isto for compreendido como subordinação necessária e estratégica, ou seja, no nível político-institucional podemos constatar que é verdadeira esta percepção e que ela aponta para a ação genérica dos países. Porém, se analisarmos os diferentes eventos e, até certo ponto, as opções políticas, podemos constatar que os países possuíam uma relativa autonomia.

No caso da Guerra Fria, certos momentos históricos e mesmo o desenvolvimento das relações entre as grandes potências, nos diversos períodos do conflito⁸⁸, possibilitaram, por exemplo, a partir do descongelamento das tensões, o nascimento e a afirmação do Movimento dos Países

87 Ver, entre outros, R. Aron, *Paz e guerra entre as Nações*.

88 Os estudiosos costumam identificar as seguintes fases na Guerra Fria: a) Primeira Guerra Fria (1947-1953); b) Antagonismo Oscilatório (1953-1969); c) Detente (1969-1979); d) Segunda Guerra Fria (1979-1989).

Não-Alinhados e do “Consenso de Potências Médias”, o primeiro com a participação cubana inclusive, o que pode significar a existência desta relativa autonomia. De qualquer forma, a questão que nos interessa é a compreensão das relações cubano-soviéticas e as mudanças operadas pelo fim do comunismo soviético.

Vale ressaltar que, no caso de Cuba, sua economia altamente dependente tem percorrido um caminho histórico, em que se mantém sempre muito concentrada a sua relação econômica, principalmente o comércio exterior; inicialmente com Espanha, depois EUA e, finalmente, URSS. Neste sentido, a ligação do país com uma potência não é algo novo ou singular, mas um processo que nasce no período de colonização e se mantém, com seus limites e potencialidades. Assim, toda a economia colonial cubana esteve ligada às necessidades da Metrópole, neste caso Espanha, o que a marcou profundamente, com a produção voltada para o tabaco e o açúcar, elementos constituintes da cultura cubana⁸⁹. Tal relação como se sabe foi uma das mais duradouras da expansão colonial europeia, persistindo até o final do século XIX quando Cuba consegue tardiamente, depois de duas guerras de afirmação da soberania, sua independência.

Este padrão de ligação concentrada com um grande centro se mantém no período posterior à independência, sendo um elemento fundamental para pensar o grande conflito pós-revolucionário, devido à sua ligação com os EUA, na esteira do pan-americanismo e da doutrina Monroe. Neste período, havia inclusive grupos ou tendências que defendiam abertamente a “solução anexionista”, apontando para a necessidade de Cuba se transformar em mais um estado americano. Além disto, inúmeros dados do período pré-revolucionário apontam o elevado grau de depen-

89 Ver neste sentido, entre outros, o clássico cubano de Fernando Ortiz “Contrapunteo del tabaco e del azucar” que aponta a influência destes elementos na definição da cultura cubana.

dência cubana como o estabelecimento da Emenda Platt⁹⁰, o fato de que 85% da exportação e 75% da importação eram realizadas com este país e a presença maciça de capitais americanos nos principais setores do país, entre outras.

Sua última experiência, a relação com a URSS, desenvolveu o que Bandeira (1997) denomina de “socialismo dependente”, transferindo sua dependência para a URSS e mantendo a condição de simples fornecedora de açúcar. Apesar disto, embora mantendo o aspecto dependente, resultou mais positiva que as anteriores, considerando-se o desenvolvimento humano. Atualmente Cuba possui uma população mais educada; não existe analfabetismo e a educação é obrigatória durante nove períodos; existem altos níveis de qualificação técnica – por exemplo, na indústria se conta com um graduado para cada quinze empregados e um técnico para cada oito; e a esperança de vida é semelhante a dos países desenvolvidos, assim como alguns índices de saúde (SADER, 2001, p. 95).

A especificidade da relação de Cuba com a URSS não reproduz, *pari passo*, o modelo das relações soviéticas com seus aliados do Leste Europeu. Mesmo quando consideramos a necessidade da URSS transformar Cuba numa vitrine americana do socialismo, podemos constatar que a interferência soviética não era absoluta. Neste sentido, vale destacar que a direção cubana não era manipulada como nos países da Europa Oriental, ou seja, Cuba pertenceu a comunidade socialista, mas não sofria o mesmo grau de ingerência dos países orientais.

Vários exemplos podem ser apontados neste sentido: o papel subordinado que o PSP, partido comunista local, ocupou tanto no processo revolucionário liderado por Castro e pelo M-26, como na etapa posterior em que suas práticas várias vezes foram classificadas e denunciadas como

90 Tratava-se de um anexo a Constituição Cubana que previa a possibilidade dos EUA intervirem na ilha quando os seus interesses estivessem ameaçados.

sectaristas⁹¹; o apoio cubano aos processos revolucionários, inclusive iniciativas de “exportação da revolução”, muitas vezes, se deu apesar das orientações contrárias da liderança soviética, em grande parte da América Latina (a guerrilha do Che na Bolívia, o apoio a revolução sandinista, entre outros); e o apoio intenso às lutas de libertação no continente africano, a posição assumida nas crises dos Mísseis em 1962, e a atitude cambiante do relacionamento entre 1985 e 1991, com posturas diferenciadas em relação aos rumos da Perestroika na URSS e ao processo cubano de “retificação dos erros e posturas negativas”, que aumentavam a distância entre as lideranças. Soma-se a isto o fato de que a URSS não entrou em Cuba por conta própria, ou seja, com o apoio do exército vermelho como nos outros países do Leste Europeu, mas sim a partir da iniciativa local e de maneira muito planejada e controlada por sua liderança.

Desta forma, como aponta Chaves (1990), para a compreensão destas relações e da projeção exterior da política cubana, cabe destacar que uma das premissas básicas utilizadas pelos autores se refere a “Cuba não é um satélite soviético, pois tem capacidade de ação independente a partir de interesses objetivos próprios, porém está limitada em última instância pela dependência econômica e militar da URSS” (CHAVES, 1990, p.155)⁹². Ou seja, havia uma inter-relação de interesses em que à URSS

91 Neste sentido é emblemática a expulsão e o exílio forçado de um dos principais nomes envolvidos neste processo, Aníbal Escalante, que havia sido um dos principais líderes do partido comunista local, o PSP.

92 Segundo ele, a participação cubana nos conflitos regionais deve ser entendida da seguinte forma: Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas graças ao apoio material e interesse soviético; Cuba mantém sua política de promover a revolução e a instabilidade e as mudanças sociais, mudando a forma e as vias para sua execução; Cuba varia sua política regional para manter a revolução, coexistir com os EUA e cumprir determinados objetivos; e, os conflitos regionais devem ser inseridos na complexa situação em que são gestados: hegemonia americana, presença cubana-soviética e problemas econômicos e sociais de cada país (CHAVES, 1990).

interessaria estender sua influência e poder no mundo e a Cuba tal apoio permitiria sua sobrevivência econômica e a projeção externa através do apoio nas lutas do Terceiro Mundo, destacadamente África e América Latina, aumentando sua capacidade de influência regional e o apelo aos ideais defendidos por sua revolução.

Nesta perspectiva o reconhecimento da autonomia e do papel autônomo de Cuba na região ocorre por diversas razões que se interagem, como apontamos anteriormente, das quais se destacam: apoio de Cuba aos movimentos guerrilheiros ao longo das últimas três décadas; a atitude cubana diante da Crise dos Mísseis; diferenças no processo político-institucional – enquanto na URSS ocorreu um processo de reformas denominado de Perestroika, em Cuba ocorreu um processo de retificação de erros, sem o abandono dos princípios comunistas; e as discrepâncias comerciais que caracterizam a CAME.

Mesmo assim, como aponta Santiago Pérez (1990), tal relação também apresenta uma singularidade, quando comparada com os períodos anteriores, devido ao estabelecimento de parâmetros específicos, orientados por: uma base quinquenal de acordos; execução deste através de órgãos centrais, preços ajustáveis de produtos como açúcar, níquel e cítricos que compunham o grosso das exportações cubanas; relação baseada no rublo transferível; cobertura do déficit comercial com créditos; e concessão de créditos para o desenvolvimento de certos setores da indústria.

Em suma, haveria um padrão novo na relação comercial cubana com o parceiro prioritário, que neste caso significa que as relações eram mais vantajosas pois haveria uma identidade ideológica e uma responsabilidade histórica da liderança soviética com a independência de uma nação, sendo necessária a afirmação de sua hegemonia e para a expansão do seu sistema.

É por isto que numa área sensível como a questão militar, e devido às pressões sofridas por Cuba, as vantagens eram efetivamente maiores

que em outras áreas, tendo o país recebido ajuda além de suas possibilidades. Ou seja, além do aspecto econômico, a URSS servia como um guarda-chuva de defesa, fornecendo para isto inúmeros equipamentos que o país solicitava e que muitas vezes contribuíram para a presença cubana em conflitos na África ou na América Central. Porém, vale analisar mais detalhadamente tal relação e os impactos causados pelo fim abrupto do último grande aliado.

O fim do bloco soviético traz como efeito imediato o questionamento dos ideais que orientaram a revolução cubana e de seu modelo político. Como aponta Halliday (1994), a erosão do bloco soviético significou um questionamento do comunismo como ideologia normatizadora e organizadora das relações políticas, econômicas e sociais. Mesmo reconhecendo que tal questionamento é mais intenso na Europa, não podemos esquecer que para muitos tal ideologia pertence ao século XX e está definitivamente superada com este, como aponta a análise de F. Fukuyama e sua defesa do modelo liberal democrático, como forma final de organização da sociedade. Neste sentido, o comunismo é visto como resultado de uma tendência ditatorial das elites revolucionárias, como um movimento dividido de auto emancipação, como expressão de messianismo, como um produto do despotismo oriental ou como um projeto de desenvolvimento fracassado. Tais elementos reforçam a percepção de que esta ideologia se esgotou, junto com este século, e está definitivamente superada, o que certamente é questionável (HALLIDAY, 1994).

Desta forma, a identificação do comunismo com as ideias que apontamos acima e por inúmeras outras razões, o esgotamento deste, apesar dos desafios ideológicos e militares impostos, parece fazer parte do século que terminou. Sendo assim, o impacto sentido pela revolução cubana e sua mística foram imediatos.

Como aponta Sader (1991), inúmeros aspectos da revolução e da construção do socialismo em Cuba que cativaram a esquerda latino-ame-

ricana e mundial e encontram-se agora sob forte questionamento: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e ao oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que afirmava que “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória. A revolução cubana modificou e inspirou a esquerda latino-americana na segunda metade do século. No entanto, tal mística já não consegue inspirar e angariar amplos apoios na esquerda continental que procurou redefinir seus valores e estratégias, pois

... esta etapa coincide com o final dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e de suas consequências sobre Cuba, onde o aspecto que se destacava em relação a esquerda brasileira é o questionamento do modelo político cubano e, em parte, seu sistema econômico de planificação centralizada (SADER, 1991, p.181).

Neste sentido, começam a se destacar na agenda internacional, e na esquerda em particular, temas relacionados a: democracia, direitos humanos, liberdades em geral, que colocam em xeque o sistema político adotado na ilha, em que tais valores estão submetidos à lógica da ditadura do proletariado. O que queremos destacar é que a mística revolucionária, presente ou desenvolvida pela liderança cubana, sofre uma crise de legitimação com as mudanças no Leste Europeu que questionam de modo profundo, como veremos adiante, o modelo político cubano ao colocar em sua agenda temas relacionados à democracia, governança, direitos hu-

manos e liberdade, entre outros, fazendo com que a revolução cubana seja analisada de uma forma mais ampla e aprofundando o debate sobre seu destino e realizações.

Outro impacto importante se refere ao apoio militar desenvolvido por Cuba a inúmeras lutas de libertação nacional ou ao desenvolvimento da revolução em diversos cantos do planeta. Os militares cubanos membros da FAR possuem um expressivo peso na política interna e desempenham papéis importantes no desenvolvimento da política externa do país. Segundo Dominguez (2004), a maioria dos oficiais militares cubanos são membros do PCC, dois são membros-chave do Conselho de Ministros (Raul Castro e Abelardo Colomé) e representavam, em 1997, 17% do Comitê Central do PCC. Mas apesar de sua importância persistente, o aparato militar cubano sofreu as consequências da queda do bloco soviético.

Entre 1989 e 1991, o país repatriou as tropas que combatiam no exterior e que, segundo Raul Castro, conduziram um total aproximado de 300 mil cubanos em lutas na África, principalmente, Ásia e América Latina ao longo dos anos 70 e 80, representando cerca de 25% da população⁹³. Em setembro de 1989, foi completado o processo de retirada da Etiópia; em março de 1990, ocorreu a volta dos militares da Nicarágua; em maio de 1991, retornaram as tropas de Angola; e entre 1990 e 1991 retornaram tropas e assessores militares cubanos de vários outros países.

Em 1992, o país anunciou que havia deixado de desenvolver apoio militar a movimentos revolucionários que buscavam derrubar governos em outros países, recolhendo, quase que totalmente, suas tropas no ex-

93 Segundo Dominguez (1990), Cuba havia atuado, civil ou militarmente, nos seguintes países: Chile, Peru, Panamá, Nicarágua, Jamaica, Guianas, Granada, Suriname, Argélia, Líbia, Etiópia, Uganda, Tanzânia, Seichelhes, Zâmbia, Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Zimbábue, Congo, Nigéria, Benin, Burkina Fasso, Madagascar, Burundi, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné Bissau, Cabo Verde, Serra Leoa, Mali, Iêmen do Sul, Síria, Iraque, Vietnam, Laos y Camboja.

terior devido a dificuldades de financiamento e aos empecilhos que isto poderia gerar na necessidade de aproximação com outras nações e a comunidade internacional. Além disto, o país deixou de receber armamento gratuito da Rússia, diminuindo a frequência e o alcance de seus exercícios militares.

Entre 1989 e 1995, o total de gastos militares e de segurança interna foi cortado em cerca de 45%, diminuindo seu efetivo a aproximadamente 65 mil homens. Para facilitar esta redução, e compensar as reduzidas pensões, o governo incentivou o emprego de ex-oficiais em companhias semiprivadas, principalmente na rede hoteleira (DOMINGUEZ, 2004)⁹⁴.

No entanto, o impacto maior ocorreu no campo econômico e social. Cuba vivenciou duas etapas distintas: entre 1990 e 1993, o país sofreu uma forte crise, com a queda de todos os indicadores econômicos e muitos indicadores sociais, chegando em 1994 ao quase colapso econômico⁹⁵. A partir de 1995, inicia-se um lento e tortuoso processo de recuperação que, apesar de não recuperar os indicadores artificiais de 1989, possibilitaram ao país crescimento econômico e melhoria dos seus indicadores. Como aponta Castro:

94 Em 1994, ocorreu um processo de reforma das forças armadas cubanas redefinindo seu papel internamente. Desta forma, as FAR passaram a atuar intensamente no processo de reformas do país. No ano de 2005, o exército cubano controlava 322 empresas, algumas entre as maiores e mais rentáveis do país, sendo responsável por 20% dos assalariados e 89% das exportações da ilha (CAROIT, 2006).

95 Como aponta a CEPAL: “Ya en la década de los noventa se alteran de raíz los comportamientos aludidos. Desde el arranque del llamado “período especial” surge una crisis singular, caracterizada, por un lado, por insuficiencia de demanda (externa) con desocupación de hombres e instalaciones y, por outro, por el extremo racionamiento de la oferta de insumos esenciales (divisas, energéticos, alimentos) que deja semiparalizada a parte del aparato productivo. Escasez generalizada y cierre de mercados exportadores reducen el ámbito de acción y la capacidad reguladora de la planeación central” (CEPAL, 2000, p. 15).

Este proceso ha tenido características excepcionales, en primer término por su magnitud, superior al experimentado por los países latinoamericanos en los ochenta y solo comparable con la crisis econômica del año 1993 en la própria historia cubana. En segundo lugar, es excepcional por la forma en que ha sido implementado el ajuste, ya que los principios de equidad y consenso han sido privilegiados durante todo el transcurso del mismo (2001, p. 4).

Para que se possa compreender de forma abrangente a profunda crise econômica gerada pelo fim dos países socialistas, e da URSS em particular, que atingiu o regime cubano, deve-se analisar o quadro abaixo desenvolvido por Mesa-Largo (1998), que aponta os efeitos das mudanças observando a variação de elementos essenciais na economia, no setor externo e nas condições sociais desde a interrupção da contribuição soviética e da CAME⁹⁶:

Tabela 2.1. Desempenho da Economia Cubana, 1989-1995 em Milhões de Pesos

Desempenho da economia cubana, 1989-1995 em milhões de pesos								
						% variação em relação a 1989		
Indicadores	1989	1992	1993	1994	1995	1993	1994	1995
Produto- toneladas métricas								
Açúcar	8.121	7.030	4.380	4.000	3.300	-47	-51	-59
Cítricos	1015,8	787	644,50	505	563,50	-37	-50	-44
Tabaco	42	30	12,60	17,70	25,10	-68	-58	-40

96 Estes e outros dados são aproximados e baseados em estatísticas da Cepal, de organismos nacionais e internacionais e de “cubanólogos”. Como aponta Mesa-Largo, inúmeros fatores dificultam a análise de dados efetivos: até 1989 muitos dados eram baseados no PSG, utilizados por países socialistas e que não é comparável ao PIB; nos anos 90 se interrompeu a produção do “Anuário Estatístico” que fornecia uma visão geral da economia e sociedade cubanas; muitos produtos fornecidos pela URSS e seus preços eram distorcidos; finalmente, por se tratar de uma economia fechada, a taxa de câmbio pode apresentar distorções.

Gado - cabeças per capita	0,49	0,46	0,45	0,42	0,41	-8	-14	-16
Arroz	532	358	177	226	223	-67	-58	-58
Ovos- milhões de unidades	2672,6	2.331,20	1.512,20	1.561,10	1.414,90	-43	-42	-47
Peixes	192		93,50	94,10	106,50		-51	-44
Níquel	46,6	32,50	30,20	26,80	42,70	-35	-42	-10
Azeite	718	882	1.107	1.299	1.471	54	81	104
Gás natural- milhões de m	33,6		23		16	-32		-52
Eletricidade - bilhões de Kwh	15,5	11,50	11	12	12,40	-29	-22	-20
Aço	314		90,50	149	201	-71	-51	-36
Cimento	3759	1.100	1.061	1.067	1.400	-72	-72	-63
Fertilizantes - ton.	899		236	218	251	-81	-76	-72
Setor Externo								
Ajuda da URSS/CAME	6	0	0	0	0	-100	-100	-100
Inversão estrangeira				1,50	2,10			
Dívida externa	6,2	6,40	8,80	9,10	10,50	42	47	48
Taxa de câmbio do peso por U\$ 1	7	38	69	80	32	886	928	257
Total de trade transactions	13,5	4,10	3,20	3,30	4,30	-76	-76	-68
Exportações	5,4	1,80	1,10	1,30	1,50	-80	-76	-72
Importações	8,1	2,30	2	2,10	2,80	-75	-76	-65
Balança comercial	-2,7	-0,5	-0,9	-0,6	-1,3	-67	-78	-52
Comercio exterior com URSS/Rússia	8,7	0,80	0,70	0,50		-91	-94	
Azeite importado da Rússia	7,9	1,80	2,30	1,60	1,50	-71	-80	-81
Ingresso bruto por turismo- milhões de pesos	168	243	720	850	1.100	328	406	555

Ingresso líquido por turismo - milhões de pesos	101	150	240	280	363	137	177	259
Social								
Desemprego aberto - da força de trabalho	7,9	25,60	35,20	33,30	31,50	346	322	299
Salários reais - 1990-100%	103,8	86,20	77,20	59,50	56,10	-25	-43	-46
Calorias diárias per capita	2845		1.863	1.670		-34	-41	
Mortalidade infantil por 1.000 nascimentos	11,1	10,20	9,40	9,9	9,40	-15	-11	-15
Mortalidade acima de 60 anos	48		53			10		
Tuberculose por 100.000	6	6	7	12		16	100	
Sífilis por 100.000	82	102	91	105		11	28	
Estudantes de ensino médio	1073	820	726	674	703	-32	-37	-34
Estudantes universitários	250	223	198	150	128	-21	-40	-49
Déficit de moradias	880		1.100			25		

(fonte: Mesa-Largo, 1998, p 25- tradução do autor)

Inúmeros indicadores se destacam neste quadro. Inicialmente, pode-se apontar o impacto⁹⁷ do fim do bloco soviético sobre a economia cubana; como podemos observar, e como apontam outros analistas como C. Almendra (1998), em 1989 Cuba havia recebido de ajuda soviética cerca

97 Como aponta a CEPAL: “La magnitud del shock económico ha sido comparable al registrado en Europa Oriental o en la antigua Unión Soviética, aunque sus características específicas difieran substancialmente” (CEPAL, 2000, p. 16).

de US\$ 6,0 bilhões que eram investidos em setores como saúde, educação, transportes e defesa, sendo que este consumia aproximadamente US\$ 1,3 bilhão. Esta ajuda significava 30% do PNB cubano. Em 1992, a ajuda havia caído a zero, atingindo de forma drástica os programas desenvolvidos nestes setores, mas principalmente, o setor militar em que eram destinados cerca de 20% dos subsídios recebidos, sem contar o fornecimento gratuito de vários materiais militares (ALMENDRA, 1998; MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000).

A ausência deste apoio representou um duro golpe na economia cubana. O PIB cubano encolheu entre 40% e 50% neste período, ou seja, o país sofreu uma redução de sua economia desta ordem (ALMENDRA, 1998; MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000). Ainda, o país também passou a enfrentar problemas relacionados a ausência de capitais, o que incrementou a dívida cubana. No início dos anos 80, o país tinha dívidas na ordem de US\$ 2 bilhões que foram aumentando progressivamente até chegar ao montante de US\$ 10,8 bilhões em 1993, como aponta o seguinte gráfico:

Gráfico 2.1.



FONTE: ALMENDRA, 1998, p. 137.

Outro indicador significativo se refere ao encolhimento do comércio externo cubano que, como afirmamos anteriormente, era altamente concentrado e dependente do mercado socialista. Como se pode observar, as exportações cubanas caíram de um total de U\$ 5,4 bilhões em 1989 para apenas U\$ 1,10 bilhões em 1993, prejudicando o investimento e o gasto público, provocando uma deterioração da produção e dos serviços. Da mesma forma, as importações decresceram de U\$ 8,1 bilhões em 1989 para cerca de U\$ 2 bilhões em 1993, o que significa uma redução de quase 70%, afetando diretamente o consumo e a produção, reduzindo o mercado interno cubano na mesma medida (ALMENDRA, 1998, MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000). Os impactos foram tão profundos porque, apesar de não existir um balanço exaustivo das relações de Cuba com os países socialistas:

Existem estudos de economistas cubanos e do próprio governo, que demonstram que desde que se associou a CAME, em 72, até o ano de 1985, se produziu uma significativa deterioração dos termos de intercâmbio- entre o que exportava Cuba para a URSS e o que importava de lá- em detrimento de Cuba. Em 1985, calcula-se que havia um déficit de 70% com esse comércio bilateral. Bastaram 13 anos para produzir um déficit tão grande (SANTOS, 1997, p. 88).

O mesmo autor aponta que “em 1986, o governo cubano tomou a decisão de manter reduzidas ao mínimo possível as relações econômicas com os países capitalistas e concentrar a maior proporção destas com os países da CAME, sobretudo com a URSS” (SANTOS, 1997, p. 90)⁹⁸. É necessário acrescentar que esta redução com os países ocidentais se deve também à utilização de tecnologia superada e à incapacidade da economia de avançar tecnologicamente, seguindo os padrões ocidentais, o que signi-

98 Citado também por Almendra, 1998, p.138.

fica que tinha pouco a oferecer aos países capitalistas, a não ser em áreas tradicionais ou produtos primários.

Portanto, podemos observar que tal opção gerou uma situação em que, ao final dos anos 80, mais de 85% do intercâmbio comercial cubano estava vinculado à CAME e ainda no início dos anos 90, cerca de 40% dos alimentos de consumo, além do petróleo a preço preferencial, eram importados da URSS. O resultado foi desastroso, pois esta aproximação levou o país a perpetuar o atraso tecnológico e a manter um nível de produtividade mais baixa em relação aos países ocidentais, apesar da qualificação de sua mão de obra. Quando estes laços se rompem, o comércio internacional cubano ficaria reduzido a cerca de 30% do que era antes (ALMENDRA, 1998, MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000).

Isto obviamente tornava insustentável, a médio e longo prazo, o déficit público cubano que até então era aliviado pela possibilidade de acesso aos subsídios soviéticos que desapareceram no início dos anos 90, levando o país a contrair empréstimos que aumentaram a dívida cubana⁹⁹, como apontamos anteriormente, e obrigaram o governo a diminuir as importações.

Este fato não significa que o país não pôde reestabelecer lentamente seus laços comerciais, mesmo sem os benefícios e limites que representaram sua relação com o bloco soviético. Desta forma, o país procurou se aproximar dos países do Leste Europeu, porém estes condicionaram o reinício do comércio com Cuba ao reconhecimento e a negociação da dívida com eles. Apesar das dificuldades, como a escassa diversificação e competitividade dos produtos cubanos o país procurou aumentar os fluxos comerciais com o Ocidente e, já em 1992, cerca de 22% dos negó-

99 Segundo Almendra “Somente em 1994, parte da dívida cubana é renegociada havendo desbloqueamento dos créditos e recebimento de investimentos estrangeiros, notadamente no setor de turismo. Com a redução do excesso de liquidez e a contenção do surto inflacionário, oficialmente, foi proclamado o fim da crise” (1998, p. 140).

cios cubanos eram efetuados com a Comunidade Europeia e vários países, como Itália, França e Espanha, que criaram linhas de financiamento aceitando como garantia as mercadorias do país. Vale ressaltar que, entre 1990-1993, as vendas para a América Latina saltaram de 7% para 44% no volume total de exportações cubanas. De qualquer forma, este intercâmbio comercial ainda estava longe do padrão anterior e, principalmente, era insuficiente para a recuperação econômica do país que só começa a ocorrer em meados da década de 90 (ALMENDRA, 1998, p.145).

Deve-se também considerar, como aponta Pérez, que as relações entre Cuba e URSS possuíam um caráter especial e que, portanto, tal ajuda não pode ser considerada subsídio direto, pois nenhum país compra (ou vende) 4 milhões de toneladas de açúcar de um único cliente; os produtos soviéticos não se comparavam em qualidade ao de outras nações, fruto que eram de um sistema produtivo atrasado tecnologicamente, mas ao qual Cuba acabou se submetendo; o rublo, moeda utilizada nas trocas, era formalmente equiparado ao dólar, mas na prática não eram equivalentes; e, durante muito tempo Cuba comprou petróleo a preço de mercado internacional e não subsidiado (PÉREZ, 1990). De qualquer forma, o fim desta relação privilegiada significou um duro golpe na economia cubana¹⁰⁰.

Emblemático neste sentido é o caso do açúcar, pois este representava a base da produção e o melhor dos recursos cubanos. O papel desempenhado pelo país na divisão do trabalho proposta pela CAME acentuou determinadas tendências históricas, anteriores à Revolução, mas que foram aprofundadas por esta. Antes, o país havia se especializado na produção do açúcar, o que acentuava o caráter monoprodutor e monoexportador de sua economia. Esta relação se mantém na ligação com a URSS.

100 Neste sentido, pode-se observar as obras de Segrera (1994) e Castro (2001), para uma análise sobre a profundidade dos efeitos do fim do relacionamento com o bloco socialista.

Em 1964, os países firmaram um convênio comercial, que estabelecia o compromisso por parte da URSS de comprar determinados volumes de açúcar, entre 1965 e 1970, e também com outros países socialistas que garantiram um mercado estável, com preços sem oscilações do mercado internacional, ao açúcar cubano. Desta forma, o açúcar propiciaria os recursos externos necessários e serviria para a execução de um plano de desenvolvimento. Com base nestas premissas, foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento Açucareiro que culminaria com uma produção de 10 milhões de toneladas em 1970.

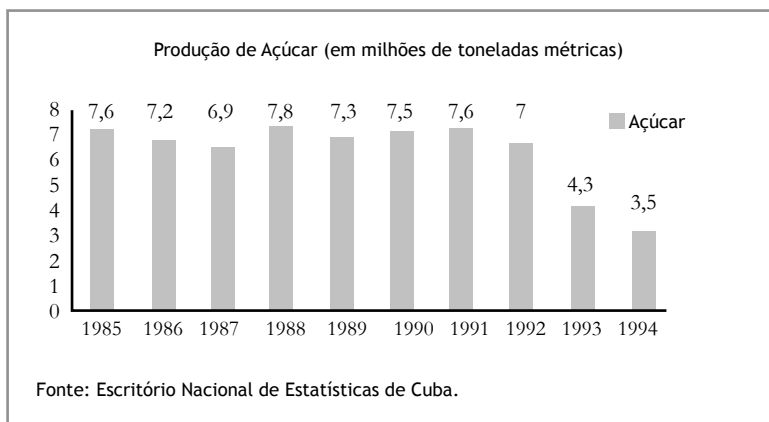
Porém, tal objetivo, além de exigir mais recursos do que planejado e dificultar o desenvolvimento de outras áreas, e mesmo contando com grande mobilização popular não foi alcançado, com o país produzindo cerca de 8,5 milhões de toneladas. Vale destacar que, independente do volume atingido, tal projeto e esforço para alcançá-lo gerou uma forte desarticulação da economia cubana e fez, inclusive, com que seu dirigente máximo colocasse seu cargo a disposição. Mesmo assim, este esforço possibilitou o desenvolvimento da mecanização agrícola, voltada à cana-de-açúcar. Com o ingresso na CAME (1972), tal tendência foi acentuada, estabelecendo que o açúcar nos planos quinquenais posteriores, deveria ser produzido de forma crescente, pois se constituiria no principal fundo de exportação, capaz de cobrir os problemas que poderiam existir na balança de pagamentos. O resultado desta concentração de recursos e esforços se revelou a partir da queda do bloco soviético.

Os estreitos laços com a URSS desestimularam os esforços para a diversificação das atividades produtivas, apesar do processo de retificação. A URSS condicionou fortemente as atividades econômicas cubanas, garantindo preços superfaturados do açúcar (que mesmo assim eram mais baratos que os esforços soviéticos para produzi-lo em quantidade adequada), facilitando o crédito comercial, como afirmamos anteriormente, e compensando os déficits nas transações externas cubanas. Desta forma,

o sistema funcionou como um ciclo vicioso, pois bastaria a Cuba continuar especializada na produção do açúcar, que representava 80% de suas exportações, o que propiciou a manutenção da dependência e se mostrou catastrófico com o fim destes laços.

Para isto, Cuba destinava cerca de 70% das terras produtivas, 55% dos transportes, cerca de 33% da capacidade energética e quase metade de sua força de trabalho. O país ainda aplicou 15% dos investimentos no setor, e mesmo assim o crescimento foi de apenas 36%. Na década de 80, Cuba produziu cerca de 7 milhões de toneladas anualmente, das quais 4 milhões eram compradas pela URSS. Em 1989, contudo, o país adquiriu apenas 1 milhão de toneladas, e o excedente cubano serviu para pressionar os preços do mercado internacional para baixo (ALMENDRA, 1998). A queda na produção do açúcar pode ser observada no seguinte gráfico:

Gráfico 2.2.



FONTE: ALMENDRA, 1998, p. 142.

É possível perceber que a produção açucareira, que entre 1989-90 era próxima a 8 milhões de toneladas, e cuja média entre 81 e 90 era de 7.7 milhões, caiu para 7 milhões em 1992; a 4.3 em 1993; a 4 milhões em 1994;

e a 3.5 em 1995, a mais baixa em 50 anos. Apesar de aumentar para 4.4 em 1996, esta média foi a sexta mais baixa em 40 anos. Além disto, o preço do açúcar no mercado mundial também estava em queda devido à produção, entre outros, de Brasil e Austrália. Os problemas se agravaram com a convergência de outros fatores: para financiar a plantação e a colheita foi necessário captar empréstimos no mercado financeiro internacional e, pelas dificuldades internas e externas, foram alcançadas a taxas mais altas (MESA-LARGO, 1998); os preços elevados do petróleo que dificultavam a mecanização do processo; e, finalmente, a incidência de fenômenos naturais, como o furacão Lily, em 1997 que causou uma perda de aproximadamente 200 mil toneladas e de problemas de colheita.

Ainda, a prioridade que a produção e a comercialização do açúcar desempenharam na economia cubana fizeram com que o ciclo vicioso se estendesse a todos os setores.

Desta forma, se tornam mais compreensivos os dados apontados por Mesa-Largo sobre a queda da produção em outros setores. Cuba sofreu uma diminuição na produção agrícola geral de cerca de 40%. Esta poderia ser maior, se fosse computada a diminuição, especialmente em 1995, da cana de açúcar. Os dados da tabela 1 mostram como nos anos 90 diminuiu a produção neste setor, agravando a crise econômica que atingiu o país. Apenas para ilustrar, considerando os dados de 1993 comparados com os de 1989, são significativos os índices referentes à produção de cítricos com queda de 50%; do tabaco, outro tradicional produto cubano, com queda de quase 70%; do arroz que caiu 67%; e de peixes com queda de 51%, entre outros. Por serem produtos relacionados à alimentação, e pela dificuldade de importação de outros não produzidos no país, podemos afirmar que Cuba esteve próxima do colapso alimentar e os cubanos foram submetidos a um regime espartano, exemplificado nos dados referentes ao consumo diário de calorias per capita que caiu cerca de 41%

(ALMENDRA, 1998, MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000). Daí a magnitude da crise econômica e social que o país enfrentou neste período.

Como aponta Carlos Lage, importante liderança cubana, o país que havia ficado à mercê da importação de produtos alimentícios do Leste Europeu enfrentou grandes dificuldades no setor neste período. Segundo ele, o país vendia o açúcar a US\$ 800 a tonelada, e importava a mesma quantidade de trigo por cerca de US\$ 100. Isto estabeleceu uma vantagem comparativa e uma ilusão momentânea e fatal, que fez com que, a partir do colapso soviético, Cuba ficasse sem carne e sem leite, entre outros produtos, sendo obrigada a mudar aceleradamente a qualidade genética de seu rebanho para torná-lo consumidor de pastos e estabelecer um racionamento de pão, abaixando a cota diária de 100 para 80 gramas, mesmo com o aumento de preço¹⁰¹.

Da mesma forma, a crise atingiu o setor da mineração e de insumos. Em relação ao primeiro, Cuba tinha com o níquel a sexta posição mundial e sua segunda mercadoria de exportação. Cerca de 70% do produto era exportado para os países do CAME. Com a crise do Leste Europeu, as exportações foram completamente suspensas, e a URSS suspendeu o fornecimento de peças de reposição e assistência técnica, vitais para o funcionamento da usina de níquel cubana. Sua produção caiu cerca de 42% entre 1989 e 1994, devido ao alto consumo de energia para processar o mineral, a perda de rentabilidade que o mercado soviético fornecia (pagando 50% acima dos preços do mercado internacional) e a consequente baixa competitividade no mercado mundial. Além disto, o embargo americano que proíbe a entrada de qualquer produto com níquel cubano em território americano, seja como matéria prima do aço, seja como produto agregado reforçou o impacto. Também no caso do aço e dos fertilizantes ocorreu uma contração de 71% e de 81%, respectivamente.

101 Citado por Almendra, 1998, p. 141.

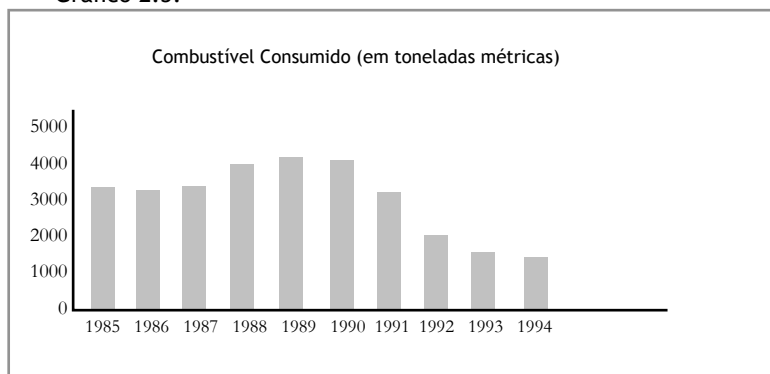
O impacto foi imenso, e a recuperação só começou a ocorrer com a abertura econômica e a terceirização da mineração e exportação do produto. Desta forma, em 1995, a empresa canadense Sherritt Internacional, que pode explorar o níquel cubano devido às modificações geradas pela Lei de Investimentos Estrangeiros, havia faturado US\$ 250 milhões, apesar de estar 10% abaixo em relação a 1989 e 58% de 1968 (ALMENDRA, 1998, p.143; MESA-LARGO, 1998).

O petróleo, por sua importância e impacto é também ilustrativo. A URSS fornecia ao país mais do que esse necessitava, ou seja, Cuba recebia cerca de 13.5 milhões de toneladas, segundo Mesa-Largo (1998), a preços subsidiados e reexportava entre 2 e 3 milhões a preços do mercado internacional, o que chegou a representar 4% das divisas da ilha. Tal aporte teve uma queda de aproximadamente 80% em relação a 1989. Além disto, com a queda dos preços internacionais, surge outro problema com a cobrança de uma dívida, relacionada ao fornecimento de petróleo, por parte da Rússia, herdeira dos créditos da URSS. Mas o mais grave é o fato de o país, ao manter sua dependência em relação a URSS, comprometer o setor de transportes e de geração de energia. Os dois setores atingidos diretamente foram o de produção de eletricidade e gás e o de transporte.

No caso do primeiro, como demonstra a tabela, a geração de eletricidade teve uma queda de 30%, o que conduziu às medidas para diminuição do consumo como os famosos “apagones” que interrompiam o fornecimento de energia elétrica por até dezoito horas. No caso do gás, a produção sofreu uma queda de cerca de 50%, afetando o dia a dia dos cubanos.

Conforme podemos observar no gráfico abaixo que aponta a queda do consumo de combustível em Cuba, usado em transporte e geração de energia, a redução no fornecimento de petróleo foi marcante e atingiu todas as atividades da ilha, desde os transportes até a indústria e a produção de bens:

Gráfico 2.3.



Fonte: ALMENDRA, 1998, p. 144.

Este processo acabou comprometendo o país de inúmeras formas. Em vários lugares a água passou a ser bombeada por moinhos de vento, uma técnica medieval. O impacto social também foi enorme: dependendo da região ou período, o transporte público foi reduzido ou se converteu em irregular ou simplesmente deixou de funcionar, fazendo com que a população fosse a pé ou de bicicleta para seu trabalho; como já citamos, a partir de 1992, ocorreram os famosos “apagones”, cortes de energia elétrica que deixaram sem luz muitas áreas por períodos de até 18 horas. Além disto, houve um aumento de 50%, no início dos anos 90, dos ônibus que Cuba comprava da Hungria, levando quase ao colapso o sistema de transporte cubano. Assim, os percursos diários foram diminuídos, carretas com caçambas – os camellos – passaram a servir como transporte, levando cerca de 350 passageiros; o país teve de importar mais de 2 milhões de bicicletas da China e, fundamental, a falta de combustível impossibilitou o uso de máquinas agrícolas e de construção civil, gerando a deterioração do equipamento¹⁰².

102 Para se ter uma ideia da situação no cotidiano dos cubanos, ver o *relato Cuba 1992*:

A crise econômica e o ajuste que se seguiu também atingiram parcialmente as conquistas sociais da revolução. Depois de 1959, Cuba alcançou níveis de pleno emprego, assistência sanitária, pensões e igualdade social acima dos países socialistas e da América Latina. Como aponta Mesa-Largo (1998), a crise obrigou o fechamento de 70% das indústrias, do maior complexo niquelero e de 90% dos transportes de Havana e outras cidades; e a volta de tropas cubanas da África e de outros lugares, assim como do pessoal civil. Segundo estimativas, a taxa de desemprego, combinada com a de mão de obra ociosa que recebe subsídios do estado, que era de 7.9% da PEA em 1989, subiu para 25.6% em 1992, chegando a 35.2% em 1993 e decrescendo a 31.5% em 1995. Isto significou um crescimento de 346% em relação aos níveis da década de 80 (MESA-LARGO, 1998).

Neste ano, o governo reconheceu que 8% da força de trabalho estava desempregada e anunciou um programa de reforma econômica para as empresas que não eram rentáveis, que poderiam eliminar entre 500 e 800 mil vagas no setor estatal (LAGE, 1996). Isto fez com que a taxa de desemprego fosse consideravelmente incrementada, passando para cerca de 20% a 27% da força de trabalho, dependendo da fonte que se utiliza. Como apontou Raul Castro (1996):

cientos de miles de trabajadores estatales están desempleados o su trabajo ha sido reducido, y ha habido crecimiento del desempleo entre docenas de miles de gente joven que acabaron sus carreras y no pueden encontrar empleo. Esto ha tenido un traumático efecto sobre la juventud y miles de ellos han abandonado el país.

Para minimizar a situação o governo autorizou, a partir de 1993, o emprego autônomo, que foi expandindo gradualmente desde então, o qual ocupa entre metade e um terço da força de trabalho.

A crise econômica também atingiu, embora não tenha provocado um retrocesso definitivo e que possa se equiparar ao período pré-revolucionário, duas das maiores conquistas da revolução, a saúde e a educação. Em relação à primeira, houve um aumento de problemas relacionados à mortalidade acima dos 60 anos, a tuberculose, que duplicou, e a sífilis, embora seja necessário destacar que ocorreu uma queda da mortalidade infantil, na qual o país possui níveis comparados ao dos países desenvolvidos, sendo de 9.4 por mil nascimentos em 1995. A crise também causou a falta de 300 tipos de medicamentos, vacinas, material cirúrgico e peças para equipamentos médicos, que, aliados à redução do consumo de alimentos, afetou duramente o setor. Mesmo que, como aponta o governo, nenhum hospital tenha sido fechado e a queda da mortalidade infantil continue, as condições de saúde se deterioraram. No primeiro semestre de 1993, houve uma epidemia de neurose ótica, causada em grande medida pela má nutrição e deficiência de vitaminas (MESA-LARGO, 1998; AL-MENDRA, 1998).

Também na educação a crise gerou impactos. Por um lado, houve uma escassez de papel, lápis, livros e outros materiais didáticos e pedagógicos, além da deterioração dos prédios públicos e materiais utilizados para atividades desportivas e artísticas que eram substituídos de maneira criativa, embora algumas vezes inadequada. De outro lado, como nos mostra Mesa-Largo (1998), ocorreu uma diminuição do número de estudantes matriculados: no ensino médio o número de matrículas decresceu de 1.073 milhão de alunos, em 1989, para 703 mil alunos em 1995, uma queda de 34%; no ensino superior a queda foi ainda mais intensa, caindo de 250 mil em 1989 para cerca de 128 mil em 1994, uma queda de quase 50%. Como apontou Raul Castro, isto ocorreu, em grande medida, devido à perda de perspectivas de inserção no mercado de trabalho e pelo fato de que muitos trabalhadores autônomos conseguem rendimentos melhores do que os que possuem diploma universitário.

Em relação à igualdade, em finais dos anos 80, Cuba possuía uma das mais igualitárias sociedades do mundo quando se considera a distribuição de renda. A partir do início dos anos 90, a média real mensal de salário desceu 46%, devido ao aumento dos preços fora do racionamento (MESA-LARGO, 1998). Este cobria, em 1995, apenas a metade das necessidades alimentícias mensais, tendo de ser complementado por conta própria pelo trabalhador. Era necessário comprar em dólares nos mercados estatais ou a preços maiores nos mercados agrícola ou negro, gerando o que alguns estudiosos denominam de “segunda economia”¹⁰³ (CEPAL, 2000). Para que se possa compreender adequadamente a perda da capacidade de compra dos salários cubanos, e as dificuldades geradas no dia a dia, basta observar que o salário médio que equivalia a U\$ 6 mensais servia para adquirir apenas um quarto de libra de café ou bovino, duas libras de porco, ou um litro de petróleo nos lugares onde o dólar podia ser utilizado.

Assim, com o desemprego em alta e a queda do poder de compra dos salários, os cubanos desenvolveram diversas estratégias¹⁰⁴ para a complementação de seu orçamento familiar. Segundo Mesa-Largo (1998, p. 30), a média real mensal de salário decresceu em 46% entre 1989 e 1995, devido ao aumento dos preços dos bens consumidos fora do racionamento, pois esta cobria apenas as necessidades de metade do mês.

A partir do momento em que o governo permitiu o desenvolvimento de atividades por conta própria, milhares de cubanos passaram a

103 Para uma análise aprofundada deste conceito ver Pérez-López (1995).

104 Como aponta Almendra: “Ruas foram invadidas por pequenos comerciantes que instalam balcões improvisados nas portas e janelas de casa, vendendo desde pizzas até livros usados. O motorista de táxi privado, com seu Cadillac ou Buick dos anos 50 caindo aos pedaços, disputa clientes com o táxi estatal. Os cubanos oferecem sua própria casa para alugar aos turistas por U\$ 20 a diária, podendo ser negociada por U\$ 10. Um turista pode ser abordado na rua por um cubano oferecendo o melhor “puro” (charuto) da praça. Se o abordado não é fumante, pode comprar uma garrafa de rum legítimo (...) (ALMENDRA, 1995, p. 146).

atuar em diversas atividades, incrementadas com o aumento do turismo. Se por um lado, tais atividades permitiram a melhoria da situação econômica dos indivíduos; por outro lado, atingiram intensamente as condições de igualdade implementadas ao longo do regime revolucionário, gerando desigualdade social devido ao ingresso diferenciado de renda. Tal diferenciação pode ser visualizada na seguinte tabela, citada por Mesa-Largo (1998), considerando os dados referentes a 1995¹⁰⁵:

Tabela 2.2.

Ocupação	Pesos	Dólares	Porcentagem dos salários médios
Salário médio	193	6	1.0
Salário mínimo	100	3	0.5
Pensão mínima	90	3	0.5
Professor (ensino fundamental e médio)	250-280	8-9	1.3-1.4
Pescadores	300	9	1.5
Cirurgião, engenheiro, professor universitário	350-400	11-12	1.8-2.1
Trabalhadores (turismo)	600-900	19-28	3.1-4.7
Cabeleireiro autônomo	3000	93	15.5
Condutor de cavalos	3000-4000	93-125	15.5-20.7
Taxista com turistas	3000-15000	100-467	15.5-77.7
Produtor agrícola (privado)	6000-10000	187-311	31.1-51.8
Ajuda de parentes (exterior)	9000-30000	280-934	46.6-155.4
Prostitutas	12000	373	62.2
Aluguel de casas (turismo)	15000-21000	467-654	77.7-108.8
Proprietário de restaurante	80000-160000	2500-5000	414.5-829

(tradução do autor)

105 Como aponta Almendra (1998), pode-se compreender porque o paradigma do empresário bem sucedido em Cuba é o da personagem da atriz Regina Duarte, na novela brasileira “Vale Tudo”, que havia enriquecido após montar um restaurante chamado de “Paladar”, e que devido ao sucesso de sua exibição na ilha gerou mais de 1200 paladares quando em junho de 1995 o governo legalizou a atividade.

Como se pode observar no quadro acima ocorreu um processo de diferenciação com base no ingresso de renda. A situação era pior para os trabalhadores do setor formal, cuja renda média chega a U\$ 6 mensais, considerando o salário nos setores ligados ao turismo¹⁰⁶, possuindo desta forma um baixo poder aquisitivo. Isto porque o ingresso mais baixo do setor informal, o de cabeleireiro, era maior que o dos empregados formais.

Tal situação é agravada pelos ingressos derivados de atividades formais, ou mesmo da ausência de atividades. Como demonstra o quadro, aqueles que possuíam como fonte de ingressos, recursos enviados por parentes¹⁰⁷ no exterior, chegavam a receber cerca de U\$155.4, ou seja, mesmo que o indivíduo estivesse desempregado possuía uma renda cerca de 30 vezes superior ao trabalhador estatal mais bem remunerado. Da mesma forma, o proprietário de um pequeno restaurante recebia entre 228 e 400 vezes mais que um cirurgião, engenheiro ou professor universitário que atuava apenas no setor estatal. Outras pessoas também possuíam rendimentos mais altos que o trabalhador estatal, como os que alugavam casas para turistas, os agricultores privados e os condutores de táxis privados. Finalmente, cabe destacar que, com o aumento do fluxo turístico e as dificuldades econômicas o país assistiu ao retorno de uma prática que

106 Com a recuperação econômica, esta situação se modificou parcialmente. Em 2004, os trabalhadores do setor de turismo recebiam salários maiores em pesos cubanos e uma gratificação que, dependendo a empresa e a ocupação profissional, chegava a 20% do salário em dólar.

107 Como aponta a CEPAL: “Aun cuando entre 1989 y 1992 los envíos de divisas a Cuba aumentaron de manera significativa, a partir de la legalización de la tenencia de dólares en 1993 las transferencias privadas tuvieron el mayor efecto macroeconómico, constituyéndose en una fuente importante de ingresos netos de monedas convertibles. Se estima que en 1998 ingresaron U\$ 700 millones, frente a U\$ 537 millones en 1995” (CEPAL, 2000, p. 220). As estimativas apontam que cerca de 45% a 49% da população tinham acesso a divisas, considerando os recursos enviados por parentes no exterior ou adquiridos devido ao turismo (BANDEIRA, 1998, p. 626; ALMENDRA, 1998, p. 149).

havia sido eliminada pelo processo revolucionário. Trata-se do retorno da prostituição que, como demonstra o quadro, tornou-se uma atividade que permitia o ingresso de recursos dez vezes superior ao salário médio cubano (MESA-LARGO, 1998).

Finalmente, a crise econômica desenvolveu um novo fluxo migratório. Ao longo de sua história Cuba presenciou pelo menos três ondas migratórias com características específicas.

A primeira ocorre na década de 60, se estende até o início dos anos 70, e está relacionada às mudanças geradas pela revolução e a instalação do regime socialista. Neste período os emigrantes possuíam motivações classistas e políticas e eram compostos de membros da classe alta e média, assim como os colaboradores do regime de Batista e opositores da revolução. Apesar de motivações diversas, podemos apontar que esta era gerada principalmente pelas seguintes razões: não estar de acordo com o processo, ter sido afetado de alguma forma pelas medidas e mudanças realizadas pelo regime, afirmação de anticomunismo e o desejo de reencontrar os filhos¹⁰⁸. As consequências da emigração foram profundas; por um lado, significou a saída de pessoal altamente qualificado em todas as áreas que trouxeram problemas econômicos e sociais para o desenvolvimento cubano; por outro geraram uma ruptura familiar que, em alguns casos, já dura mais de 40 anos.

A segunda onda migratória ocorre nos anos 80, principalmente entre 1981 e 1982, devido à “Crise de Mariel”. Neste período se destacam motivações políticas e ideológicas, geradas pela consolidação e características do socialismo cubano e apontavam para a dificuldade de realizar

108 Em 1961, o governo americano desenvolveu uma operação denominada de “Operação Peter Pan” gerando a saída de cerca de 14 mil crianças cubanas para os EUA sem os seus pais. O desejo de pátria postetad que motivou a emigração de inúmeros cubanos se realiza pela necessidade de encontrar seus filhos. Para uma análise da operação e seus impactos ver *La operación Peter Pan*, de Ramón Torreira Crespo e José B. Marrawi (2000).

uma oposição ao governo internamente ou a um projeto de reunificação familiar. Em suma, se emigrava por estar em desacordo com o governo e o modelo político adotado.

A terceira onda ocorre nos anos 90, principalmente entre 1993 e 1994, devido à crise econômica e seus efeitos. Nesta etapa, não se explicitam referências classistas, políticas ou ideológicas, mas acima de tudo o desejo de encontrar novas oportunidades para melhorar as condições econômicas e sociais. Trata-se de afirmação dos interesses econômicos, fundamentalmente para superar as dificuldades impostas pela crise e pelo “período especial” e, ainda, realizar uma reunificação familiar. Isto não significa que nas ondas anteriores não havia motivação econômica, o que ocorre agora é uma explicitação e uma ênfase a esta questão motivadora devido às condições do país que apontamos anteriormente e que limitavam as perspectivas de inúmeras pessoas.

Como consequência da perda na qualidade de vida, da queda da renda per capita, e da qualidade dos serviços essenciais uma nova onda de pessoas procurava se refugiar em Miami, os “balseros”, como se observou no chamado “verano-caliente” em 1992. Em agosto de 1994, mais de 35 mil pessoas tentaram cruzar o estreito que separa Cuba dos EUA em precárias embarcações (os balseiros) obrigando o governo americano a rever sua política de “portas abertas” a refugiados cubanos¹⁰⁹.

Este processo acabou conduzindo a uma normalização de relações com os EUA nesta área, gerou o estabelecimento de Acordos Migratórios para a eliminação de saídas ilegais por via marítima e, apesar da manutenção de trato preferencial a emigrantes cubanos, o governo americano se comprometeu a fornecer 20 mil vistos anuais para os que desejam entrar legalmente no país, a partir de 1995¹¹⁰.

109 O percentual de cubanos residindo no exterior é, segundo dados do governo, de cerca de 12% da população do país (MINREX, 1997).

110 Mesmo assim, é possível constatar a entrada nos EUA de 66.294 por vias legais,

Considerando o aspecto populacional, o total de emigrantes pode ser percebido, por período, na seguinte tabela, citada por Aja Diaz (1998):

Tabela 2.3.

ETAPAS	TOTAL DE EMIGRANTES
1959-1960	520.604
1970-1979	158.153
1980-1989	215.640
1990-1997	164.298
TOTAL	1.033.776

É no bojo desta enorme crise que se tornaram necessárias as mudanças, que significavam a possibilidade de garantir a sobrevivência do país, e de seu regime. Tais alterações devem ser observadas a partir de duas dimensões. De um lado, era necessário desenvolver uma redefinição das relações externas cubanas, econômica e politicamente, para romper o isolamento e ter acesso aos bens necessários à sobrevivência econômica. Aliado a isto, era preciso reorganizar os diversos setores da economia, o que passava pela realização de um conjunto de reformas institucionais e econômicas para propiciar a retomada do crescimento e minimizar os impactos da crise econômica do início dos anos 90 e que se estende até 1995, considerando seus efeitos. Medidas estas que deveriam ser realizadas, como aponta Segrera, considerando que

A variável-chave na área da política interna consiste na capacidade de liderança do governo cubano para manter o apoio do povo às suas políticas, a credibilidade e a legitimidade, e evitar uma fratura do consenso em meio à atual crise econômica (SEGRERA, 1995, p. 17).

apenas entre 1995-1997, devido a vistos expedidos segundo o Acordo Migratório, vistos de refugiado político e de pessoas alojadas em Guantánamo.

É esta análise das transformações econômicas, políticas e sociais e seus efeitos, em meio à necessidade de manutenção do consenso, que procuraremos compreender no próximo capítulo, identificando as medidas adotadas e seus efeitos, bem como a relação destas medidas com o processo de uma redefinição da inserção internacional do país.



Capítulo 3:

CUBA E O PERÍODO ESPECIAL EM TEMPO DE PAZ: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Este capítulo discute as mudanças internas ocorridas em Cuba nos anos 90, procurando destacar como o regime sobreviveu às mudanças no sistema internacional e quais os desafios enfrentados pela liderança cubana que, de certa forma, condicionaram a nova inserção internacional da ilha. Esta “estratégia da sobrevivência” é um elemento fundamental que, segundo nossa visão, orientou o desenvolvimento de uma política interna, marcada por inúmeras reformas que objetivaram garantir a sobrevivência econômica, e de uma política externa que é caracterizada por uma redefinição da inserção do país, buscando propiciar novas parcerias, para abastecer as necessidades da ilha, e novos mercados para a inserção dos produtos cubanos.

Mesmo sabendo que a relação entre política externa e interna é complexa e marcada pela *autonomia relativa* destas esferas, consideramos que as restrições internas, principalmente no campo econômico, originadas pela queda do bloco soviético e que levaram ao quase colapso da economia do país e suas consequências sociais e políticas foram fundamentais para o desenvolvimento de um processo de reestruturação das relações externas cubanas que, mesmo a mercê da vontade de sua liderança em alguns pontos, foram conduzidas de forma eficaz para romper o isolamento a que o país se viu submetido no início da década de 90 e, acima de tudo, garantir a sobrevivência. Este processo, apesar de complexo, ambíguo e, certamente, marcado por avanços e recuos mostra que a necessidade de

sobrevivência orientou uma estratégia interna e externa, que se entrelaçou e determinou, em grande medida, as opções e os limites da abertura cubana ao desmoronamento do bloco soviético, com a sobrevivência do essencial, o próprio regime revolucionário, fundado em 1959, e de parte de seus ideais e lideranças políticas.

Sendo assim, é fundamental observar como este processo ocorreu internamente para analisar, de forma adequada, os elementos que marcaram a redefinição da política externa cubana neste período, e como esta influenciou no ritmo, na profundidade e nos limites das reformas ocorridas na ilha. Este capítulo procura fornecer elementos para a compreensão geral deste processo, analisando os indicadores internos de tal reestruturação.

Uma questão inicial que se impõe, entre os estudiosos de diversas matrizes, é referente às razões da sobrevivência do regime. Basta um olhar para os jornais, revistas e noticiários do início dos anos 90 ou verificar o número de jornalistas que foram para Cuba no início da década para constatar que a pergunta fundamental era: até quando o regime (ou o castrismo) sobreviverá? Apesar da aparente impossibilidade, da queda anunciada a cada semana e das enormes dificuldades, o olhar retrospectivo não pode se furtar a uma constatação: o regime sobreviveu, apesar e por causa das mudanças. O que nos coloca diante da questão: por que e como¹¹¹? E além, como isto foi determinante na inserção internacional da ilha? A seguir procuramos responder as duas primeiras questões.

Por que o regime cubano não caiu? A resposta a esta questão é complexa e depende, obviamente, da forma como se analisa a ilha e seu

111 Neste sentido, basta lembrar a afluência de inúmeros jornalistas à ilha para narrar o fim de Fidel Castro, os editoriais de inúmeros jornais ao redor do planeta sobre Cuba, as manchetes de telejornais - Boris Casoy entre outros -, e os títulos, sob diferentes perspectivas, como o de Lopes Segrera "Cuba cairá" (1995), entre outros, para constatar que o que se discutia era **até quando** o regime iria durar e **não se** iria durar.

processo. Para Sader (2001) as razões fundamentais se encontram no processo singular de construção do socialismo no qual se destacam duas questões que contribuíram para este desenlace. Para ele:

Aos poucos os repórteres foram saindo de Cuba, percebendo que as diferenças do país com a URSS eram maiores do que as semelhanças. Quais as semelhanças? Um regime de economia centralizada, com peso decisivo do Estado. Um regime político único que praticamente se confunde com o Estado (SADER, 2001, p.101).

Se estas são as principais semelhanças, quais as diferenças e as razões fundamentais para a sobrevivência do regime?

Para ele, em primeiro lugar estaria o papel e a presença da liderança do partido, muito jovem no início do processo revolucionário. Neste sentido ela se diferenciava da liderança soviética, que após a morte de Lênin foi substituída pela de Stalin e assistiu a muitos processos e execuções, o mais famoso dele nos anos 30; e que, posteriormente, deram lugar a novas gerações que não tinham a legitimidade inicial do regime. Além disto, se diferencia também de outros países do Leste Europeu, em que o socialismo não havia surgido por meio de revoluções, mas da libertação da ocupação nazista, através da presença do exército vermelho e de um complexo processo de integração ao campo socialista hegemônico pela URSS, que teve graves consequências nas reivindicações nacionais contra essa hegemonia¹¹².

A segunda razão se refere ao critério de comparação. Enquanto os países do Leste Europeu estavam inseridos num contexto em que qualquer comparação ocorria em contraste com os países da Europa Ocidental que

112 Neste sentido, basta observar a análise do jornalista polonês Ryszard Kapuscinski, *Imperium* (Companhia das Letras, 1994) para observar como a presença soviética no Leste Europeu era compreendida como uma conquista ou invasão por amplos setores da população e como o poder militar foi determinante para a manutenção da influência soviética durante a Guerra Fria.

eram apresentados como alternativa e tinham um nível de vida melhor que aqueles – basta lembrar o caso da Alemanha Oriental e sua contraparte a Alemanha Ocidental; Cuba tem como parâmetro fundamental os países da América Latina, e do Caribe em particular, que em geral, possuem uma situação econômica e social mais atrasada, pelo menos até meados dos anos 90, o que favorece a percepção de que mudanças profundas poderiam “brasilianizar” o país.

Porém, vale a pena lembrar, até mesmo o autor reconhece que

Cuba não teve o mesmo destino da URSS e dos países do leste europeu; sobreviveu aos impactos do desaparecimento do campo socialista, mas não pode evitar nem os traumas da transição a uma situação nova, nem as grandes dificuldades que passou a viver na nova situação mundial. Depois de construir sua nova sociedade ao amparo de integração com os países socialistas, Cuba teria agora que enfrentar-se ao mercado capitalista internacional diretamente, sem intermediações (SADER, 2001, p. 102).

Da mesma forma, a partir de outra perspectiva, a professora Marifeli Perez-Stable (1998) aponta que diversas razões adiaram o desenvolvimento de uma transição democrática na ilha e contribuem para a manutenção do *status quo*.

Em primeiro lugar, destaca-se o nacionalismo que acabou gerando “una identificación simbiótica entre la patria, la revolucion y el liderazgo de Fidel Castro, identificación que aún retiene una cierta legitimidad ante un número significativo de cubanos y que como consecuencia es un soporte importante del poder” (PEREZ-STABLE, 1998, p. 201). O segundo elemento refere-se ao caráter das elites, a habilidade de permanecer unidas e de renovar sob a liderança de Fidel; neste sentido, é interessante destacar que o país conseguiu enfrentar as grandes dificuldades dos anos 90 e promoveu uma eficaz renovação de suas elites, mesmo com a manutenção do poder real nas mãos de lideranças antigas – Fidel e Raul, destacadamente – conseguindo superar com êxito os conflitos internos.

Isto ocorreu em pelo menos cinco ocasiões desde o final da década de 80: o julgamento dos irmãos Ochoa e outros oficiais do Ministério do Interior, em 1989; a renovação de 70% do Comitê Central do Partido, promovida em 1991; a instauração e o perfil da Assembléia Nacional de Poder Popular, com destaque para membros que não eram quadros políticos consagrados, com cerca de 50 anos ou menos, com educação universitária e dos estados (províncias); a mudança em 10 dos 14 estados com quadros mais jovens e de maior nível educacional, entre 1994 e 1995; e, finalmente, as mudanças no “Conselho de Estado”, em 1995, quando indivíduos mais abertos às reformas ocuparam os ministérios econômicos.

O terceiro elemento é a dinâmica de apoio, silêncio e oposição a nível popular. O apoio massivo recebido nos primeiros anos da revolução, constatado por qualquer observador mais atento, tem diminuído, mas não chegou ao nível de colocar em xeque o regime. Além disto, os opositores não tiveram outra alternativa que não o cárcere, o exílio ou o silêncio, ou seja, não há uma oposição organizada e forte dentro da ilha, aqueles que se opuseram tiveram que emigrar e passaram a ser identificados como “gusanos”, pessoas que querem retornar o *status* pré-59 e, acima de tudo, tornar a ilha uma neocolônia americana.

O penúltimo elemento é a política econômica desenvolvida pelo governo. Depois do caos do início dos anos 90, o governo conseguiu desenvolver uma série de reformas que, apesar de não solucionarem definitivamente os problemas econômicos possibilitaram a sobrevivência e a recuperação ao longo da década, que aliadas à ampla rede de proteção social, garantiram uma sensível melhora nos níveis de vida da população (PEREZ-STABLE, 1998).

O último elemento, já destacado pelos analistas iniciais do processo revolucionário, é a liderança de Fidel Castro que contribui consideravelmente para a estabilidade política. Porém, isto que parece ser uma força pode se transformar num “calcanhar de Aquiles” pois, devido à idade

avançada, cedo ou tarde o líder irá se retirar de cena. De qualquer forma, enquanto estiver no poder Fidel contribui, com sua legitimidade e perspicácia, para que o regime instaurado em 59 sobreviva.

Neste sentido, podemos compreender a afirmação de Sznajder e Roniger:

el rol de Fidel Castro, como líder de la revolución, y del castrismo, como movimiento político con gran poder de adaptación, han sido centrales para la supervivencia del régimen actual en Cuba. Castro goza del prestigio de un verdadero revolucionario que há dedicado su vida a su país, sin disfrutar de los privilegios característicos del poder tal como lo hicieron otros líderes comunistas, en la Unión Soviética y en Europa Oriental, alrededor de los cuales se desarrollaron cultos de personalidad, nepotismo y el goce de los placeres mundanos por parte de ellos mismos y la elite política que los rodeaba (SZNAJDER e RONIGER, 2001, p. 161).

É possível entender porque, mesmo após quatro décadas de liderança, o ímpeto revolucionário e a imagem de Fidel estão menos erodidos que as lideranças comunistas que estiveram no poder na Europa Oriental. A figura de Fidel, em termos de apoio dentro de sua sociedade é comparável a Mao na China e a Ho Chi Min no Vietnã, enquanto estavam vivos. Isto pode ser derivado de sua “aura revolucionária” e da eterna confrontação com os EUA, apresentada como a continuação das lutas de libertação nacional, que lhe conferem maior legitimidade, como pode se observar na primordial e consciente projeção da figura de José Martí e sua influência ideológica e cultural, enfatizada especialmente no preâmbulo da Constituição Cubana de 1992 (SZNAJDER e RONIGER, 2001).

Além disto, pode-se destacar a capacidade de adaptação, ou maleabilidade, desta liderança. Foi assim em meados da década de 80, quando o processo chamado “retificação de erros e tendências negativas” teve como base o retorno a algumas ideias de Che Guevara, enquanto ministro, que haviam sido abandonadas na aproximação com a URSS, sobre trabalho e

remuneração ou observando ainda as diversas modificações e adaptações dos ideais desde o Movimento 26 de Julho – década de 50 – cujos objetivos eram de caráter nacionalista, com explícitas demandas de justiça social e ideais anticorrupção para limpar a vida pública, passando pela adoção do modelo marxista-leninista – década de 60 e 70 – e o apoio, entre outras coisas, à invasão soviética da Tchecoslováquia e as transformações da década de 90.

Desta forma podemos apontar que, sem obviamente esgotar o rol de interpretações e análises, a resposta à questão inicial pode ser sintetizada da seguinte forma.

Para Snajder e Roniger, a persistência do modelo cubano deriva de sua conexão com as identidades coletivas e do ethos social da nação cubana no período pós-revolucionário, e que foram sintetizadas na liderança de Castro, o que também explica, inclusive, sua limitada projeção internacional atual. Para Sader, a continuidade deve ser buscada nas especificidades do processo cubano, o tipo de liderança, o apoio popular e as conquistas alcançadas que, em comparação com os demais países latino-americanos, colocam a ilha em posição de destaque, principalmente nas áreas de saúde e educação.

Já para Perez-Stable, além dos elementos acima citados, deve-se considerar a própria dinâmica do regime que soube se adaptar de forma eficaz aos novos tempos, promovendo uma renovação de elites sem ameaçar a estabilidade e a segurança interna, garantindo o apoio popular ou, pelo menos, evitando a criação de espaços políticos alternativos e o desenvolvimento de uma oposição organizada que pudesse tomar-lhe as bandeiras essenciais, relativas à nacionalidade, à soberania e ao bem estar da população. Consideramos que mesmo partindo de perspectivas diferentes, estas análises nos fornecem uma visão ampla do processo em que se intercalam elementos relacionados ao nacionalismo, à liderança, à organização política e ideológica, ao grau de comparação com outros países,

à adaptação e à capacidade de realizar reformas, mesmo que incompletas, como fatores essenciais da sobrevivência cubana.

Cabe ressaltar que este último elemento, a adaptação e a capacidade de reformar sem perder o controle, foi fundamental e nos conduz a estratégias de sobrevivência internas adotadas para a manutenção do regime e sua manutenção econômica e política. Para compreendê-las, procuramos analisar a seguir as mudanças ocorridas internamente e seus efeitos. Discute-se em primeiro lugar, as mudanças constitucionais e institucionais, ou seja, como politicamente o regime atuou e se reformou nos anos 90 procurando garantir sua legitimidade e competência. Em seguida, analisam-se os processos de reforma econômica, destinados a garantir ao país bens e produtos necessários para superar a crise do fim da ajuda soviética. E, finalmente, procura-se destacar as mudanças na estrutura social que levaram à emergência de novos setores e novas demandas sociais e seus impactos. Estas mudanças permitem captar melhor a eficácia destas medidas que, realizadas “desde cima”, permitiram a manutenção do regime.

3.1. As Mudanças Constitucionais e Institucionais

O contexto de tais modificações insere-se nas mudanças ocorridas no Leste Europeu que conduziram, de forma inesperada e rápida, ao fim do socialismo e da Guerra-Fria, bem como aos desafios econômicos enfrentados pelo regime ao longo dos anos 90 e que se tornaram inadiáveis com o fim da relação cubana com os países da CAME. Quando Gorbachev assume o poder na URSS e anuncia ao mundo sua política de reforma do sistema soviético, a Perestroika¹¹³, a dependência econômica da ilha havia chegado ao auge. No entanto, a liderança cubana preferiu concentrar

113 Para uma compreensão deste processo ver, entre outros, o próprio texto de M. Gorbachev “Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo” – 1988, 22ª edição.

seus esforços em outras áreas, deixando de lado a realização de um projeto reformista como o que ocorria no país dos soviets.

Já no seu III Congresso, em 1986, o Partido Comunista Cubano aprovava um processo denominado de *“retificação de erros e tendências negativas”* que tinha como objetivo lutar contra uma série de fenômenos associados: a falta ao trabalho, a baixa produtividade, a baixa qualidade dos bens de consumo e o crescimento das desigualdades sociais, produto dos benefícios obtidos pelos altos funcionários do aparato administrativo e burocrático. Para realizar tal tarefa, resgatou-se, como afirmamos anteriormente, os ideais de Che Guevara, procurando instaurar uma nova ética do trabalho enfatizando os incentivos morais, o voluntarismo, e uma maior conscientização em relação ao trabalho e a sociedade.

Desenvolveram-se duas estratégias para a recuperação econômica. Por um lado procurou-se reduzir os custos internos de produção, aumentar as exportações não tradicionais e buscar novos mercados no exterior, incentivando o turismo e a captação de recursos externos. De outro, desenvolveu-se uma campanha “anticorrupção” contra o pequeno setor privado de mercados livres agrícolas, aliada a uma campanha coletivista rural incentivando o cooperativismo. O resultado disto foi um crescimento notável da quantidade de agricultores associados às cooperativas agrícolas, que saltou de 11% em 1980 para 65% no final da década.

Outro elemento que dificultava as mudanças refere-se ao grau de dependência da economia cubana em relação à CAME. Em 1987, cerca de 90% das relações comerciais cubanas eram com os países socialistas, muitas a preços vantajosos e, ainda no início dos anos 90, 40% dos alimentos de consumo, além do petróleo a preço preferencial, eram importados da URSS.

Paralelamente, a segunda metade dos anos 80 coincide com o reforço do embargo americano no segundo governo Reagan e o incentivo a atividades que pudessem enfraquecer o regime, como apoio financeiro

a grupos opositores, desenvolvimento de voos sobre a ilha e a criação da Rádio Martí, em Miami, para criticar o regime (SZNAJDER e RONGER, 2001).

Estes fatores, combinados com o fim do bloco soviético, da ajuda e das relações comerciais acaba conduzindo ao quase colapso econômico enfrentado pela ilha no início dos anos 90, que estão na base das mudanças, agora inadiáveis, que procuramos analisar.

A reação do governo pode ser mais bem compreendida quando se avalia as mudanças constitucionais e políticas desenvolvidas ao longo da década, derivadas das mudanças constitucionais implementadas a partir de 1992, com a nova carta. Neste sentido, foram fundamentais os congressos realizados pelo Partido Comunista Cubano (PCC) que apontam as razões e os princípios que orientaram as transformações do regime, bem como seus limites¹¹⁴.

Como apontam Domingues (2004) e Bandeira (1998), o IV Congresso, que deveria ser realizado em 1990, só ocorre em 1991 no bojo da crise desencadeada pelo fim do socialismo real e das dificuldades econômicas. O objetivo fundamental foi promover o ajustamento do país diante da nova realidade internacional, iniciando o desenvolvimento de uma “estratégia de sobrevivência”. Tal congresso procurou realizar uma avaliação da queda do socialismo real, afirmando que esta foi resultado de “erros evitáveis”, ressaltando que significaram um desastre para o país acentuado pela emergência de um “mundo unipolar”, sob hegemonia americana. Para sobreviver, o congresso apontava que “el objetivo supremo es salvar a la Pátria, la Revolución y el Socialismo”.

114 Para o acompanhamento dos discursos e resoluções dos congressos do PCC nos anos 90, ver “IV Congreso del Partido Comunista de Cuba”, *La Habana*, Editora Política, 1992; e “V Congreso del Partido Comunista de Cuba-resoluciones”, *La Habana*, Editora Política, 1998.

O país deveria promover uma aproximação com os governos comunistas restantes, realizar o repatriamento de tropas cubanas na África e América Latina, aumentar sua disposição de trabalho no sistema ONU, combater o dogmatismo e promover uma liberalização religiosa interna, mas principalmente, desenvolver uma nova política econômica que, reafirmando as mudanças já em curso, garantisse a superação da crise aumentando as fontes de capitais – em suma, incentivando o turismo, promovendo a liberalização do emprego e reafirmando e aprofundando a nova política de atração de investimentos estrangeiros¹¹⁵. Tais orientações fundamentam o desenvolvimento de mudanças legais posteriores, entre as quais são emblemáticas a Constituição de 1992, a nova Lei Eleitoral, a nova Lei de Investimentos Estrangeiros. Em síntese, tratava-se de sobreviver sem alterações profundas do regime ou quando estas se tornassem inevitáveis que fossem controladas pela liderança (PCC, p. 1992; DOMINGUEZ, p. 2004; ALONSO, p. 1998).

Em 1997, é realizado o V Congresso do PCC. Neste, predomina um sentimento de alívio devido à sobrevivência, que se deve ao desenvolvimento dos primeiros sinais de recuperação econômica que reafirmaram a constatação de que o pior já havia passado, como demonstramos no capítulo anterior, observando que o clímax da crise ocorreu entre 93-94 e em seguida se inicia o processo de recuperação econômica. Além disso, o grande debate se concentrou nos efeitos das mudanças e no aprofundamento ou não das reformas econômicas. Para tanto, o próprio Fidel Castro procurou intervir admitindo que somente se realizaram “concessões aceitáveis” e que o remédio adotado, apesar de amargo e contrário às crenças da maioria dos dirigentes, era necessário.

115 A apresentação das reformas foi realizada por Carlos Aldana, quem neste período era considerado ideólogo do partido e o número três na hierarquia partidária, abaixo apenas dos irmãos Castro. Em 1993, porém, ele foi expulso do partido por estar implicado em negócios fraudulentos (DOMINGUES, 2004; ALONSO, 1998).

Mesmo assim, procurava-se demonstrar os efeitos negativos de certas estratégias econômicas, como o desenvolvimento das UBPC e discutiu-se diminuir ou revisar algumas das reformas adotadas. Além disto, o congresso rejeitou uma proposta para a abertura de atividades a pequenas e médias empresas. O retrocesso só não foi maior devido à intervenção de Carlos Lage, principal dirigente econômico e promotor das reformas nesta área, que apontava a dificuldade que uma nova retomada do estatismo significaria, entre elas a queda de investimentos e o estancamento do crescimento, procurando enfatizar que a eficiência deveria ser promovida, desde que preservasse a essência dos valores socialistas (PCC,1992; DOMINGUEZ, 2004; ALONSO, 1998). Como podemos observar, tal debate interno impulsionou e foi impulsionado pelas mudanças que se realizaram no âmbito constitucional e institucional e pelas necessidades que marcaram a vida política, econômica e social do país ao longo dos anos 90.

Fundamental, no aspecto legal, foi o advento e o aprofundamento das mudanças constitucionais com a adoção da Nova Carta em 1992, que veio substituir a de 1976, claramente inspirada na URSS e no marco do socialismo real¹¹⁶. Esta constituição instaurou um novo ordenamento jurídico-institucional e, principalmente, pavimentou o caminho das reformas, em diversos âmbitos posteriores.

A análise geral de tal Carta aponta para inúmeras inovações¹¹⁷. Em primeiro lugar, a nova Constituição procurou abarcar a todos os cubanos,

116 Vale ressaltar que a Constituição de 1992 foi aprovada pelo IV Congresso do PCC e, diferente de 1976 que foi a plebiscito, esta só foi referendada pela população em 2002.

117 Obviamente há diversas interpretações sobre estas mudanças. Para Ayerbe (2004) e Sader (2001) estas apenas visavam à sobrevivência, sendo adotadas a contragosto, mantiveram o essencial e, fundamental, significaram democratização do regime. Para Dominguez (2004) e outros representam a manutenção do caráter autoritário, principalmente devido às formulações presentes nos artigos 53, 62 e 67 sobre a liberdade de expressão e organização e a faculdade do presidente de legislar e suprimir direitos, ou seja, condicionando os avanços aos fins socialistas proclamados.

diminuindo os elementos de marginalização, mostrando-se mais aberta e inclusiva, procurando representar toda a sociedade e a diversidade de grupos nascentes. Neste sentido, merece destaque a nova mentalidade de propriedade e produção, bem como a liberdade religiosa e de estrutura partidária, apresentando uma apreciação mais tolerante em relação às diferentes visões no interior da sociedade cubana que apontava. Como mostra Ayerbe (2004), um evidente sinal desta mudança refere-se ao reconhecimento formal, por parte do Estado, do respeito e da garantia de liberdade religiosa como afirma o artigo 8:

El Estado reconoce, respeta y garantiza la libertad religiosa. En la República de Cuba, las instituciones religiosas están separadas del Estado. Las distintas creencias y religiones gozan de igual consideración (CONSTITUCIÓN de la REPÚBLICA de CUBA, 1992).

Isto significa que o materialismo histórico que havia orientado a ação do regime para diferentes crenças e que levou à perseguição, entre outros, dos cultos afro-cubanos nos anos 60 e da Igreja Católica, por diferentes razões, ao longo do período revolucionário, encontrava-se agora livre da perseguição estatal e, inclusive, poderia ser adotado por membros do próprio partido¹¹⁸. Desta forma, se mostra mais compreensível e tolerante com as crenças religiosas¹¹⁹, contribuindo para um dos grandes momentos da política externa do país, a aproximação com o Vaticano¹²⁰ e a realização da visita papal de 1998, que é apontada como um dos eventos

118 Em 1997, o governo realizou uma pesquisa que demonstrou que 80% da população acreditava em “algo transcendental”, mas apenas 15% declarava pertencer a uma denominação religiosa.

119 Para uma análise da questão religiosa em Cuba ver o artigo “Religión, hegemonia y cambios sociales en Cuba”, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Cuba, 2000.

120 Nos anos 90, mesmo com o ressurgimento da Igreja Católica sua base social é relativamente pequena.

que contribuíram para romper o isolamento cubano dos anos 90. Este evento marca definitivamente o ressurgimento da Igreja Católica, que teve início em 1986, com a realização do Encontro Nacional Eclesial Cubano (ENEC).

Apesar de sua base social reduzida, a Igreja parece desempenhar uma função semelhante aos outros países comunistas, alimentando o renascimento da sociedade civil e, diferentemente dos períodos anteriores, quando ocorreram conflitos com o regime, pode agora desempenhar suas atividades, inclusive criticando certos aspectos do regime, como fica patente na declaração dos bispos em 1993:

Nosotros, los obispos de Cuba rechazamos cualquier tipo de medida que, con el fin de castigar al gobierno cubano, sirva para agravar los problemas de nuestro pueblo. (...). Criticaram a prática oficial que “lleva a términos de identidad que no pueden hacerse sinónimo, tales como pátria y socialismo, cubano e revolucionário” e a limitação de liberdades pela “excesiva vigilancia de parte de las agencias de seguridad del Estado que incluso se extienden a la vida estrictamente privada de las personas”; lamentando, inclusive, “el alto numero de prisioneros retenidos (ORIGINS, 1993, p. 274).

Um segundo elemento que exemplifica o processo de desideologização se refere à ênfase no nacionalismo em detrimento do campo socialista e, principalmente, do marxismo-leninismo como guia fundamental da organização do país. Já no preâmbulo se retiram as referências aos países socialistas, em que se apontava:

Guiados y apoyados por el internacionalismo proletário, em la amistad fraternal y la cooperación de la Unión Soviética y otros países socialistas y em la solidaried de los trabajadores y pueblos de América Latina y el mundo...” foi substituída por “Guiados por el ideário de José Martí y Lênin y las ideas político-sociales de Marx-Engels, apoyados en el internacionalismo proletário, en la amistad fraternal de los pueblos del mundo especificamente de América

Latina y el Caribe... (CONSTITUICIÓN de la REPÚBLICA de CUBA, 1992).

Ou seja, se retira a referência à vitoriosa doutrina do marxismo-leninismo e a URSS para destacar José Martí, enfatizando o nacionalismo como elemento fundamental da política – interna e externa – cubana e enfatizar a união com os países de América Latina, destacando que o Estado busca servir a todos e para o bem de todos. Enquanto o artigo 54 da Constituição anterior proclamava que o Estado promovia uma “concepção científica materialista do universo”, na qual baseava suas ações, garantindo a liberdade de consciência e culto, o novo artigo procura abolir esta referência.

Além disto, o PCC perde sua natureza classista para se transformar em vanguarda de toda a sociedade, diferente da construção anterior, ao afirmar no artigo 5 que

El Partido Comunista de Cuba, marxiano y marxista-leninista, vanguardia organizada **de la nación cubana**, es la fuerza dirigente de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista. (CONSTITUICIÓN de la REPÚBLICA CUBA, 1992).

Apesar de ser resguardado como o partido único, é agora também seguidor das ideias de Martí. Ainda, o Partido retira-se da presidência nas comissões que definem as candidaturas, abrindo espaços para a central sindical e as organizações sociais, favorecendo um maior contato entre os candidatos e os eleitores e valorizando as organizações não estatais surgidas após o triunfo da revolução, “que agrupam em seu seio diversos setores da população, representam seus interesses específicos e os incorporam as tarefas de edificação, consolidação e defesa da sociedade socialista”. A mudança principal, no entanto, foi a introdução de eleição direta de parla-

mentares, em substituição ao anterior sistema eleitoral indireto em que os cidadãos elegiam apenas os representantes de seus municípios.

A nova Constituição também se mostra mais aberta e inclusiva ao procurar legitimar, de forma retroativa, as mudanças na forma de propriedade e produção para atrair os investimentos estrangeiros, como aponta Domingues (2004).

O novo artigo 14 limita a propriedade estatal aos meios de produção, destacando que “En la República de Cuba rige el sistema de economía basado en la propiedad socialista de todo el pueblo sobre los medios fundamentales de producción y en la supresión de la explotación del hombre por el hombre”. Já no artigo 15 se introduz certa flexibilidade na propriedade privada outorgando ao Estado poderes especiais que lhe permitem definir formas de propriedade, a fim de incentivar o desenvolvimento do país, concessões que não podem afetar as bases políticas, sociais e econômicas. Isto significa que o Estado pode definir ou transferir sua propriedade para outras formas de propriedades incentivando o processo de inversões diretas de capital privado e estrangeiro, determinando que

Estos bienes no pueden transmitirse en propiedad a personas naturales o jurídicas, **salvo** (grifo do autor) los casos excepcionales em que la transmisión parcial o total de algún objetivo económico se destine a los fines del desarrollo del país y no afecten los fundamentos políticos, sociales y económicos del Estado, previa aprobación del Consejo de Ministros o su Comité Ejecutivo (CONSTITUCIÓN de la REPÚBLICA de CUBA, 1992).

Em suma, a nova Constituição procura responder aos imperativos do novo contexto internacional e combiná-los com os princípios socialistas; ao procurar isto, procura ser mais inclusiva, mais tolerante e aberta às crenças e às organizações religiosas, baseando-se no nacionalismo e diminuindo o peso do marxismo-leninismo, propiciando novas formas de propriedade e oferecendo maior abertura aos capitais. Mas não consegue

dirimir adequadamente a relação e a convivência entre os princípios socialistas e a abertura ao capital externo, além de se mostrar autoritária em certos aspectos. Além disto, adotam-se medidas de autonomia local, como instrumento para superar a crise, promovendo uma descentralização das decisões administrativas que contrariavam a tendência histórica de centralização do poder ao longo da revolução. Enfim, trata-se da combinação de avanço e retrocesso, de mudança e continuidade, de abertura e controle eficaz, garantindo a sobrevivência do regime a nível político e fornecendo os meios econômicos para sua sobrevivência (SZNAJDER e RONIGER, 2001; DOMÍNGUEZ, 2004).

Tais modificações constitucionais tiveram sua eficácia ampliada pelo desenvolvimento de novas estratégias institucionais. Estas, combinadas com a “outra face do poder”, a capacidade adaptativa de Fidel Castro, completaram as reformas “desde cima” e garantiram a legitimidade e a eficácia das mudanças¹²¹.

Quando se analisa a estrutura institucional e legal cubana, dois elementos chamam a atenção. De um lado, a formidável estrutura estatal, representada por um grande número de entidades, executivas, legislativas e judiciárias que, considerando o número de filiados demonstram a inserção “massiva” do regime no seio da população e a capacidade de renovação de seus quadros que se desenvolveu na última década, evitando o desenvolvimento dos privilégios e a cristalização do poder por parte da “*nomenklatura*”, diferentemente de outros países do socialismo real. Por outro lado,

121 A estrutura institucional cubana apesar de complexa pode ser compreendida da seguinte forma, pelo poder que possui. No nível legislativo estão, pela ordem, a Constituição, a Assembleia Nacional do Poder Popular, o Conselho de Estado, as Organizações de Massa, as Cortes e os Governos Provinciais e Municipais. No nível executivo o Conselho de Ministros e o Conselho de Estado. Acima deles, e combinando funções executivas e legislativas, embora não formalmente estão o Comitê Central do PCC, o Burô Político e o PCC. Finalmente, segundo Domínguez “a outra face do poder” está Fidel Castro.

emerge o elemento mais reconhecido da vitória e dos logros da revolução, a onnipresença de Fidel Castro¹²², dirigente e detentor do poder real, e de certa forma, o sustentáculo efetivo das conquistas e mudanças ocorridas no regime desde os anos 60.

Em relação ao primeiro aspecto, podemos destacar que apesar de mudanças formais modestas procurou-se desenvolver um processo que permitiu aliar renovação com eficácia administrativa, promovendo a ampliação e o controle dos espaços públicos, mesmo que isto não tenha significado democratização no sentido clássico da democracia liberal. A Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) detém os poderes legislativos formais, apesar de não ser tão influente como os poderes que possui pois, em geral, ratifica as decisões do presidente e vota de forma unânime suas decisões; além disto, os deputados possuem um trabalho efetivo, não se dedicando de forma exclusiva ao mandato e, fundamentalmente, reúne-se apenas (nem sempre) duas vezes por ano.

A ANPP é composta por 601 membros, eleitos pela população (antes de 1992, eram eleitos de forma indireta pelo voto das assembleias provinciais, denotando uma competição intraelites sem participação popular), cujo perfil vem sendo alterado neste período. Em 1993, apenas 17% dos seus membros se reelegeram; em 1998, cerca de 35% conseguiram se reeleger, denotando uma rotação intensa de seus quadros, porém menor no final dos anos 90. O número de mulheres saltou de 23% para 28%, entre 1993 e 1998, e apesar do crescimento não representa a emancipação da mulher e nem se mostra adequado ao seu percentual populacional (SZNAJDER e RONIGER, 2001).

122 Um dos símbolos da revolução, Ernesto “Che Guevara” já havia apontado para esta exclusividade do processo cubano ao afirmar que “....”. De forma negativa, isto também pode ser constatado na ação dos grupos opositores de Miami e do próprio governo americano e sua ação para assassinar Fidel ou sua esperança e de outros grupos de que sua morte conduzirá inevitavelmente a transformações na ilha em prol da democracia de mercado.

A nova lei eleitoral (1992) decretou a eleição direta e secreta de deputados à ANPP – o parlamento cubano - e a mesma fórmula foi aplicada para as assembleias municipais, eleitas a cada dois anos e meio. Estas modificações eliminaram o sistema de filtros existente anteriormente, controlado pelo Partido e pelo Estado, no qual os representantes das entidades mais baixas elegiam dentro de suas fileiras os representantes dos níveis superiores¹²³.

Estas mudanças reforçam a representação direta por um sistema segundo o qual os candidatos a representantes são nomeados e eleitos diretamente pela população, reforçando o caráter democrático¹²⁴. O sistema de nomeação de candidatos a nível popular contém uma forte demanda de legitimidade democrática; todo cidadão maior de 16 anos possui o direito de voto e os maiores de 18 podem ser elegíveis na Assembleia Nacional. Também os membros das forças armadas desfrutam de direitos políticos; isto é importante devido ao tamanho e ao papel desempenhado pelas Forças Armadas Revolucionárias no processo revolucionário (SZNAJDER e RONIGER, 2001).

123 O sistema eleitoral cubano possui, entre outras, as seguintes características: as eleições se processam em distritos plurinominais; os candidatos são designados por uma comissão eleitoral formada pelas organizações de massa em que o presidente é membro da CTC; o eleitor pode votar na lista oficial única, votar em um dos candidatos ou em branco; para ser eleito é preciso conquistar maioria absoluta, o que pode levar à realização de um segundo turno; e, finalmente, pode-se realizar campanhas através de cartazes com retrato e pequena bibliografia ou reuniões com os eleitores do distrito (Lei Eleitoral, 1992).

124 Para o nível local é interessante a observação de Domínguez (2004), apontando para um desconhecimento por parte do eleitor se os candidatos são ou não filiados ao PCC, o que significa que isto não é nem uma vantagem nem um inconveniente. Segundo ele: “las principales motivaciones de los votantes para elegir a los candidatos locales son: reputación de honestidad, una buena vecindad y sensibilidad humana. Los cubanos votan por sus amigos y vecinos para los cargos de su localidad de manera similar a como hacen los votantes en las elecciones locales de EUA” (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 38).a

Ainda no âmbito eleitoral, a nova Constituição estabelece, no artigo 66, que todo representante deve apresentar um informe duas vezes por anos a seus eleitores, e se o exercício do cargo é considerado inadequado por estes, o representante pode ser destituído a qualquer momento, instituindo desta forma o mandato imperativo.

Nos anos 90, a ANPP se viu menos institucionalizada, porém mais efetiva. Isto porque, apesar de não cumprir suas próprias regras, adiando as eleições de 1991 para fevereiro de 1993, seu dirigente máximo, e uma das lideranças emergentes em Cuba, Ricardo Alarcón de Quesada procurou, entre outras iniciativas, revigorar a ação das comissões de trabalho, incentivar a fiscalização de órgãos e empresas estatais, discutir profundamente os projetos de lei e emendá-los quando possível, como no caso da Lei de Investimentos Estrangeiros aprovada em 1995. Finalmente, procurou incentivar o contato entre o representante e eleitor (DOMÍNGUEZ, 2004).

Outro mecanismo de participação introduzido foram os Conselhos Populares. Estes se encarregam das atividades sociais e econômicas, colaborando com o governo e as autoridades locais, exercendo um controle fiscal sobre os municípios. Neste sentido, servem como canal de mobilização que se combina com o processo de descentralização, recebem as críticas dos diversos setores da população e cooperam com o governo em diversas situações.

Organismos executivos também passaram por mudanças similares. O Conselho de Estado, que é eleito pela ANPP e pode tomar decisões em nome desta, funciona de fato como o poder constitucional devido à maior periodicidade de seus encontros e a determinação de suas decisões. Durante os anos 90, passou a possuir 31 membros, incorporando os dirigentes de organizações de massa, ampliando a relação com a sociedade. A presidência tem sido exercida por Fidel Castro desde 1976 e seus 6 vice-presidentes são as pessoas mais influentes do regime¹²⁵. Dos membros do

125 São eles: Raul Castro Ruz, comandante das FAR; Juan Almeida Bosque, responsável pela disciplina e moral das FAR e do PCC; Abelardo Colomé Ibarra, ministro

Conselho, 6 estão no cargo desde 1977; somente 17 do conselho anterior foram reeleitos em 1998; 5 são mulheres e 6 afrocubanos, setores majoritários da população (DOMINGUEZ, 2004).

O Conselho dos Ministros é o mais alto organismo executivo e administrativo do país, encarregado de levar adiante os processos de reformas econômica e administrativa. Neste também se operou uma redução do número de membros ao longo da década passada e houve uma maior rotatividade de suas lideranças.

Finalmente, o próprio PCC passou por inúmeras transformações mesmo não tendo ocorrido grandes cisões em seu interior como nas décadas anteriores. A análise dos membros do Buro Político do PCC, principal órgão do partido e que toma as decisões fundamentais, mostra que uma transição da elite já está ocorrendo com a emergência de quadros técnicos e adoção de medidas para torná-lo eficaz administrativamente. O número de membros que o compõem foi se modificando ao longo da história: eram 8 em 1965; 13 em 1975; 14 em 1986, 25 em 1991 e 24 em 1994, o que representou uma acomodação de sua estrutura e menor volatilidade em relação ao início da década. Destes, apenas 3 se mantêm desde 1965, os irmãos Castro (Fidel e Raul) e Juan Almeida Bosque.

Já no IV Congresso ocorreram grandes mudanças, pois 43% dos seus membros não foram reeleitos e, com a ampliação de seus componentes, 68% eram membros novos. No V Congresso, não foram reeleitos 36% dos membros anteriores, sendo escolhidos pela primeira vez 8 de seus 24 membros. Mais importante, dos que participavam do Buro no final dos anos 90, apenas 6 membros estavam no órgão desde antes da queda do socialismo real, isto é, a maioria destes não tinha posições tão dogmáticas,

do Interior e herói das guerras africanas; Carlos Lage Dávila, secretário do comitê executivo do Conselho de Ministros e principal responsável pela área econômica; José Ramón Machado Ventura, secretário de organização do PCC; e Esteban Lazo Hernández, primeiro secretário do PCC em Havana (DOMINGUEZ, 2004).

mostrando-se mais aberta às reformas. Além disto, o número de civis também se acentuou neste período, diminuindo o peso dos militares. Como aponta Dominguez,

la mayoría de los miembros del Buró Político durante la década de 90 son producto de una transición que tuvo lugar bajo el sistema político comunista. No se atienen a los subsidios soviéticos ni al soporte militar externo; no esperan ser enrolados en expediciones extranjeras militares o de otro tipo; están mucho más dispuestos a experimentar en casa con varios cambios en las políticas económicas; y son más jóvenes. (...) Esperan tener un futuro político en Cuba independientemente del nombre del presidente de la nación o de la forma de su régimen político. La transición al interior de la elite política de Cuba está ya en camino (2004, p. 50).

O mesmo processo ocorreu em outro órgão central do PCC¹²⁶, o seu Comitê Central. Apesar da diminuição da periodicidade de seus encontros, agora apenas uma vez por ano, ocorreram mudanças significativas. Em 1975, 77% de seus membros foram reeleitos; em 1980 foram 79%; em 1986, 61% o foram; em 1991, no bojo da crise, foram apenas 32%; e em 1997 foram reeleitos 56%, bem abaixo das décadas anteriores. Mesmo considerando que o de 1991 era demasiadamente grande e inexperienced, o que se pode constatar é que o Comitê Central encerrou o século com uma liderança mais jovem e enérgica, mais aberta a reformas e, além disto, apenas 36% destes membros têm postos no PCC e na UJC, o que pode denotar que a maioria é formada por pessoas de caráter administrativo que querem governar (DOMINGUEZ, 2004).

Todas estas reformas no âmbito constitucional e político procurando reforçar os mecanismos de participação direta estão associadas à crítica situação desde a queda da URSS e demonstram a preocupação com

126 Segundo Alonso (1998), o PCC possuía cerca de 770 mil membros em 1997.

a continuidade do regime. Sendo assim podemos observar que se inserem dentro do *modus operandi* desenvolvido por Fidel ao longo da revolução.

Este tende a se apoiar, em tempos de crise, nas organizações de massa, ao passo que em tempos mais calmos utiliza os mecanismos institucionais existentes. Há portanto, uma oscilação entre a legitimidade que outorga as massas e a legitimidade institucional que, combinada com a crise, levou a esta reforma política. Esta reforça a combinação de ambas as tendências ao institucionalizar formas de democracia direta e reforçar mecanismos de responsabilidade na função pública (SZNAJDER e RONIGER, 2001).

Assim também deve ser compreendido um dos últimos lances deste processo, citado por Ayerbe (2004), quando diante da radicalização do presidente Bush que lança em 2002 a sua iniciativa para uma nova Cuba, o governo submete à ANPP uma proposta de reforma constitucional que propôs tornar irrevogável o sistema socialista. Aprovada em referendo popular e por unanimidade pela Assembleia ela estabelece que:

como sistema político e social revolucionário estabelecido nesta constituição, o socialismo que sempre resistiu as agressões de todo tipo e a guerra econômica dos governos da potência imperialista mais poderosa, e que, demonstrou sua capacidade de transformar o país e criar uma sociedade inteiramente nova e justa, é irrevogável. Cuba não retornará jamais ao capitalismo (CONSTITUICIÓN de la REPÚBLICA de CUBA, 2002).

Como aponta Alfonso (1998), todas estas reformas descritas anteriormente alteraram em sua maioria o texto constitucional de 1976, atingindo seu “núcleo duro”, ao modificar o caráter não confessional do Estado, ao suprimir a definição estritamente classista da base social do Estado e promover eleições diretas para a Assembleia Nacional do Poder Popular, sem a interferência do PCC, entre outras razões.

Mesmo assim, outro aspecto a destacar do exercício do poder em Cuba é a onipresença do poder de Fidel Castro. Como fica explícito nos dados acima, o líder máximo da revolução continua exercendo os cargos principais e, na prática, sendo o arquiteto e o condutor do ritmo e da profundidade das reformas. Mas de onde vem esta força de Fidel? Sem dúvida, o carisma é o elemento definidor da liderança desempenhada por ele, de tal forma que como aponta Max Weber:

existe em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo —carisma— devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Tal é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou- no domínio político pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido através do plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político (WEBER, 1989, p. 57).

Neste sentido, podemos observar que a dominação carismática se desenvolve em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma), particularmente as faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória, algo facilmente observável em seus famosos discursos e sua personalidade onnipresente. Desta forma, a associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O quadro administrativo é escolhido segundo carisma e vocação pessoal, e não devido à sua qualificação profissional, sua posição ou à dependência pessoal, de caráter doméstico ou outro. A forma genuína da jurisdição e a conciliação de litígios carismáticos é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelo sábio e sua aceitação pela comunidade.

A autoridade do líder não deriva de forma alguma do reconhecimento por parte dos submetidos, mas ao contrário, a fé e o reconhecimento são considerados um dever, cujo cumprimento aquele que se apoia na

legitimidade carismática exige para si, e cuja negligência castiga. A validade efetiva da dominação carismática baseia-se no reconhecimento da pessoa concreta como carismaticamente qualificada e acreditada por parte dos súditos. A subsistência da grande maioria das relações de domínio de caráter fundamental legal repousa, na medida em que contribui para sua estabilidade a crença na legitimidade, sobre bases mistas: o hábito tradicional e o “prestígio” (carisma) figuram ao lado da crença, na importância da legitimidade formal, o que explica a necessária institucionalização do processo revolucionário ocorrida a partir do final da década de 60.

A consequência fundamental destas alterações, na esfera constitucional e política, foi o desenvolvimento e o aprofundamento das mudanças econômicas que garantiram a sobrevivência do país e possibilitaram, apesar dos reveses, um novo cenário interno e a retomada do crescimento econômico, mesmo com paradoxos e limitações, procurando conciliar abertura econômica com a manutenção da rede de proteção social, um dos logros da revolução.

Surpreendida pela queda do socialismo real, Cuba adota a partir de setembro de 1990 um *“período especial em tempo de paz”*, como forma emergencial para enfrentar os desequilíbrios gerados pelo desaparecimento acelerado da comunidade econômica socialista e a possibilidade de desaparecimento da URSS, o que se concretizou em 1991. Diante dos riscos de colapso econômico, a liderança cubana adota uma série de medidas para minimizar os efeitos do fim do bloco socialista; tais medidas, apesar de adotadas sem muita convicção e de não alterarem essencialmente o modelo econômico adotado no país, conduziram também a profundas modificações na estrutura econômica, que analisamos a seguir.

3.2. As Transformações Econômicas

Como procuramos apontar e analisar no capítulo anterior, entre 1990 e 1993, Cuba perdeu de maneira abrupta e intensa 85% do mercado

que havia acompanhado o país durante 30 anos, assim como suas principais fontes de crédito, de assessoria técnica e de intercâmbio tecnológico, o que provocou fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, retrocesso econômico e aumento do desemprego e subemprego, entre outras consequências. O país se encontrou então, literalmente, desintegrado desde o ponto de vista econômico, pois o CAME se desfez e a ilha não estava integrada a nenhum dos blocos de integração econômica da América Latina ou Caribe.

Ainda a nação perdia o abrigo que significava, desde o ponto de vista político, a ordem bipolar e se encontrava mais exposta à situação de unipolaridade política-militar que se criava com a queda do socialismo. A partir de 1994 se produziu um processo de recuperação no comércio, buscando alternativas que permitem ir satisfazendo as necessidades principais do povo, resultado da organização de todas as forças sociais do país.

Como já ressaltamos anteriormente, tal período abrange duas fases distintas: a primeira, analisada no capítulo anterior compreende a etapa do aprofundamento das consequências do fim do bloco soviético e pode ser compreendida pela iminência do colapso ou do processo de desestruturação da economia cubana; a segunda, que passamos a analisar, compreende a etapa da recuperação, com a introdução de reformas, a reorganização da economia interna e a reestruturação do comércio internacional do país.

Neste sentido, é revelador o informe apresentado por Fidel Castro ao V Congresso do PCC, em 1997, relatando as dificuldades do início da década. Segundo ele:

la agricultura se quedo sin el combustible necesario para un mínimo de actividades, sin fertilizantes, sin pesticidas ni herbicidas, sin piezas de repuesto...No se podia mantener la producción alimentaria... La industria mecánica se quedo sin aceros, sin motores, sin los cambios de productos que necesita para su trabajo...La industria ligera se quedo sin algodón, sin infinidad de materiales que necesitaba para la producción de telas...La prensa sin papel...El transporte se quedo sin piezas, sin motores y les pasó lo mismo a

las locomotoras y a los servicios de transporte ferroviário; empezamos a tener problemas com el transporte naval. (...) Además, la situación afecto a la educación, que quedo sin libros, a la industria de materiales de construcción, sin cementos y otras matérias primas, a la industria de medicamentos y los medios necessários para la atención higiênica, la limpeza de hospitales, la reparación y el mantenimiento de los equipos (GRANMA, Informe Central, 29/10/1997).

No caso de Cuba, sua economia altamente dependente tem percorrido um caminho histórico em que se mantém sempre muito concentrado seu comércio exterior (Espanha, Estados Unidos e URSS)¹²⁷. Sua última experiência resultou mais positiva que as anteriores, considerando o desenvolvimento humano. Atualmente possui uma população mais educada; não existe analfabetismo e a educação é obrigatória durante nove períodos; existem altos níveis de qualificação técnica – por exemplo, na indústria se conta com um graduado para cada quinze empregados e um técnico para cada oito; e a esperança de vida é semelhante a dos países desenvolvidos, assim como alguns índices de saúde (SADER, 2001). Este último período é denominado por Alfonso, de forma emblemática, *utopia subsidiada*¹²⁸, como analisamos no primeiro capítulo.

Como aponta a CEPAL (2000), a relação de Cuba com a CAME desenvolveu algumas deficiências econômicas gerando problemas estruturais para a adaptação à nova realidade. Primeiro, devido ao uso de tecnologia atrasada e muito dispendiosa na utilização de energia. Em seguida, o descuido com o equilíbrio fiscal, devido aos subsídios e incentivos que o país recebia facilmente. Além disto, tal relação provocou o distanciamento dos mercados e centros mais dinâmicos da economia e do comércio internacional. Finalmente, ocorreu um desenvolvimento mais lento da capaci-

127 Como aponta o estudo da CEPAL (2000), a especialização econômica do país foi em parte aprofundada, mas também ocorreram tentativas de modificá-la durante a relação com o CAME

128 Ver Alfonso, 1998.

dade competitiva do país, devido aos elementos apontados anteriormente. Em suma, considerando o desenvolvimento econômico, o país herdou inúmeros vícios e desvantagens que acentuaram os efeitos da crise e dificultaram o desenvolvimento das reformas para a recuperação econômica (CEPAL, 2000).

Diante disto, Cuba se viu obrigada não só a reconstruir todo seu sistema institucional e legal, mas também adequar seu aparato produtivo às novas condições que lhe foram impostas. Algumas mudanças e reformas que Cuba vem realizando, desde 1990, não somente têm efeito positivo para enfrentar a crise, como afetam o conteúdo socialista e equitativo da sociedade: o incremento do turismo, as inversões estrangeiras, a despenalização da posse de divisas, a permissão de remessas do exterior, a criação de redes de tendas e serviços pagos em dólares e a dupla circulação monetária. Entre os efeitos contrários, o aspecto mais importante destas reformas tem sido o desenvolvimento de certa polarização social, que vem se produzindo como resultado de que determinados setores obtêm ingressos maiores não associados a qualidade e quantidade de trabalho que oferecem à sociedade, mas ao lugar em que trabalham (setores emergentes, determinados tipos de trabalhadores autônomos- os cuentapropistas-, acesso a divisas,...). Ainda que o sistema de impostos procure corrigir as distorções de tal situação, é importante perceber que sua ascensão implica na necessidade de buscar novos vínculos (políticos e ideológicos) com estes setores que possuem uma tendência de crescimento e que desenvolvem novos desafios ao sistema.

O desenvolvimento do processo de reformas econômicas no país foi realizado depois de um intenso debate nos círculos políticos dominantes. Neste sentido, duas análises ganharam destaque por apontar as possibilidades e os limites de tal processo¹²⁹.

129 Além disto, pode-se consultar inúmeros trabalhos desenvolvidos pela Associação dos Economistas de Cuba (AEC), que analisam os impactos e os resultados das reformas econômicas introduzidas no país ao longo da década.

Tejada (1992), ainda no auge da crise, procurava descrever o trajeto da economia cubana desde a revolução até a crise gerada pelo fim dos subsídios soviéticos, apontando para a ilusão desta relação privilegiada. O autor procura destacar que apesar das grandes vantagens como o acesso a um mercado preferencial, as variadas formas de ajuda econômica, a segurança de créditos, o tratamento flexível de sua dívida externa e da gratuidade dos recursos para a defesa do país; a consequência, que se tornou visível com o fim desta relação foi a perpetuação da estrutura primário exportadora, que conduziu o país a baixos níveis de eficiência empresarial e a utilização de tecnologias atrasadas, como consequências econômicas mais importantes. Criticando a ineficácia das empresas estatais cubanas, o autor defende a entrada de investimentos externos como alternativa econômica própria e socialista, apontando que a solução para o país não seria a adoção de políticas liberais, mas a instauração de medidas que pudessem desenvolver a eficiência, baseadas no controle estatal e na capacidade mobilizadora da vontade coletiva. Em suma, a adoção de medidas controladas pela liderança que equacionariam o grande problema, a crise econômica, sem alterar a estrutura social ou política (TEJADA, 1992).

Outra análise que fundamentou o debate interno sobre os rumos do país foi desenvolvida por Carranza, Gutiérrez e Monreal (1995). Para eles, diante das debilidades econômicas herdadas do Período Colonial e mantidas com a integração à URSS, o país devia adotar o “modelo chinês” de organização econômica, combinando intervenção estatal com elementos típicos de mercado, justificando a abertura do mercado cubano afirmando que “(...) hoje a preocupação da teoria econômica do socialismo consiste na determinação dos princípios e proporções adequadas entre o plano e o mercado” (CARRANZA, GUTIÉRREZ e MONREAL, 1995, p. 31).

Neste sentido, também apontam para uma efetiva e gradual abertura ao capital estrangeiro, inclusive em setores estratégicos como o farma-

cêutico, embora reconheçam a inexistência de consenso sobre o tema. Tal abertura propiciaria além do acesso a capitais, a dinamização da economia do país, pois poderia transferir a força de trabalho mais qualificada da economia tradicional para a economia emergente, o que possibilitaria a geração de desenvolvimento econômico se houvesse uma maior integração entre ambas, acabando com a dualidade da economia. Isto, segundo eles, só poderia ser alcançado com a instalação de um socialismo de mercado. Os autores destacam que:

nossa proposta concebe um sistema com planificação centralizada no essencial e com um alto nível de intermédio estatal, mas onde existiria um grau relativamente elevado de descentralização ao redor de um mercado regulado de meios de produção e divisas (...) o mercado seria um componente descentralizador ativo do mecanismo de coordenação econômica do sistema (CARRANZA, GUTIÉRREZ e MONREAL, 1995, p. 78-79).

Em suma, o que pretendemos destacar, mesmo sem esgotar este debate, é que o mesmo foi incentivado e conduzido pela liderança estabelecendo os desafios básicos a serem superados, acesso a capitais e eficiência econômica, e, finalmente, que isto só poderia ser alcançado através de reformas que, conduzidas pela liderança, não poderiam colocar em xeque o papel do Estado, de certo tipo de planejamento e os benefícios sociais, desenvolvidos pelo regime revolucionário, que possibilitavam a legitimidade do mesmo¹³⁰.

Sendo assim, antes mesmo que o debate estivesse concluído, no início dos anos 90, o governo adota um programa intitulado “Período Especial em Tempo de Paz” (CEPAL, 2000), que constitui um lento e profundo processo de transição, envolvendo inúmeros aspectos de sua vida social,

130 Tal debate pode ser encontrado no artigo de Alice Havranek “Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio”. In: *Revolução Cubana: história e perspectivas*, de Osvaldo Coggiola, ed. Xamã, 1998.

cujo elemento fundamental são as medidas econômicas de reestruturação que procuraram superar as dificuldades através dos ajustes do consumo energético, do desenvolvimento de programas de substituição de importações, do aumento das exportações tradicionais, da ampliação do programa de turismo e, principalmente, da abertura aos investimentos estrangeiros. Tais medidas apontam para a emergência de uma nova política econômica que, iniciada com a Reforma Constitucional de 1992, foi implementada desde então e pode ser compreendida, como também aponta Fernandes (2000), esquematicamente da seguinte forma:

- diminuição do monopólio estatal sobre o comércio exterior;
- estabelecimento de *joint ventures* para atrair o capital estrangeiro¹³¹;
- descriminação da posse do dólar e permissão para aberturas de contas bancárias, sem a necessidade de comprovação da origem da moeda;
- autorização para remessas de divisas do exterior, por familiares de cidadãos cubanos;
- aumento das permissões para visitas de cidadãos cubanos residentes na ilha a seus parentes no exterior;
- impulso às atividades produtivas e de serviços que gerassem ingressos em moedas fortes;
- maior esforço na construção e emprego de instalações turísticas;
- incentivo à comercialização e exportação de produtos das indústrias farmacêutica e biotecnológica;
- implantação de atividades privadas para diversas profissões¹³²;
- reorganização do sistema de posse e exploração da terra, transferindo-as para os trabalhadores agrícolas, criando as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBCP);

131 Através do decreto lei nº 50, de fevereiro de 1992.

132 Com o decreto lei nº 141 de 1993, hoje são cerca de 200 profissões que podem exercer serviços privados.

- estabelecimento de associações e empresas mistas, com participação de capital estrangeiro;
- criação de lei de zonas francas e parques industriais;
- adoção de programa para saneamento financeiro interno;
- implantação de um novo sistema tributário;
- reestruturação do sistema bancário;
- reorganização e redução dos órgãos da administração central do Estado;
- abertura dos mercados livres agropecuários e artesanal (FERNANES, 2001, p. 55-56)¹³³.

Tais mudanças alteraram radicalmente a estrutura do país e devem ser analisadas de maneira realista, o que significa dizer que dificilmente poderão fazer com que o país retorne aos níveis *artificialmente* favoráveis de antes de 1989. Certamente, estas reformas foram a única opção da liderança cubana, adotadas a contragosto, o que fez com que percorressem um caminho sinuoso, cheio de avanços e recuos, marcados por travas e contramarchas, como aponta Alfonso (1998). Isto porque, apesar das necessidades imediatas, os limites foram estabelecidos previamente, como se pode observar no discurso de Fidel, ainda em 1993, em que aponta: “As mudanças devem conservar as conquistas da Revolução e fornecer apoio para esperar tempos melhores...”.

Desta forma, podemos acentuar que o discurso oficial determinava o alcance e os limites das reformas, ao destacar a aceitação da convivência de reformas nas estruturas políticas e econômicas, limitando, porém, seu alcance às conquistas revolucionárias, ou seja, a manutenção do poder por parte da elite dirigente.

Podemos situar estas mudanças em duas fases claramente diferenciadas ao longo da década. Entre 1989 e 1993, houve um período de

133 Neste sentido ver o documento: “Resolución económica del IV Congreso del PCC”, disponível em: <www.cuba.cu/politica/webpcc/resoluci.htm>.

estagnação e retrocesso econômico, em que as principais medidas governamentais se orientaram para a compressão do consumo interno e pelo controle de preços, mas sem conseguir estancar a crise, provocando um aumento do desequilíbrio fiscal, a diminuição das oportunidades de trabalho e produtividade e deterioração dos serviços públicos, entre outras, sem alterações substantivas do aparato político e econômico. A segunda fase tem início em 1994 e se prolonga até o final da década, marcada pelo desenvolvimento e aprofundamento de reformas políticas e econômicas que propiciam uma lenta e sinuosa recuperação da economia do país – que, como já apontamos, apesar de não retornar aos níveis de 1989 garante uma melhora dos indicadores econômicos e sociais e a manutenção do regime.

Se no início do regime da Revolução procurava-se controlar e, de certa forma, responsabilizar o capital estrangeiro pela situação desigual e subdesenvolvida do país, nos anos 90 a atração destes foi uma das prioridades do governo e uma das causas essenciais de sua sobrevivência. No início da década de 90, restavam poucas opções ao governo cubano para financiar as necessidades básicas do país (petróleo, matérias primas, alimentos, bens de consumo, entre outras). A retomada e a ampliação das exportações, que poderiam ser uma fonte de divisas, se constituíam numa estratégia de médio e longo prazo, sem resultados imediatos e encontrava-se limitada pela queda na produção.

Sintomático é o caso do principal produto, o açúcar, devido à escassez de fertilizantes e ao financiamento da colheita, que levou a uma deterioração da agroindústria, acrescentada a limitada pauta de produtos do país. Outra opção, a tomada de empréstimos, também foi descartada devido aos problemas de pagamento da dívida já existente¹³⁴, ao fim dos subsídios da ex-URSS e ao bloqueio americano que dificultavam e ainda

134 Cuja evolução já apontamos no capítulo anterior e pode ser encontrada em, entre outros, Almendra (1998), Cepal (2000) e Mesa-Largo (1999).

dificultam o acesso aos créditos na quantidade desejada e necessária para a recuperação do país. Portanto, a opção fundamental foi o incentivo aos investimentos estrangeiros, principalmente nos setores de turismo e mineração incentivados pelo conjunto de reformas internas (FERNANDES, 2000).

Tais medidas, discutidas desde o início da década, ganharam impulso com o estabelecimento da Lei nº 77/95, conhecida como “Lei de Investimentos Estrangeiros”, que se tornou o marco regulador deste tipo de ação.

A lei estabeleceu, entre outros, os seguintes princípios: as formas em que poderiam ser realizados os investimentos estrangeiros – a empresa mista, o contrato de associação econômica internacional e a empresa com capital totalmente estrangeiro; garantias de não expropriação (salvo em caso de extremo interesse social, mediante o pagamento de indenização) – a repatriação de dividendos com isenção de impostos, a possibilidade de venda da participação acionária, mediante autorização governamental; a possibilidade de importação e exportação direta de bens; a possibilidade de investimentos em bens imóveis e direito de aquisição da propriedade cubana para escritório, moradia ou exploração turística; estabelecimento de um imposto único de 30% sobre os lucros; e regulamentação da criação de zonas francas – segundo a CEPAL (2000), no final da década funcionavam três zonas francas, e uma quarta estava para iniciar suas atividades, com a presença de 240 entidades privadas em que se destacam as de origem espanhola, italiana e panamenha e parques industriais no país¹³⁵.

Tal legislação foi acompanhada por declarações favoráveis dos membros do governo, apontando os atrativos de se investir na ilha, como de Carlos Lage, principal liderança econômica cubana, que afirma:

135 Vale ressaltar que não é permitido o investimento em atividades consideradas não comerciais como educação, saúde e defesa (FERNANDES, 2000, p. 55-56).

A tranquilidade social, o fato de ser desnecessário o pagamento de comissões para que os negócios se realizem, a ausência de risco de fraude, de roubo, e também de conflitos trabalhistas. Além do mais, os lucros do sócio estrangeiro podem ser remetidos livremente para o exterior, assim como parte do salário dos trabalhadores não-cubanos. Por períodos estabelecidos em cada convênio, não há imposto de renda.

Além disto, outros dirigentes destacam o baixo custo da mão de obra¹³⁶ qualificada e ociosa, pois possuem, em média, 10 anos de estudos, sendo que 13% é composta de técnicos de nível médio e 7% possui nível superior.

Isto levou à emergência de uma “segunda economia” no país que vem adquirindo proporções e importância cada vez maior (CEPAL, 2000). Tal economia floresce a partir do favorecimento da inversão estrangeira e é composta pelos mercados agropecuários e industriais autônomos, pelo trabalho autônomo (os cuentapropistas) e por grande parte do setor externo, que adquiriram autonomia e incentivos e funcionam, em grande medida, segundo as leis do mercado. Isto não significa que o Estado deixou de ser predominante do ponto de vista econômico, mas sim que em certas áreas sua atuação é mais relativa.

Com a adoção destas medidas e os atrativos apontados acima, os investimentos estrangeiros aumentaram consideravelmente ao longo da década e contribuíram para a recuperação econômica. No final dos anos 90, existiam no país cerca de 350 empresas mistas em todos os setores, com sócios de 45 nações, e funcionavam cerca de 600 escritórios de re-

136 O trabalhador é contratado por uma agência estatal ligada ao Ministério do Comércio Exterior – MINCEX – que também lhe paga o salário em pesos cubanos, em média equivalente a U\$ 30, mas recebe da empresa cerca de U\$ 500 (FERNANDES, 2000).

apresentação comercial de firmas estrangeiras. A maioria das empresas mistas é de origem espanhola – cerca de 82, assim como de escritórios de representação comercial. Depois, pela ordem e importância, seguem-se empresas canadenses (70), italianas (56), britânicas (15), francesas (14), holandesas (10) e mexicanas (8). Estas empresas movimentaram cerca de U\$ 2.5 bilhões em investimentos a partir de 1995 (CEPAL, 2000).

Tais empresas mistas atuam em diversos ramos da economia, nos quais se destacam: a indústria (32%); o turismo (17%), que contribuiu para este se tornar a principal fonte de divisas e superar a marca de 2 milhões de visitantes no final da década contra pouco mais de 50 mil no início do período; a extração de petróleo (12%), contribuindo para o crescimento de 25% da produção de petróleo nacional; a extração de níquel (2%) que contribui para a reabertura de fábricas paralisadas nos anos anteriores; outros produtos de mineração (13%); os transportes e comunicações (5%), e empresas mistas de outros setores (19%). Vale a pena destacar que a atuação destas empresas nos primeiros setores acima apontados foi fundamental para a recuperação da economia do país.

Os investimentos estrangeiros se concentraram nos setores que poderiam ser promissores. No setor imobiliário, se desenvolveu em associação com capitais espanhóis a “Cuban Club Resorts”, com investimentos de cerca de U\$ 300 milhões. No setor financeiro, houve aportes no mesmo montante com a criação da Cooperación Financera Habana, com capitais espanhóis, e da companhia de seguros Heath de Cuba, com capital inglês. E no setor energético se destaca a construção da Central Hidrelétrica Genpower Cuba, de capital panamenho (CEPAL, 2000).

Finalmente, estes investimentos contribuíram para o desenvolvimento do intercâmbio comercial do país que superou no final do século mais de U\$ 5 bilhões, aprofundando os laços comerciais de Cuba com seus países de origem que se tornaram os principais parceiros comerciais (que são pela ordem Espanha, Canadá, Venezuela, Rússia, México, China, Antilhas Holandesas, França, Itália e Argentina) (FERNANDES, 2001).

Ocorreu, paralelamente, uma reforma e modernização do Estado cubano, desenvolvendo-se uma nova concepção na participação do Estado nos assuntos econômicos. Em abril de 1992, reduziu-se de 50 para 32 o número de ministérios e agências estatais, suprimindo e racionalizando a ação dos mesmos. O Ministério de Economia e Planificação (MEP) e o de Finanças e Preços assumiram a definição e o controle das políticas macroeconômicas; além disto, foi criado o Ministério de Inversão Estrangeira e Colaboração Econômica para gerir o fluxo de capitais externos para as diversas atividades produtivas. Desta forma, o Estado continua planificando a economia cubana, só que agora a planificação deve dar prioridade ao objetivo de manter os equilíbrios macroeconômicos do país, e para isso ocorreu uma maior descentralização na gestão de empresas e de governos locais.

As empresas têm alcançado suficiente autonomia para decidir seus próprios planos de ampliação de capacidade produtiva, sendo financiadas com créditos bancários ou apoios externos. O redimensionamento empresarial deve permitir adequar o tamanho das empresas às mudanças de demanda e disponibilidade de recurso, permitindo reduzir a força de trabalho excedente e os subsídios estatais. Em 1999, iniciou-se um plano progressivo de aperfeiçoamento empresarial que atualmente envolve cerca de 400 empresas que representam 10% do total existente e que contribuem com 40% da produção do país. Seu objetivo é aumentar a eficiência na utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos, sobretudo de divisas. Estas empresas desfrutam de maior autonomia em sua gestão e podem estimular melhor seus trabalhadores mais eficientes (MOLINA, 2002).

Além disto, ocorreu a criação dos Organismos da Administração Central do Estado (OACE), com o decreto lei 147 que concentrou a ação do governo central e designa funções das instituições estatais de acordo com os projetos de reforma econômica. Apesar de manter a capacidade

intervencionista do Estado, tais modificações serviram como estímulo ao desenvolvimento do setor externo, como apontamos anteriormente (CEPAL, 2000).

Como parte do processo de transformação econômica da ilha, em 1992 se modifica a Constituição de Cuba, flexibilizando a gestão do comércio exterior. O artigo 18 da nova Constituição estabelece que “O Estado dirige e controla o comércio exterior”. Assim, a legislação cubana regula as instituições e autoridades estatais, normatiza as operações de exportação e importação e determina as pessoas físicas ou jurídicas com capacidade legal para realizar ditas operações. Atualmente, a gestão do comércio exterior se realiza por diferentes entidades com suas particularidades jurídicas: empresas estatais, subordinadas ou não ao MINCEX (Ministério do Comércio Exterior); sociedades mercantis que podem ser cubanas, de capital misto (cubano e estrangeiro); ou de interesse cubano, inscritas no exterior.

Atualmente 425 empresas cubanas realizam operações de comércio exterior (37,5% importações, 6,1% exportações e 56,4% ambas as operações) e existem 780 representações comerciais estrangeiras trabalhando na ilha. Não se admite a inversão de caráter puramente especulativo e há apoio àquelas que desenvolvem o incremento das exportações que as substituem. Tais inversões se realizam em diferentes formas de associação com o Estado cubano que detém na maioria dos casos uma participação majoritária, ainda que a lei para a Inversão Estrangeira, promulgada em 1995, aceita a total propriedade privada estrangeira.

Depois de quase 30 anos de ausência de capitais estrangeiros diretos em Cuba, inicia-se um processo de incentivo ao capital estrangeiro, que tem como grandes atrativos a qualificação da força de trabalho, vantagens fiscais, numerosas oportunidades de negócios pela existência de capacidades ociosas e pela carência de recursos financeiros, boa infraestrutura

em todo o país, existência de mercado interno com crescente demanda de bens e serviços, uma situação política estável, a vantagem de operar em um mercado pouco dinâmica e sem pressões competitivas (MOLINA, 2003).

Outra inovação importante se refere aos mercados agropecuários. Se entre 59 e 89, o país procurou, através das inúmeras leis agrárias, desenvolver o predomínio estatal sobre a atividade agrícola, a partir de 1993 se realiza um processo inverso, em que o Estado se retira destas atividades, procurando incentivar o crescimento da produção e oferta, descentralizar as funções e responsabilidades e reduzir os apoios fiscais¹³⁷. Desta forma, é criada a UBCP que inicia o caminho para formas menores de organização e com menor dependência na gestão produtiva. Tais mudanças conduziram ao aparecimento dos “mercados livres”, em que os produtos eram vendidos de acordo com as leis do mercado, ou seja, de acordo com a oferta e a demanda.

Em 1998, apesar de estarem excluídos os produtos derivados de bovinos, o tabaco, o café e a batata destes mercados, suas vendas representaram cerca de 70% das vendas totais do setor, enquanto as do Estado representaram cerca de 28%. Atualmente existem cerca de 4000 cooperativas e 100 mil produtores privados que exploram cerca de 70% da superfície cultivável do país (MOLINA, 2002; CEPAL, 2000).

Em 1999, com o objetivo de diminuir os preços, criaram-se os Mercados Agropecuários Estatais (MAE), onde é maior a participação do Estado (60%) no valor das vendas, enquanto a iniciativa privada fica com 34% e a cooperativa 6%. Atualmente, existem 263 MAE em todo o país e destes 50 possuem melhores condições como meios de transporte e câmaras-frias.

137 Como aponta o estudo da CEPAL, o Estado reduz sua participação na distribuição da superfície cultivável de 78% em 1989 para 24% em 1997, e a tendência declinante continuava.

Em busca de reduzir os custos de produção em divisas, para poder enfrentar a declinação dos preços internacionais do açúcar, concentrar a produção dos engenhos e nas terras mais eficientes, reorientar recursos para a substituição de importações e desenvolver outros subprodutos da cana de açúcar, desde 2002 vem se aplicando um processo de reestruturação da indústria açucareira. Fecharam-se 45% dos 156 engenhos do país, reorientou-se a metade da superfície dedicada a este cultivo para a substituição de importações de alimentos e o cultivo de árvores madeiráveis. Também se racionalizou a indústria de apoio, o parque de equipamentos e outras instalações. Atualmente, funcionam apenas 71 engenhos de açúcar e 14 na produção de mel e derivados.

Um indicador destas mudanças pode ser percebido no quadro abaixo, elaborado pela CEPAL(2000), que mostra a evolução da produção dos principais produtos, tomando como base os índices de 1989 (1989 igual a 100):

Tabela 3.1.

PRODUTO	1990	1993	1998
Cana de Açúcar	101	54	40.5
Cítricos	123	78.1	86.4
Banana	88.3	137.3	158.7
Frutas – outras	100	31.2	62.5
Arroz	88.3	33	52.3
Feijão	85.2	62.5	131.1
Hortaliças	79.3	64.4	105.4
Milho	138.1	105	235.2
Tabaco	100	53.6	102.1
Mantimentos	105.5	99.6	108.7

FONTE: CEPAL (2000)

Além do aumento na produção de alimentos, tais mudanças geraram a constituição de mais um espaço de emprego da mão de obra e a

possibilidade de uma formação, ainda incipiente, de quadros empresarias, porém, por outro lado, aprofundaram problemas relacionados à inovação tecnológica e ao cuidado com os recursos naturais, entre outros.

O país promoveu também uma reforma financeira e bancária, para facilitar o desenvolvimento econômico. Quanto à primeira, serviu para adaptar a nação às transformações que vinham ocorrendo em outros setores, favorecendo o fortalecimento de mercados e instituições financeiras, como apontamos anteriormente com a criação da Cooperación Financiera Habana e da companhia de seguros Health de Cuba, para melhorar a captação e o investimento de recursos, contribuindo para o desenvolvimento das relações econômicas com o exterior e com o estabelecimento dos direitos individuais e coletivos de propriedade.

Já em relação aos serviços bancários, a partir de 1993 foi legalizado o porte de divisas, dólar acima de tudo, e de contas bancárias em moedas conversíveis. Houve também a formação de bancos e instituições financeiras especializadas¹³⁸ para servirem e integrarem os circuitos produtivos, incentivando o comércio exterior; além de abrir a possibilidade de participação de bancos estrangeiros, que contavam com 12 representações no final da década. Quanto aos serviços não bancários, estes estão voltados ao saneamento das finanças públicas, e procurou-se incentivar suas atividades através do decreto lei nº 177/97, que autoriza as sociedades anônimas, as sociedades mútuas e empresas estatais a desempenhar a atividade seguradora (CEPAL, 2000).

Além destas medidas, é possível destacar duas outras ações que impulsionaram a recuperação econômica. O turismo sofreu uma reestrutura-

138 Entre eles foram criados: o Banco de Crédito e Comércio (BANDEC); o Banco Popular de Apoio (BPA); o Banco Financiero Internacional (BFI); o Banco Internacional de Comércio (BICSA); o Banco Metropolitano (BM); o Banco de Inversões (BI), a Financiera Nacional (FINSA); as Casas de Câmbio (CADECA); e instituições de leasing como a Panafim e a Finatur, entre outras (CEPAL, 2000).

ção, a partir de 1994, com a criação do Ministério do Turismo (MINTUR) e de agências especializadas, que promoveram um processo de descentralização, contribuindo para o desenvolvimento da atividade. Sendo assim, foram organizadas cadeias de hotéis, com liberdade e autonomia para negociar e adquirir no exterior os produtos necessários para o seu funcionamento¹³⁹. Com o desenvolvimento dos investimentos hoteleiros, esta atividade transformou-se numa das principais fontes de divisas, saltando de U\$ 240 milhões em 1990, para U\$ 2,2 bilhões em 1999 e continuando a crescer, embora em ritmo menos acelerado.

O impacto pode ser percebido no seguinte quadro sobre os indicadores desta atividade:

Tabela 3.2.

DADOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Visitantes	340.3	424.4	460.6	546	619.2	745.5	1004.3	1170	1416	1700	2032.7
Ingressos	243.4	387.4	567	720	850	1100	1331	1816	1816	2220	2663.5
Habitações	12.9	16.6	18.7	22.1	23.3	24.2	26.9	27.5	29.1	32.1	36.7
Ocupação	39.7	43	41.9	43.9	46.1	52.3	56.2	53.6	62.8	66	68
Crescimento anual		27.6	13.5	23.8	5.8	14.5	17.5	6.8	27.8	19.8	19

Visitantes em milhares; ingressos em milhões de dólares; habitações em milhares; ocupação e crescimento em porcentagem. Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2000)

Outra mudança importante do ponto de vista econômico se refere à permissão de posses de divisas e ao recebimento de remessas de parentes no exterior. A partir da legalização da posse de divisas, dólares acima de tudo, em 1993, as remessas de parentes residentes no exterior foi aumentando até alcançar a cifra de U\$ 700 milhões em 1998, contribuindo para a

139 Entre elas se destacam: Gran Caribe, de 4 ou 5 estrelas; Horizontes, 3 estrelas; Isla Azul, para o turismo nacional; além de redes Rumbos e Cubanacam, para serviços extra-hoteleiros.

recuperação e a melhoria das condições de inúmeras famílias. Provenientes, em geral, de familiares vivendo nos EUA, tal atividade tornou-se a segunda fonte de divisas do país, possibilitando a quem recebe um enorme aumento do poder aquisitivo, sem grande esforço ou qualquer tipo de trabalho. Estas remessas constituem um golpe muito duro aos ideais revolucionários, reforça os laços familiares que eram tênues, mas uma parte do dinheiro acaba ficando nas mãos do Estado que detém o monopólio das trocas de moedas.

O resultado destas medidas foi uma melhora nos indicadores econômicos do país, ainda que não retornasse aos níveis anteriores. Para exemplificar, basta analisarmos o crescimento do PIB, aliado ao aumento do intercâmbio comercial, considerando os seguintes dados:

Tabela 3.3.

INDICADOR	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1997	1998
PIB (%)	1.5	-2.9	-9.5	-9.9	-13	0.6	2.5	7.6	2.5	1.3
Exportações	5993	5940	3563	2522	1968	2542	2926	3707	3882	4182
Importações	8608	8017	4702	2737	2339	2849	3565	4125	4628	4800

Exportações e importações em milhões de dólares. Fonte: CEPAL (2000)

Considerando estes índices, podemos observar que o período mais difícil ocorreu, como mencionamos anteriormente, no início da década de 90, até 1993, e que se retraem o PIB e o intercâmbio comercial, gerando a situação reconhecida e retratada oficialmente no discurso de Fidel que apontamos antes, denominada por alguns autores de colapso econômico (MORRIS, 1998). A partir de então, há uma lenta recuperação, apoiada nas mudanças que retratamos ao longo desta seção, melhorando sensivelmente as condições econômicas e de vida da população, mas sem retornar aos padrões artificiais anteriores, da chamada utopia subsidiada, quando existia o apoio soviético.

Considerando as transformações econômicas, podemos destacar que os impactos da crise e das reformas também alteraram as condições

sociais do país sem destruir os “logros da revolução”, como aponta a sua liderança, já que o Estado continuou mantendo um forte intervencionismo e controle destas mudanças e manteve o índice de cerca de 60% dos gastos com a proteção social (saúde, educação, previdência, e outros) ao longo desta década. Porém, ocorreu a emergência de novos setores e demandas que passaram a desafiar grande parte destas conquistas, o que discutiremos adiante.

3.3 As mudanças na estrutura social

Durante o desenvolvimento da Revolução Cubana, como apontam Alfonso (1998) e Dominguez (2000), dois processos, paradoxais, orientaram a lógica da “utopia subsidiada”. Por um lado, desenvolveu-se uma intensa mobilidade social que, entre outros aspectos, pode ser constatada nas alterações referentes à urbanização e à educação. Em 1958, Cuba possuía uma população urbana de cerca de 50%. Destes, 29% estavam desempregados, enquanto que no campo tal índice beirava 36%, mesmo considerando o trabalho sazonal; além disto, aproximadamente 25% de sua população era analfabeta, sendo que na zona rural os índices eram de 41,7%; finalmente, apenas 10% da população havia concluído ou cursava o ensino superior (ALFONSO, 1998; AYERBE, 2004). Em 1989, a população urbana era de cerca de 73%, e continuava aumentando embora em ritmo mais lento, já não havia analfabetismo e cerca de 30% de sua população detinha ou estava concluindo o ensino superior (ALFONSO, 1998; CEPAL, 2000). Em suma, houve uma substancial mobilidade derivada dos mecanismos adotados ao longo da construção socialista que modificou, radicalmente, o panorama social, econômico e cultural da Ilha.

Concomitantemente, desenvolveu-se uma lógica de nivelação social, com a liquidação dos setores burgueses e de parte da classe média, estabelecendo uma das sociedades mais igualitárias do mundo, segundo o

índice de desigualdade, em que a maior renda representava apenas cinco vezes o salário mais alto (SADER, 2001; CEPAL, 2000).

A crise e as reformas da década de 90 representaram o fim da equidade social promovida nas décadas anteriores pelo Estado, devido ao acesso a moedas fortes, marcando o início de uma “latinoamericanização” do país, embora com uma desigualdade menor do que a observada no restante do continente¹⁴⁰. Ilustrativo neste sentido são os índices referentes à renda dos diversos grupos que emergiram com a complexificação social, derivados das reformas introduzidas que, embora limitadas, contribuíram para esta diferenciação do poder aquisitivo, como se pode observar no seguinte quadro (MESA-LARGO, 1998):

Tabela 3.4.

Ocupação	Pesos	Dólares	Diferença salarial (%).
Salário médio	193	6	1.0
Salário mínimo	100	3	0.5
Pensão mínima	90	3	0.5
Professor (ensino fundamental e médio)	250-280	8-9	1.3-1.4
Pescadores	300	9	1.5
Cirurgião, engenheiro, professor universitário	350-400	11-12	1.8-2.1
Trabalhadores (turismo)	600-900	19-28	3.1-4.7
Cabeleireiro autônomo	3000	93	15.5
Condutor de cavalos	3000-4000	93-125	15.5-20.7
Taxista com turistas	3000-15000	100-467	15.5-77.7
Produtor agrícola (privado)	6000-10000	187-311	31.1-51.8
Ajuda de parentes (exterior)	9000-30000	280-934	46.6-155.4
Prostitutas	12000	373	62.2

140 Para uma análise da pobreza e seu combate em Cuba ver, entre outros, o artigo “El combate contra la pobreza en Cuba: políticas públicas y estrategias familiares”, de Ernesto C. Negrín, CIPS, Cuba, 2003.

Aluguel de casas (turismo)	15000-21000	467-654	77.7-108.8
Proprietário de restaurante (tradução do autor)	80000-160000	2500-5000	414.5-829

Desta forma, podemos considerar que a lógica da mobilidade e a da nivelção desenvolveram as virtudes e os inconvenientes do modelo socialista cubano que, embora diferentemente do que ocorreu nos países ex-comunistas e em menor intensidade, fizeram com que as conquistas (educacionais, entre outras), produzisse um processo em que, devido à afirmação do mercado como ator cada vez mais relevante, as conquistas anteriores impulsionaram sua superação.

Além disto, estas mudanças no cenário econômico tiveram impacto na organização social, através de uma redefinição da estrutura social com a emergência de novos atores e novas demandas que ajudam na compreensão do ritmo e do conteúdo destas mudanças, bem como na redefinição da inserção internacional do país.

Como aponta Heredia (2000), o tecido social cubano, é obvio, sempre foi complexo. O que caracteriza o momento atual é que este tecido se complexifica a cada vez que a diversidade social se mostra frente ao ideal de homogeneidade que reinou durante décadas, pelo menos desde a Revolução; que se diversificaram os conteúdos e as formas de organização social; que eles produzem, em muitos casos, novos efeitos sociais; e que tem maior incidência que antes sobre a totalidade social. Sendo assim, é errôneo acreditar que permanece inalterado o sistema redutor e empobrecedor das iniciativas sociais que foram se impondo no processo de transformação como também subestimar que a cultura política revolucionária acumulada ao longo destes anos não poderia influir sobre ele, assim como o alcance das mudanças que estão ocorrendo.

As posições sociais dos setores econômicos são hoje muito diversificadas e têm ocorrido mudanças em relação ao ingresso, as fontes de

poder e de representatividade social e as possibilidades de ascensão social. Porém, produzem resultados diferentes nestes grupos emergentes.

De forma geral podemos perceber que existem grupos marginais e pessoas sem maior relevância social que dispõem de fortes recursos econômicos em determinados momentos, porém sem acesso a estruturas de poder e prestígio. Certos setores assalariados são bem retribuídos, uns aumentando seu consumo e satisfação, outros elevando seu status. Outros, por sua posição profissional, recursos ou oportunidades acumuladas, podem aspirar a uma maior ascensão social, representatividade e poder, numa conjuntura propícia. Este quadro geral nos leva à situação específica dos grupos que surgiram ou se fortaleceram (HEREDIA, 2000).

Em primeiro lugar, podemos encontrar aqueles que desempenham funções na chamada “economia mista”: gerentes e outros empregados que devem se comportar como empresários em um terreno e como funcionários em outro. Apesar de ser muito complexo o panorama de suas atividades, tensões e contradições e o exercício administrativo e político, por parte do governo, sobre eles, e do caráter globalizado do exercício de suas funções, sua existência e futuro profissional em grande medida está ligada ao Estado nascido com a revolução e a manutenção desta. Neste sentido, este grupo está ligado ao ingresso de dólares e o acesso a facilidades, através do estabelecimento de relações sociais que os favoreçam, não se constituindo em uma representação política alternativa.

Em relação ao trabalhador estatal podemos apontar que, apesar de ter sido imensa maioria em épocas anteriores (em 1988 representavam 95% da população economicamente ativa), sua proporção é cada vez menor, devido, entre outras coisas, à racionalização e à busca por eficiência. Mas tal ajuste econômico se refletiu neste setor de forma mais moderada que em outros aspectos do regime. Ocorreu o surgimento de uma economia mista e privada que pode levar a uma maior diferenciação entre os

trabalhadores como em maneiras novas de se obter empregos, moedas e outras vantagens, com a valorização social de determinadas formas de trabalho. Ainda assim, os trabalhadores estatais se constituem na imensa maioria dos trabalhadores cubanos.

Alguns deles se constituíram em cooperativistas, que ocupam e trabalham em terras estatais nas quais haviam sido operários agrícolas, e são hoje mais de meio milhão de pessoas. Para eles, que já não contam com o usufruto gratuito das terras estatais com seus equipamentos e rebanhos, foram criadas as unidades básicas de produção cooperativa que pode se tornar um fator econômico eficaz e também uma força social, capaz de intervir no cenário político (HEREDIA, 2000).

Já os camponeses proprietários formam um grupo social mais definido e organizado, a partir das mudanças introduzidas entre 1959-1963. Grande parte deles também se uniu em cooperativas para lutar por créditos e obter serviços do Estado. Com a crise alimentícia do início da década, muitos conseguiram uma grande quantidade de dinheiro e o desafio é saber como irão se comportar, sem o papel ultraprotetor do Estado, a partir da venda de produtos seguindo as leis de mercado.

Quanto aos autônomos (*cuentapropistas*), reunidos em microempresas e em trabalhos individuais, apesar de ainda não possuírem uma organização, uma visão e mesmo projetos comuns, constituem-se no grupo que mais cresce no país, seja como forma de garantir a sobrevivência, seja para completar o salário pago pelo Estado. De forma geral, ganharam muito dinheiro nesta década, pela escassez de produtos e serviços, pela debilidade do controle estatal e a proximidade com o mercado informal. No entanto, no final da década tem-se verificado uma diminuição no trabalho autônomo, o que nos leva a considerar sua eficácia e em que medida poderá contribuir para o desenvolvimento de uma nova mentalidade para a transição de novas formas de organização social, regidas por leis de mercado e independente do Estado (HEREDIA, 2000).

Além disto, temos ainda as modificações introduzidas pela valorização e incentivo ao turismo, que se tornou a principal fonte de renda da ilha. Neste sentido, vale mencionar que junto com os dólares trazidos pelo turismo houve o ressurgimento de inúmeros problemas que pareciam resolvidos no período anterior. Reapareceu fortemente a atividade de prostituição, que marcou a história do país, o qual já foi chamado de “bordel dos EUA”. Houve o aparecimento de furtos e agravamento das situações de corrupção, bem como o aumento da desigualdade entre aqueles com acesso aos dólares trazidos pelos turistas e aqueles que possuíam outro tipo de trabalho que não lhes permitisse este acesso.

Ainda, podemos apontar que se produziu ao longo desta década uma recomposição socioclassista em Cuba, em que os setores populares perdem autonomia e importância em prol de um bloco tecnocrático empresarial emergente¹⁴¹.

Tal bloco, apesar de incipiente e politicamente nascente, é constituído por diversas forças, que adquirem maior poder com o aprofundamento das reformas. Este é composto por setores ligados ao investimento estrangeiro, empresários e gerentes nacionais, que no final da década representavam, além do poder econômico, cerca de 300 investimentos diretos e 800 escritórios de firmas estrangeiras. Também pelos diretores de empresas estatais, que demonstravam os paradoxos da abertura, por apresentarem incompatibilidade com a administração dos bens públicos, segundo a lógica do planejamento privado. E finalmente, por um amplo

141 Neste sentido, é interessante observar que mesmo partindo de perspectivas diferentes, a análise de Alfonso e Dominguez convergem, no sentido de apontar a emergência de um regime autoritário e de reforçar o poder e o controle do aparato técnico-burocrático, lembrando, de forma diferenciada, a análise clássica de O'Donnell sobre os Estados Burocráticos Autoritários. Vale ressaltar, que a análise de Alfonso caminha no sentido do resgate da Utopia e na possibilidade de constituição de uma alternativa, de esquerda e socialista, portanto radical e popular do processo cubano (ALFONSO, 1998).

setor representado pelos produtores rurais privados, pelos intermediários comerciais destes mercados e pelos provedores de serviços, entre outros, cujo peso pode ser medido por sua participação nas contas correntes e de poupança, em que detinham aproximadamente 84,7% dos recursos, apesar de serem responsáveis por apenas 12,8% das contas totalizando quase 7 milhões de pesos.

Estes setores tinham como origem a burocracia civil e militar, e seus familiares, e seu peso econômico era legitimado pelas medidas adotadas, controlando, em grande medida e de forma majoritária, a circulação e o mercado interno (ALFONSO, 1998).

O mesmo autor detecta a fragmentação do setor popular. Se antes de 89 este era mais homogêneo, o que pode ser constatado pelo fato de 94% da força de trabalho desempenhar algum tipo de atividade ligada ao setor estatal, este percentual havia decaído para 76% em 1996, com o agravante de que apenas 20% deste total recebia uma complementação salarial em divisas, o que lhes garantia melhores condições para enfrentar a crise econômica. Com isto, houve a proliferação de produtores privados e cooperados, sem relação com o mercado estatal, o que pode ser exemplificado pelo crescente número de trabalhadores autônomos – eram cerca de 210 mil em 1997 – e pela solicitação de licenças para constituir seu próprio negócio – cerca de 400 mil pedidos no mesmo ano.

Isto porque Cuba estava transitando de uma sociedade do pleno emprego para uma sociedade marcada pelo desemprego estrutural, o que pode ser confirmado pelos dados da CEPAL (2000) que apontavam uma taxa de desemprego que variou de 7.9 da PEA em 1995 para 7% em 1999. Além disto, os trabalhadores por conta própria e em cooperativas representaram cerca de 17% no mesmo ano.

Tais dados contribuíram para o desenvolvimento de novas demandas e agravavam os efeitos, sociais e políticos, das reformas conduzidas ao longo deste período. Mesmo com estas mudanças na estrutura social,

todos estes processos de transformação que afetam a sociedade cubana continuam sendo conduzidos “desde o alto”. A falta de espaços suficientes ou eficazes de participação no sistema político pode ser o “calcanhar de Aquiles” do regime, ainda que a realidade ofereça um aspecto de homogeneidade. Sendo assim, como aponta Sergrera (1995), referindo-se ao período mais intenso da crise que ainda serve para analisar os desafios impostos pelas mudanças ocorridas ao longo de toda a década, é possível afirmar que:

A variável chave na área da política interna consiste na capacidade de liderança do governo cubano para manter o apoio do povo às suas políticas, a credibilidade e a legitimidade, e evitar uma fratura do consenso em meio a atual crise econômica (LÓPEZ SEGRE-RA, 1995, p. 17).

Se a recuperação econômica ocorrida na segunda metade da década de 90 conseguiu minimizar os riscos de ruptura do consenso social e político, repôs o desafio à liderança cubana, agora de forma mais complexa devido à emergência de novos setores e interesses no seio da política cubana.

De qualquer forma, também convém assinalar que tal processo só ocorreu efetivamente devido à sua relação com a redefinição da política externa cubana e da inserção internacional do país. Procuramos destacar que esta estratégia de inserção internacional do país foi fundamental ao propiciar os recursos necessários, capitais, produtos e mercados, contribuindo para o seu desenvolvimento e aprofundamento, e seu sucesso parcial.

Em suma, devido às demandas internas, ampliadas pelas necessidades mais imediatas, a sobrevivência, e por aquelas oriundas do processo de modificações, o governo cubano procurou desenvolver uma redefinição de sua inserção internacional, em que foi determinante a “lógica da sobre-

vivência”, em suas diferentes dimensões, para a superação do isolamento oriundo da queda do bloco socialista e a manutenção, ainda que limitada, de algumas conquistas revolucionárias. Apesar dos desafios imensos que enfrentou, interna e externamente, o país conseguiu promover uma reinserção no mercado globalizado de forma eficaz, ao garantir a recuperação econômica e manter parte dos princípios que orientaram a trajetória da Revolução, modificando-se e adaptando-se às novas circunstâncias. É a compreensão deste processo, seu impacto e sua eficácia, que analisaremos no próximo capítulo, procurando compreender os elementos fundamentais que orientaram a política externa cubana nos anos 90.

Capítulo 4:

CUBA: ENTRE O ISOLAMENTO E A INTEGRAÇÃO

O final do século XX propiciou a Cuba inúmeras diferenças em relação ao que apresentava o início dos anos 90, devido a mudanças internas e à sua inserção no mundo exterior. A década de 90 se mostrou problemática e desafiadora. Como apontamos nos capítulos anteriores, a consolidação da Revolução e o desenvolvimento de uma política externa que atendesse a este objetivo principal só foi possível devido ao apoio soviético, nas esferas econômica e militar. Tal apoio fez com que esta política tornasse o país um ator relevante no cenário internacional e desenvolvesse um papel ativo nos conflitos da África e da América Latina, entre os anos de 60 e 80. No entanto, parafraseando Berman (1986), como tudo o que é sólido se desmancha no ar, o país enfrentou sua mais séria crise com as mudanças que transformaram o socialismo no Leste Europeu, destacadamente de seu principal parceiro.

Desse modo, Cuba perdeu o principal aliado econômico e militar. Além disto, viu nascer uma ordem internacional hegemônica pelo seu principal oponente, que se tornou a única superpotência mundial, mantendo uma política de isolamento e embargo ao país, para provocar a queda do regime cubano e desenvolvendo uma hegemonia que adquiriu cada vez mais contornos imperiais. Diante disto, o país encontrou-se mais indefeso e isolado, desde que se iniciou o processo de construção do socialismo nos anos 60 e diante da ausência de uma comunidade sólida com quem pudesse estabelecer laços, teve de enfrentar um duplo desafio. Por um lado, como analisamos anteriormente, o país precisou enfrentar *uma crise*

de legitimidade que afetava o regime, depois da crise dos referenciais políticos que orientaram a construção de sua estrutura socialista; e, por outro, *o crescente isolamento e a dificuldade de se inserir neste mundo novo* que se inaugurava. Para enfrentar este duplo desafio, a liderança cubana precisou conduzir um processo de reformas econômicas e políticas que garantisse a sobrevivência econômica do país e a manutenção do poder político. Para tanto, o país redimensionou seu comércio exterior e, principalmente, redimensionou sua economia interna com o desenvolvimento, como apontamos no capítulo anterior, de novos setores e fontes de recursos, turismo, mineração e a liberação de envio de remessas, como implementar reformas em suas empresas e na ação estatal que possibilitassem maior dinâmica e produtividade nestes setores. Desta forma, através de um processo difícil e titubeante, Cuba conseguiu recuperar parte da capacidade econômica perdida com o fim dos seus laços com o Leste Europeu e ainda manter os ideais revolucionários.

Tais reformas internas impactaram a política externa do país e só se tornaram eficazes devido à reorientação desta. Neste sentido, as reformas ocorridas ao longo da década conduziram a nação a um reordenamento de sua inserção internacional, com a redefinição de suas relações bilaterais e multilaterais. A sobrevivência almejada só foi alcançada devido às transformações políticas e econômicas, dos laços externos e à capacidade do país de se adaptar à nova ordem internacional. O objetivo principal, a sobrevivência, foi alcançado. Isto não significa, no entanto, que se eliminaram completamente as tensões e os desafios da combinação entre os ideais revolucionários e cubanos à necessidade de se inserir numa realidade mais complexa e desafiadora.

Sendo assim, este capítulo procura discutir os princípios e as características que orientaram a política externa ao longo da década, bem como analisar os avanços e retrocessos que permitiram ao país superar o isolamento. Após a dissolução do bloco soviético, a ilha realiza uma

globalização de contornos difusos internamente, cujo desenvolvimento propiciará, em maior ou menor medida, seu êxito ou fracasso no sistema internacional. Para isto, procuramos separar para fins analíticos as dimensões da política externa; inicialmente, procuramos enfatizar a dimensão econômica e a reconstrução de seu setor externo, e em seguida analisamos a dimensão político-diplomática.

4.1. Isolamento ou inserção: a redefinição do setor externo cubano

Com o fim do intercâmbio seguro com os países socialistas, Cuba teve que reorientar seu setor externo, considerando a prioridade fundamental que era a sobrevivência, para garantir recursos para que isto pudesse ocorrer. Os desafios que se colocavam estavam relacionados à necessidade de acesso a capitais, para dinamizar sua economia, e a mercados para inserir seus produtos e adquirir os bens necessários à recuperação, integrando-se ao mercado global¹⁴².

Desta forma, ocorreu um processo de redefinição de seus laços externos que, como aponta a CEPAL (2000), pode ser compreendido a partir da análise das seguintes variáveis: o acesso a capitais, através da renegociação de suas dívidas, da abertura de créditos e o incremento do turismo; o desenvolvimento do comércio internacional, através das importações e exportações do país; e, finalmente, a integração, através de acordos bi e multilaterais, ligando a economia do país a outras nações e blocos comerciais.

142 Como destaca o embaixador cubano no Brasil, tal estratégia de inserção do setor externo do país, na área econômica, é determinada por “Cuba precisava e precisa de três elementos básicos (antes garantidos pela relação existente com a comunidade dos países socialistas): capital, mercados e tecnologia” (SÁNCHEZ-PARODI, 1998, p. 164).

Quanto à primeira variável pode-se destacar que a escassez de divisas havia contribuído de forma imprescindível para a diminuição do comércio externo do país no início da década de 90. Antes disso, uma parte significativa do intercâmbio comercial cubano com os países socialistas, principalmente com a URSS, era financiada com empréstimos que permitiam manter a artificialidade de tal relação e podiam ser negociados em prazos longos e condições generosas devido aos laços, políticos e ideológicos, que uniam estes países. Sendo assim, o primeiro desafio foi o de renegociar sua dívida¹⁴³ e encontrar novas fontes de financiamento para o desenvolvimento do comércio internacional. O que se pode observar é que, apesar de uma dívida significativa com a Rússia renegociada em 2004 que possibilitou ao país ter acesso a linhas de financiamento desta nação, ocorreu uma concentração da dívida cubana no Japão e nos países da União Europeia.

Apesar do incremento da mesma ao longo dos anos 90, o país conseguiu lentamente modificar o perfil de sua dívida com prazos mais longos e juros mais baixos, como no caso do Japão, um dos maiores credores, que em 1998 renegociou a dívida cubana, estendendo até 2017 o pagamento da mesma e estabelecendo um período de maior carência. Da mesma forma, foi firmado um acordo com o governo da Itália que definiu a renegociação da dívida e a abertura de uma linha de crédito para o incremento do comércio entre os países (CEPAL, 2000, p. 208-209).

O país tem conseguido superar o principal entrave para o acesso a créditos, a dívida externa, e ampliado os recursos disponíveis para a re-

143 Segundo a CEPAL a dívida cubana, sem contabilizar dados relacionados à Rússia e aos EUA que estavam em discussão, em 1998 era de cerca de US\$ 11,2 bilhões e estava distribuída da seguinte forma: Japão (18.5%), Argentina (14%), Espanha (10.8%), França (10.4%), Reino Unido (10%), Itália (4.3%), México (4%), Suíça (2.3%), Alemanha (2%) e outros países (23.7%) (CEPAL, 2000, quadro A. 44).

cuperação econômica. Os grandes fornecedores de empréstimos ao país são o Japão, alguns países da União Europeia (Itália, Reino Unido, Bélgica, França e Espanha) e o Canadá¹⁴⁴. Como aponta a CEPAL:

Con todo, se ha facilitado el acceso a financiamientos comerciales de mediano plazo (entre dos y cinco años), por lo que, en el período 1997-1999, se han obtenido prestamos por 500 millones de dólares, que se han utilizado en la compra de equipos para la agroindustria azucarera, la construcción de aeropuertos y el desarrollo de las comunicaciones (CEPAL, 2000, p. 209).

A esta estratégia para a obtenção de capitais pode-se agregar outra relacionada a investimentos estrangeiros diretos. Como apontamos no capítulo anterior, ao longo da década de 90, o país alterou seus mecanismos legais com o desenvolvimento de inúmeras reformas que procuravam atrair os investimentos estrangeiros, desenvolvendo zonas francas e parques industriais, com um regime jurídico especial em questões tributárias, aduaneiras, trabalhistas e comerciais, que serviram para incrementar os investimentos e desenvolver o setor exportador do país¹⁴⁵.

O resultado foi que, em 1999, haviam sido instituídas cerca de 362 empresas mistas, com destaques na área industrial (31%) e turística (18%), que permitiram um fluxo de recursos da ordem de US\$ 1, 4 bilhão no período de 1993-1998 (CEPAL, 2000, p. 223). Tais empresas, além da captação de recursos, possibilitaram o aprofundamento de laços econômicos com

144 Vale destacar que a Venezuela, a partir do governo Cháves, também tem apoiado esta iniciativa do governo cubano. Porém, as relações entre estes países têm como base a troca de petróleo, a preço subsidiado, por serviços cubanos (médicos e educacionais, principalmente) e tal relação se intensificou a partir da consolidação de Cháves no poder, o que só ocorreu a partir do início do século XXI, posterior ao período analisado neste trabalho.

145 A principal destas medidas foi a Lei de Investimentos Estrangeiros, aprovada pela ANPP em 1995. Além disto, inúmeros decretos regulamentaram as atividades do setor, como o Decreto Lei 165, e programas específicos, como o Programa Energético Nacional, foram criados para a atração de capital (CEPAL, 2000, p. 221-224).

os seus países de origem, destacando-se Espanha (82), Canadá (69), Itália (56), França (16), Reino Unido (13), México (13), Holanda (9), outros países da América Latina (62) e outros países – Ásia, África e Europa- (42) (CEPAL, 2000, anexo A.42). O que chama a atenção é o volume de tais investimentos considerando as dimensões da economia cubana¹⁴⁶. Tal iniciativa provocou uma transformação nos laços econômicos externos do país, em que se destaca a emergência da União Europeia como grande investidora no país e a posição de destaque ocupada por Canadá e pela América Latina, com México à frente, no desenvolvimento de investimentos estrangeiros no país.

Outro aspecto deste processo de redefinição dos laços econômicos do país refere-se ao turismo. Tal atividade foi fundamental para a recuperação econômica tendo um crescimento médio de 20% anualmente ao longo da década passada. Isto significou um ingresso substantivo de divisas, tornando o turismo uma das atividades que mais forneciam recursos econômicos para o país, passando de U\$ 243.4 milhões em 1990 para cerca de U\$ 2.663 bilhões em 2000. Um dado importante, que nos permite perceber a redefinição destes laços econômicos, refere-se à análise deste fluxo migratório. Neste sentido, se destacam os turistas oriundos da Europa, com cerca de 60% do total de visitantes, e da América Latina com 37.5% em 1998; mas deve-se apontar que o principal país de origem dos turistas é o Canadá, devido à proximidade, aos custos e ao clima (CEPAL, 2000, p. 511)¹⁴⁷.

146 Neste sentido, ver o artigo “La inversión extranjera directa en Cuba como parte de las relaciones económicas internacionales”, de Yamel R. Barranco, que destaca: “A tales aspectos el MINVEC definió que el camino a seguir seria: ‘Promover, consolidar y fomentar el proceso de Inversión Extranjera en el país como una via mediante la cual este pueda mejorar sucesivamente los índices de recuperación economica hasta el momento alcanzados, garantizando, asimismo, saltos cualitativos de desarrollo en los setores de la economia en los que aun no se disponen de todos los recursos financieros, materiales y tecnológicos como para dar una respuesta efectiva a las necesidades actuales” (RUIZ BARRANCO, 2004, p. 4).

147 Considerando as medidas de incentivo e os atrativos da ilha para o desenvolvi-

Um elemento essencial para a compreensão do perfil da inserção econômica de Cuba na década se refere à análise do intercâmbio comercial, fornecida pelos dados relacionados a exportação e importação. A partir dos dados fornecidos pela CEPAL (2000), podemos notar que no final da década se destacavam as exportações cubanas, que de forma geral eram direcionadas para Europa (cerca de 60%), Ásia (cerca de 12%), América, incluindo Canadá, (cerca de 25%) e o restante com outras regiões. Em relação às importações, eram provenientes da Europa (cerca de 45%), América, incluindo Canadá, (cerca de 40%) e o restante da Ásia, África e Oceania. A reorientação do setor externo cubano e o estabelecimento de múltiplos parceiros romperam com a tendência concentradora e dependente verificada em outros momentos de sua história, portanto, mostrando sua eficácia. É o que se pode perceber, considerando as importações e exportações, na seguinte tabela referente a 1998:

Tabela 4.1.

Importações	Volume	%	Exportações	Volume	%
Espanha	608.210	14.6	Rússia	385.150	26.7
Venezuela	385.570	9.3	Canadá	232.559	16.1
México	342.796	8.2	Espanha	134.646	9.4
China	336.496	8.0	China	89.005	6.2
Canadá	321.046	7.7	Holanda	76.073	5.3
França	318.381	7.6	França	50.049	3.5
Itália	253.203	6.1	México	45.099	3.2
Espanha	184.048	4.4	Japão	35.305	2.4
Rússia	134.881	3.2	Reino Unido	28.894	2.0
Argentina	108.827	2.6	Alemanha	21.929	1.5

Fonte: CEPAL, 2000, anexos A. 33 e A. 34.

mento do turismo, o estudo da CEPAL apontava que, mantidas estas tendências, em um prazo médio (2010), Cuba receberia por volta de 7 milhões de visitantes anualmente que poderiam gerar ingressos da ordem de U\$ 11 bilhões (CEPAL, 2000, p. 515).

Como se pode observar, o quadro fornece indicadores relevantes para a compreensão da estratégia de diversificação econômica e a reinserção do país no mercado mundial. Em primeiro lugar, é visível a desconcentração de parceiros comerciais, ocorrendo uma substituição de sua importância quando se analisa uma ou outra área; ou seja, Venezuela, Itália e Argentina que são parceiros importantes na importação, estão ausentes no segundo aspecto, cedendo lugar a Holanda, Japão e Reino Unido, que não apareciam no primeiro item.

Em segundo lugar, existe uma alternância do principal parceiro em cada área, destacando-se a Espanha em relação às importações e a Rússia nas exportações. Em seguida, como aponta o quadro, o país mantém um forte intercâmbio comercial com parceiros situados em continentes diferentes, estreitando os laços com Europa, Ásia e América Latina, algo bem diverso dos períodos anteriores da economia do país.

Finalmente, observa-se um incremento da importância dos países americanos, Canadá em particular, principalmente da América Latina que, por razões econômicas e políticas, apesar do desejo de fortalecimento dos laços por parte de certas lideranças, representavam uma parcela pequena no comércio externo do país, algo que se modificou ao longo da década (como aponta o quadro) e a manutenção de um processo de diversificação representado por Venezuela, México e Argentina na pauta de importações, e pelo México no que se refere às exportações.

Desta forma, podemos apontar que a liderança cubana compreendeu bem a importância do fortalecimento dos laços estatais, e que a melhor forma de fazê-lo era incentivando o comércio bilateral. Esta estratégia foi complementada pela inserção nos mecanismos de integração regional, quando possível, principalmente no contexto caribenho. Por isto, embora ainda sem o direito de participar ativamente na Organização dos Estados Americanos (OEA), Cuba se tornou membro fundador da Associação de Estados do Caribe (AEC), com plenos direitos da ALADI. Participou de

todas as reuniões de Cúpulas Ibero-americanas, manteve estreitos contatos com o CARICOM, tentou uma maior aproximação com o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN) e esteve presente em outros fóruns multilaterais da região. De outra parte, a Ilha apareceu como um espaço de novas oportunidades para o setor privado e as empresas estatais de México, Brasil, Argentina e Venezuela.

O caráter de economia pequena exigiu também uma estratégia integracionista e de colaboração Sul-Sul, que no caso de Cuba, tem como cenário natural a área latino-americana e caribenha. O conjunto de países da América Central, México, Colômbia, Venezuela e do Mar das Antilhas (o grande Caribe), constituem uma região geoeconômica de alto valor estratégico para o desenvolvimento da ilha. Ainda que Cuba tenha conseguido desenvolver mudanças estruturais na orientação geográfica de seu comércio exterior mais favoráveis à América Latina, suas possibilidades de integração são maiores no Caribe¹⁴⁸.

Desta forma, já no início dos anos 90 o país acabou se integrando à Organização de Turismo do Caribe, algo que almejava desde os anos 80 e que não havia sido alcançado devido aos conflitos com o governo de Granada. Porém, a grande iniciativa no âmbito econômico foi a incorporação à AEC, em julho de 1994, que envolve os países do Caribe, Venezuela, México, Colômbia e os países da América Central, possibilitando a integração econômica e a intensificação do comércio. Neste sentido, como aponta Domingues (1994), o comércio cubano com os países da região alcançou, ainda em 1992, mais de US\$ 100 milhões, crescendo durante a década de maneira intensa.

148 Para uma análise histórica das relações entre Cuba e Caribe e o desenvolvimento dos ideais integracionista, apesar dos problemas conjunturais, ver, entre outros, o livro *Cuba y la integración de América Latina y Caribe*, de Eduardo K. Pevida, Santo Domingo, Ed. Promlibro, 1995; e o artigo *El Caribe en la política exterior cubana: una periodización*, de Gerardo Gonzáles, *Cadernos de Nuestra América*, La Habana, vol. VIII, n. 16, 1991.

Segundo Nuñez (1994), está em marcha um processo de progressiva aproximação e reinserção de Cuba na região, que teve início ainda no final dos anos 80, e que se incrementou com a participação cubana no CARICOM, marcada pelos aspectos da prudência, como no caso da relação com a República Dominicana, pelo desenvolvimento gradual e equilibrado de relações políticas e econômicas e pelo incremento das relações comerciais que, apesar dos esforços, encontram dificuldades no perfil semelhante das economias da região. De qualquer forma, as relações econômicas ganham destaque neste processo de aproximação¹⁴⁹, com a integração cubana com os grupos empresariais da região, a partir de objetivos claramente definidos: biotecnologia, agricultura açucareira, agropecuária, pesca, intercâmbio cultural, energia atômica e, principalmente, incremento do turismo.

Este processo de integração cubana com os países da região tem contribuído para o incremento à realização de acordos bilaterais. Para dimensionar a importância de tais acordos, basta observar que, apenas em relação aos países latino-americanos, as preferências outorgadas por acordos alcançados a partir da base caribenha chegaram a abranger cerca de 640 produtos no final da década de 90 (CEPAL, 2000, p. 227). Desta forma, a integração econômica tem propiciado à liderança cubana a realização de dois objetivos: por um lado, contribui para a recuperação econômica do país e, por outro, colabora para a superação do isolamento

149 Se a aproximação parece ocorrer e se tornar viável no campo econômico, no aspecto político dois elementos parecem dificultar a mesma: por um lado, a percepção, residual mas ainda existente, de que Cuba seria um fator de instabilidade na região devido ao seu sistema político e as relações conflituosas com os EUA; e por outro lado, a sensação de que se o país ingressar numa transição capitalista certamente ocuparia o primeiro lugar na captação de investimentos estrangeiros, leia-se norte-americanos (NUÑEZ, 1994, p. 25).

político, fortalecendo laços que, por diversas razões, foram tradicionalmente pobres ao longo do ciclo revolucionário¹⁵⁰.

Em suma, como também aponta Dominguez, apesar do impacto profundo que representou o fim dos laços com os países socialistas, que reduz brutalmente o setor externo cubano, este apresenta uma tendência à recomposição, embora sem recuperar os valores artificiais do período anterior. Mesmo assim, segundo ele, impressiona a diversificação das relações econômicas internacionais de Cuba no final da década de 90, conforme a tabela a seguir (DOMINGUEZ, 2003), que resume de forma adequada as análises que destacamos anteriormente:

Tabela 4.2.

Transações	Primeiro sócio	%	Segundo sócio	%
Exportações	Rússia	23	Holanda	13
Importações	Espanha	18	Venezuela	13
Turismo	Canadá	17	Alemanha	11
Dívida	Japão	19	Argentina	14
Investimentos	Espanha	23	Canadá	19

FONTE: DOMINGUEZ, 2003, p. 455

Esta nos revela alguns indicadores interessantes. Em primeiro lugar, houve uma queda evidente, denominada por Dominguez como negativa, pois ocorreu uma distribuição do comércio exterior cubano sem o aumento adequado no valor das transações; sendo assim, houve aumento considerável das exportações para Canadá e Holanda e, inversamente,

150 Como aponta Dominguez (2004), “Cuba ha logrado que los miembros del CARICOM se opongan a las políticas de EUA hacia Cuba. (...) La firma del acuerdo se habia demorado porque Cuba planteaba objeciones a las referencias a los derechos humanos y la democracia; al final, el CARICOM cedió basándose en que esa clase de referencias no existían en acuerdo similares que se habían alcanzado con otros países latinoamericanos” (DOMINGUEZ, 2004, p. 269).

aumentaram-se as importações de Canadá, México, Venezuela, Espanha, França e Itália. Mas ocorreu um aumento do déficit comercial com estes países, aumentando, por conseguinte, a dívida cubana com os mesmos. Além disto, deve-se destacar a importância econômica assumida por três países americanos: Canadá, nos setores de turismo e inversão; Argentina, na gestão da dívida cubana; e Venezuela, em importações. Cabe destacar ainda, conforme o autor, o caso do México, que é o sexto em importações e o sétimo país mais importante em relação ao turismo e à gestão da dívida. Finalmente, esta diversificação econômica se explica por fatores específicos de cada atividade, bem como pela estratégia geral adotada pela liderança cubana no sentido de evitar a excessiva dependência de um só país, privilegiando sócios múltiplos ao invés de um único. Isto significa a proliferação de sócios múltiplos como instrumento de proteção e defesa dos interesses da liderança do país, que se constitui numa das inovações mais importantes do pós-Guerra Fria. Como aponta Domínguez (2004):

En resumen, la evolución del comercio internacional de Cuba muestra el impacto del desplome económico y la pérdida de las subvenciones soviéticas. Cuba diversificó sus socios comerciales de forma considerable, especialmente en lo relativo a la importación de bienes. En líneas generales, las relaciones comerciales cubanas con diversos países de la Unión Europea, Canadá, México y China parecían sólidas y firmes. Rusia seguía siendo el principal mercado de exportación, y por ello una fuente potencial de inestabilidad. En particular, las relaciones comerciales con Canadá, Francia, Italia, España y México constituían una réplica a Estados Unidos (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 283).

Isto não significa a inexistência de tensões e conflitos gerados por este processo. Pelo contrário, a continuidade e a eficácia do mesmo dependem em grande medida da superação de problemas econômicos e políticos que tornaram-se mais evidentes. Em relação aos primeiros, como sugere a CEPAL (2000), persistem problemas relacionados ao equilíbrio fiscal, a

utilização de tecnologias obsoletas, e ineficiência econômica, aos desequilíbrios existentes em alguns setores como o agrícola e alimentar, e, principalmente, a necessidade de desenvolver nichos exportadores mais dinâmicos, entre outros. Já em relação ao segundo, como analisaremos a seguir, as tensões políticas, geradas agora pelas críticas a certos aspectos do regime cubano, muitas vezes impedem o aprofundamento de laços econômicos, ou seja, a liderança cubana tem sacrificado a ampliação de parcerias diante de críticas descartando os laços, às vezes históricos, com certos países¹⁵¹.

4.2 Isolamento ou inserção: a redefinição da política externa cubana

As diversas mudanças que ocorreram no Leste Europeu modificaram o comportamento da economia cubana na década de 90, que teve diferenças negativas em relação às décadas de 70 e 80. A compreensão destes efeitos determinou dois momentos diferentes na vida do país neste período. Houve uma primeira etapa mais aguda, que se estende de 1990 até 1993, e pode ser caracterizada pelos impactos abruptos, massivos e sem compensação da nova situação internacional sobre a economia e a população. A segunda, que vai de 1994 até o início do século XXI, foi caracterizada por um processo de recuperação que, ainda que difícil, lento e insuficiente para resolver os problemas acumulados, vai deixando cada vez mais claro que a Revolução não só teve a capacidade para enfrentar a crise e deter a queda generalizada da economia, como de promover um processo de recuperação, garantindo a sobrevivência de sua liderança. A primeira etapa é conhecida como o período do trauma e a segunda associa-se mais à fase de Recuperação.

151 Neste sentido, é interessante perceber a oscilação, entre boas e más relações, de Cuba com países da União Europeia, Espanha principalmente, o Canadá e o México, entre outros. Nestes dois últimos casos, tal oscilação ocorreu no período posterior ao tratado no presente estudo.

Algumas mudanças e reformas que Cuba vem realizando desde 1990 não somente têm efeito positivo para enfrentar a crise, como afetam o conteúdo socialista e equitativo da sociedade: o incremento do turismo, as inversões estrangeiras, a despenalização da posse de divisas, a permissão de remessas do exterior, a criação de redes de tendas e serviços pagos em dólares e a dupla circulação monetária. Entre os efeitos contrários, o aspecto mais importante destas reformas tem sido o desenvolvimento de uma polarização social, que vem sendo produzida como resultado de que determinados setores obtêm ingressos maiores não associados à qualidade e quantidade de trabalho que oferecem à sociedade, mas ao lugar em que trabalham (setores emergentes, determinados tipos de trabalhadores autônomos, acesso a divisas,...). Ainda que o sistema de impostos procure corrigir as distorções de tal situação, é importante perceber que sua ascensão implica na necessidade de se buscar novos vínculos (políticos e ideológicos) com estes setores que possuem uma tendência de crescimento e que desenvolvem novos desafios ao sistema.

Diante dos desafios impostos por estas mudanças, o país se viu obrigado a adequar seu aparato produtivo, institucional e legal às novas condições que lhe são impostas e, principalmente, *reconstruir todo seu sistema de relações externas*. Para tanto, foi necessário redefinir os princípios, os objetivos e a dinâmica de sua política externa.

O objetivo fundamental que orientou tal política foi o desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime, diante da queda do bloco soviético. Esta *dinâmica de sobrevivência* já aparecia nos anos anteriores e estava relacionada, sobretudo, com a consolidação das mudanças desenvolvidas pelo regime da revolução. Nos anos 90, porém, modifica-se a sua natureza e seu impacto sobre a política externa do país. Primeiro, por ser absolutamente necessário o reordenamento das relações econômicas do país junto com a realização de mudanças para garantir a previsibilidade e, acima de tudo, a confiança da comunidade

internacional e dos parceiros bilaterais nos negócios que poderiam ser realizados. Além disto, o cenário econômico interno condicionava, em maior ou menor medida, a busca de parceiros que pudessem investir e suprir as necessidades do país.

A concretização desta estratégia de sobrevivência só poderia ser eficaz na medida em que o país fosse capaz de superar o isolamento, econômico e político, a que se viu submetido. Grande parte dos elementos de isolamento do país mantinha relação direta com a Guerra Fria, sendo uma herança do posicionamento do país e da esperança de que as relações com a comunidade socialista não seriam rompidas. Desta forma, o país foi excluído do seio da OEA, ainda em 1962, e pouco a pouco foi abandonando qualquer tentativa de retorno, o que não era uma prioridade para a liderança do país, seja devido à percepção de que a entidade era determinada pelo peso e influência norte-americana, seja porque foi possível, embora nem sempre de forma adequada e estável, a manutenção dos laços com os países da região, principalmente no caso de governos simpáticos à causa cubana. Também o processo de democratização permitiu a superação dos entraves ideológicos, de ambos os lados, para o estabelecimento de relações políticas maduras com a maioria dos países. Além disto, o país se retirou do FMI e do Banco Mundial, e nunca fez parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (DOMINGUEZ, 2003).

O isolamento cubano possuía agora elementos que o diferenciavam das décadas anteriores em que se destacava o viés ideológico e a política, semioficial, de apoio e promoção de revoluções. A novidade se deve ao fato de que o isolamento cubano, que inicialmente mantém o contorno ideológico, ao longo da década irá variar relacionando-se ao sistema político, especialmente voltado para as áreas de democracia interna e direitos humanos, que por vezes provocaram conflitos entre o país e seus aliados.

Além disto, deve-se considerar que este isolamento possuía um aspecto econômico, derivado dos problemas de sua estrutura produtiva, em

geral atrasada, e dos poucos produtos que o país poderia fornecer ao mercado internacional, já que se especializara na divisão anterior, condicionada pela comunidade socialista. Sendo assim, o que procuramos afirmar é que se modifica o caráter de isolamento, apresentado no primeiro capítulo, que não está mais associado à tentativa de promoção da revolução e sua relação com os países socialistas, como um dado fundamental da política externa do país, pelo menos em seus primeiros anos. Neste sentido, o regime, apesar de não ser, efetivamente, uma ameaça revolucionária, enfrentou dificuldades de outra natureza que alimentaram ao longo da década a necessidade de superação do isolamento.

Nos anos 90, o país procurou reformular a sua política externa. Até este período, como apontamos no capítulo inicial, Cuba havia se comportado como uma grande potência em suas relações internacionais, participando ativamente dos fóruns internacionais, tornando-se protagonista de eventos fundamentais na América Latina, apoiando movimentos revolucionários numerosos e diversos em vários continentes e enviando grande número de soldados para grandes distâncias, como Angola e Etiópia. O país conseguiu realizar a proeza que as duas superpotências nem sempre conseguiram: vencer. Além disto, foi o melhor e mais confiável parceiro durante as últimas três décadas da URSS, como aponta Dominguez (2003, p. 535). Tal estratégia se alterou nos anos 90, com o repatriamento das tropas e a ênfase em ações estatais, na política e na economia, redefinindo o caráter da inserção internacional do país.

A superação dos desafios, a sobrevivência e a superação do isolamento só foram possíveis, embora de forma parcial e limitada, devido ao reordenamento de sua política externa. Com isto, procuramos afirmar que, ao longo da década, o país redefiniu os princípios, os objetivos e os meios para a execução desta, para alcançar os objetivos almejados.

O objetivo central da política externa cubana tem sido, mais do que nunca, garantir a sobrevivência do regime em suas dimensões funda-

mentais. Tal estratégia pode ser compreendida na adequação dos seguintes objetivos, apontados por Domínguez (2002): manter os mecanismos básicos da estrutura política e institucional, resistindo à pressão externa para a adoção de mecanismos democráticos formais; fomentar uma abertura de empresas internacionais, de investimentos ou comerciais, mas proibindo o desenvolvimento legal de empresas cubanas; reativar o nacionalismo interno como instrumento de coesão e mobilização, considerando as posições do governo americano e da oposição aí instalada; manter a prioridade de sobrevivência do regime político, mesmo diante da deterioração das relações políticas e econômicas com outros países ou do sacrifício de um desenvolvimento mais acelerado, porém mais desigual (DOMÍNGUEZ, 2002, p. 525).

Em suma, a liderança cubana conseguiu definir de forma adequada os elementos que deveriam ser preservados e os que poderiam ser modificados, sem a alteração do quadro político. Assim, o eixo dinâmico de tal política foi, como assinalamos anteriormente, resultado da combinação entre sobrevivência e inserção. Combinaram-se aspectos de política interna, reformas e elementos de política externa, para que o objetivo básico pudesse ser alcançado. Apesar dos problemas tal estratégia se mostrou parcialmente eficaz.

Para que isto fosse alcançado ocorreu conforme mostra, sob outra perspectiva, Alzugaray (2003), uma *redefinição do interesse nacional cubano*. Tal interesse nacional havia sido orientado até então pela manutenção da segurança e o desenvolvimento do país, como apontamos anteriormente, ao analisar o processo de consolidação da revolução, daí a importância fundamental da aliança com a URSS. Tal política, apesar de promover o rompimento do isolamento diplomático de contribuir para o estabelecimento de laços em todos os continentes, inclusive com países próximos aos EUA e garantir um papel ativo nas lutas do Terceiro Mundo, manteve o país vulnerável e dependente, o que se mostrou extremamente proble-

mático com o fim da ordem em que foi gerado. Desse modo, o interesse nacional, definido no contexto da Guerra Fria, já não era possível e eficaz.

Sendo assim, Alzugaray (2003) aponta que ocorreu uma redefinição do interesse nacional. Considerando os fundamentos políticos e ideológicos que, segundo ele, propiciaram a sedimentação de um pensamento radical, progressista e emancipador em Cuba, cuja figura maior foi José Martí, que antecedeu e são apropriados pela revolução cubana e sua liderança, o autor define o interesse nacional ao longo da década de 90 da seguinte forma:

Mantener la independencia, soberanía, autodeterminación y seguridad de la nación cubana, su capacidad de darse un gobierno popular, democrático y participativo propio basado en sus tradiciones, con un sistema económico-social próspero y justo, y que, a su vez, le permita proteger su identidad cultural y sus valores sócio-políticos y proyectarlos en la arena mundial con un nivel de protagonismo acorde a sus posibilidades reales como miembro efectivo de la sociedad internacional (ALZUGARAY, 2003, p. 17).

Apesar do reconhecimento de que o conceito de interesse nacional é controverso e determinado historicamente, podemos destacar que a proposta do autor é interessante porque nos permite identificar de maneira mais clara, e em concordância com o pensamento da liderança cubana, a sua importância para a política externa do país ao longo desta década. É possível identificar claramente seus objetivos, apontando que o elemento determinante do interesse nacional redefinido foi:

a tenor con su interés nacional, neutralizar y revertir la tradicional política norteamericana de reimplantar su hegemonía sobre la isla, sin hacer concesiones de principio en torno a la soberanía, la autodeterminación, el modelo socialista cubano y su política exterior (ALZUGARAY, 2003, p. 21).

Ou seja, trata-se de afirmar os mecanismos internos de construção e consolidação do regime, assim como desenvolver uma política externa

que contribua com tal objetivo, procurando superar os problemas impostos pelo conflito com os EUA e o questionamento de seu modelo político.

De uma forma mais precisa, o embaixador de Cuba no Brasil, ao demonstrar as raízes e a atuação da política externa cubana, procura enfatizar que, diante das modificações do cenário internacional no início dos anos 90, “Cuba precisava e precisa de três elementos básicos (antes garantidos pela relação existente com a comunidade dos países socialistas): capital, mercados e tecnologia” (SÁNCHEZ-PARODI, 1998, p. 164). Assim, podemos constatar que a liderança cubana procurou redefinir os seus objetivos fundamentais, afirmando a sobrevivência e a inserção como elementos fundamentais de sua política e como forma de superar os desafios que o país enfrentou.

Formalmente, a redefinição do interesse nacional pode ser melhor compreendida a partir da análise dos documentos oficiais fundamentais que orientaram tal medida.

Neste sentido, podemos destacar a Resolução Internacional do V Congresso do PCC e a nova Constituição cubana, de 1996. No primeiro, apesar de reconhecer que não haviam sido feitos estudos exaustivos que pudessem explicar as causas e as lições que derivavam de tais mudanças, o PCC procura fazer uma análise das mudanças no contexto internacional, destacando como desafios fundamentais o advento de uma ordem unipolar, o aumento da desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e as dificuldades na relação do país com os EUA.

Considerando estes aspectos, a resolução internacional do congresso recomenda o estreitamento dos laços com a América Latina, o fortalecimento da representação dos países do Terceiro Mundo, a necessidade de democratização dos organismos multilaterais, destacadamente a ONU, e o respeito aos princípios de autodeterminação e soberania e as normas do Direito Internacional no relacionamento entre os países. Além disto, é fundamental a reafirmação dos princípios que orientaram a revolução

cubana como mecanismo básico da inserção internacional do país nesta nova ordem, apontando que

como principio básico rector de nuestra política exterior, el IV congreso enarbola una vez más las palabras del compañero Fidel Castro: ... no nos doblegaremos jamás a las exigências y el chantaje imperialistas. Nosotros no comerciamos con nuestra política internacional. (...). Cuba sabrá mantenerse como ejemplo de una revolución que no claudica, que no se vende, que no se rinde, que no se pone de rodillas (RESOLUÇÕES DO IV CONGRESSO DO PCC, 1992, p. 360).

Apesar da retórica política e do reconhecimento da insuficiência em compreender todas as implicações da modificação do sistema internacional, o que podemos destacar é o estabelecimento do objetivo básico, a sobrevivência do regime revolucionário, como elemento fundamental que orienta a política externa do país e a subordinação a este de outros objetivos estratégicos. Tal postura é reafirmada pelas resoluções do V Congresso, realizado em 1998, que aponta que

la recuperación iniciada demuestra que hay salida para el Período Especial. La estrategia económica que seguimos, la experiencia acumulada, la unidad del pueblo y su alto nivel de instrucción, su creatividad, tantas veces demostrada ante los retos del presente, las reservas que existen en la eficiencia, el ahorro y la racionalidad, son todos factores a nuestro favor en esta larga batalla. Ante la dura realidad que afrontamos solo es posible cerrar filas en defensa de nuestra independencia y soberanía, preservar la obra de la Revolución y trabajar más y mejor para salir definitivamente de la presente situación. Construir nuestro socialismo permanece como el objetivo estratégico de la Revolución, en la fase de recuperación de la economía cubana y su perspectiva (RESOLUÇÕES DO V CONGRESSO DO PCC, 1996, p. 360).

Da mesma forma, a nova Constituição do país, depois de apontar para a perenidade do regime socialista no país, como norma, estabelece os princípios fundamentais que orientam a nova política externa. Neste sentido, o capítulo relacionado à mesma, apesar de longo merece ser citado pois estabelece que:

ARTICULO 12. La República de Cuba hace suyos los principios antimperialistas e internacionalistas, y

- a) ratifica su aspiración de paz digna, verdadera y válida para todos los Estados, grandes y pequeños, débiles y poderosos, asentada en el respeto a la independencia y soberanía de los pueblos y el derecho a la autodeterminación;
- b) funda sus relaciones internacionales en los principios de igualdad de derechos, libre determinación de los pueblos, integridad territorial, independencia de los Estados, la cooperación internacional en beneficio e interés mutuo y equitativo, el arreglo pacífico de controversias en pie de igualdad y respeto y los demás principios proclamados en la Carta de las Naciones Unidas y en otros tratados internacionales de los cuales Cuba sea parte;
- c) reafirma su voluntad de integración y colaboración con los países de América Latina y del Caribe, cuya identidad común y necesidad histórica de avanzar juntos hacia la integración económica y política para lograr la verdadera independencia, nos permitiría alcanzar el lugar que nos corresponde en el mundo;
- ch) propugna la unidad de todos los países del Tercer Mundo, frente a la política imperialista y neocolonialista que persigue la limitación o subordinación de la soberanía de nuestros pueblos y agravar las condiciones económicas de explotación y opresión de las naciones subdesarrolladas;
- d) condena al imperialismo, promotor y sostén de todas las manifestaciones fascistas, colonialistas, neocolonialistas y racistas, como la principal fuerza de agresión y de guerra y el peor enemigo de los pueblos;
- e) repudia la intervención directa o indirecta en los asuntos internos o externos de cualquier Estado y, por tanto, la agresión armada, el bloqueo económico, así como cualquier otra forma de coerción económica o política, la violencia física contra personas residentes en otros países, u otro tipo de in-

jerencia y amenaza a la integridad de los Estados y de los elementos políticos, económicos y culturales de las naciones;

f) rechaza la violación del derecho irrenunciable y soberano de todo Estado a regular el uso y los beneficios de las telecomunicaciones en su territorio, conforme a la práctica universal y a los convenios internacionales que ha suscrito;

g) califica de delito internacional la guerra de agresión y de conquista, reconoce la legitimidad de las luchas por la liberación nacional, así como la resistencia armada a la agresión, y considera su deber internacionalista solidarizarse con el agredido y con los pueblos que combaten por su liberación y autodeterminación;

h) basa sus relaciones con los países que edifican el socialismo en la amistad fraternal, la cooperación y la ayuda mutua, asentadas en los objetivos comunes de la construcción de la nueva sociedad;

i) mantiene relaciones de amistad con los países que, teniendo un régimen político, social y económico diferente, respetan su soberanía, observan las normas de convivencia entre los Estados, se atienen a los principios de mutuas conveniencias y adoptan una actitud recíproca con nuestro país.

(CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA, 1996).

Desta forma, fica evidenciada também na política externa desenvolvida pelo país a realização de um processo de desideologização, que ocorria no âmbito interno, e a adoção de uma postura pragmática, considerando que a política externa deveria contribuir para a superação das dificuldades econômicas e seria conduzida desde então de uma forma pacífica e formal, evitando ações que pudessem acentuar a política americana e minimizar o apoio de outros países para a superação do isolamento político-diplomático e a inserção econômica. Além disto, aponta para a centralidade, agora renovada, da busca de integração com os países latino-americanos que, como já demonstramos, no âmbito econômico tornou possível uma maior aproximação com os países do Caribe e de toda região, ampliando o comércio bilateral e o acesso a capitais.

Finalmente, cabe enfatizar que tal política seria conduzida a partir da observância das leis e do direito internacional, o que conduziu a um

maior ativismo nos fóruns multilaterais e o desenvolvimento de estratégias de reforço na confiança recíproca em relação aos países da região e aos parceiros potenciais. Desta forma, a liderança cubana desenvolve uma política externa que possa atingir os objetivos básicos apontados anteriormente, procurando garantir recursos que pudessem contribuir para sua sobrevivência e uma inserção adequada do país no novo contexto internacional.

Sendo assim, como aponta López (2002), a política externa cubana manteve o internacionalismo, mas adotando um caráter pacífico e de cooperação econômica, em busca de atuar de forma construtiva nos conflitos em que o país esteve envolvido, na África e na América Latina, principalmente a América Central. Desenvolveu estratégias de colaboração em áreas sociais, aproveitando o capital humano altamente capacitado para colaborar com países menos desenvolvidos e, dessa forma, gerar um clima favorável à política do país e angariar apoios as suas demandas. Neste sentido, os cubanos que passaram a atuar no exterior já não estavam concentrados no âmbito militar, mas agiam na ajuda a catástrofes naturais e na solução de problemas sociais, de saúde e educação, ou de intercâmbio cultural e esportivo.

Ao longo da década, o Estado cubano conseguiu desenvolver uma política externa coerente e unificada. Comportando-se como um ator racional, o país soube definir adequadamente os seus interesses fundamentais e desenvolver uma política consequente com os mesmos, o que não significa a inexistência de tensões e a realização de todos os seus objetivos, como destacaremos posteriormente. O que procuramos acentuar é que a liderança cubana conseguiu manter a unidade internamente, apesar do aumento de organizações que criticavam o regime, e, principalmente, no desenvolvimento de sua política externa.

Durante esta década, prevaleceu um dos *slogans* criados ao longo do processo revolucionário cubano, “mantener la unidad”. Isto significa

que a política externa, em suas múltiplas dimensões, foi desenvolvida de forma unificada tendo em vista os objetivos prioritários, apontados pela liderança. Tal percepção se torna relevante devido ao aprimoramento institucional que ocorre no período e, principalmente, ao surgimento de novos atores institucionais que demonstram a diversificação das estratégias e ações para alcançar os objetivos almejados, por um lado, mas também a coerência e a unidade no que se refere à execução destas estratégias.

Como apontam Alzugaray (2003) e Salazar (1997), ocorre uma ampliação dos atores institucionais envolvidos na elaboração e na execução da política exterior cubana sem afetar, porém, a unidade de atuação. Prova disto têm sido o relevo de figuras históricas, o fortalecimento da Chancelaria¹⁵² e a participação de atores institucionais vinculados à execução das relações econômicas internacionais, como o Ministério de Inversão Estrangeira e Colaboração Econômica. Em relação ao primeiro, cabe destacar o desenvolvimento de um serviço extremamente profissionalizado, com funcionários que possuem uma ampla formação e conhecimento em diversas áreas, capazes de responder ativamente aos questionamentos que o país enfrentou em determinados fóruns.

Além disto, a contribuição nos contatos com lideranças estrangeiras ajudou na intensa atividade, que inclui visitas e viagens para fora do país, com recursos modestos e, ao mesmo tempo, a recepção de autoridades e líderes políticos. Para tanto, modernizou-se a estrutura do MINREX e sua capacidade de responder a estas e outras demandas, gerando maior publicidade das atividades externas do país e, principalmente, uma maior visi-

152 Objeto de preocupação de Raul Roa desde o início da Revolução, a profissionalização dos serviços diplomáticos é cada vez mais evidente, inclusive com a criação e o desenvolvimento do ISRI (Instituto de Relações Internacionais) ligado ao MINREX. Para uma compreensão das atividades do instituto e a formação de uma burocracia ligada ao serviço diplomático, ver a página do mesmo na Internet: <www.isri.cu> ou do MINREX: <www.minrex.gov.cu>.

bilidade de suas posições. Vale ressaltar que tal diplomacia atua, de forma eficaz, tanto em fóruns oficiais, em reuniões bilaterais ou nos organismos multilaterais, como em fóruns de organizações voltadas para crítica da globalização. Tal ação tornou possível a ampliação das relações diplomáticas do país que, mesmo diante do bloqueio americano e do questionamento de seu modelo político, são estendidas a cerca de 180 países, conforme dados do próprio ministério (ALZUGARAY, 2003).

Outro ator que se tornou relevante foi o MINCEX, conduzindo a reorientação do comércio exterior do país. Conforme a CEPAL (2000, p. 213-240), tal ministério tem conduzido os esforços para a reconstrução do setor externo do país e está à frente das principais medidas para a inserção econômica externa promovida ao longo da década. Neste sentido, estão as medidas orientadas ao fomento das exportações, como: bens e serviços, a legalização e controle das remessas dos imigrantes que representaram cerca de U\$ 700 milhões em 1998 e continuavam crescendo; o estabelecimento de acordos, que representaram o incremento das relações bilaterais comerciais mais favoráveis ao país e a participação ativa em fóruns de negociação comercial, como ALADI e o CARICOM; o desenvolvimento de uma política de substituição de importações, adequada à capacidade econômica do país, e de promoção de atividades consideradas essenciais e sua modernização; políticas de financiamento do setor externo, realizando a troca de dívidas por ativos fabris ou por produtos considerados essenciais que atraíram os investimentos estrangeiros; e, finalmente, o desenvolvimento de estratégias para aliviar o estrangulamento do setor externo, incentivando o estabelecimento de cadeias produtivas, a lógica produtiva e a eficiência, procurando aprimorar a relação custo-benefício e de qualidade e preço.

Desta forma, o MINCEX tem contribuído para a reestruturação do setor externo do país, garantindo parcialmente seu reestabelecimento, recuperando sua capacidade de exportação e importação, contribuindo para

equilibrar a balança comercial e aproveitando a mão de obra qualificada e barata, para competir de forma proveitosa no mercado internacional com base em preços e salários relativamente baixos.

Também as Forças Armadas Revolucionárias(FAR)tornaram um ator relevante, embora por outras razões. Isto ocorre pela desmilitarização da atuação externa do país, com o retorno, já assinalado, das tropas cubanas estacionadas na África e na América Latina, e a afirmação de uma política pacífica e construtiva em relação aos conflitos em que o país participou em décadas anteriores. Os motivos de tal retirada são de ordem política. Desenvolver uma imagem pacífica e não belicista e gerar um novo tipo de relacionamento diplomático, em que se destacam as questões sociais, como também de ordem econômica, e a dificuldade de sustentar um contingente relativamente elevado de soldados em regiões distantes, gerava um custo elevado que não podia mais contar com o apoio soviético.

O exército cubano, o mais experiente e qualificado da América Latina, se incorpora aos novos objetivos da política externa do país e também assume um maior compromisso nos assuntos internos do país, principalmente na execução de serviços básicos e na oferta de mão de obra qualificada e confiável no desenvolvimento econômico do país, com o deslocamento de militares para funções políticas e econômicas neste período de recuperação. Isto porque, devido ao colapso soviético, a nova Lei de Defesa Nacional de 1994 determinou que a corporação deveria suprir suas próprias necessidades. As FAR passaram a atuar nos diversos setores da economia cubana, desde fazendas exportadoras de cítricos até no setor de turismo. Como aponta Caroit (2006):

Hoje as FAR controlam 322 empresas cubanas, que empregam 20% dos assalariados da ilha e são responsáveis por 89% das exportações. Instalado na sede do Ministério das Forças Armadas, O GAESA (Grupo de Administración Empresarial S. A.) agrupa empresas controladas pelos militares - tais como Gaviota (turismo e transportes), Cubanacan (turismo), Almacenes Universal (zonas

francas) ou Sasa (autopeças). Outras empresas importantes, tais como a Habanos (charutos) e a Cimex, holding cujo faturamento passa de 800 milhões de euros, também se situam na esfera militar. Esses empreendimentos são administrados por uma nova geração de oficiais, formados em escolas de administração europeias (CA-ROIT, 2006, p. A15).

Vale destacar que, diante dos dados acima, as FAR passam a ser um ator relevante, desenvolvendo interesses e ações específicas, no âmbito da política interna, mas também no âmbito da política internacional. Isto porque ocorre uma modificação de seu perfil; sem deixar de ocupar-se com a defesa do país e dos ideais revolucionários, passam a atuar em setores que estão diretamente ligados ao processo de reinserção econômica e, obviamente, acabam se transformando num ator relevante na política externa. Isto significa que os interesses desenvolvidos pela inserção econômica da instituição capacitaram-na a agir politicamente, seja no cenário doméstico, seja no desenvolvimento da política externa do país¹⁵³.

Considerando as restrições e os problemas que o país enfrentou ao longo da década, deve-se notar que a política externa cubana procurou através de um intenso ativismo contribuir para a situação de isolamento político-diplomático a que o país foi submetido, priorizando determinadas ações que pudessem ampliar o apoio da comunidade internacional, desenvolvendo ações bi e multilaterais.

O grande desafio da política externa cubana nos anos 90 continuou sendo a relação conflituosa do país com os EUA e suas consequências, apontada como a razão fundamental do isolamento a que o país se viu submetido e o elemento fundamental para a compreensão da atuação internacional do país ao longo da década (ALZUGARAY, 2004; DOMIN-

153 Certamente isto influencia qualquer cenário de transição no país, devido à importância que as FAR adquiriram ao longo da década.

GUEZ, 2004). Considerando a imensa bibliografia que discute sobre as diversas faces deste conflito, procura-se assinalar a seguir seus contornos essenciais.

A essência do conflito entre Cuba e EUA, como aponta Moráles Domínguez (2004), deriva dos fatores históricos, desde o processo de independência de Cuba, e são marcados pelo que o autor define como fator emocional como causa fundamental deste conflito. Sendo assim, tal fator pode ser explicado pela emergência, ainda no processo fundacional dos EUA, de que Cuba seria, cedo ou tarde, uma extensão natural do território americano, substanciada na “teoria da gravitação política”, mais conhecida por “doutrina da fruta madura” que se transformou numa concepção geopolítica apontando que, de uma forma ou de outra, o país seria incorporado à influência norte-americana (MORÁLES DOMÍNGUEZ, 2004, p. 164-168). Desta forma, como também demonstra Hernández (1987), a “lógica de fronteira” é o elemento fundamental para a compreensão das relações entre estes países, modificando-se nas formas como o conflito é realizado ao longo da história, desde o momento de independência de Cuba até as diferentes faces do conflito ao longo do ciclo revolucionário, mas cuja essência continua permanecendo.

Sendo assim, podemos compreender melhor a dinâmica desta relação nos anos 90 em que o embargo econômico norte-americano pode ser considerado o desafio fundamental da política externa do país.

Como aponta Domínguez, apesar da sensação inicial de vitória por parte do governo norte-americano no início da década, derivada da compreensão das dificuldades internas enfrentadas pelo regime e da diminuição da intensidade da projeção internacional de Cuba, com o fim da aliança com os soviéticos, o retorno das FAR ao país e a diminuição de seu apoio aos movimentos revolucionários, principalmente na América Latina, a estratégia fundamental dos EUA continuou sendo o acirramento

do confronto, tornando tal questão um aspecto fundamental da política externa do país, através da promulgação de inúmeras leis e documentos que apontavam para o endurecimento do embargo econômico para castigar aliados e sócios comerciais do país (DOMINGUEZ, 2004, p. 274).

Tal postura pode ser explicada pela combinação dos seguintes fatores. Em primeiro lugar, o desaparecimento da URSS, até então um contrapeso à ação americana, havia possibilitado uma maior liberdade para as ações do país que encontravam menos resistências no cenário internacional. Em segundo lugar, ocorreu um maior consenso interno em que as políticas desenvolvidas pelos dois partidos dominantes convergiam para a constatação de que a política externa do país deveria promover a democracia e os direitos humanos, variando, timidamente, os meios para que isto fosse realizado – isto ajuda a compreender porque Cuba era considerada um Estado pária, durante as administrações americanas ao longo da década. E, finalmente, os cubanos radicados no país, a maioria anticastrista, conseguiram se tornar uma força política relevante¹⁵⁴ e, com uma melhor organização, conseguiram influenciar a política desenvolvida pelo país em relação à Cuba. O governo Reagan havia propiciado três mudanças significativas neste setor, proporcionando um instrumento não violento de militância, canalizando recursos financeiros e humanos a comitês de ação política extremamente especializados e desenvolvendo a capacidade de tal grupo de trabalhar com políticos americanos de todos os partidos e aumentar o número de seus representantes. Neste sentido sintetiza Alzugaray:

154 O estado da Flórida, onde vive a maioria dos cubanos exilados nos EUA, é a terceira força eleitoral do país, perdendo apenas para o Texas e a Califórnia, e a comunidade cubana representa cerca de 30% do eleitorado. Como o voto é facultativo sua importância é ampliada pela capacidade mobilizadora que desenvolveu (HAVRANEK, 1998).

... esta política se replanteó con mayor fuerza el derro del gobierno cubano y la reversión de la revolución, a partir del criterio generalizado de que sin el apoyo soviético, no habia posibilidad alguna de que el sistema socialista pudiera perdurar en Cuba, por lo que lo único que había que hacer era arreciar las presiones, sobre todo económicas, a fin de lograr el ansiado anhelo de ‘meter en cintura’ a Cuba (ALZUGARAY, 2004, p. 19-20).

O resultado mais evidente deste processo foi o desenvolvimento de duas leis que procuravam aprofundar as dificuldades econômicas da ilha, partindo do pressuposto de que isto minaria o consenso e o apoio social ao regime, conduzindo necessariamente a um processo de transição que deporia Fidel Castro do poder. Em 1992, dentro do marco do Cuba Democracy Act, surgiu a lei Torriceli, proposta por um deputado do partido democrata, que reforçou o embargo proibindo as subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior de comercializarem com Cuba, estabelecendo punições para comerciantes que negociassem e para países que fornecessem subsídios para a ilha e limitando o número de autorizações para turistas dos EUA viajarem a Cuba.

Já em 1996, depois da derrubada de dois aviões do grupo Irmãos ao Resgate, pela força aérea cubana, que haviam invadido o espaço aéreo do país e para atender às pressões de grupos anticastristas, o presidente Clinton aprofundou estas medidas sancionando a lei Helms-Burton.

Tal lei contém quatro seções; a primeira regulamenta o embargo tornando-o lei e proíbe o presidente dos EUA de normalizar as relações com Cuba ou formular qualquer política sem a aprovação do congresso e, finalmente, estabelece que os diretores americanos de instituições financeiras internacionais não aceitem Cuba como membro e não concedam a aprovação de empréstimos para o país. A segunda seção enumera os requisitos e fatores, combinação de restrições e incentivos, a serem empregados para avaliar se e quando é efetiva uma transição à democracia no país. Na terceira seção, é concedido aos cidadãos e empresas norte-americanos o

direito de processar, nos EUA, aqueles que utilizam propriedades nacionalizadas pelo governo cubano no início da revolução. E finalmente, a quarta seção impede a entrada nos EUA de executivos de alto escalão e de acionistas majoritários, e suas famílias, das companhias que mantêm negócios com Cuba instalados nos imóveis que pertenciam a empresas americanas (BENSON, 200, p.105-107).

Em suma, como aponta Havranek, tal legislação “impede que empresas e cidadãos de outros países, que mantenham negócios com Cuba, operem nos EUA ou vendam para o seu mercado” (HAVRANEK, 1998, p. 156).

O resultado desta política, e de outras ações norte-americanas ao longo da década, parece indicar que os prejuízos são maiores que os benefícios. Se por um lado, tal ação contribuiu para o desenvolvimento de uma concepção da nova ordem internacional, relacionada à promoção da democracia e direitos humanos, como valores importantes desta ordem e para o desenvolvimento do princípio de “ingerência humanitária” como um mecanismo do Direito Internacional, as críticas aos meios utilizados para impô-los ao governo cubano parecem sugerir que a estratégia utilizada pelo governo americano não é considerada adequada pela comunidade internacional e tem contribuído para que o país encontre apoio e aliados que se opõem a esta postura.

Como apontam Benson (2000), Dominguez e Alzugaray (2004), considerando o âmbito interno, tais ações reforçam, ao invés de fragmentar, o apoio ao governo propiciando a manutenção do discurso nacionalista; criam um ambiente internacional mais favorável à recuperação econômica, pois diversos países se recusam a agir conforme os interesses da diplomacia de Washington e continuam vendo Cuba como um mercado aberto a seus interesses; e, finalmente, não contribuíram para o desenvolvimento da democracia, ao propiciar ao regime manter a unidade e diminuir o impacto de possíveis cisões, afirmando que enfrenta uma guerra

com um inimigo poderoso e deve exercer maior controle interno. Por outro lado, no cenário internacional tais ações sofrem críticas da comunidade internacional, devido ao seu caráter extraterritorial, tanto considerando os países que se recusam a aceitá-las como as organizações internacionais que procuram desenvolver estratégias próprias e construtivas, como a UE, como na ONU, em que Cuba vem angariando apoio e os EUA foram constantemente derrotados em proposições que aumentavam o embargo do país. Além disto, deve-se considerar que a opinião pública, americana e mundial, tem-se posicionado, por diferentes razões, contra a manutenção desta política, o que acaba fortalecendo as posições do governo cubano.

Em suma, ao tentar ampliar o isolamento, a política americana tem contribuído para que Cuba receba um apoio, crítico, da sociedade internacional.

E ainda, a existência desta política de confrontação em geral não impede o desenvolvimento de ações cooperativas em campos de interesses comuns. Ao longo da década, deram-se os primeiros passos para uma cooperação em temas como a migração (depois dos acordos de 1994 e 1995) e o narcotráfico. Isto mostra um pragmatismo utilizado para fatos pontuais, em que pese uma política global marcada por uma forte carga ideológica. Por outra parte, devido à dolarização da economia cubana e a importância das remessas de dólares que chegam dos familiares residentes nos EUA, produziu-se uma situação paradoxal de dependência. O atrativo estratégico da ilha, unido às diferenças ideológicas e à política de prestígio desenvolvidas pela superpotência, acentua o caráter conflitivo dessa relação.

Mesmo assim, houve uma sensível melhora ao longo da década, embora inconstante, nas relações entre os países em alguns temas comuns específicos. Como aponta Domínguez (2003), na questão da segurança ocorreu uma melhoria considerável; também se desenvolveu uma eficaz cooperação sobre a migração, que incluía o estabelecimento de um vo-

lume anual de vistos de entrada para os EUA, cerca de 20 mil a partir de 1995, e o compromisso de devolução por parte dos EUA dos migrantes ilegais cubanos e a aceitação de seu regresso pelo governo de Cuba; e, finalmente, se desenvolveu uma relação cada vez mais profissional para impedir que narcotraficantes utilizem o espaço aéreo e marítimo de Cuba¹⁵⁵.

Deve-se destacar ainda que o desenvolvimento do conflito depende em grande medida dos fatores domésticos, de um lado ou outro, já que este parece se fundamentar na lógica da política interna, que contribui para a legitimação de suas lideranças. Do lado americano, o peso do voto da comunidade cubana tem limitado a ação dos governantes, mesmo sob a presidência democrata, o que se viu foi a adoção de medidas que contribuía para satisfazer os interesses de setores mais militantes que eram opositores ao regime cubano. Da mesma forma, no lado cubano, as ações americanas servem como legitimação do discurso governamental, para a afirmação do nacionalismo e o adiamento de medidas de caráter liberalizante, visto que o país estaria sob ameaça e seria necessário manter a unidade, como ingrediente fundamental do interesse nacional. Desta forma, a liderança política destes países adota uma postura que alimenta os seus interesses reciprocamente, e, de certa forma, oferece uma resposta ao seu público interno, impedindo maiores avanços.

A primeira grande oportunidade para a superação do isolamento ocorreu com o convite e a participação do presidente cubano, Fidel Castro, na primeira reunião e fundação da Cúpula Ibero-Americana, realizada no México em julho de 1991. A liderança cubana reconhece a importância de tal cúpula, pois em sua visão serviria de contrapeso à influência ame-

155 Deve-se destacar que no mesmo dia em que ocorrem os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, Fidel Castro condenou os ataques, ofereceu médicos e enfermeiros para ajudar as vítimas e abriu os bancos de sangue cubanos para instituições americanas; além disto, permitiu, excepcionalmente, a aterrissagem por emergência de aviões americanos em aeroportos do país (DOMINGUEZ, 2003, p.539).

ricana e poderia colaborar, em sua visão, para tornar menos conflitivas as relações interamericanas, como aponta Benitez:

as cumbres iberoamericanas han sido vistas y em muchos aspectos lo son, un proceso alternativo al conjunto de relaciones que se ha tejido entre Estados Unidos y América Latina y que tiene su plasmación institucional en el sistema interamericano, cuyo núcleo central es la OEA (BENITEZ, 1999, p.5).

Outro elemento apontado por tal autor se refere ao fato de que este mecanismo foi uma iniciativa própria dos países latino-americanos, a partir da ação do presidente mexicano Salinas de Gortari, representando uma novidade e sinal de maior autonomia na ação destes países, inspirada na atuação dos conflitos da América Central do Grupo de Contadora e do Grupo do Rio, que surgiram como resposta ao unilateralismo da política americana nos anos 80. Sendo assim, tais encontros desempenham um papel fundamental, pois, segundo Benitez:

respecto a las cumbres hay que ver la conciliación que implica al interior de América Latina- al nivel de jefes de Estado- y la relación com Europa. Es un proceso joven, no institucionalizado, estamos hablando de esferas o foros de concertación, se toman declaraciones no vinculantes. No es un entramado de organizaciones ya existentes como la OEA o el sistema interamericano em general. Pero es también un espacio de legitimación de los gobiernos de América Latina en el poder frente a sus sociedades (BENITEZ, 1999, p.12).

Desta forma, se reconhece que tais encontros, apesar de limitados pela ausência do grande ator no cenário americano, os EUA, por se constituir num organismo consultivo e não deliberativo e desta forma não possuir um conjunto de instituições necessárias a sua afirmação, cumprem um papel essencial, seja no fortalecimento de laços com a Europa e, acima de tudo, se tornar um espaço de legitimação da ação governamental. Neste

sentido, a diplomacia cubana tem aproveitado este fórum para superar o isolamento do país e angariar apoio às suas causas e a sua política interna. Alzugaray (1999) procura demonstrar que a Cúpula quando discutiu temas importantes para a região, como a governabilidade, o desenvolvimento e a segurança, teria referendado, embora parcialmente, as críticas do país em torno do modelo neoliberal e das consequências da globalização¹⁵⁶.

Além disto, a presença constante de Fidel Castro e a capacidade do líder de se destacar, realizando contatos e atos em benefício das causas do país e a realização da Cúpula de 1999 em Havana são apontados como êxitos desta diplomacia, pois segundo Godoy, comentando as declarações finais destes encontros “por supuesto esto es una declaración de consenso y no están reflejados todos los intereses de Cuba” (GODOY, 1999, p.42).

Tal participação não ocorreu sem tensões. Basta citar os conflitos gerados pela declaração final da II Cúpula, realizada em Madri, cuja declaração final procurava pressionar o país para a realização de mudanças em sua estrutura política e econômica, colocando em primeiro plano o compromisso com a adoção do modelo de democracia representativa, como precondição para que se avançassem acordos referentes à ajuda econômica e social dos países participantes. Este foi o ponto mais crítico da participação cubana (PENALVER PORTAL, LEGRA DURAN, 2006, p. 5).

No entanto, a participação cubana embora não conflitiva, algumas vezes tem desgastado a relação do país com outras nações participantes. Desta forma, como aponta Dominguez (2003), a crítica cubana à ação canadense na Cúpula de 2001, contra os movimentos antiglobalização, acentuadas por outras ações da diplomacia cubana, diminuíram o ímpeto

156 Para um balanço da participação cubana, dos desafios e possibilidades que as Cúpulas representam para o país, a partir da perspectiva cubana ver, entre outros, “Texto e Contexto”, Luiz Suárez Salazar; “Democracia y Derechos Humanos”, de Hugo Azcuy; “El tema de la seguridad”, de Isabel Jaramillo; todos publicados em *Cadernos de Nuestra América*, La Habana, vol. XII, nº 167, Julio-diciembre, 1995.

das relações políticas entre ambos¹⁵⁷. Além disto, deve-se ressaltar que o país ignora declarações em torno do sistema democrático e dos direitos humanos emitidos por tais cúpulas por considerar, como afirmamos anteriormente, que estas não possuem um caráter vinculante.

Portanto, pode-se concluir que as reuniões anuais da Cúpula Ibero-Americana acabam exercendo uma dupla função em relação ao país, como aponta Dominguez (2003). Por um lado, procuram promover um processo de abertura política do país e solucionar os atritos diplomáticos; por outro lado, acabam legitimando o regime do país, aceitando a participação plena de suas lideranças e, por vezes, referendando suas demandas. No que se refere à Cuba, apesar de desgastes momentâneos, Penalver Portal e Legra Duran apontam que:

(...) en el momento que comenzamos a participar desde la primera edición de Guadalajara en 1991 en una franca posición de aislamiento- cuando pocos contaban con la supervivencia de la Revolución-, hasta la recién celebrada Cumbre de Costa Rica, que a pesar de tener lugar en una sede totalmente adversa y hostil al país y de no asistir el Comandante en Jefe Fidel Castro, marcó sin lugar a dudas para nosotros el punto más exitoso de la participación de Cuba en estas citas, al ver lograda la materialización de sus intereses de política exterior, y el respaldo mayoritario a sus iniciativas (PENALVER PORTAL, LEGRA DURAN, 2005, p. 2).

Ou seja, as Cúpulas Ibero-americanas contribuíram para que o país, ignorando as críticas, alcançassem o objetivo fundamental de sua política externa: a superação do isolamento: “Estas cumbres han ayudado a Cuba

157 Segundo Dominguez (2003), além do fato mencionado, contribuíram para a deterioração destas relações o tratamento dado na visita do primeiro-ministro canadense em 1998, a declaração de Fidel Castro em 1999 sobre o “outro inimigo do norte”, a crítica cubana a política canadense aos aborígenes do país e, finalmente, o voto canadense na Comissão dos DH da ONU contrário a Cuba, em 2001.

a romper su aislamiento político tras el hundimiento del mundo comunista en Europa y a resistir la presión de EUA” (DOMINGUEZ, 2004, p. 267).

Outro sinal importante desta estratégia de superação do isolamento, conduzida através de um intenso ativismo da diplomacia cubana refere-se à participação nos fóruns internacionais, destacadamente na ONU, devido à sua amplitude e importância. Neste sentido, a estratégia fundamental do país tem sido evitar a aprovação de resoluções e sanções contra o governo cubano, e quando aprovadas tem-se adotado uma postura de crítica ou silêncio, simplesmente ignorando o teor de tais documentos. Aliado a isto, e de forma mais concreta, o governo cubano tem procurado utilizar-se deste fórum para denunciar a política americana para o país, principalmente os efeitos negativos do embargo econômico promovido por aquela nação e, a partir da promulgação das leis americanas Torricelli e Helms-Burton, tem procurado angariar apoios para denunciar as sanções inerentes às mesmas, transformando tal fórum em uma das arenas privilegiadas de embate com a política norte-americana (DOMINGUEZ, 2004; SALAZAR, 1997).

O desempenho, mais uma vez, tem sido favorável ao regime, à exceção de breves períodos e de questões pontuais, sem comprometer a política do país como um todo. Quanto às críticas ou recomendações, o governo cubano procura rebatê-las ou ignorá-las¹⁵⁸, como ocorreu em 1992, diante da aprovação de uma resolução que critica o tratamento dado à questão dos direitos humanos e a recomendação da visita de um relator especial, designado pela ONU, para avaliar a situação no país, o que foi rechaçado pelo governo cubano (DOMINGUEZ, 2004). Quanto aos sucessos, em grande parte, eles se referem à manutenção da lógica da Guerra Fria, por parte do governo americano, que procura através do confronto

158 Para observar a postura do governo cubano diante de votações e resoluções desfavoráveis, aprovada pela ONU e seus organismos, pode-se consultar o site do MIN-REX: <www.minrex.gov.cu> e ver a seção “declaraciones”.

e enfrentamento adotar medidas que provocam reação na comunidade internacional, mas que acabam contribuindo para que Cuba supere o isolamento a que se viu submetida. Isto porque um número significativo de países não apenas desaprovam as iniciativas americanas, como acabam declinando da possibilidade de impor sanções adicionais ao país, evitando, desta forma, pactuar com os interesses e a política daquela nação.

Neste sentido, diante da formulação do Cuban Democracy Act, ainda no início da década de 90 a diplomacia cubana apresentou, em 1992, uma resolução na Assembleia Geral da ONU, que conseguiu ser exitosa pela primeira vez, condenando as sanções americanas contra o país¹⁵⁹. Já em 1994, o país obteve um apoio mais expressivo a favor da resolução com a aprovação de 101 países e apenas 2 votos contrários (DOMINGUEZ, 2003, p. 539). Em 1996, o apoio foi ainda maior, com os votos favoráveis de 137 países e 3 votos contrários. Finalmente, em 2001, em meio à consolidação da aliança contra o terrorismo no Afeganistão, Cuba obteve 167 votos favoráveis e novamente apenas 3 contrários. Os únicos países da América Latina que não votaram com o país foram Nicarágua, que se absteve, e El Salvador, que se ausentou. Desta forma, mais do que alcançar os objetivos almejados, a derrocada do regime, pode-se afirmar que a política americana para o país recebe a condenação de outros governos e possibilita um maior espaço de manobras para a liderança cubana.

Ainda na questão dos direitos humanos, considerando a votação na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, cabe destacar a constante diminuição dos votos condenatórios ao país, como se pode observar no seguinte quadro:

159 O resultado foi o seguinte: 59 votaram a favor, 3 contra, e houve ainda 46 ausências e 71 abstenções (DOMINGUEZ, 2003).

Quadro 4.3.

Ano	Favorável	Contrário	Abstenção
1992	23	8	21
1993	27	10	15
1994	24	9	20
1995	22	8	23
1996	20	5	28
1997	19	10	24

FONTE: SALAZAR, 1997, p. 172.

Apesar da manutenção de uma postura que condena a situação dos direitos humanos na Ilha, pode-se destacar que, além do alto número de abstenções, à exceção do ano de 1996, tem ocorrido um processo de diminuição dos votos favoráveis à condenação do país e um crescimento, ainda que lento, dos membros contrários a tal medida. Mesmo considerando o resultado significativo, o que procuramos destacar é que tal tendência reflete, de certa forma, o ativismo da diplomacia cubana em procurar superar a condição de isolamento político diplomático do país.

Outro dado significativo da atuação do governo na ONU refere-se às votações para a condenação do embargo norte-americano. Para compreendê-la basta observar o seguinte quadro apontado por Salazar (1997), que retrata as votações da entidade condenando o embargo norte-americano no período mais crítico, interna e externamente, do regime:

Quadro 4.4.

Ano	Favorável	Contrário	Abstenções	Ausências
1992	59	3	71	46
1993	88	4	57	35
1994	101	2	48	33
1995	117	3	38	27

FONTE: SALAZAR, 1997, p. 141.

O quadro demonstra, apesar do significativo número de abstenções e ausências, um crescente apoio à demanda cubana, que foi se consolidando ao longo da década. Neste sentido, parecem confirmar a constatação de Salazar:

...La diplomacia cubana, junto con las organizaciones no gubernamentales del país que han participado en las mismas, han logrado la aprobación de resoluciones y acuerdo que, con una u otra redacción, de manera mas o menos explícita, ratifican el principio de autodeterminación del pueblo cubano, al par que condenan el bloqueo económico norte-americano o instan al gobierno de los EUA a suspender las medidas coercitivas que aplican extraterritorialmente a su amparo (SALAZAR, 1997, p. 148).

Finalmente, outro indicador significativo, por sua importância simbólica e contraditória, foi a visita do papa João Paulo II à ilha em 1996. Simbólica, em primeiro lugar, devido às relações tensas e conflitivas ao longo do processo revolucionário cubano entre a hierarquia da igreja católica no país e as lideranças revolucionárias¹⁶⁰ e, em segundo lugar, pela reconhecida atuação deste líder católico que, para muitos, havia contribuído de maneira significativa para a derrocada dos regimes comunistas, em seu país natal, a Polônia, e também em todo Leste Europeu.

Tal visita obteve uma ampla repercussão, contribuindo para o desenvolvimento do objetivo fundamental da política externa cubana, e pode ser compreendida em duas dimensões. Por um lado, contribuiu para a melhoria das relações entre Igreja e Estado¹⁶¹, que segundo Calzadilla:

160 Para uma breve análise das relações Igreja e Estado em Cuba ver o artigo “Las relaciones Iglesia-Estado y Religión –Sociedad en Cuba”, de Jorge Ramírez Calzadilla e o livro *Fidel e a religião*, de Frei Betto.

161 Para uma avaliação das repercussões internas desta visita ver, entre outros, “Wojtula, huracán sobre Cuba”, de Frei Betto e o artigo “Cristianismo y Cuba” de Giulio Girardi, ambos publicados na revista *América Libre*, nº 13, Julio de 1998.

La visita de Karol Wojtila fue indudablemente un acontecimiento de importancia, calificado de histórico por la prensa extranjera. En su estancia en Cuba el Papa incluyó en su discurso algunos elementos de crítica social y política al tiempo que silenció los logros alcanzados en diferentes campos. Sin embargo, no se justifican presagios que se hicieron sobre los cambios radicales en Cuba, incluso en términos calamitosos. La visita deja un saldo favorable balanceado para el proyecto cubano y para la iglesia. Un propósito evidente del Papa fue reforzar la autoridad de la iglesia local y contribuir a ampliar su espacio, respaldando sus demandas (CALZADILLA, 1998, p. 14).

Porém, o aspecto fundamental que queremos ressaltar é que esta visita contribuiu para a superação do isolamento do país, ou seja, o resultado mais importante para o governo cubano, ao mobilizar um número relativamente grande de jornalistas que cobriam a visita, ao demonstrar que o regime realizava um processo de abertura parcial e, principalmente, pelas posições assumidas pelo Papa em seus discursos, condenando o bloqueio norte-americano e rechaçando o neoliberalismo como alternativa. Certamente que tal ação pode ser percebida sob diferentes perspectivas. O que procuramos destacar é que isto contribuiu para a percepção, real ou simbólica, de eficácia da diplomacia do país, que desde 1979 procurava tornar possível a visita do Papa, e conseguiu realizar o seu intento nesta década. Neste sentido, descrevendo o ambiente da visita, aponta Salazar:

Tanto el gobierno cubano, como el Vaticano manifestaron sus satisfacciones por las evidentes coincidencias de puntos de vistas sobre la actual situación del mundo que se habían producido entre ambas personalidades. (...) En ese ambiente, tanto la Conferencia Episcopal de la Isla, como el Estado Vaticano se sumaron a la condena de la Ley Helms-Burton (SALAZAR, 1997, p. 177).

A redefinição exterior cubana tem entre suas prioridades América Latina e Caribe. Durante os anos 90 foram reatadas as relações diplomá-

ticas com quase a totalidade dos países da região e se firmaram acordos de cooperação. O estreitamento dos laços foi possível devido à vontade política do governo cubano e as mudanças de percepção por parte dos países latino-americanos e caribenhos, mais independentes dos EUA, que já não veem Cuba como um aliado das guerrilhas.

Estas relações já não possuem o caráter conflitivo de décadas anteriores. Isto porque, para Cuba, o bom relacionamento com os países latino-americanos é uma condição fundamental para o aprimoramento econômico, como também para a ampliação da rede de apoios em relação ao conflito com os EUA, e, ainda, tal ação não se orienta principalmente pela tentativa de promoção de revoluções. Da mesma forma, para os países da América Latina, Cuba já não representa uma ameaça, constitui-se num mercado que não deve ser descartado e pode colaborar para a solução de problemas internos, com sua diplomacia social, ou para a pacificação de conflitos.

Sendo assim, o país acabou adquirindo um papel protagônico em relação a diversos temas. Teve um papel útil e importante nos processos de pacificação da América Central, primeiro em El Salvador, em 1992, e depois na Guatemala, em 1996. Também apoiou o processo de pacificação na Colômbia durante o governo de Andrés Pastrana. Já em janeiro de 2002, o país sediou uma Cúpula de Paz em que participaram os representantes do Exército de Libertação Nacional (ELN), do governo colombiano e da sociedade civil para acelerar as negociações para encerrar o conflito armado no país. Segundo Dominguez (2003), Cuba não foi apenas a anfitriã, mas sim a promotora desta negociação, como tem procurado envolver, embora com menos êxito, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A relação com os países das Antilhas estão entre as melhores e mais estáveis. A mudança ocorreu em março de 1992, quando Cuba reestabelece relações com o governo de Granada, depois da invasão americana em

1982. Depois disto, o país foi admitido na Organização Turística do Caribe e, em 1993, Cuba assinou um acordo de cooperação com a Comunidade do Caribe (CARICOM), apesar das pressões americanas. E, finalmente, quando se fundou a Associação dos Estados do Caribe, Cuba participou como membro fundador. Os governos de tal entidade se opõem ativa e reiteradamente à política americana quanto a Cuba e não procuram expressar critérios de política interna.

Outro elemento da estratégia cubana tem sido a relação privilegiada com altos funcionários de outros países, em especial, dos países vizinhos. Neste sentido, vale destacar o grande número de visitas que a liderança do país empreendeu nesta década, assim como de funcionários graduados destes países que visitam Cuba. Desde o início da década, tornou-se uma constante a presença de lideranças cubanas, Fidel Castro principalmente, em eventos na região e nas solenidades de posses de vários presidentes de países latino-americanos (LÓPEZ SEGRERA, 1995; ALZUGARAY, 2004).

Cuba tem recebido um número cada vez maior de visitas de autoridades destes países, aprofundando as relações comerciais e os laços políticos-diplomáticos. Além disto, pode-se assinalar que, apesar de priorizar as relações estatais, o país continuou desenvolvendo laços com organizações políticas e civis da região simpáticas ao regime e solidárias aos desafios enfrentados pelo país, promovendo ou recebendo eventos que procuravam refletir criticamente sobre o processo de globalização¹⁶² (BORON, 2004) ou participando de eventos realizados no continente, como o Fórum So-

162 Duas entidades cubanas se destacam na promoção destes eventos que procuram refletir criticamente o atual contexto internacional: a Casa de las Américas e a AUNA (Asociación por la Unidad de Nuestra América) que através de suas publicações, revistas e livros, procuram divulgar e incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico.

cial Mundial e o Fórum de São Paulo, que procurava integrar os partidos de esquerda e centro-esquerda da região.

O problema central da política externa cubana, que gera discórdias e conflitos com alguns destes países, seguem sendo as questões relativas à democracia e aos direitos humanos. A mesma assembleia que condenou o embargo americano condenou em diversos momentos o governo cubano pela violação dos direitos humanos. Em 1993, por exemplo, nenhum país da América Latina ou da Europa votou com Cuba. Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela se abstiveram. Também a votação anual em Genebra sobre a situação dos direitos humanos provoca desgastes na relação com outros países e implica um abalo de seu capital político internacional (DOMINGUEZ, 2003). Da mesma forma, vários grupos políticos governamentais apontam para a necessidade do país se democratizar. Apenas como exemplo, o Grupo do Rio, que agrupa os principais governos da América Latina, publicou em 1994 uma declaração que pedia a instalação de “um regime democrático e pluralista em Cuba, que respeite os direitos humanos e a liberdade de opinião, em consonância com a vontade popular” (citado por DOMINGUEZ, 2003, p. 265). Mesmo assim, tal grupo recomendou uma estratégia de aproximação maior com o país e apoiou o fim do embargo americano.

Além disto, outro problema decorre, como aponta Segrera (1995), das tensões geradas entre a vigência dos ideais revolucionários cubanos e a manutenção de relações estatais normais com os países da região, diante dos problemas enfrentados pelos mesmos na década de 90. Neste sentido, aponta o autor:

Um dos grandes desafios que terá de enfrentar a projeção internacional de Cuba na região (como dissemos ao nos referirmos ao caso de El Salvador) decorre da necessidade de conciliar o desenvolvimento das relações estatais (e com os setores do capitalismo local) com seus vínculos com as organizações políticas, sociais, religiosas e de todo tipo que representam o movimento popular, mais ainda quando as políticas do Fundo Monetário Internacional excluem amplas massas da sociedade latino-americana (LÓPEZ SEGRERA, 1995, p. 133).

As relações entre Cuba e a UE foram relativamente frágeis em grande parte do processo revolucionário, apesar da normalidade das relações diplomáticas da ilha com a maior parte dos países da Europa. A fragilidade resultava das alianças que ambos mantinham com seus respectivos blocos ideológicos. Nos anos 90, no entanto, tal condição se altera, com o aprofundamento dos laços políticos e econômicos, até atingir o ápice com o estabelecimento oficial de relações entre Cuba e a UE (União Europeia), que aconteceu em 1998, produzindo um incremento no diálogo político e a consolidação do intercâmbio econômico.

A lógica que orienta as relações entre ambos se baseia na necessidade cubana de ampliar sua inserção internacional, tendo em vista a superação do isolamento político, e o desenvolvimento de intercâmbio comercial e para a recuperação econômica. De outra parte, a UE procurava estabelecer canais de relacionamento no intuito de contribuir através de um diálogo construtivo com as lideranças cubanas, diferente da postura americana, para o processo de abertura política e econômica. Portanto, tal relação pode ser percebida como uma das ações que poderiam transformar a UE num ator global, diferenciando-se da política internacional desenvolvida pelos EUA. Convém destacar também que a conciliação destas duas lógicas distintas nos ajuda a compreender a dinâmica da relação entre Cuba e UE, caracterizada pela oscilação entre aproximação e distanciamento¹⁶³ (DOMINGUEZ, 2004; GÓMEZ, 1996; GÓMEZ, 2001).

Desta forma, a Europa, seja enquanto União ou através dos estados membros, desenvolveu, nos anos 90, um maior ativismo em relação a

163 Para um balanço sobre as relações entre Cuba e UE, considerando a perspectiva cubana ver os artigos “Cuba and the European Union. Factors of Stagnation” e “Relaciones UE-Cuba: constaciones y incertidumbres”, ambos de Eduardo P. Gómez; sob a perspectiva europeia ver o artigo “La Unión Europea ante Cuba y Colombia: de buenas intenciones y altas esperanzas a notables contradicciones y grandes frustraciones” de Joaquín Roy. Além disto, pode-se consultar o livro *Cuba y la Unión Europea: las dificultades del diálogo* do IRELA (INSTITUTO DE ESTUDO DAS RELAÇÕES EUROPA E AMÉRICA LATINA).

Cuba. Já em 1993, o parlamento europeu condenou a Lei Torricelli e aprovou seu primeiro programa de ajuda humanitária ao país, com o propósito de respaldar as reformas internas. Em 1995, uma comissão foi designada para estabelecer um diálogo de alto nível, procurando aprofundar as relações entre ambos. No entanto, as conversações não avançaram devido à recusa do governo cubano em realizar concessões referentes à situação dos direitos humanos e iniciar um processo de democratização – como indicava a comissão para que as negociações continuassem e a tensão gerada pela viagem do vice-presidente da UE ao país – em que o mesmo se encontrou tanto com líderes governamentais como com membros do principal grupo opositor na Ilha, o Concílio Cubano.

Mesmo assim, com a promulgação da lei Helms-Burton por parte dos EUA em 1996, a UE voltou a se posicionar contra a política americana, adotando uma série de medidas, na OMC, e reafirmou os princípios que orientam sua postura em relação a Cuba, assumindo uma “posição comum”¹⁶⁴, adotada pela primeira vez na relação da UE com outros países, que reafirma a sua atuação em favor de um processo de democratização no país e de respeito aos direitos humanos. Tal posição pode ser compreendida da seguinte forma:

La Unión Europea favorece una transición democrática pacífica en Cuba; condiciona la ayuda económica y la eventual firma de un acuerdo de cooperación formal a una democratización fehaciente en Cuba; se compromete a proseguir el diálogo con el gobierno

164 Esta posição comum não significa total coesão em relação à questão cubana; isto porque os interesses nacionais continuam sendo importantes na atuação externa dos países, daí o peso dos interesses econômicos que tornam alguns países europeus importantes parceiros comerciais de Cuba, como apontamos na seção anterior, e a existência de três grupos diferentes no seio da UE: o dos mediadores, representados por Áustria, Bélgica e Alemanha; o dos bloqueadores, representados por Finlândia, Holanda, Reino Unido e Suécia; e, os aberturistas, representados por França, Itália, Portugal e Espanha. (DOMINGUEZ, 2004; ROY, 2002).

cubano y com la sociedad civil; insiste en la estricta adhesión a la Declaración Universal de los Derechos Humanos; insta a cada uno de los estados miembros a cooperar con Cuba siguiendo las líneas de la reforma económica autorizada por el gobierno cubano; y promete mantener la ayuda humanitaria con un mayor énfasis en las ONG. Al margen de ello, la Unión Europea se há comprometido a oponerse y impugnar la ley Helms-Burton (DOMINGUEZ, 2004, p. 278-279).

O governo cubano, obviamente, criticou o teor deste documento¹⁶⁵, apontando que o mesmo, além de afetar a soberania do país teria relação com a visita do vice-presidente americano da época, Al Gore, a Madri e a deterioração das relações do país com o governo espanhol, liderado por José Aznar que havia suspenso a ajuda humanitária e, segundo os cubanos, teria vínculos com a opositora Fundação Cubano-americana¹⁶⁶ (ROY, 2002).

Outro momento da relação oscilatória entre ambos ocorreu por ocasião do possível ingresso de Cuba na Convenção de Lomé, em 2000. Cuba havia sido convidada, como observadora, para participar das negociações do Acordo de Cotonou, em 1998, porém a UE deixou claro que só aceitaria a plena integração do país em tal acordo se iniciasse um processo de democratização, o que levou à retirada do país, em 1999, afirmando que não aceitaria condicionamentos seletivos e discriminatórios (DOMINGUEZ, 2004).

De qualquer forma, as relações entre Cuba e a UE não chegaram ao confronto e ao rompimento e, em grande medida, dependem da per-

165 Segundo Roy: “Cuba había calificado las condiciones de la UE como arrogantes, inaptables y dependientes de la política de los Estados Unidos” (2002, p. 54).

166 As relações entre Cuba e Espanha foram extremamente tensas durante o mandato de Aznar, gerando uma deterioração político-diplomática que culminou com a realização de uma marcha em Havana, reunindo milhares de pessoas, em que os participantes portavam cartazes e camisetas comparando Aznar a Hitler e faziam discursos irados contra o governante espanhol (ROY, 2002).

cepção comum de que tais laços podem se desenvolver combinando, ainda que de maneira tensa, os objetivos de cada lado.

Além disto, tal relação reforçou a luta pelos direitos humanos e por maior abertura política na Ilha, além de propiciar o aparecimento de inúmeras organizações não governamentais que atuam, com financiamento europeu, nas mais diferentes áreas¹⁶⁷. Apesar de inúmeros avanços, algumas vezes surgem conflitos e tensões nesta relação, devido à crítica europeia na questão dos direitos humanos em Cuba ou a exigência de abertura (LÓPEZ, 2002).

Um balanço parcial desta relação deve considerar que, apesar dos problemas e tensões, ambos os lados consideram que os benefícios são mais vantajosos. Para o governo cubano, a UE desempenha um papel importante ao se opor com vigor à política norte-americana, amenizando o isolamento; apesar da redução da ajuda humanitária, as políticas básicas não sofreram profundas alterações; a UE ajudou o país em sua relação tensa com a Espanha, criticando inúmeras medidas deste governo; e, finalmente, a entidade jamais tomou alguma iniciativa na relação de Cuba com seus Estados membros, possibilitando que os do bloco sulista (Portugal, Itália, França e Espanha, dependendo o governo), denominado por Roy (2002), atuem como parceiros políticos e estejam entre os principais parceiros econômicos do país.

Considerando os interesses da UE, os fatores determinantes para a sua relação com Cuba são o desenvolvimento de seu papel global no novo cenário internacional; o enfrentamento aos EUA diante das políticas extraterritoriais conduzidas pelo país observadas como um precedente perigoso para as relações internacionais; e, finalmente, a percepção, mais

167 Neste sentido, convém destacar o CEE (Centro de Estudios Europeos), ONG que estuda e procura aprofundar os laços entre Cuba e Europa, oferecendo ao público diversas publicações e a realização de uma conferência anual.

ou menos comum, de que o confronto e o endurecimento com o governo cubano dificilmente conduziriam, por si só, uma transição democrática na Ilha. Em suma, a crença no diálogo construtivo, como o melhor caminho para transformar o regime cubano.

Apesar destes apelos, a estratégia cubana tem sido, diante dos pedidos mais insistentes de democratização, o sacrifício de vantagens econômicas e de boas relações políticas, negando-se a aceitar o que afirma serem condicionamentos do regime político interno, ou seja, de questões relativas a sua soberania.

O mesmo processo ocorreu com o Canadá, ainda que menos intensamente. O governo cubano ignorou as exortações canadenses sobre democracia e direitos humanos e posteriormente preferiu a deterioração das relações a uma mudança política. A mudança política do Canadá começa com a resposta à aprovação da Lei Torricelli e a ascensão do Partido Liberal, em 1994. Neste período o governo canadense anunciou um programa de ajuda oficial para o desenvolvimento econômico e social de Cuba e outro para financiar o comércio de suas empresas com o país. Além disto, o governo procurou apoiar o relacionamento de empresas não governamentais canadenses com outras cubanas, oficiais ou semioficiais. Desta forma, insistia que o objetivo fundamental de sua política era promover a democratização do país.

Depois de um acordo, firmado em 1997, de cooperação em diversas áreas, e da visita do premiê canadense logo em seguida, as relações entre os dois países se deterioraram. Primeiro, devido ao julgamento de dissidentes; em seguida, devido às declarações de Fidel Castro, em julho de 1999, sobre o outro inimigo do norte; e, finalmente, as críticas do governo cubano em relação à repressão da polícia canadense aos protestos na Cúpula Interamericana, em 2001, e ao voto favorável do Canadá criticando a questão dos direitos humanos, no organismo responsável da ONU.

Mesmo assim, embora se deva considerar que no nível político tais relações dependem das ações e reações das lideranças de cada país, o Ca-

nadá continua a ser um parceiro fundamental, principalmente no âmbito econômico. Como apontam estudiosos canadenses¹⁶⁸, a lógica da política desse país parece orientada pela constatação de que:

El comercio es el denominador común de todos los períodos en que se pueden dividir las relaciones Canadá-Cuba. (...) Los problemas políticos apenas han afectado esta relación: el lema 'los negocios son los negocios' parece haber sido la regla de oro tanto durante el período colonial español, como durante las presidencias tan diferentes como las de Fulgêncio Batista y Fidel Castro (KIRK; MCKENNA e SAGEBIEN, 1995, p. 1443-144).

Outro caso significativo em que se repete tal estratégia de sacrifício de relações econômicas em razão da deterioração política se refere à Espanha. Como aponta Roy (1995), a relação entre os dois países transcorre sob o signo da especialidade. Cuba foi a última das colônias latino-americanas a se separar da Espanha e sempre manteve laços com o país, mesmo sob a ditadura de Franco, tornando as relações entre os países muito fortes. Isto foi aprofundado nos anos 90, considerando o âmbito econômico. Cuba se transformou paulatinamente num mercado muito importante para a Espanha e esta se consolidou como o principal parceiro na UE do país, passando de 6%, em 1990, para 35% em 1995, aumentando seu peso no comércio cubano, sem contar a participação espanhola em investimen-

168 O artigo é interessante porque realiza um balanço das relações entre os dois países, destacando como cada governo canadense depois de 1959 se relacionou com o governo de Havana, combinando as seguintes motivações: primeiro, acreditavam que, com a ausência dos EUA, poderiam obter vantagens econômicas; segundo, o exercício do princípio diplomático canadense de reconhecer qualquer governo sem distinção de ideologia, desde que o mesmo tivesse amplo apoio popular, o que ocorria em Cuba; e, principalmente, o peso da política interna, já que os governos canadenses procuravam responder as críticas de que estavam se deixando influenciar demasiadamente pela política norte-americana. Obviamente, a combinação e a tônica em um ou outro destes elementos variou de governo a governo (KIRK; MCKENNA e SAGEBIEN, 1995, p. 142-159).

tos diretos. Historicamente, permanece a existência de fortes laços, daí a especialidade, que foram reforçados pelos interesses econômicos que acentuam tal relação, porém existem divergências significativas na esfera política, gerando uma relação que, além da condição acima mencionada, pode ser caracterizada como oscilante, principalmente no nível político-diplomático, ao longo da década.

Apesar de ser o único país da América Latina que ainda não havia recebido a visita dos reis espanhóis, o país sempre esteve presente na atuação externa espanhola, passando por fases que intercalavam uma visão legitimadora do processo cubano, durante a última transição espanhola, até fases de intensa pressão diplomática, como durante os governos liderados pelo PSOE, de Felipe Gonzáles, e PP de Aznar (ROY, 1995).

Nos anos 90, a política espanhola para a ilha parece ser dominada pela *lógica da ambivalência*. Isto porque na diplomacia espanhola existe uma posição conflitante em relação ao caso cubano: por um lado, há certo consenso em manter um diálogo construtivo, diferente da posição americana, que considera que a realização de um processo de transição sem considerar Fidel Castro é praticamente nula, que é possível o desenvolvimento de espaços de manobras, aprimorando a ligação com a limitada sociedade civil existente no país; e que, apesar de Fidel Castro, é possível uma contribuição no apoio aos setores moderados dentro das organizações políticas do país e, obviamente, seria preciso levar em consideração os fortes interesses econômicos que unem a relação entre os países.

Por outro lado, foi-se afirmando com o passar da década uma postura, denominada por Roy (1995), de cansaço e frustração diplomática, que enfraqueceu, paulatinamente, os vínculos políticos com Cuba, acentuada pela ascensão do PP ao poder em meados da década de 90, que procurou se aproximar, diante dos fracos resultados obtidos anteriormente, das iniciativas do governo americano. A consequência destas mudanças políticas internas foi que, no nível diplomático, houve uma alteração da

percepção espanhola em relação a Cuba, provocando a deterioração das relações entre os países.

Aliado a isto, as ações do governo cubano, de recusa das condições e do aprofundamento das negociações com a UE, através da lógica de afirmação de sua soberania e do sacrifício de relações econômicas em detrimento de questões políticas, contribuiu para que o processo se tornasse cada vez mais conflitivo. Isto significou que, apesar da importância que a Espanha possui, considerando o aspecto econômico, para Cuba, as relações entre ambos os países se deterioraram e chegaram ao final da década em seu nível mais baixo. O governo espanhol congelou qualquer iniciativa de diálogo e ajuda a Cuba, enquanto este além de criticar a postura adotada, realizou manifestações procurando culpar o governo espanhol de tal situação (ROY, 2002).

Como apontam Dominguez (2003) e Alzugaray (2002), Cuba continua exercendo um poder sedutor, que pode ser considerado a partir do conceito de J. Nye (2002) de *soft power*. Neste sentido, embora em menor medida e de forma diferente das décadas anteriores, a revolução cubana continua possuindo certos atrativos e cativando uma parte expressiva da população e dos governos, principalmente na América Latina. Para os dois autores, embora sob perspectivas diferentes, nos anos anteriores o que cativava certos setores da América Latina era não apenas a possibilidade de realização da revolução, conforme aponta Sader (2003), mas também o fato de que esta realizava importantes mudanças estruturais internas e, acima de tudo, desafiava os EUA, com seu exemplo de valentia, imaginação, libertação, abertura de novos horizontes e, principalmente, a afirmação do latino americanismo, fundamentada na obra de José Martí e de sua “Nuestra América”, frente ao panamericanismo e a afirmação dos interesses hegemônicos norte-americanos. Ainda, nos anos 70 se agrega outro elemento, a capacidade de aplicação do “internacionalismo proletário”, em prol das lutas e revoluções no Terceiro Mundo, aliada ao desenvolvimento de sua capacidade militar que possibilitou ao seu exército vitórias nestas lutas.

Na década de 90, porém, já não é a capacidade militar ou revolucionária, embora continuem existindo, que fornecem ao país o exercício do soft power. Este deriva da constatação de que o país conseguiu desenvolver uma rede de proteção estatal que, apesar dos problemas, conseguiu solucionar, embora não definitivamente, grande parte dos problemas que atingem os países da periferia garantindo acesso à saúde e educação, entre outros, para a maioria da população e minimizando os efeitos da desigualdade social, mesmo sendo indício da socialização da pobreza, como aponta Bandeira(2004). Aliado a isto, se observa o extraordinário desempenho cubano em certas áreas, nos eventos internacionais, no campo do esporte e da cultura. Como apontam os autores, Cuba tem conseguido um desempenho impressionante.

Isto contribuiu para a afirmação de uma nova estratégia, que aprimorou a relação do país com outras nações. Trata-se do conceito desenvolvido por Julie Feinsilver¹⁶⁹ de Diplomacia Médica, compreendida por:

En los análisis sobre la política exterior cubana se há pasado por alto la diplomacia médica. Sin embargo, ella ha sido parte integral de casi todos los acuerdos de cooperación y ayuda que Cuba ha consagrado historicamente al fortalecimiento de sus lazos diplomáticos con otros países del Tercer Mundo. Decenas de países han recibido asistencia médica cubana de largo plazo, y muchos otros han recibido ayuda a corto plazo en respuesta a situaciones de emergencia. La ayuda médica cubana llega a millones de personas en el Tercer Mundo anualmente a través del suministro directo de atención sanitaria, y a miles anualmente a través de programas de educación y entrenamiento en la esfera de la salud, tanto en Cuba como en el extranjero. El impacto positivo de esta ayuda en la salud de poblaciones del Tercer Mundo ha mejorado considerablemente las relaciones de Cuba con otros países y ha aumentado el capital

169 Para uma análise mais aprofundada do conceito ver o livro do autor *Healing the masses: Cuban Health Politics at Home and Abroad*, Berkeley, University of California Press, 1993.

simbólico de Cuba entre gobiernos, organizaciones internacionales e intelectuales que, en el Tercer Mundo, a menudo juegan un papel importante en la formación de opinión pública y la política pública (FEINSILVER, 1993, p. 193; citado por ALZUGARAY, 2004, p. 27).

Pode-se afirmar que tal atuação tem contribuído para o desenvolvimento do “soft power” cubano, fortalecendo os laços com outros países, no âmbito estatal e societal. Além disto, tal ação significa uma atualização do conceito de internacionalismo proletário, agora menos ideológico, enfatizando o trabalho social que o país desenvolve em relação a nações mais desfavorecidas, atingidas por catástrofes naturais ou com problemas em determinadas áreas.

Outro aspecto relevante é que tal atividade permite que o governo cubano continue enviando uma parte significativa de sua população para trabalhar em outros países, agora sem o conteúdo militar das iniciativas desenvolvidas ao longo da fria ação, reforçando seus laços com o regime e ampliando a capacidade de manter o consenso interno. De outra parte, principalmente através de programas de treinamento educacional, como o significativo caso da “Escuela de Las Américas”(ELAM), voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior, faz com que a revolução cubana continue exercendo seu poder sedutor em parcelas importantes da população dos países de onde procedem estes estudantes.

Finalmente, convém ressaltar que tal atuação não se restringe ao campo médico, embora este seja o exemplo mais significativo, mas abranje outras áreas em que o país tem um desempenho importante no cenário internacional, estendendo-se hoje à educação, ao esporte, a cultura e certas áreas do conhecimento científico. Isto parece sugerir que o conceito de Diplomacia Médica, utilizado por Feinsilver, poderia ser ampliado para

o exercício de uma “*Diplomacia Social*”, como uma estratégica importante para a ampliação e o fortalecimento de laços políticos e, além disto, para a captação de recursos indispensáveis à recuperação econômica do país, já que em alguns casos, como da Venezuela na década seguinte, os serviços prestados são pagos em bens fundamentais para a nação cubana.

Ao longo dos anos 90, Cuba foi tecendo uma rede de apoios no plano bilateral e multilateral, que permitem afirmar que a ilha já não está marginalizada no contexto internacional. Uma vez reorientadas as relações e com novas fontes de assistência financeira se fez mais fácil a recuperação do prestígio. A Ilha mantém relações diplomáticas e consulares com 169 Estados, e tem servido de sede para eventos importantes como a IX Cúpula Ibero-americana (1999), a reunião do G-77 (2000) e a visita do papa João Paulo II (1998), que reafirmou o processo de abertura de Cuba para o mundo e vice-versa.

Se no início da década parecia impossível que a ilha pudesse sobreviver, no início deste novo século a reflexão caminha para averiguar as possibilidades reais de manter os êxitos sociais e, ao mesmo tempo, criar as condições para competir num mundo globalizado.

Como aponta Dominguez (2003), o balanço realizado pelo governo cubano no final desta década se destaca pelos seguintes aspectos. Em primeiro lugar, considerava que a economia já havia se recuperado suficientemente e estava estabilizada, o que significava a interrupção do processo de reformas econômicas e, principalmente, o abandono do aprofundamento de reformas políticas, seguindo os passos da China, embora de maneira mais suave, em que se combinam elementos de reforma econômica e liberalização do mercado com a ausência de reformas políticas e liberalização política. Em seguida, pela constatação de que eram reduzidos os riscos de enfrentamento com os EUA, cujas relações se caracterizavam pela confiança mútua em temas relacionados a segurança e a constatação dos limites impostos pela lei Helms-Burton, que pouco atingia os negócios cubanos. E, finalmente, conseguiu a plena diversificação política de

suas relações econômicas internacionais, reduzindo sua dependência de países específicos e obtendo uma margem de manobra para incorporar a deterioração, por motivos políticos, de suas relações com um país determinado sem colocar em risco sua estratégia geral de inserção internacional (DOMINGUEZ, 2003, p. 526).

Sendo assim, podemos apontar que a inserção internacional de Cuba a partir de 1990 foi dificultada pelas insuficiências da economia cubana e pela persistência de um regime que enfrenta críticas de parte da comunidade internacional. Apesar disto, o país conseguiu diversificar suas relações econômicas internacionais entre vários sócios em diferentes esferas e assim reduzir, pela primeira vez, a dependência que orientou suas relações desde a conquista de sua soberania no final do século XIX. Também manteve um papel de protagonista nos processos de pacificação de lutas guerrilheiras no continente e no seu ambiente geográfico mais próximo. O país conseguiu angariar apoios contra a política e o embargo americanos, atuando de forma eficaz na distinção deste ato, com a necessidade de abertura e liberalização do regime. Quando teve de escolher, o governo cubano sacrificou as suas boas relações políticas e econômicas para impedir qualquer pressão externa em seus assuntos domésticos, principalmente no que se refere à democracia e aos direitos humanos.

Neste sentido, Alzugaray (2003), considera que Cuba obteve mais êxitos que fracassos em sua política externa ao longo desta década. Entre os primeiros, destacam-se a manutenção da soberania, da independência e da capacidade de autodeterminação que possibilitaram ao país iniciar sua recuperação econômica e ampliar os laços com a comunidade internacional, nas relações com os Estados e com a comunidade internacional, através da participação em organismos e fóruns multilaterais. Manteve a capacidade de defesa, e mesmo com a ausência da proteção soviética, o país foi capaz de se defender e possibilitar uma incorporação de suas forças armadas nos desafios internos, econômicos, que enfrentava. Cuba ainda foi capaz, segundo o autor, de realizar uma recuperação econômica

que, apesar de não conseguir fazer com que o nível de vida retornasse ao padrão de 1989, possibilitou crescimento econômico. Finalmente, outro êxito da política externa cubana foi sua capacidade de se adaptar ao novo cenário internacional, com flexibilidade, o que propiciou a sobrevivência do regime, mantendo uma inserção crítica no mundo globalizado e garantindo uma projeção externa de seus interesses. Em suma, tal política serviu ao interesse nacional, apesar do contexto adverso.

Apesar disto, é possível constatar dois problemas ameaçam a continuidade destes avanços. Por um lado, o fortalecimento do bloqueio americano e a dificuldade de se encontrar um *modus vivendi* com o país que seja razoável para ambos os lados, dificultando assim a normalização das relações com a superpotência restante, o que, obviamente, comporta riscos. Além disto, a crítica da comunidade internacional ao sistema político cubano acaba gerando um desgaste da imagem do país, implicando em novos riscos de isolamento e de conflito com a comunidade internacional. A superação destes desafios, efetivamente, irá possibilitar um balanço definitivo, de sua política externa e a vigência de uma inserção estável e adequada ou o isolamento na nova ordem internacional do século XXI.



CONCLUSÃO

Como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, a política externa do governo cubano nos anos 90 constitui-se num elemento fundamental para a compreensão dos desafios enfrentados pela liderança cubana e das transformações ocorridas no país neste período. Sendo assim, partimos da hipótese de que a derrocada do bloco soviético obrigou a liderança cubana a reorientar suas políticas, interna e externa, que, desde então, foram definidas pela lógica da sobrevivência, gerando uma redefinição dos interesses, objetivos e estratégias para a inserção internacional do país. Procuramos demonstrar que os resultados de tal política, ainda em desenvolvimento, foram relativamente eficazes. Isto porque, embora o objetivo fundamental tenha sido alcançado, ainda persistem problemas relacionados à manutenção da relação conflituosa com os EUA e a instabilidade nas relações políticas que ameaçam os laços econômicos do país.

Para a compreensão da atuação internacional de Cuba ao longo da década de 90, consideramos necessário analisar o desenvolvimento da política interna e externa do país e sua relação com o contexto internacional.

Sendo assim, discutiu-se inicialmente, os principais elementos que caracterizaram a história do país, principalmente a partir da emergência do processo revolucionário. Apontamos que tal processo teve como elemento dinâmico as relações do país com seu principal oponente, os EUA, e com o seu aliado fundamental, a URSS. Isto nos ajuda a entender a radicalidade das medidas adotadas ao longo do período revolucionário, principalmente em sua fase inicial, e entender os contornos, com seus limites e potencialidades, do socialismo estabelecido no país. Desta forma, o traço fundamental que destacamos foi o desenvolvimento de um “*socia-*

lismo dependente” ou de uma utopia subsidiada, em que a relação com a URSS, embora fundamental, manteve os traços dependentes do país e o aspecto monoprodutor da economia cubana. Por isso, com o fim destes laços, os problemas emergiram com profunda intensidade, levando o país quase ao colapso econômico no início da década. Apesar disto, estas relações foram fundamentais para o desenvolvimento nacional, contribuindo para que a liderança pudesse adotar as medidas socializantes, provocando uma intensa mobilidade e equidade social. Deste modo, se por um lado, Cuba conseguiu melhorar significativamente seus indicadores sociais, reconhecidos internacionalmente; por outro, tal processo gerou maior demanda de acesso e participação no exercício do poder que emerge nos anos 90.

Também procuramos analisar os impactos da mudança no cenário internacional sobre o país. Destacamos que o fim da URSS causou um profundo impacto. A consequência mais imediata foi no campo da economia, gerando uma crise sem precedentes, com a queda do PIB e do comércio exterior cubano, que afetou os avanços sociais e criou novos desafios à liderança do país. Mas o impacto mais profundo e constante ocorreu no âmbito político, pois o país se encontrou sem o seu principal aliado e protetor e teve a legitimidade de seu regime questionada pela comunidade internacional. E, ainda, a década de 90 foi marcada pela afirmação hegemônica de seu grande opositor, como resultado das mudanças internacionais, aumentando os desafios e a tentativa de isolamento do país.

Diante destes desafios, a política cubana no período procurou atuar em duas frentes conjugadas.

No âmbito interno, a liderança cubana promoveu uma série de reformas que pudessem garantir a sobrevivência econômica, adaptando-se aos novos tempos. Ocorreram modificações na estrutura constitucional e institucional do país possibilitando maior eficácia econômica e a manutenção do consenso social e político gerado pelo processo revolucionário do país. A Constituição foi reformada com base em três elementos fun-

damentais. Primeiro, tornou-se menos ideológica, propiciando uma maior abertura a outras organizações e afirmando o nacionalismo como impulso fundamental para a manutenção do processo revolucionário. Segundo, procurou estimular o desenvolvimento de novos espaços institucionais que pudessem garantir uma maior participação e mobilização dos setores sociais. Terceiro, reconheceu e efetivou os mecanismos para a atração de capitais, que pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Este processo favoreceu a manutenção da elite revolucionária no poder e contribuiu para o desenvolvimento de uma transição na elite política, com a ascensão de quadros que representavam gerações mais jovens e capacitadas aos novos desafios.

Ainda no âmbito interno, ocorreram importantes reformas econômicas que possibilitaram a recuperação do país. O objetivo básico destas era a criação de mecanismos que pudessem atrair o investimento externo. Para tanto, abriram-se oportunidades em áreas consideradas atrativas como turismo e mineração (entre outras), com a criação de uma legislação que incentivasse a entrada destes recursos e de empresas mistas que pudessem operar no país. Além disto, os próprios cubanos puderam desenvolver trabalhos autônomos e receber recursos de parentes que vivem no exterior.

O resultado foi a realização dos objetivos almejados, mas com o desenvolvimento de certos paradoxos. Por um lado, contribuíram para a recuperação econômica, que se consolidou na segunda metade da década, e para a dinamização da economia do país. Entretanto, tais medidas colaboraram para o aumento da desigualdade, geraram demandas de grupos ligados aos setores que recebem estes investimentos, mantiveram a dependência do país em relação a estes capitais e, finalmente, geraram tensões na relação Estado-mercado que atingiram a política do país.

Tal processo combinou-se com uma profunda reorientação da política externa e da inserção internacional do país. Destacamos o predomí-

nio da *lógica da sobrevivência*, procurando demonstrar que a política externa cubana se tornou mais pragmática e menos conflituosa. Neste sentido, ocorreu uma redefinição do interesse nacional cubano que orientou a atuação internacional do país. Em seguida, houve neste período uma maior institucionalização e profissionalização da política externa com a ênfase nas relações estatais, o abandono da política de incentivo e apoio às revoluções e o desenvolvimento de novos atores institucionais que, atuando conjuntamente, possibilitaram ao país alcançar o objetivo fundamental. Além disto, destacamos o advento, ou aprimoramento, do “soft power” cubano com a emergência de uma diplomacia que utiliza a potencialidade do país, na educação, saúde e esporte, para o fortalecimento de laços com a sociedade civil e com Estados, gerando apoios políticos e econômicos ao país que denominamos de *Diplomacia Social*.

O país conseguiu manter o ativismo de sua diplomacia, o que contribuiu para a superação de seu isolamento político e econômico. Desta forma, foi possível ao longo da década inserir-se no mercado internacional, encontrando novos parceiros, aumentando seu comércio exterior e aprofundando laços econômicos com países ou áreas de seu interesse, o que gerou uma diversificação de seus parceiros comerciais. Além disto, a política norte-americana para Cuba, apesar das perdas e das dificuldades econômicas que desenvolveu, contribuiu para que o país conseguisse apoios políticos importantes, aprofundando suas relações com a UE, embora de maneira tensa, e conseguindo vitórias parciais em diversos fóruns internacionais em suas demandas contra aquela nação.

Tal atuação pode ser considerada eficaz, pois propiciou ao país alcançar os seus objetivos mais imediatos e, no final da década, Cuba já não se encontrava mais isolada, política ou economicamente. Isto, porém, não significa que a liderança cubana superou definitivamente os desafios enfrentados. A continuidade e a eficácia das ações desenvolvidas até aqui dependerão em grande medida da atuação de sua liderança perante o con-

flito com os EUA, elemento fundamental da política externa do país, a manutenção e a diversificação de parceiros, econômicos e políticos e a superação das críticas da comunidade internacional, referentes ao modelo político adotado pelo país. Da solução definitiva destas questões dependerá, em grande medida, o futuro do país e um balanço final do êxito de sua política externa.



BIBLIOGRAFIA

AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 133 p.

AJA DÍAZ, Antonio. La emigración en la Revolución Cubana. In: Analisis de conyuntura, AUNA, Havana, año 2, n° 10, 1998.

ALAMOS, Pilar (org.). **Integracion econômica y democratización**: América Latina y Cuba. Santiago do Chile: Instituto de Estudios Internacionales, 1998, 370 p.

ALFONSO, Haroldo Dilla. Cuba: significado e importância das mudanças. **Política Externa**. São Paulo, vol. 7, n. 2, p. 127-146, 1998.

ALMENDRA, Carlos C. **A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu**. In: COGGIOLA, O. Revolução cubana: história e problemas atuais. São Paulo, Ed. Xamã, 1998.

ALONSO, Felipe Ruiz. El V congreso del partido comunista de Cuba. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 61-71, mar. 1998.

ALTEMANI, Henrique. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 291 p.

AMÉRICA LIBRE. Buenos Aires (vários números).

ALTMANN, Werner. **México e Cuba**: revolução, nacionalismo e política externa. São Leopoldo: Unisinos, 2001, 126 p.

ALZUGARAY, Carlos. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. **Política Internacional**, La Habana, vol. I, n. 1, p. 14-32, enero-julio 2003.

_____. Raúl Roa García y la creación de una cancillería revolucionaria: los primeros años. **Política Internacional**, La Habana, vol. IV, n. 4, p. 62-83, Julio-diciembre 2003.

ARENAL, C. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1990.

ARON, R. Paz e Guerra entre as nações. Brasília/São Paulo: Unb/IOESP, 2002.

ÁVILA, Carlos F. Domínguez. Introdução a segunda Guerra Fria (1979-1989). In: Cena Internacional, ano 5, n° 3, junho de 2011.

AZCUY, Hugo. Cuba: reforma constitucional o nueva constitución?. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, v. 22, n. 1, p. 94-125, julho-dezembro, 1994.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 687 p.

_____. **Cuba: do socialismo dependente ao capitalismo**. Brasília: Contexto Internacional, 1996, disponível em: <www.relnet.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2004.

BATISTA, Geronimo Alvarez. **Che: una nueva batalla**. La Habana: Pablo de la Torriente, 1994, 245 p.

BELLO, Manuel G. **El Canciller**. La Habana: Ed. Ciências Sociales, 2004, 215 p.

BERGER, Juana. **Movimientos sociales en Cuba: el caso de las ONGs – CIPS**, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, La Habana, Cuba, 2001. Disponível em: <www.isri.cu/paginas/boletin/bolet.int.htm>. Acesso em: 10 mar. 2006.

BENITEZ, Santiago Pérez. Las relaciones interamericanas y las cumbres iberoamericanas. **Análisis de Coyuntura**. La Habana, n. 8, p. 5-19, septiembre, 1996.

BENSON, Todd. A lei Helms-Burton: um obstáculo à democracia em Cuba? **Política Externa**. São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 105-125, junho-agosto, 2000.

BETTO, Frei. **Fidel e a religião**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 16 ed., 379 p.

_____. Wojtyla, huracán sobre Cuba. **América Libre**. Buenos Aires, nº 13, p. 114-120, jul. 1998.

BISSIO, Beatriz; MOREIRA, Neiva. **Os cubanos na África**. São Paulo: Global, 1979, 110 p.

BORON, Atílio (org.). **Nueva hegemonia mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2004. 195 p.

Cadernos AUNA. **Asociacion por la unidad de nuestra América**. La Habana (vários números).

Cadernos CEA. **Centro de Estudios Americanos**. La Habana (vários números).

Cadernos Cepal. **Comissão econômica para América Latina**. Santiago do Chile (vários números).

CALZADILLA, Jorge R. **Las relaciones Iglesia-Estado y Religión-Sociedad en Cuba**. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Ciudad de La Habana, 1998. Disponível em: <www.clacso.org>.

CAMPO, Esther Del; PERALTA, Victor. Quatro escenarios para una transición política en Cuba. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 40-49, marzo, 1998.

CARR, E. H. Vinte anos de Crise (1919-139). Brasília/São Paulo: Unb/IOESP, 2001.

CARANZA, Júlio; GUTIERREZ, Luis e MONREAL, Pedro. **Cuba, la reestructuración econômica**. La Habana, Ciencias Sociais, 1995, 200 p.

CAROIT, JEAN-MICHEL. **Exército cubano controla 322 empresas**. In: Folha de São Paulo, nº 28.249, Caderno Mundo, pag. A15, 09 de Agosto de 2006.

CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: UNB, 1988, 4 volumes.

CASTRO, Fidel. **A história me absolverá**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, 120 p.

CASTRO, Roberto Verrier. Las transformaciones de la economía cubana. Série Internacional. **Coleção Documentos**. São Paulo, Inst. De Estudos Avançados, n. 39, abril de 2001, 15 p.

CENTRO DE ESTUDOS AMERICANOS. **Cuba en los anos 90: su reinserción en la economía internacional**. La Habana, Política, 1994, 180 p.

_____. **La democracia en Cuba y el diferendo com EUA**. La Habana, Política, 1994, 215 p.

CEPAL. **La economia cubana**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Econômica, 2000, 795 p.

CHÁVES, Ernest R. La proyección exterior de Cuba hacia América Latina en la llamada cubanologia. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, vol. II, n. 14, 280 p., jul. 1990.

CHÁVEZ NEGRIN, Ernesto. **El combate contra la pobreza en Cuba. Políticas públicas y estratégias familiares**. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Ciudad de La Habana, Cuba, 2003. Disponível em: <www.isri.cu/paginas/boletin/bolet.int.htm>. Acesso em: 05 jul. 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **Revolução cubana: história e problemas atuais**. São Paulo, Ed. Xamã, 1998, 229 p.

COLOMER, Josep M. Salida, voz y hostilidad en Cuba. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 5-17, marzo, 1998.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. La Habana: Ciências Sociais, 1981.

_____. Constituição socialista reformada en el año de 1992. Disponível em: <<http://www.uniondejuristadecuba.cu/constituciones>>. Acesso em: 20 jan. 2004.

DAYRELL e IOKOI, Eliane G. e Zilda Márcia. **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas.** São Paulo: EDUSP, 1996, 465 p.

DÁVALOS, Armando Hart. La constitución de la república en armas y la fundación del partido revolucionário cubano. **Política Internacional**, La Habana, vol. III, n. 3, p. 5-13, Julio-diciembre 2004.

DOMÍNGUEZ, Esteban Morales. Variables fundamentales Del conflicto Cuba-EUA en los umbrales Del siglo XXI. **Análisis de Coyuntura.** La Habana, n. 11, p. 50-79, diciembre, 1998.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. **Cuba en las Américas: ancla y viraje.** Foro Internacional, Ciudad de México, v. XLIII, n. 3, 265 p., julio-septiembre, 2003.

_____. El sistema político cubano en los noventa. In: BOBES, Velia; ROJAS, Rafael. **La Transición invisible.** Ciudad de México: Oceano, 2004, 456 p.

_____. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. **América Latina en el nuevo sistema internacional.** Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 255-286.

_____. Comienza uma transición hacia el autoritarismo en Cuba? **Revista Encuentro de la cultura cubana.** Madrid, vol. 6, n. 7, 205 p., otoño-invierno, 1997.

_____. **Cuba, 1959-1990.** In: BETHELL, Leslie. História de América Latina. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1998, 900 p.

_____. **La política de los EUA hacia Cuba durante la segunda presidência de Clinton.** Palabra Nueva, La Habana, vol. 3, p. 28-43, diciembre, 1998.

FEINSILVER, Julie M. **Healing the masses:** cuban health politics at home and abroad. Bekerley: University of California Press, 1993. 250 p.

FERNANDES, George Ney de Souza. Investimentos estrangeiros em Cuba: razões e oportunidades. **Política Externa.** São Paulo, vol. 8, n. 4, p. 53-69, março-maio, 2000.

FILHO, Daniel A. Reis. Uma revolução perdida. São Paulo: FPA, 1997.

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
GARCIA, José Angel Pérez. Cuba y el nuevo ordem mundial: desafios y respuestas. **Política Internacional**. La Habana, vol. III, n. 3, p. 72-84, julio-diciembre 2004.

GARCIA LUIZ, Julio. **Revolución cubana**: 40 grandes momentos. La Habana: Política, 2000, 276 p.

GIRARDI, Giulio. Cristianismo y Cuba. **América Libre**. Buenos Aires, n° 13, p. 121-142, Julio 1998.

GLEIJESES, Piero. Las motivaciones de la política exterior cubana. **Política Internacional**. La Habana, vol. I, n. 1, p. 99-119, enero-julio 2003.

GODOY, Ivan Mora. Perspectivas de la IX Cumbre Iberoamericana: análisis de Coyuntura. **La Habana**, n. 8, 46 p., septiembre, 1996.

GÓMEZ, Gonzáles. Relaciones Cuba-EUA: los enemigos más cercanos en el umbral del siglo XXI. **Política Internacional**. La Habana, vol. I, n. 1, p. 33-46, enero-julio 2003.

GÓMEZ, Eduardo Pereira. Cuba and the European Union: Factors of Stagnation. **Revista de Estudos Europeos**. La Habana, vol. X, n. 40, p. 78-115, octubre-diciembre, 1996.

GOMEZ, José Maria. Democracia política, inserção regional e contexto global na América Latina; repensando alguns nós problemáticos. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 227-245, julho-dezembro 1991.

GONZALES, Gerardo. El Caribe en la política exterior cubana: una periodización. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, vol. VII, n. 16, 320 p., 1991.

GORBACHEV, M. Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo. São Paulo: Nova Cultural, 1988

GOENDER, J. **Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRATIUS, Sussane. Cuba y Europa: diez años de encuentros y desencuentros. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 91-99, marzo, 1998.

GUAZZELLI, Cesar Augusto. **História contemporânea da América Latina**: 1960-1990. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, 125 p.

GUEVARA, E. CHE. Apuntes críticos a la Economía Política. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2006.

GUEVARA, E. CHE. Obras escogidas (2 tomos). La Habana: Casa de las América, 1970.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 350 p.

HAVRANEK, A. Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio. In Coggiola, O. (org). *Revolução cubana: Histórias e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p.155-167.

HEREDIA, Fernando Martínez. **Sociedad, transición y socialismo en Cuba**. Cópia heliográfica, La Habana, 2000, 40 p.

_____. **El Che y el socialismo**. Buenos Aires: Dialectica, 1992, 170 p.

_____. Desconexión, inserción y socialismo en Cuba. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, vol. 20, 1993.

HERNANDEZ, Rafael. La lógica de la frontera en las relaciones EUA-Cuba. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, vol. IV, n. 7, p. 6-54, enero-junio 1987.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. As mudanças nos interesses estratégicos americanos. **Política Externa**, vol. 1, nº 1, junho de 1992.

_____. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem internacional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IKENBERRY, G. John. A ambição imperial. **Política Externa**, vol. II, nº 3, dezembro de 2002.

JIMENEZ, Antonio Nuñez. **En marcha con Fidel**. La Habana: Letras Cubanas, 1982, 2 vols., 473 p.

KAGARLITSKY, Boris. **A desintegração do monólito**. São Paulo: Unesp, 1993. 243 p.

KAPUSCINSKI, R. Imperium. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KIRK, John; MCKENNA, Peter; SAGEBIEN, Julia. Retorno a los negocios: cincuenta años de relaciones entre Canadá y Cuba. **Cadernos de Nuestra América**. La Habana, vol. XII, n. 24, p. 142-159, julio-diciembre 1995.

KOURÍ, Raúl Roa. Proyección internacional de la revolución cubana. **Política Internacional**. La Habana, vol. IV, n. 4, p. 12-24, julio-diciembre 2003.

LAFER, C. **O Brasil e a crise mundial**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 3, p. 73-82, 1987.

_____. A diplomacia globalizada. **Valor Econômico**, 11-13 de setembro de 2000, p. 7-9.

LARA, José Quintana. **De Eisenhower a Reagan**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1987, 369 p.

LÓPEZ, Raquel M. La redefinición de Cuba en el sistema internacional. **Cena Internacional**, ano LX, n. 97, 2002.

MAIDANIK, Kiva. Depois de outubro, e agora? Ou as três mortes da Revolução Russa. **Tempo**. Universidade Federal Fluminense, 1998.

MARTÍNEZ, Miguel Alfonso. La diplomacia cubana: un balance a 40 años de revolución. **Análisis de Coyuntura**. La Habana, n. 11, 79 p., diciembre, 1998.

MARTÍNEZ, Fernando. Transición socialista y democracia: el caso cubano. **CADERNOS DE NUESTRA AMÉRICA**. La Habana, vol. IV, n. 7, p. 76-115, 1987.

MARQUETTI, Hiram. Cuba 40 años de desarrollo industrial. **Análisis de Coyuntura**. La Habana, n. 11, 79 p., diciembre, 1998.

_____. Impacto económico de las remesas familiares. **Cuban Review**. Amsterdam, 1999.

MESA-LARGO, Carmelo. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 19-39, marzo, 1998.

MINÁ, Gianni. **Un encuentro con Fidel**. La Habana: Consejo Del Estado, 1987, 363 p.

MOLINA, Ernesto. **La economía cubana en el contexto caribeño**. La Habana, ISRI, 2002, Mimeo.

MORALES DOMINGUEZ, Esteban. **Cuba- EUA: las esencias de una confrontación**. **CADERNOS DE NUESTRA AMÉRICA**. La Habana, vol. XVII, n. 33, p. 165-188, enero- julio 2004.

MORENO, George. La economía cubana en 1999. **Cuban Review**. Amsterdam, 1999.

MORRIS, Emily. La recuperación de la economía cubana desde 1993: su estructura, desempeño y política económica. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 18, p. 70-80, marzo, 1998.

MOURA, Gelson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NYE, Joseph Jr. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

NUÑEZ, Gerardo. Las relaciones Cuba-Caribe: câmbios y continuidades em los años 90. **Texto y Contexto**. Santa Fé, Colômbia, n. 24, Mayo-Agosto, 1994.

ORTIZ, Fernando. Contrapunteo cubano del tabaco y del azucar. Havana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

OVIDEIO, Luís. A encruzilhada da revolução cubana. **Estudos**. São Paulo, vol. 38, novembro de 1993.

PCC. **IV Congresso Del Partido Comunista de Cuba**. La Habana: Editora Política, 1992, 408 p.

_____. **V Congresso Del Partido Comunista de Cuba**. La Habana: Editora Política, 1997, 395 p.

_____. **Resolución económica del IV Congresso del PCC**. Disponível em: <www.cuba.cu/politica/webpcc/resoluci.htm>. Acesso em: 10 dez. 2005.

PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980, 414 p.

PECEQUILLO, Cristina. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004, 246 p.

PEIXOTO, Fernando. **Encontro dos intelectuais pela soberania dos povos de nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1982, 217 p.

PENALVER PORTAL, Gerardo; LEGRA DURAN, Suzana. **Cuba y las cumbres iberoamericanas**. ISRI, La Habana, Cuba, mayo-junio, 2005. Disponível em: <www.isri.cu/paginas/boletin/bolet.int.htm>. Acesso em: 20 jan. 2004

PEVIDA, Eduardo Klinger. **Cuba y la integración de América Latina y el Caribe**. Santo Domingo: Promlibro, 1995, 204 p.

PÉREZ, Carlos Tablada. **El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara**. La Habana: Casa de las Américas, 1987, 210 p.

PÉREZ, Santiago. La URSS y Cuba: futuro incerto. **Revista de Ciencias Sociales**. Puerto Rico, vol. XXIX, n. 3-4, 554 p., diciembre, 1990.

PÉREZ CRUZ, Ofélia. **Religión, hegemonia y câmbios sociales en Cuba**. CIPS, La Habana, Cuba, 2000.

PICO GARCIA, Nieves. El sistema empresarial del comercio exterior en Cuba: una caracterización general. **Revista Cuba: Investigación Económica**. La Habana: INIE, n. 4, diciembre de 1995.

PISANI, Miguel Estéfano. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales, 2002, 267 p.

_____. **Cuba en lo internacional**. La Habana: Ciências Sociales, 1988, 392 p.

_____. Un documento histórico. **Política Internacional**. La Habana, vol. IV, n. 4, p. 25-35, Julio-diciembre 2003.

RAMOS, Dália. **La paz de Cuito Cuanavale: documentos de un proceso**. La Habana: Política, 1989, 105 p.

RIVEREND, Julio Le. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo – 1933-1975. In: CASANOVA, Pablo González et. al. (org.) **América Latina: história de meio século**. UNB, 1990, p. 59-115.

ROJAS, Marta. **Cuba 1992: o ano mais duro da revolução**. Niterói: Arte e Cultura, 1993, 108 p.

ROY, Joaquim. Espanha y Cuba: una relación muy especial? **CIDOB daffers internacionales**. Barcelona, vol. 1, n. 31, 190 p., diciembre, 1995.

ROY, Joaquim. La Unión Europea ante Cuba y Colombia: de buenas intenciones y altas esperanzas a notables contradicciones y grandes frustraciones. **América Latina Hoy**. Salamanca, n. 31, p. 3-61, octubre, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, 94 p.

RUIZ BARRANCO, Yamel. **La inversión extranjera directa en Cuba como parte de las relaciones económicas internacionales**. ISRI, Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raul Roa Garcia, La Habana, Cuba, marzo-abril, 2004. Disponível em: <www.isri.cu/Paginas/Boletin/bolet.int.htm>.

RUSSEL, R. **Política exterior y toma de decisiones en América Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990.

SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001, 119 p.

_____. (org.). **Por que Cuba?** Rio de Janeiro: Revan, 1992, 126 p.

SALAZAR, Luiz Soares. **El siglo XXI:** posibilidades y desafíos para la revolución cubana. La Habana: Ciências Sociales, 2000.

SALAZAR, Luiz Soares. **Madre América: un siglo de violência y dolor (1898-1998).** La Habana: Ciências Sociales, 2006.

_____. **Cuba:** aislamiento o reinsercion en un mundo cambiado? La Habana: Ciências Sociales, 1997, 184 p.

_____. La política de la Revolución cubana hacia América Latina y el Caribe: notas para una periodización. **Cadernos de Nuestra América.** La Habana, vol. III, n. 6, p. 137-180, Julio-diciembre 1986.

SÁNCHEZ-PARODI, Ramón. Raízes e atuação da política externa cubana. *Política Externa.* São Paulo, vol. 7, n° 2, p. 153-167, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986, 185 p.

SEGRERA, Francisco López. **Cuba cairá?** Petrópolis: Vozes, 1995, 204 p.

_____. **Cuba:** política exterior y revolución. La Habana: ISRI, 1988, 285 p.

SZNADJER, Mario e RONIGER, Luis. Política, ethos social e identidade em la Cuba contemporánea. **América Latina Hoy.** Salamanca, n. 29, p. 155-178, diciembre 2001.

SZULC, Tad. **Fidel:** um retrato crítico. Best Seller, 1987, 780 p.

TEJADA, Aurélio Alonso. A economia cubana: os desafios de um ajuste sem dessocialização. **Cadernos de nuestra América.** CEA, La Habana, vol. IX, 1992.

UNEAC. En el horno de los noventa: nación y sociedad en Cuba actual. **La Gaceta de Cuba.** Havana, 1998.

VASCONCELOS, Luiz L. Um repasse sobre as relações Brasil-Cuba. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, p. 187-203, julho-dezembro, 1991.

VILLA, Rafael Duarte. A revolução cubana- resenha. **Política Externa.** São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 120-127, junho-agosto, 2005.